UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PPGEA
NÍVEL MESTRADO

RAIZZA DA COSTA LOPES

A MINERAÇÃO EM SÃO JOSÉ DO NORTE, RS: UM ESTUDO SOBRE CONTROVÉRSIAS AMBIENTAIS EM TORNO DO PROJETO RETIRO

Rio Grande, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PPGEA
NÍVEL MESTRADO

RAIZZA DA COSTA LOPES

A MINERAÇÃO EM SÃO JOSÉ DO NORTE, RS: UM ESTUDO SOBRE CONTROVÉRSIAS AMBIENTAIS EM TORNO DO PROJETO RETIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA da Universidade Federal do Rio Grande - FURG como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental.
Linha: Fundamentos da Educação Ambiental.

Rio Grande, 2017.

Ficha catalográfica

L864m Lopes, Raizza da Costa.
A mineração em São José do Norte, RS: um estudo sobre controvérsias ambientais em torno do projeto Retiro / Raizza da Costa Lopes. – 2017.
214 p.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2017.
Orientador: Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli.

1. Conflitos socioambientais 2. Controvérsia ambiental 3. Educação Ambiental 4. Mineração 5. Território I. Adomilli, Gianpaolo Knoller II. Título.

CDU 504:37

Catalogação na Fonte: Bibliotecário Me. João Paulo Borges da Silveira CRB 10/2130

Raizza da Costa Lopes

"O processo de instalação do projeto retiro em São José do Norte – RS: Um estudo Sócio-Antropológico sobre a construção de um conflito ambiental"

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:

Prof. Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli
(PPGEA/FURG)

Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
(PPGEA/FURG)

Profª. Drª. Stella Maris Nunes Pieve
(UFRRJ)

Soy, soy lo que dejaron
Soy toda la sobra de lo que se robaron
Un pueblo escondido en la cima
Mi piel es de cuero, por eso aguanta cualquier clima
Soy una fábrica de humo
Mano de obra campesina para tu consumo

Frente de frío en el medio del verano
El amor en los tiempos del cólera, ¡mi hermano!
Soy el sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva
Las caras más bonitas que he conocido

Soy la fotografía de un desaparecido
La sangre dentro de tus venas
Soy un pedazo de tierra que vale la pena
Una canasta con frijoles, soy Maradona contra Inglaterra
Anotándote dos goles

Soy lo que sostiene mi bandera
La espina dorsal del planeta, es mi cordillera
Soy lo que me enseñó mi padre
El que no quiere a su patría, no quiere a su madre
Soy américa Latina, un pueblo sin piernas, pero que camina
¡Oye!

Tú no puedes comprar el viento
Tú no puedes comprar el sol
Tú no puedes comprar la lluvia
Tú no puedes comprar el calor

Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis dolores
[...]
Tengo los lagos, tengo los ríos
Tengo mis dientes pa' cuando me sonrio
La nieve que maquilla mis montañas
Tengo el sol que me seca y la lluvia que me baña
Un desierto embriagado con peyote
Un trago de pulque para cantar con los coyotes
Todo lo que necesito, tengo a mis pulmones respirando azul
clarito

La altura que sofoca
Soy las muelas de mi boca, mascando coca
El otoño con sus hojas desmayadas
Los versos escritos bajo la noches estrellada
Una viña repleta de uvas
Un cañaveral bajo el sol en Cuba
Soy el mar Caribe que vigila las casitas

Haciendo rituales de agua bendita
El viento que peina mi cabellos
Soy, todos los santos que cuelgan de mi cuello
El jugo de mi lucha no es artificial
Porque el abono de mi tierra es natural

[...]

No puedes comprar el sol
No puedes comprar la lluvia
(Vamos caminando)
No riso e no amor
(Vamos caminando)
No pranto e na dor
(Vamos dibujando el camino)
No puedes comprar mi vida
(Vamos caminando)
La tierra no se vende

Trabajo bruto, pero con orgullo
Aquí se comparte, lo mío es tuyo
Este pueblo no se ahoga con marullo
Y se derrumba yo lo reconstruyo
Tampoco pestañeo cuando te miro
Para que te recuerde de mi apellido
La operación Condor invadiendo mi nido
Perdono pero nunca olvido
¡Oye!

Vamos caminando
Aquí se respira lucha
Vamos caminando
Yo canto porque se escucha
Vamos dibujando el camino
(Vozes de um só coração)
Vamos caminando
Aquí estamos de pie
¡Que viva la América!
No puedes comprar mi vida

(Calle 13 – Latinoamerica)

AGRADECIMENTOS

Admito que, minha vontade de agradecer é muito maior do que a minha memória permite, por isso, peço perdão a todos aqueles que contribuíram com este trabalho e não encontram seus nomes registrados aqui. Esta dissertação só foi possível através das contribuições diretas e indiretas que recebeu. Meus mais sinceros agradecimentos:

- Aos moradores de São José do Norte que contribuíram com esta pesquisa, em especial, ao Seu Dinarte, Dona Santinha, Elisete e Cleberson que, além do apoio prestado a este estudo, são exemplos de respeito e de luta. Levarei seus ensinamentos comigo, aonde quer que eu vá. Ao amigo Luiz Bravo Gautério, o qual esteve presente desde o início até o fim dessa caminhada. Tê-lo conhecido foi um dos grandes presentes que essa jornada me reservou.
- Aos meus pais, Honório e Mara Lopes e ao meu irmão, Filipe Lopes. Agradeço por todo amor, carinho, ensinamentos e por me proporcionarem as condições necessárias para que eu pudesse chegar até aqui. Só nós sabemos as dificuldades enfrentadas. Agradeço, também, as minhas madrinhas, Catia Costa e Meri Saraçol, pelo cuidado, amor e carinho incondicionais, jamais me esquecerei de tudo o que fizeram e fazem por mim. Sou infinitamente grata.
- Ao Samuel, pela vida que construímos diariamente. Por todo amor e beleza, capazes de transformar o cotidiano em poesia.
- Aos meus sogros Jorge e Rozane Pinheiro que, me acolheram e me amaram como filha. Agradeço por abrirem suas portas e corações para mim.
- Ao amigo Carlos Machado, meu maior exemplo de força e fé nas pessoas. Agradeço por acreditar na luta por dias melhores e mais justos. Carlos é o exemplo vivo e caminhante de tudo aquilo que teoriza. O cuidado que dedica aos que o cercam é, certamente, a característica que o torna tão indispensável ao mundo e a academia. É uma honra e uma felicidade dividir esse tempo e esse espaço com alguém tão especial.
- Ao amigo Leonardo Dorneles Gonçalves que regou esta dissertação desde o momento em que ela ainda era uma sementinha. Agradeço pela dedicação e pelos ensinamentos que ecoaram e ecoam dentro de mim.
- Aos amigos, Caio, Eron, Alvaro e Cleiton que caminham ao meu lado e contribuem no meu encontro comigo mesma e com o mundo. Obrigada pela parceria,

companheirada!!! Um agradecimento especial ao meu amigo e irmão de caminhada, Vinícius, cuja presença modificou o meu olhar e o meu sentir em relação ao mundo. Às minhas amigas, fontes de sabedoria feminina. Em especial àquelas que são atemporais e carregam em si o poder da cura: Juliana, Luana, Paola e Helen, vocês são tudo aquilo que eu não posso descrever.

- À Stella, fada madrinha, pelo apoio nos dias de descrença e cansaço. Chegou como se estivesse de passagem, mas fez do meu coração a sua morada.

- Aos amigos e amigas que o PPGEA me trouxe, representados pelas queridas Alana, Tamires, Clara, Camila e pelo querido Filipi.

- Aos docentes, discentes e demais membros que compõem o PPGEA.

- Ao Professor Dr. Jalcione Almeida, cujas contribuições foram valiosas e modificaram totalmente os rumos dessa pesquisa.

- Aos membros da banca avaliadora deste trabalho: Professora Dra. Letícia D'Ambrosio Camarero; Professor Dr. Carlos RS Machado e a Professora Dra. Stella Maris Nunes Pieve. Sinto-me honrada pela possibilidade de aprendizado e crescimento a partir da experiência de vocês. Muito obrigada.

-Ao meu orientador Professor Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli, por todas as contribuições e ensinamentos.

- Aos brasileiros e as brasileiras que, por intermédio da CAPES, financiaram esta pesquisa.

- A todos e todas que, de alguma maneira contribuíram para que essa dissertação fosse possível.

RESUMO

Este trabalho aborda a construção de uma controvérsia ambiental em torno da tentativa de instalação do Projeto Retiro, no município de São José do Norte – RS, e tem como foco a dimensão conflitiva deste processo, ocasionada pelas assimetrias e desigualdades que envolvem os atores sociais em disputa. O empreendimento minerário prevê um período de atividades que visam à exploração de minerais pesados por cerca de vinte anos. A partir do referencial teórico utilizado, é possível afirmar que, a adesão de muitos países da América Latina ao modelo econômico neoliberal tem como característica a exploração dos recursos naturais e ambientais que passam a atender as necessidades do Mercado e, tem como consequência a geração de impactos negativos que são imputados aos grupos de menor poder de apropriação material e simbólica. Neste contexto, esta pesquisa é guiada pelas seguintes perguntas: como se dá o processo de elaboração da crítica ao Projeto Retiro? Quais são os elementos que fornecem condições para a construção de uma controvérsia ambiental frente à possibilidade de instalação do Projeto Retiro? E, tem como objetivo a análise do processo de construção da controvérsia ambiental através da descrição dos argumentadores e dos argumentos utilizados para a defesa ou rejeição do Projeto Retiro e, além disso, busca mapear os atores sociais envolvidos na controvérsia, para refletir sobre o papel da Educação Ambiental no que tange aos conflitos envolvendo a instalação de grandes empreendimentos. Esta pesquisa que, está apoiada nos referenciais teóricos e metodológicos da sociologia e da antropologia, se ocupa de mapear e analisar as audiências públicas referentes ao processo de licenciamento ambiental deste empreendimento, bem como seus desdobramentos em outros espaços de crítica, tais como programas de rádio, reuniões e visitas ao local que possivelmente sediará o empreendimento. A partir das análises realizadas, conclui-se que, existe um conflito envolvendo a disputa entre grandes empreendimentos (RGM S.A.; Ventos do Atlântico S.A. e FLOPAL). Destaca-se, também, a resistência por parte de grupos de agricultores, pescadores e outros ao projeto minerário. As questões suscitadas durante a pesquisa contestam as noções de desenvolvimento e de progresso que permeiam as disputas pelo uso e significação do território e, nesta medida, oferecem aportes para que se possa refletir acerca do papel exercido pela Educação Ambiental nestes espaços de conflito. Argumenta-se, por fim, que a Educação Ambiental deve abordar as questões ambientais a partir das relações sociais, envolvendo uma discussão política que, considera os sujeitos a partir da sua condição social, histórica, econômica e cultural, com vistas para a explicitação e problematização dos conflitos que envolvem os grupos sociais.

Palavras - chave: Conflitos socioambientais. Controvérsia ambiental. Educação Ambiental. Mineração. Território.

RESUMEN

El presente trabajo aborda la construcción de una controversia ambiental sobre la tentativa de la instalación del Proyecto Minero Retiro, en el municipio de São José do Norte – RS, Brasil, y tiene como objetivo estudiar la dimensión conflictiva de este proceso ocasionada por las asimetrías y desigualdades de los actores sociales involucrados. Este proyecto prevé un período de actividades destinadas a la explotación de minerales pesados durante unos veinte años. A partir del marco teórico, podemos decir que la adhesión de muchos países de América Latina al modelo económico neoliberal se caracteriza por la explotación de los recursos naturales y ambientales, los cuales vienen a satisfacer las necesidades del mercado y dan como resultado la generación de impactos negativos en grupos con menor poder de apropiación material y simbólica. En este contexto, esta investigación se cuestiona lo siguiente: ¿Cómo es el proceso de elaboración de la crítica al Proyecto Retiro? ¿Cuáles son los elementos que proporcionan las condiciones para la construcción de una controversia ambiental frente a la posibilidad de la instalación de Project Retiro?. Y tiene como objetivo el análisis del proceso de construcción de la controversia ambiental a través de la descripción de los debatientes y los argumentos utilizados para defender o rechazar el Proyecto Retiro. Además, busca mapear los actores sociales involucrados, para que, a partir de esto, se pueda reflexionar sobre el papel de la Educación Ambiental en los conflictos relacionados con el emprendimiento neoliberal de las grandes empresas. Esta investigación se apoya en los marcos teóricos y metodológicos de la sociología y la antropología, centrándose en mapear y analizar audiencias públicas sobre el proceso de licenciamiento ambiental de este proyecto, así como su desarrollo en otras áreas críticas, tales como programas de radio, reuniones y visitas al lugar en donde posiblemente se ejecutará este proyecto. A partir del análisis realizado, se concluye que existe un conflicto entre las grandes empresas (RGM S.A.; Vientos de Atlántico S.A. y FLOPAL). Y se resalta la resistencia de los grupos de agricultores, pescadores y otros actores sociales al proyecto minero. Las discusiones planteadas durante la investigación desafían las nociones de desarrollo y progreso que impregnan las disputas por el uso y el significado del territorio, y en esa medida, proporcionan aportes para que podamos reflexionar sobre el papel que desempeña la Educación Ambiental en estos espacios de conflicto. Se plantea entonces, que la Educación Ambiental debe abordar los problemas ambientales desde las relaciones sociales, que implique una discusión política y que considera al sujeto desde su condición social, histórica, económica y cultural, permitiendo una compresión y una problematización de los conflictos que involucran los grupos sociales.

Palabras clave: Conflictos Socioambientales. Controversia Ambiental. Educación Ambiental. Minería. Territorio.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

CEA – Centro de Estudos Ambientais

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

COMADES – Conselho Municipal de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

CONACAMI -Confederación Nacional de Comunidades del Perú Afectadas por la Minería

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CRM – Companhia Rio Grandense de Mineração

CTEM - Centro de Tecnologia Mineral

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

EBR - Estaleiros do Brasil

EDEA – Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEA - Fundamentos da Educação Ambiental

FLOPAL -Florestadora Palmares Ltda.

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

IED – Investimento estrangeiro direto

IPAC - Instituto de Preservação Ambienta e Cultural

LA – Licenciamento Ambiental

LI- Licença de instalação

LO - Licença de Operação

LP- Licença Prévia

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MG - Minas Gerais

MOVUS – Movimiento por un Uruguay Sustentable

MPF - Ministério Público Federal

NECO - Núcleo de estudos sobre populações costeiras e saberes tradicionais

OAB - Ordem dos advogados do Brasil

OCMAL - Observatorio de conflictos mineros de América Latina

OFEMI – Organização Federal dos Estados Mineros

OLCA - Observatorio latino-americano de conflitctos ambientales

ONGs - Organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações unidas

PAs- Processos Administrativos

PCA- Plano de Controle Ambiental

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

RGM - Rio Grande Mineração S.A.

RS – Rio Grande do Sul

SJN – São José do Norte

SMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPEL – Universidade Federal de pelotas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Notícia veiculada no site do IBRAM sobre os obstáculos enfrentados no Peru para o crescimento do país via atividade minerária. 35
Figura 2. Mapa da área de estudo. 77
Figura 3. Plenária na Audiência Pública na Câmara do Comércio de Rio Grande. 85
Figura 4. Exposição feita pela Procuradora da República Anelise Becker. 86
Figura 5. Mesa composta pelas autoridades que compuseram a audiência pública em Rio Grande. 87
Figura 6. Entrada do Clube Sócrates, onde foi realizada a Audiência Pública do dia 4 de dezembro de 2014. 98
Figura 7. A plenária no interior do Clube Sócrates. 99
Figura 8. Cartazes segurados por manifestantes contra o empreendimento minerário. . 99
Figura 9. Manifestantes contrários ao empreendimento minerário. 101
Figura 10. Cartazes questionando a posição do IBAMA com relação ao empreendimento minerário. 104
Figura 11. Camisetas utilizadas por um grupo de manifestantes contra o empreendimento minerário. 110
Figura 12. exposição da proposta de atividade feita pelos organizadores do evento. .. 111
Figura 13. Participantes da rodada de debates. 113
Figura 14. Participantes da reunião realizada na localidade do Retiro. 130
Figura 15. Conversa com alguns dos participantes da reunião realizada no galpão do Seu Daniel. 131
Figura 16. Cartaz do evento sobre mineração na América Latina realizado na FURG.134
Figura 17. Participantes da mesa-redonda do VIII EDEA. 136
Figura 18. Artefatos de identificação do grupo #ACORDASJN. 137
Figura 19. Manifestação em rede social sobre o antigo posto de saúde da localidade de São Caetano. 138
Figura 20 Manifestação nas ruas de São José do Norte. 139
Figura 21. Manifestantes se posicionam contrários ao empreendimento minerário em São José do Norte. 139
Figura 22. Chamada para audiência pública em São José do Norte compartilhado via *facebook*. 140
Figura 23. Página da internet da petição pública contra o empreendimento minerário em São José do Norte. 141
Figura 24. Texto compartilhado via facebook sobre grandes empreendimentos em São José do Norte. 142
Figura 25 Síntese sobre a economia nortense elaborada pelos Zeladores e Protetoras Ambiental Nortense. 143
Figura 26. Material divulgado pelos protetores e zeladoras ambiental nortenses acerca do Projeto Retiro. 144
Figura 27. Parceria entre a RGM mineração S.A. e a UNISINOS. 156
Figura 28. Registro dos danos causados pelo crime ambiental em Mariana - MG. 158

Figura 29. Girl at the window de Salvador Dali..... 166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Principais estados brasileiros com mapeamento de conflitos envolvendo a atividade minerária. 45
Gráfico 2. Principais minérios explorados no Brasil que causam conflitos. 46
Gráfico 3. Vínculo dos participantes que se manifestaram através de perguntas na audiência pública realizada em Rio Grande. 90
Gráfico 4. Categorização dos questionamentos elaborados pela plenária na audiência pública em Rio Grande. 91
Gráfico 5. Vínculo dos participantes que se manifestaram através de perguntas na audiência pública realizada em São José do Norte. 100
Gráfico 6. Categorização dos questionamentos elaborados pela plenária na audiência pública em São José do Norte 102
Gráfico 7. Comparação entre os vínculos apresentados pelos participantes que elaboraram questionamentos nas audiências públicas referentes ao Projeto Retiro..... 106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Principais impactos humanos e socioambientais ocasionados pela exploração minerária no Brasil. 46
Tabela 2. Principais impactos ambientais ocasionados pela exploração minerária no Brasil..... 47
Tabela 3. Principais atividades que formam parte das análises que compõem esta pesquisa. 76
Tabela 4. Participantes do evento “Depoimentos e rodada de debates: Comunidades Tradicionais de Agricultura Familiar e Pesca Artesanal” caracterizados a partir de nome fictício e vínculo. 112
Tabela 5. Atores e conflitos envolvidos na controvérsia que envolve o Projeto Retiro. 148

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1. nota de repúdio do grupo de Agroecologia ECONORTE em relação ao Projeto Retiro. 184
Anexo 2. Recibo de pagamento da empresa RGM mineração S.A. para moradores da localidade do Retiro. 185
Anexo 3. Contrato de autorização para acesso à propriedades particulares pela RGM S.A. 186
Anexo 4. Parecer técnico elaborado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São José do Norte. 188
Anexo 5. Parecer elaborado pela EMATER referente ao Projeto Retiro. 191
Anexo 6. Manifesto do IPAC a favor do empreendimento minerário..... 192
Anexo 7. Manifesto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Norte em relação ao empreendimento minerário. 194
Anexo 8. Manifesto da colônia de pescadores Z-2, Almirante Tamandaré em relação ao empreendimento minerário. 197
Anexo 9. Manifesto do grupo Ventos do Atlântico S.A. em relação ao empreendimento minerário..... 201
Anexo 10. Manifesto do grupo FLOPAL em relação ao empreendimento minerário. 203
Anexo 11. Resposta da RGM mineração S.A. ao parecer técnico (008/2015) elaborado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São José do Norte. 213

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 20

CAPÍTULO 1 - APONTAMENTOS SOBRE A ATIVIDADE MINERÁRIA NA AMÉRICA LATINA. 30

1.1 Mineração no Brasil 42

1.1.1 Licenciamento Ambiental 51

1.2 Pensando a Educação Ambiental a Partir da Teoria dos Conflitos 54

1.3 A questão ambiental vista a partir de uma análise socioantropológica 59

1.4 Sociologia Ambiental e a Construção de Controvérsias ambientais 63

1.5 Antropologia, Etnografia e seus pressupostos teórico-metodológicos 68

1.5.1 Procedimentos Metodológicos 73

CAPÍTULO 2 - O MUNICÍPIO, A MINERAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS AMBIENTAIS EM TORNO PROJETO RETIRO 77

2.1 O Município de São José do Norte 77

2.2 O Projeto Retiro: a proposta atual e seus antecedentes 80

2.3 As Audiências públicas 82

2.3.1 Audiência Pública em Rio Grande 84

2.3.2 A Audiência Pública em São José do Norte 97

3.4 O jogo de poder e a representatividade: algumas questões sobre as audiências públicas 104

CAPÍTULO 3 - ENTRE A "*BRIGA DE CACHORROS GRANDES*" E OS GRUPOS LOCAIS: OS PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO E A CRITICA À MINERADORA 108

3.1 Os Desdobramentos das Audiências Públicas: Iniciando Pelos Programas de Rádio 109

3.2 Depoimentos e rodada de debates: Comunidades Tradicionais de Agricultura Familiar e Pesca Artesanal 111

3.3 Os Processos Administrativos: As palavras e as entrelinhas 120

3.4 Os Encontros no Retiro 127

3.5 Do Retiro para a universidade: percorrendo outros espaços..... 133

3.6 Mapeando Outros Espaços: As redes sociais como fonte de informação..... 137

3.7 As tessituras de uma compreensão acerca do Projeto Retiro: costurando os retalhos (argumentos) 145

CAPÍTULO 4 - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DAS DISPUTAS TERRITORIAIS E DO PROCESSO DE (IN) JUSTIÇA AMBIENTAL..... 148

4.1 Reflexões de/para uma Educação Ambiental desde baixo: As controvérsias do Projeto Retiro como Processo Educativo..... 160

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 173

6. REFERÊNCIAS 178

7. ANEXOS 184

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a construção de uma controvérsia ambiental em torno da tentativa de instalação do Projeto Retiro, no município de São José do Norte – RS, e tem como foco a dimensão conflitiva deste processo, ocasionada pelas assimetrias e desigualdades que envolvem os atores sociais em disputa.

A escolha do tema de pesquisa dessa dissertação é resultado da relação que estabeleci com os pescadores e pescadoras artesanais de oito colônias de pesca distribuídas ao longo da Lagoa dos Patos, desde a região do estuário (Rio Grande/Pelotas e São José do Norte) até a porção mais ao norte, perto de Porto Alegre. A relação constituída com os pescadores e pescadoras que contribuíram para que o meu trabalho de conclusão de curso[1] em Ciências Biológicas – Bacharelado fosse possível, mostrava um universo muito diferente daquele no qual eu me encontrava. Meu interesse cientÍfico sobre quem eram aquelas pessoas, como organizavam sua vida, seu trabalho, quais eram suas relações sociais, etc.

Durante a realização do curso e, em especial, da monografia, minhas inquietações apontavam para um caminho que envolvesse as questões sociais. Foi quando, então, iniciei minhas buscas por uma continuidade em meus estudos que abrigasse as discussões que achava necessário fazer. Em seguida fui apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA, no qual ingressei como aluna especial, modalidade esta que me permitia cursar algumas disciplinas sem ainda ter passado pelo processo seletivo.

Após ser aprovada na seleção, em 2015, o pré-projeto que havia submetido como requisito parcial para o ingresso no Programa passou a ser repensado e lapidado através das discussões feitas com parte dos professores do PPGEA, em especial com os professores Carlos Machado, Gianpaolo Adomilli e Claudia Cousin. Os debates sobre conflitos socioambientais e (in)justiça ambiental feitos pelo professor Carlos Machado ofereceram um ponto de partida para a construção deste estudo envolvendo o projeto de mineração em São José do Norte.

---

[1] Pesca artesanal da tainha *mugil liza* na Lagoa dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil: um enfoque etnoictiologico. Disponível em:
https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/conteudo_digital/000006076.pdf

As relações de pertencimento discutidas com a professora Claudia Cousin me instigavam a pensar sobre "lugares e não-lugares", sobretudo, como estes se constituem e nesta medida, como constituem, também, as pessoas que nele vivem. Destaco a parte que compreende o cuidado e a atenção com aquilo que não se pode enxergar: os sentimentos, a memória, e as cosmologias. Entendi que, para construir uma leitura sobre um caso, é necessário compreender esta relação que se retroalimenta: o lugar que constitui as pessoas e, por sua vez, as pessoas que constituem o lugar.

Ainda sobre a construção dessa leitura sobre a possibilidade de instalação do Projeto Retiro, escolhi escrevê-la amparada por uma discussão de cunho antropológico, tarefa esta que se tornou possível, principalmente, através das disciplinas e debates feitos no grupo de estudos- Núcleo de Estudos sobre Populações Costeiras e Saberes Tradicionais (NECO[2]) coordenado pelo meu orientador, Gianpaolo Adomilli. Logo, esta pesquisa pareceu se encaixar em uma das linhas de pesquisa presentes no PPGEA, mais especificamente na linha de fundamentos da Educação Ambiental - FEA[3].

De acordo com o Plano Político Pedagógico do PPGEA, esta linha se caracteriza pela abordagem dos fundamentos históricos, antropológicos, sociológicos, filosóficos (éticos e epistemológicos) da Educação Ambiental, considerando que os mesmos são importantes na definição e na busca de mudanças de valores, conhecimentos, habilidades e comportamentos visados pela Educação Ambiental (SCHMIDT e*t al*, 2010, s/p.). Todavia, não acredito que seja o papel da linha de fundamentos da Educação Ambiental gerar compreensões únicas e universais sobre valores ou comportamentos, mas, ao contrário, refundar constantemente as bases nas quais este campo se apoia, propõe Machado *et al.*, (2016).

> [...] refundar os Fundamentos históricos, antropológicos, filosóficos, sociológicos, éticos e epistemológicos da EA é dotar de novas representações os signos que essas ciências passam a representar no horizonte de uma pluralidade de saberes numa unidade sentidos e significados. Trata-se de uma razão (ou racionalidade) não mais totalitária, e sim permanente, retotalizada,

---

[2]Sobre o grupo de estudos acesse: https://necofurg.wordpress.com/author/lakotafurg/(Acesso em: 12/06/2017).

[3]A resolução utilizada sobre fundamentos de Educação Ambiental foi extraída do programa pedagógico de Pós-graduação em Educação Ambiental da FURG. Disponível em: http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&itemid=53&lang=pt (Acesso em: 12/06/2017).

> reposta, reconstruída, recursiva, tal como se processam os fenômenos vitais e, como todos os fenômenos vitais, conhecimentos e saberes humanos vivem nas fronteiras de geração e morte, gênese e destruição, eternizam-se nos legados das ciências, das técnicas, das linguagens, das artes, das religiosidades e das literaturas, mas sempre pertencerão a um tempo-espaço marcado pela derradeira finitude humana, que não cansa de transcendê-la na mira de uma imponderável infinitude de eventos finitos (MACHADO et al., 2016. p.11-12)

Para a tarefa de refletir sobre o tempo-espaço no qual vivo, a partir de um evento finito, foi necessário um tema e um local de pesquisa. A escolha da cidade de São José do Norte para a realização deste estudo se deu por diversos motivos, mas principalmente pelo fato do município ter se tornado alvo de grandes empreendimentos que representam mudanças para as condições de vida no local. Como exemplo destes empreendimentos é possível destacar os monocultivos de pinus, a indústria naval, a pesca industrial, e as possibilidades de instalação de empreendimentos no ramo da energia eólica, e o projeto minerário, ao qual este estudo se dedica.

A partir do contexto minerário na America Latina, em especial no Brasil, é possível afirmar que, a exploração de minérios gera impactos negativos para as comunidades e ambientes nos quais estes empreendimentos se instalam. Primeiramente, faço algumas considerações acerca dos conflitos socioambientais e desenvolvimento apoiada em autores como Acselrad (2004) e Zhouri e Laschefski (2010), a fim de amparar a questão que move esta pesquisa. Para os autores

> Os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. Nesse sentido, tais conflitos não se restringem apenas a situações em que determinadas práticas de apropriação material já estejam em curso, mas se iniciam mesmo desde a concepção e/ou planejamento de certa atividade espacial ou territorial (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p. 17).

A trajetória da modernização mineira, que culmina no direcionamento recente da economia para a exportação de *commodities*, tem como consequência a multiplicação dos impactos e dos conflitos sociais envolvendo a resistência à carga de danos imputada às populações consideradas de menor renda e também aos grupos étnicos (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010). Os autores ainda argumentam com exemplos ocorridos em Minas Gerais, que demonstram que a expansão da atividade mineraria está diretamente relacionada com as exigências de incremento na demanda por energia, construções de barragens hidrelétricas. Assim, afirmam que a multiplicação dos conflitos ambientais

decorre de processos como a consolidação do país como exportador de espaço ambiental, ampliando as tensões sociais no campo e na cidade.

Zhouri e Laschefski (2010) acrescentam que no que tange aos conflitos, estes podem ser concretizados na forma de deslocamento ou de remoção desses grupos e isto significa, frequentemente, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova localização, com condições físicas diferentes, não permite a retomada dos modos de vida nos locais de origem, sem contar o desmoronamento da memória e da identidade centradas nos lugares. Assim, as comunidades perdem literalmente a base material e simbólica dos seus modos de socialização com a consequência da sua desestruturação.

Acselrad (2010), ao falar sobre desenvolvimento e instalação de grandes empreendimentos, ressalta que, ao longo dos anos 1990 desenvolveu-se por parte de analistas e atores sociais um processo de substituição do "ambientalismo contestatário", por um "ecologismo de resultados" pragmático e tecnicista. O autor relata uma neutralização das lutas ambientais por parte de organismos multilaterais, empresas poluidoras e governos, um esforço bem sucedido junto ao que chamam de "ecologismo desenraizado" desprovido de vínculos com movimentos sociais.

Na medida em que a burocracia e a tecnocracia estabelecida pelos órgãos gestores, grandes empresas e proprietários de grandes lotes ganham espaço, a participação das populações tradicionais e demais grupos nas decisões de implementação de empreendimentos é cada vez menor. Entretanto essas práticas não aparecem de maneira clara, pois, ao mesmo tempo em que estas grandes corporações desenvolvem atividades que geram danos socioambientais, também agem através do discurso de "sustentabilidade", por exemplo.

Temas como o "enverdecimento" dos discursos e a maneira como foram apropriadas as críticas aos modos de produção, uso e exploração de bens naturais, são muito caros ao campo da Educação Ambiental, onde, autores como Philippe Layrargues oferecem grandes contribuições para este debate, através de sua dissertação "A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da poluição" e posteriormente, em sua tese "A natureza da ideologia e a ideologia da natureza: elementos para uma sociologia da educação ambiental". Este debate tem necessidade de ser feito, ao passo

que se compreende que estas práticas de exploração geram danos aos grupos envolvidos.

Nessa perspectiva, torna-se pertinente para se discutir à luz da Educação Ambiental o processo de instalação da RGM mineração em São José do Norte e os conflitos que tal processo acarreta. Ao considerar o histórico de mineração e seus impactos na América Latina, em especial no Brasil, se procede ao **problema de pesquisa** no qual esta dissertação gira em torno: *Como se dá o processo de elaboração da crítica ao Projeto Retiro? Quais são os elementos que fornecem condições para a construção de uma controvérsia ambiental frente à possibilidade de instalação do Projeto Retiro?*

Este estudo tem como **objetivo** elaborar uma análise sobre como se dá o processo de construção da controvérsia ambiental que envolve a possibilidade de instalação do Projeto Retiro. Utilizando como eixo o conflito socioambiental, busco compreender os argumentos ou, as bases, utilizadas pelos diferentes grupos envolvidos nesta controvérsia, para a instalação (ou não) da mineradora. E, nesta perspectiva, contribuir com estas reflexões ao campo da Educação Ambiental, no sentido de trazer a minha leitura sobre o processo de construção de uma controvérsia ambiental a partir dos conflitos, enfocando os grupos que frequentemente são invisibilizados no processo de tomada de decisão pela instalação de grandes empreendimentos. Os **Objetivos Específicos** desta dissertação visam:

→ Descrever quem são os *argumentadores* e quais os *argumentos* utilizados ao defender ou rejeitar a instalação do Projeto Retiro em São José do Norte;

→ Mapear os diferentes atores envolvidos no processo de tentativa de instalação da mineradora em São José do Norte, em especial os grupos organizados do local;

→ Pensar o papel da Educação Ambiental no que tange aos conflitos socioambientais ocasionados pela instalação de empreendimentos.

Da forma como se realiza esta pesquisa, se acredita que através do uso da socioantropologia e da teoria do conflito, se pode ir ao encontro da indagação acerca da construção das controvérsias ambientais. A síntese construcionista de Hannigan (2009)

oferece uma série de pontos de apoio, com relação aos argumentos, para a construção da controvérsia ambiental, o que pode servir quase como um roteiro. A antropologia, por sua vez, permite que, com rigor, se possa enxergar outros aspectos que talvez não estejam presentes no roteiro sugerido por Hannigan (2009) dando a possibilidade de uma análise mais rica e menos engessada.

A teoria dos conflitos também possui uma posição fundamental nesta pesquisa, pois, ainda que de forma latente, não manifesto na prática, existe um conflito que envolve a possibilidade de uso e significação do território. As visões dos grupos aqui mapeados não podem coexistir, pois disputam o mesmo território e, portanto, a construção dessa controvérsia envolvendo a tentativa de instalação do Projeto Retiro se situa no horizonte dos conflitos socioambientais.

A atividade minerária marca a história dos territórios latino-americanos, desde a sua colonização. Entretanto, a partir dos anos de 1990, sob um contexto de mudança na matriz econômica, a América Latina consolida sua adesão ao neoliberalismo – doutrina econômica baseada na liberalização, privatização, e incentivo ao investimento estrangeiro direto - IED. Uma das características da nova ordem político-econômica é o protagonismo de empresas multinacionais que se instalam nos territórios a fim de explorar produtos sem maior valor agregado e em grandes quantidades, denominados *commodities*, dentre os quais estão os mais variados tipos de minerais (VELÉZ-TORRES,2014; SVAMPA, 2011; 2013).

A consolidação do neoliberalismo modifica a constituição dos territórios de maneira vertical, pois, atua através de uma dinâmica de exploração socioambiental que abala as estruturas que constituem os locais onde se instalam. Embora ofereça vantagens econômicas em nível nacional e uma maior oferta de empregos nos locais, geram severos impactos socioambientais que podem ser observados através dos conflitos envolvendo a carga de danos imputada aos territórios, ao meio ambiente e às populações que, da perspectiva sustentada neste trabalho, não podem ser compreendidos isoladamente, mas, através da sua relação (SVAMPA, 2011).

Cabe dizer que, pelo menos inicialmente, os empreendimentos não se instalam de maneira forçosa. Ao contrário, utilizam estratégias argumentativas e de convencimento das populações envolvidas que estão baseadas em noções de progresso e desenvolvimento, mais recentemente adjetivado de “sustentável”. Além disso, existe uma série de condições dispostas através de leis e da própria constituição que rege os diferentes países que trata da instalação de empreendimentos. No Brasil, o processo de licenciamento ambiental- LA pode ser de responsabilidade federal, através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, ou de responsabilidade dos estados, dependendo do tipo de empreendimento.

A política ambiental, na interface das noções de desenvolvimento e conflitos socioambientais é um tema significativamente controverso, abrigando diferentes compreensões e posições. Este estudo se apoia em autores como Quintero (2015); Zhouri *et al.*, (2005); Zhouri (2008); Zhouri e Laschefski (2010); Zhouri e Valencio (2014); Acselrad *et al.*, (2009) Acselrad (2013) e Acselrad e Leroy (1999) os quais permitem um diálogo com a Educação Ambiental a partir de Machado *et al.*, (2014;2015) e Santos *et al.*, (2016).

No que tange a compreensão de desenvolvimento, Quintero (2015) afirma que esta palavra instalou-se nos imaginários globais há mais de sessenta anos. Este morfema que se constituiu nos séculos XVII e XVIII possui suas bases de significados desde o século XVI, relacionando-se com os sistemas estruturados que conhecemos a partir de uma noção de modernidade, capitalismo e colonialidade. Entretanto, apesar dos longos anos em que esta palavra vem sendo impregnada de significados, é somente no final da Segunda Guerra Mundial que o “desenvolvimento” se tornou um dos vocábulos mais potentes das políticas representacionais e práticas do mundo contemporâneo, se convertendo em uma ideia/força que funciona como um dispositivo de classificação geocultural global.

Nesta perspectiva, o mundo se divide baseado nas noções de desenvolvimento, em três categorias: desenvolvidos (tecnologicamente avançado, livre para o exercício de um pensamento utilitário e sem restrições ideológicas); em desenvolvimento (avançado, porém, preso a um modelo ideológico que impede o pensamento utilitário) e subdesenvolvidos (subdesenvolvido, com baixas tecnologias e com uma mentalidade

tradicional que impede o pensamento utilitário e científico). O desenvolvimento enquanto esta ideia/força atua como uma máquina homogenizadora que unifica as populações sob o rótulo de subdesenvolvidos ou "terceiromundistas" (QUINTERO, 2015).

O morfema desenvolvimento contribui para colocar em prática os programas e projetos que veiculam o fetichismo da mercadoria, da acumulação do capital e das bases materiais da "*buena vida"* (QUINTERO, 2015). Na América Latina, a exploração dos territórios através da exportação de *commodities* é uma das tentativas dos países "terceiromunditas" seguirem na busca por tornarem-se desenvolvidos. Dentre os alvos de exploração estão os minerais que, são explorados para servir ao abastecimento do mercado interno e externo.

Especificamente com relação aos impactos causados pela atividade minerária, a resistência por parte dos grupos envolvidos, manifesta os conflitos sociais, econômicos, ambientais, políticos, culturais, que inauguram um novo ciclo de lutas pela defesa dos territórios na América Latina que, pode ser observada através de diferentes organizações, grupos e entidades anti-mineração, como o Observatorio de conflictos mineros de America Latina (OCMAL[4]). No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, a demanda por minerais para o abastecimento do mercado interno e externo vem aumentando ao longo dos anos e, na mesma medida aumentam os conflitos socioambientais envolvendo a atividade minerária.

A Educação Ambiental é um campo relativamente recente que é marcado por grandes eventos internacionais (europeus) em que se discutia a necessidade de conciliar questões econômicas e o uso sustentável dos bens naturais que, neste contexto são vistos como recursos. Especificamente no caso da América Latina, a Educação Ambiental necessita problematizar o modelo de desenvolvimento, baseado na acumulação econômica, no autoritarismo político, no saque aos bens naturais (vistos como recursos) e, o desrespeito pelas culturas e aos direitos fundamentais da humanidade (REIGOTA, 1997).

---

[4]Para mais informações acesse: http://www.conflictosmineros.net/ (Acesso em: 12/06/2017).

Dentro de um contexto de conflitos e assimetrias envolvendo a mineração e as populações impactadas por esta atividade, esta pesquisa aborda o processo de construção de uma controvérsia ambiental em torno do Projeto Retiro, o qual prevê a exploração de minerais pesados no município de São José do Norte (SJN) – RS. Tendo como ponto de partida e chegada o debate sobre a questão ambiental a partir de uma perspectiva socioantropológica, esta pesquisa se insere na linha de Fundamentos da Educação Ambiental (FEA) do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Esta pesquisa está subdividida em: **introdução** que apresenta a trajetória da pesquisadora e o contexto da pesquisa, através da justificativa, do problema e dos objetivos desta pesquisa, recém exposta.

O **primeiro capítulo** apresenta apontamentos sobre a atividade minerária na América Latina e os conflitos socioambientais envolvendo a resistência das populações aos empreendimentos minerários. Além disso, nessa seção se encontram os aportes teóricos e conceituais que servem de bússola para as reflexões apresentadas. O **segundo capítulo** refere-se à entrada no campo de estudos propriamente dito, através da participação e mapeamento das audiências públicas referentes ao processo de licenciamento ambiental do Projeto Retiro. No total de duas audiências, foram realizadas em Rio Grande e São José do Norte, respectivamente, em dezembro de 2014. Nesta seção estão mapeados diferentes grupos e atores sociais, tanto favoráveis quanto contrários ao empreendimento minerário, bem como os argumentos que sustentam suas posições.

O **terceiro capítulo** aborda os desdobramentos das audiências públicas em outros eventos no município de São José do Norte e Rio Grande, análise documental de processos administrativos referentes ao Projeto Retiro, mapeamento de outros espaços de crítica, como as redes sociais, as visitas realizadas a localidade do Retiro, onde será instalado o empreendimento minerário, caso seja aprovado e, por último, uma tessitura referente aos espaços e experiências vividas na construção da controvérsia ambiental que envolve o Projeto Retiro. O **quarto capítulo** retoma algumas reflexões realizadas nos três primeiros capítulos, especialmente os significados de *desenvolvimento*, *progresso* e *território* buscando oferecer uma compreensão sobre as mesmas e, a partir disso, trata da discussão que envolve a Educação Ambiental e o Território, à luz das

categorias de conflitos e (in)justiça ambiental que são abordadas desde uma perspectiva socioantropológica.

CAPÍTULO 1 - APONTAMENTOS SOBRE A ATIVIDADE MINERÁRIA NA AMÉRICA LATINA.

Há homens que lutam um dia e são bons
Há outros que lutam um ano e são melhores
Há aqueles que lutam muitos anos e são muito bons
Mas há os que lutam por toda a vida
Esses são só imprescindíveis
(Bertold Bretch)

A mineração na América Latina é uma das atividades mais antigas que, de diferentes modos, se apresentou e se apresenta com maior ou menor intensidade nos diferentes territórios. Por isso, torna-se necessário circunscrever em um tempo histórico a discussão a qual este estudo se propõe. Neste sentido, Irene Veléz Torres (2014) contribui com o recorte temporal sobre o qual as próximas linhas se debruçarão. A autora destaca que os anos de 1990 foram marcados pelo neoliberalismo – doutrina econômica que tende a liberalização, privatização e promoção do investimento estrangeiro direto que penetrou os desenhos legais e institucionais da América Latina. A década de 1990 inaugurou em muitos países latino-americanos uma etapa onde as empresas transnacionais retomaram o protagonismo mineiro, assim como no período anterior aos anos de 1970.

Maristella Svampa (2013) em seu trabalho intitulado *Consenso de los Commodities y lenguajes de valoracion en América Latina* lembra que no último decênio, a América Latina realizou a passagem do *Consenso de Washington*, baseado na valorização financeira, para o *Consenso de Commodites*, baseado na exportação de bens primários em grande escala. Segundo a autora, a explotação[5] e a exportação de matérias primas não são atividades recentes, entretanto, deve-se considerar que nos últimos anos do século XX, em um contexto de troca do modelo de acumulação, houve uma notória intensificação na expansão dos megaprojetos que são baseados na extração e exportação dos bens naturais, sem maior valor agregado.

O conceito de *commodities* pode ser compreendido em um sentido amplo, como produtos indiferenciados que recebem preços internacionalmente, ou ainda, como

[5]Termo designado para mencionar a extração dos recursos naturais.

produtos de fabricação, disponibilidade e demanda mundial que possuem preços categorizados internacionalmente e não requerem tecnologia avançada para sua fabricação e processamento. No caso da América Latina, as commodities são, geralmente, alimentos como a soja, o trigo e o milho, assim como os hidrocarbonetos (petróleo e gás) e metais e minerais (cobre, ouro, prata, estanho, bauxita, zinco e outros) (SVAMPA, 2013).

Para Svampa (2013) do ponto de vista econômico e social, a demanda por *commodites* orienta as economias latino-americanas a um processo de reprimarização que, direciona as economias para atividades extrativas de pouco valor agregado. Além disso, o "consenso de *commodities*" aprofunda a dinâmica de despossessão ou desapropriação de terras, recursos e territórios, produzindo novas formas de dependência e dominação.

Deste modo, é possível afirmar que o consenso de commodities trata do ingresso de uma nova ordem econômica e também político-ideológica, que é sustentada pelo *boom* dos preços internacionais das matérias primas e dos bens de consumo que, são cada vez mais demandados por países centrais e potências emergentes. As consequências deste processo são visivelmente expressas através do crescimento econômico e reservas monetárias. Ao mesmo tempo, este mesmo processo produz assimetrias e profundas desigualdades nas sociedades latino-americanas (SVAMPA, 2013).

Segundo o relatório *Mineria y competitividad en América Latina* da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) elaborado por Fernando Sánchez-Albareva e Jeannette Lardé (2006) o incentivo ao investimento estrangeiro, dado através da supressão das barreiras de entrada à exploração estrangeira, reflete a necessidade de capitais para a exploração de recursos com a finalidade de ampliação e modernização das explotações existentes, bem como da necessidade de diversificação dos mercados, a fim de absorver os benefícios dos progressos técnicos. Entretanto, como pontua Svampa (2013), parte importante da literatura crítica da América Latina considera o resultado de um estilo de desenvolvimento "neoextrativista", que é baseado na sobre-exploração de recursos naturais que frequentemente não são renováveis.

Por um lado, a ordem econômica e político-ideológica que se instala na América Latina, consolida um modo de desenvolvimento neoextrativista que gera vantagens comparativas visíveis no crescimento econômico. Por outro lado, produz assimetrias e conflitos sociais, econômicos, ambientais, políticos, culturais e outros tantos mais que, inauguram um novo ciclo de lutas que tem como centralidade a defesa dos territórios e do ambiente (SVAMPA, 2013).

> O neoextrativismo instala uma dinâmica vertical que explode nos territórios e a seu passo vai desestruturando economias regionais, destruindo a biodiversidade e aprofundando de modo perigoso o processo de acumulação de terras ao expulsar ou deslocar as comunidades rurais, campesinas ou indígenas e violentando processos de decisão cidadã (SVAMPA, 2013 p.34. Tradução minha).

Tendo em vista as questões que envolvem o extrativismo e os conflitos ocasionados por esta prática, Maristella Svampa (2013) coloca em debate uma reflexão importante, a qual a autora refere-se como *giro ecoterritorial*.

> Em suma, o que definimos como giro ecoterritorial [...] expressa uma disputa societária em torno do que se entende ou deve entender-se por <<verdadeiro desenvolvimento>> ou <<desenvolvimento alternativo>>, <<sustentabilidade fraca ou forte>>. Ao mesmo tempo coloca em debate conceitos tais como os de soberania, democracia e direitos humanos: em efeito, seja em uma linguagem em defesa do território e dos bens comuns, dos direitos humanos, dos direitos coletivos dos povos originários, dos direitos da natureza ou do <<bem viver>>, a demanda das populações se inscreve em um horizonte de uma democracia radical, que inclui a democratização das decisões coletivas, e, mais ainda, o direito dos povos a dizer <<não>> frente aos projetos que afetam fortemente as condições de vida dos setores mais vulneráveis e comprometem o porvir das futuras gerações (SVAMPA, 2013 p.42. Tradução minha).

Diante do exposto, se torna necessário observar a dinâmica de atuação das populações auto-organizadas em âmbito regional ou nacional em defesa do ambiente, ou do território. Entretanto, considero impossível apresentar a totalidade destas organizações no contexto da América Latina, dada sua vastidão e pluralidade. Desta forma, me limito a trazer alguns poucos exemplos com o intuito de oferecer concretude para a discussão que me proponho neste estudo.

Destacam-se algumas organizações que estão disponíveis para consulta via internet, tais como o Observatorio de conflictos mineros de America Latina (OCMAL[6])

---

[6]Para mais informações acesse: http://www.conflictosmineros.net/ (Acesso em: 12/06/2017).

e o Observatorio latino-americano de conflictos ambientales (OLCA[7]). Através do site OCMAL é possível acessar um mapeamento de 217 conflitos que afetam 331 comunidades em diferentes países. O país que possui o maior número de registros é o Peru com 39 casos mapeados, seguido do México (37), Chile (36), Argentina (26) e na quinta posição está' o Brasil, com 20 registros.

No livro *Diferentes formas de dizer não: Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral",* publicado em 2014, Maíra Sertã Mansur argumenta sobre a larga história do Peru relacionada à exploração mineral que, teve como consequência o desenvolvimento de reflexões amplas por parte dos movimentos sociais, das organizações e instituições. O País possui longa tradição na exploração de minérios desde sua colonização pelos espanhóis. Na região da Cajamarca (norte do Peru) está situada a maior mina de ouro da América Latina e em 2008, 40% dos recursos auríferos do mundo estavam em solo peruano. O país andino é o maior fornecedor de prata do mundo, terceiro maior de cobre e zinco e o quinto maior de ouro (MANSUR, 2014. p. 68).

Para Mansur (2014) o setor de mineração peruano obteve um rápido crescimento a partir de 1990, como consequência de políticas implementadas no governo de Alberto Fujimori (1990-2000) cujo objetivo fora criar no país um ambiente político e econômico favorável a iniciativa privada. Para dar conta de seu objetivo, Fujimori investiu em programas de privatizações, modificou legislações e investiu em mão de obra de infra-estrutura. Destacam-se o Decreto Legislativo nº757 conhecido como lei para o investimento privado e o Decreto Legislativo nº 662, conhecido como lei para a promoção de investimentos estrangeiros, ambas de 1991.

O governo Alberto Fujimori é o marco que solidificou a entrada do país na era neoliberal. O alargamento do setor mineral no país foi acompanhado de reformas para impulsionar os investimentos e garantir maior agilidade. Salientam-se duas destas reformas: 1- no processo de acesso à terra para obras de infra-estrutura, viabilizando projetos que são motivos de conflitos no país; 2- aprovação do estudo de impacto

[7] Para mais informações acesse: http://www.olca.cl/oca/index.htm (Acesso em: 12/06/2017).

ambiental (EIA) em menos de 100 dias sob ameaça de punição aos funcionários que não cumprirem os prazos (MANSUR, 2014).

As medidas tomadas pelo governo peruano em relação ao setor mineral foram alvo de contestações sociais que podem ser evidenciados através da formação de diferentes grupos e estudos que se dedicam ao tema da mineração. O CooperAcción[8], uma organização não governamental criada em 1997 tem como objetivo promover o conhecimento e o exercício de direitos sociais, ambientais, políticos, culturais e econômicos e construir alternativas de desenvolvimento ao extrativismo, orientadas ao bem viver.

Assim como o CooperAcción, o Grufides[9] é uma organização não governamental que atua na região da Cajamarca e, segundo o site, se caracteriza pela defesa dos direitos humanos, enfatizando a sustentabilidade ecológica; o direito a água; a economia solidária; equidade de gênero e o diálogo intergeracional como parte da construção do bem viver, assim como a Fedepaz[10], outra organização não governamental. O Observatório de Conflictos mineros en el Peru[11] , segundo seu site, trabalha desde 2007 observando conflitos em um cenário caracterizado pela expansão mineira do pais; violência e pressão contra os grupos que defendem os direitos das populações e falta de informação objetiva e verdadeira sobre os conflitos.

Dentro deste contexto de conflitos que envolvem a disputa pelos usos do território, destaca-se a consulta prévia, como um direito das comunidades campesinas e indígenas do Peru, acerca da instalação de empreendimentos que exploram bens naturais. Este direito é visto pelo governo como um entrave aos investimentos e não é cumprido integralmente. Neste sentido, torna-se importante mencionar que as questões que envolvem os movimentos sociais no país passaram a ser criminalizadas. A conhecida lei antiterrorismo, promulgada durante o governo Fujimori (1992) como lei nº 24.475, é uma das táticas do Estado peruano para o enfrentamento dos “fenômenos

---

[8] Para mais informações acesse: http://cooperaccion.org.pe/main/ (Acesso em: 12/06/2017).

[9] Para mais informações acesse: http://grufides.org/ (Acesso em: 12/06/2017).

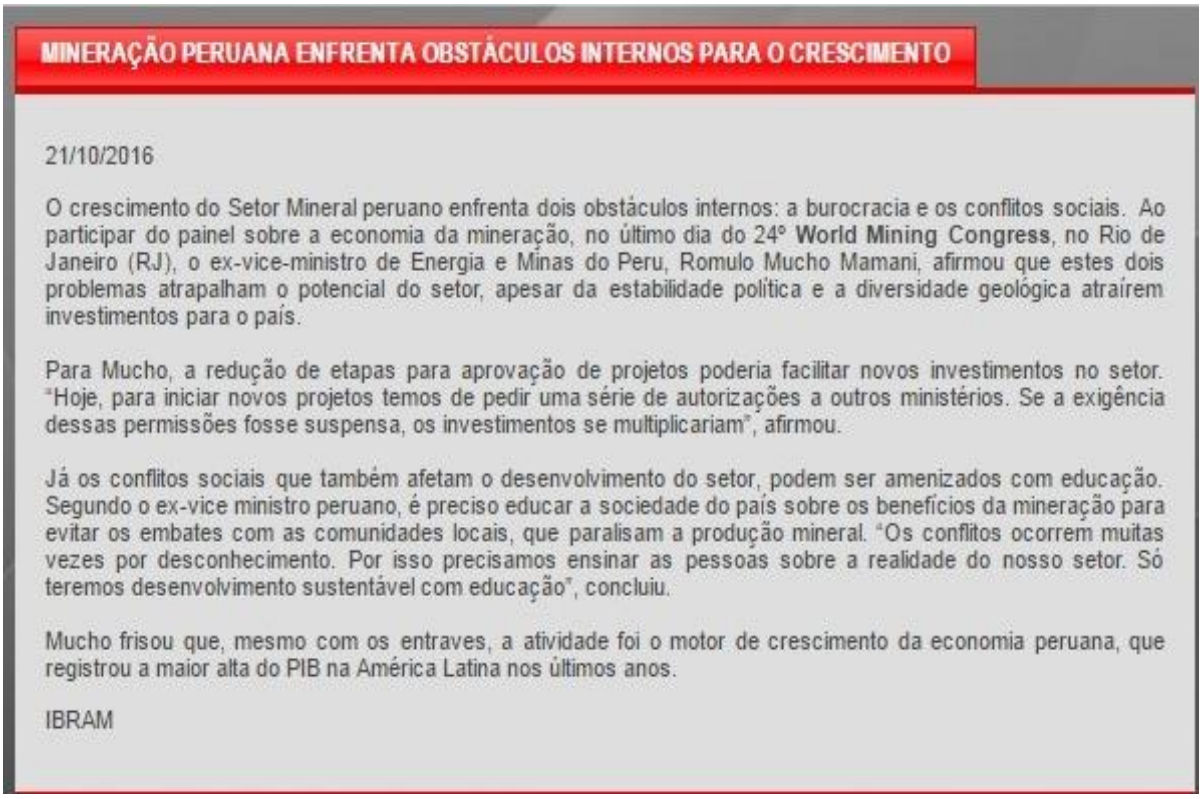
[10] Para saber mais acesse: http://www.fedepaz.org/ (Acesso em: 12/06/2017).

[11] Para saber mais acesse: http://www.conflictosmineros.org.pe/ (Acesso em: 12/06/2017).

subversivos". A lei atinge diretamente os movimentos sociais, pois nega o caráter político das lutas populares, criminalizando e perseguindo politicamente indivíduos e grupos. As organizações de direitos humanos do Peru realizam constantes campanhas e denúncias com o objetivo de visibilizar esses mecanismos de cerceamento da luta social (MANSUR, 2014. p. 81)

Nos últimos anos, o conflito na Cajamarca contra o projeto mineiro Conga, tornou-se um dois maiores símbolos de resistência à grande mineração. Adriana Peñafiel (2016) aborda este tema em sua tese. O distrito de Tambogrande é um dos exemplos de força e resistência das comunidades locais no enfrentamento ao Estado. Ainda neste contexto, o Instituto Brasileiro de Mineração- IBRAM reconhece as manifestações sociais e a burocracia, como obstáculos enfrentados pelo Peru em relação a atividade minerária (figura1).

Figura 1. Notícia veiculada no site do IBRAM sobre os obstáculos enfrentados no Peru para o crescimento do país via atividade minerária.



MINERAÇÃO PERUANA ENFRENTA OBSTÁCULOS INTERNOS PARA O CRESCIMENTO

21/10/2016

O crescimento do Setor Mineral peruano enfrenta dois obstáculos internos: a burocracia e os conflitos sociais. Ao participar do painel sobre a economia da mineração, no último dia do 24º **World Mining Congress**, no Rio de Janeiro (RJ), o ex-vice-ministro de Energia e Minas do Peru, Romulo Mucho Mamani, afirmou que estes dois problemas atrapalham o potencial do setor, apesar da estabilidade política e a diversidade geológica atraírem investimentos para o país.

Para Mucho, a redução de etapas para aprovação de projetos poderia facilitar novos investimentos no setor. "Hoje, para iniciar novos projetos temos de pedir uma série de autorizações a outros ministérios. Se a exigência dessas permissões fosse suspensa, os investimentos se multiplicariam", afirmou.

Já os conflitos sociais que também afetam o desenvolvimento do setor, podem ser amenizados com educação. Segundo o ex-vice ministro peruano, é preciso educar a sociedade do país sobre os benefícios da mineração para evitar os embates com as comunidades locais, que paralisam a produção mineral. "Os conflitos ocorrem muitas vezes por desconhecimento. Por isso precisamos ensinar as pessoas sobre a realidade do nosso setor. Só teremos desenvolvimento sustentável com educação", concluiu.

Mucho frisou que, mesmo com os entraves, a atividade foi o motor de crescimento da economia peruana, que registrou a maior alta do PIB na América Latina nos últimos anos.

IBRAM

Fonte: IBRAM. Disponível em: http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD_CHAVE=263100

Segundo a notícia veiculada no site do IBRAM[12], a redução das etapas para aprovação de empreendimentos minerários facilitaria os investimentos, já que, atualmente as autorizações são emitidas por diversos ministérios. Com relação aos conflitos sociais, o Ex-vice-Ministro de Energia e Minas Romulo Mucho Mamani, argumenta que estes atrapalham o desenvolvimento do país, e poderiam ser resolvidos com a educação das populações para os benefícios da atividade minerária.

Na Bolívia, segundo o relatório *Miradas, Voces y Sonidos: conflictos ambientales en Bolivia*[13] (1999) é possível perceber que a situação do país vizinho ao Peru os conflitos envolvendo mineração também possuem um largo espaço de discussão. Segundo este documento, o desenvolvimento socioeconômico da Bolívia possui íntima relação com a exploração de minerais e, por consequência, as demandas e preços dos mercados internacionais marcaram o ritmo de vida do país, inclusive antes de sua criação como República. A exploração de prata e outros minerais marcaram a história pré e pós-independência da Bolívia, inclusive utilizando a *mita*, trabalho compulsório praticado pelos incas e que os espanhóis passaram a impor aos indígenas.

Mais de quatro séculos de exploração mineral na região deixou profundos impactos ao meio ambiente e nas esperanças dos bolivianos. Em 1970 o governo militar impulsionou a mineração privada com créditos e investimentos no valor de 190 milhões de dólares que foram em mais de 80% destinados a corporações estadunidenses, mas é o ano de 1985 que marca o início da marcha em direção ao neoliberalismo. O país continua sofrendo com a os conflitos envolvendo a mineração. Segundo o relatório OCMAL (2014) as razões para o aumentos dos conflitos (manifestos e latentes) são três principais: 1- legislação mineira; 2- o controle em áreas de exploração; 3 – impactos ao meio ambiente.

Em maio de 2014 o governo boliviano, presidido por Evo Morales, promulgou a lei de mineração e metalurgia e esta ocasionou conflitos protagonizados por campesinos e organizações indígenas, setores excluídos do processo de consulta. Os campesinos

---

[12] Disponível em: **http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD_CHAVE=263100** (Acesso em: 12/06/2017).

[13] Para saber mais sobre o relatório acesse: http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd25/conambolivia.pdf (Acesso em: 12/06/2017).

responsáveis pelas regas[14] rechaçavam as prerrogativas referentes ao uso e aproveitamento da água. Os indígenas rechaçavam os artigos referentes à criminalização dos protestos, introduzidas a título de segurança jurídica aos investimentos e, em especial as restrições ao exercício de direito a consulta prévia, livre e informada. A lei dispõe que, a fase de prospecção e a fase de exploração podem ser realizadas sem consulta prévia, sendo esta necessária apenas durante a fase de exploração. A consulta se restringe a três audiências públicas, no entanto, a conclusão sobre a realização ou não das obras, é do Estado (OCMAL, 2014).

A lei de mineração levantou a declaração de reserva fiscal de todo o território boliviano, estabelecendo áreas livres e as demais que não estavam em contrato, como disponíveis para mineração. Este fato acentuou as disputas por novas áreas entre os setores mineiros, desencadeando diversos conflitos. Em maio de 2014 a localidade de Arcopongo (província Inquisivi) do departamento de La Paz, foi palco de um enfrentamento armado entre facções de cooperativas mineiras e também a população pelo controle de uma jazida de ouro, levando três pessoas ao óbito, mais de 20 feridos e 11 presos (OCMAL, 2014).

Ainda segundo este mesmo relatório, de maio a julho de 2014, foram registrados um total de 21 conflitos envolvendo recursos naturais e terra, do quais 21% tinham relação com impactos ambientais referentes a atividade mineraria, refletindo a prioridade da mineração enquanto atividade econômica, em detrimento do respeito aos critérios ambientais e o exercício dos direitos coletivos. Isto se evidencia ao observar que o país tem registros de cerca de 1642 cooperativas minerais, das quais, somente 20% possui licença ambiental, as demais, embora não a possuam, funcionam com a autorização do governo.

As consequências das problemáticas enfrentadas com relação ao descumprimento ambiental são os inumeráveis acidentes (crimes) ambientais, como é o caso da empresa Santiago Apostól instalada em Potosí que, há anos operava sem licença ambiental e derramou cerca de 3369 metros cúbicos de resíduos perto da bacia do Rio Pilcomayo, impactando a pesca de espécies consumidas pelos indígenas Wenhayek.

---

[14] As regas constituem o ato de regar.

Ainda em Potosí, em outubro do mesmo ano a barragem de rejeitos de San Miguel colapsou, inundando casas com resíduos tóxicos no bairro de Cantumarca. A situação gerou protestos por parte dos moradores que reivindicavam controle e atenção para a problemática ambiental envolvendo mineração (OCMAL, 2014). A criminalização dos protestos foi efetivada pela lei 367 promulgada em maio de 2013. As penas podem chegar de 6 a 8 anos de cárcere, estabelecendo como delito as ações individuais e coletivas que impeçam a atividade minerária.

Na Argentina, segundo Gabriela Scotto (2014), o período referente aos anos de 1990, após reformas neoliberais, também foi marcante com relação a expansão da atividade minerária, especialmente da chamada "mega-mineração a céu aberto", lideradas por empresas transnacionais, inicialmente tornando o país um importante fornecedor de ferro e cobre. Embora a atividade minerária seja praticada desde a sua colonização, o surgimento de um setor em escala relevante somente ocorre no século vinte, após o racionamento das exportações de matéria-prima por parte dos principais países europeus, durante os períodos de guerras e crises entre os anos de 1914 e 1945.

As reformas no marco regulatório para a mineração foram sancionadas nos anos de 1990 durante o governo de Carlos Menem (1989-1999) e confirmado nas gestões de Néstor (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015). O quadro de reformulação no marco regulatório mineiro se completa em 2004 quando Nestor Kirchner apresenta o Plano Nacional Minero como uma alternativa para o desenvolvimento e prosperidade das regiões mais afastadas dos centros industriais da Argentina. Entretanto, estas mudanças recém mencionadas foram alvos de contestação social. A rejeição total à mineração a céu aberto ganha as ruas em 2004, se questionam os impactos ambientais – destruição, contaminação e saqueio dos recursos naturais -, os impactos negativos às economias locais, e a incompatibilidade da mineração com a agricultura, criação de gado e turismo (SCOTTO, 2014).

Na atualidade o país se tornou destaque com relação às reservas de cobre, ouro, prata, monolibdênio e urânio, além do chumbo e zinco, e inclui também depósitos de gás natural e petróleo. Em 1997 a província de Catamarca produzia cobre, lítio e ouro. Em 1998 o ouro também era explorado em Santa Cruz. A partir das reformas regulatórias dos anos de 1990, as exportações de ouro e cobre e lítio começaram a

crescer. Em 1990, sete empresas mineiras atuavam na Argentina e em 2007 este número se elevou para 55 empresas estrangeiras e mais algumas nacionais. Em 2010 a atividade minerária registrou um recorde de 730 mil metros de perfurações em todo o país, 340% a mais do que em 2003 (SCOTTO, 2014).

O emblemático caso na localidade de Esquel marca as mobilizações sociais, quando 81% dos moradores da localidade expressaram sua oposição à mineradora canadense Meridian Gold. A partir desta mobilização, várias outras se sucederam criando a *Asamblea de Vecinos Autoconvocados* pelo No a La Mina[15]. Os *autoconvocados* convocaram a primeira marcha para o dia 22 de novembro e uma segunda em dezembro de 2002 onde participaram milhares de pessoas sob as palavras de ordem: "No a La Mina" (SCOTTO, 2014. p.42). Em abril de 2003 foi sancionada a lei provincial Nº 5.001 que proíbe a mineração a céu aberto de metálicos utilizando cianeto no processo.

Scotto (2014) destaca também o movimento de resistência ao projeto Pascua Lama que é um projeto de mineração binacional (fronteira Argentina e Chile) que visa a exploração de ouro, cobre e prata na alta Cordilheira dos Andes, onde se encontram os glaciares[16], fundamentais para a regulação dos ecossistemas andinos. O movimento tomou repercussões internacionais e em 2010 foi aprovada a sanção da lei nº 26.639 de proteção aos glaciares. Esta é uma das razões pelas quais se pode dizer que "*A montaña sigue en pie, gracias a su gente*" (p.29).

Cabe dizer que, a situação da Argentina ainda é instável com relação aos empreendimentos minerários, pois o país segue sofrendo pressões por parte das empresas e governos. Em 2012, o governo nacional, junto aos governadores das províncias que possuem exploração mineral a céu aberto, criou a Organização Federal dos Estados Mineros (OFEMI), com o objetivo de promover associações entre as

---

[15] Para saber mais sobre No a La Mina acesse: http://www.noalamina.org/ (Acesso em: 12/06/2017).

[16] Glaciares são enormes e densas massas de gelo que se formam em regiões onde a queda de neve suplanta o degelo e que é composta por acumulação de sucessivas camadas de neve que, ao cristalizarem, pressionam os estratos inferiores fazendo-os ceder e provocando o deslocamento vagaroso de toda a estrutura segundo o declive do terreno. Disponível em: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/glaciar (Acesso em: 12/06/2017).

empresas públicas provinciais e as empresas multinacionais mineiras. Desta forma, nada parece garantir que os avanços alcançados através da resistência e da organização popular, que se materializaram nas leis já mencionadas, não sejam revogadas, o que exige constante vigilância e mobilização por parte dos grupos que se opõem à mega-mineração (SCOTTO, 2014)

O Uruguai[17], segundo o OCMAL (2014) viveu uma conjuntura excepcional nos últimos anos, no que se refere aos preços dos metais, ocasionando uma forte tentativa de investimentos para extrair ferro e ouro em grande escala, à céu aberto. O projeto foi considerado inapropriado desde a perspectiva ambiental, social, econômica e da soberania nacional. Estudos geológicos verificaram que o país possui reservas pequenas e de baixa concentração, esgotáveis em poucos anos de exploração.

Entretanto, uma conjuntura especulativa baseada nos *commodities*, em função da crise financeira de 2008, vivida pela Espanha e pelos Estados Unidos, elevou o preço dos metais como jamais havia ocorrido anteriormente, possibilitando grandes negócios para empresas interessadas em adquirir grandes volumes de minerais para exportação (OCMAL, 2014). O país possui reservas de ferro em regiões como Valentines e Zapucay, que foram alvo de interesse da empresa Zamin Ferrous nos últimos anos, através do Projeto Aratirí que visava a exploração de ferro. Os trabalhos exploratórios realizados pela Aratirí iniciaram em 2007, porém até 2011 as informações sobre o projeto eram praticamente inexistentes, resumindo-se à antecipação das possíveis críticas, no intuito de "tranquilizar" os moradores dos locais sobre operação do empreendimento.

Segundo Víctor Bacchetta (2015), os pedidos de informações sobre o empreendimento por parte dos moradores locais se utilizando da lei 18.381 de acesso a informação pública foram muitas vezes negados até que a justiça intimou os responsáveis a fornecer informações, porém, alguns órgãos desconheceram as decisões judiciais. A primeira tentativa de instalação da Aratirí disponibilizou o acesso ao Estudo

---

[17]As reflexões aqui apresentadas sobre o Projeto Aratirí são frutos do livro "Aratiri y otras aventuras: las soberanias cuestinadas" de Víctor Bacchetta (2015) e também da resenha que elaborei com outros dois colaboradores (LOPES, PINHEIRO e ADOMILLI, 2016), disponível em: https://www.seer.furg.br/ambeduc/article/view/5844/3714 (Acesso em: 12/06/2017).

de Impacto Ambiental, o que possibilitou diversas críticas ao projeto que acabou sendo recusado.

A proposta de exploração de ferro a céu aberto e em grande escala, em um país caracterizado por uma economia agropastoril, onde os impactos socioambientais da atividade minerária seriam de grande proporção, impulsionou a formação de uma mobilização social. O movimento social de protestos ao projeto minerário foi considerado sem precedentes, devido a sua heterogeneidade e amplitude, reverberando no cenário local e nacional, iniciando no dia 26 de março de 2010 com produtores e vizinhos das localidades de Cerro Chato e Valentines, chamando a atenção para as gravíssimas consequências da atividade minerária a céu aberto (BACCHETTA, 2015).

Na medida em que os conflitos foram crescendo, outros povoados de balneários da costa de Rocha foram se somando, por sentirem-se ameaçados na continuidade de suas atividades envolvendo o turismo, as praias e propriedades imobiliárias em relação ao mineroduto e ao porto de águas profundas. Em 2011, produtores rurais da zona afetada, moradores da costa de Rocha, organizações sociais e cidadãos de outras localidades, uniram-se aos estudantes e outros profissionais e criaram o *Movimento por um Uruguay Sustentable* (Movus[18]) com intenção se informar e advertir a opinião pública sobre os impactos do projeto Aratirí (LOPES, PINHEIRO e ADOMILLI, 2015).

Informações oficiais revelaram que o Projeto era um saqueio de recursos com graves impactos sociais e ambientais. Em maio do mesmo ano foi realizada a primeira Marcha Nacional em Defesa da Terra e dos Bens Naturais, em Montevidéu, capital do Uruguai. A mobilização social contra a Aratirí apresentava uma oposição ampla, com uma multiplicidade de atividades de difusão de informações, denúncia e discussão pública, através de conversas, mesas redondas, comunicados e conferências de imprensa. Em 2012, o Movus lançou campanhas focadas nos balneários para informar sobre os possíveis impactos ambientais das minas, do mineroduto e do porto de águas profundas (BACCHETTA, 2015).

Segundo Bacchetta (2015) as mobilizações pelo país seguiram ganhando força e em 2013 um grupo organizado de La Paloma (*Unión de Vecinos de La Paloma*)

---

[18] Ver: http://movusuruguay.org/ (Acesso em: 12/06/2017).

organizou uma nova campanha denunciando a imposição governamental de um porto madeireiro em Fray Bentos. As manifestações marcaram inclusive o tradicional carnaval de La Pedrera. O desfile contou com um cortejo fúnebre de um caixão do Uruguay Natural junto com cartazes contra a mineração e o porto de águas profundas. Assim como este protesto, muitos outros ocorreram, somente Marchas foram realizadas sete, sem contar outras formas de manifestação.

A mobilização social gerada em relação ao projeto minerário Aratirí se caracterizou pela heterogeneidade dos grupos que se organizaram e atuaram em várias frentes com o objetivo de resistir às imposições do empreendimento. Chama a atenção o fato de que, embora estes grupos possuam diferenças internas, a união por um objetivo comum, permitiu que outra forma de participação se constituísse, para além do voto eleitoral. A resistência e o enfrentamento ao projeto, nas suas mais diferentes formas, permitiram que ações localizadas se espraiassem tornando-se um movimento nacional sem precedentes (LOPES, PINHEIRO e ADOMILLI, 2015).

1.1 Mineração no Brasil

O desenvolvimento é um banquete de escassos
convidados, embora seus resplendores enganem,
e os pratos principais estão reservados às
mandíbulas estrangeiras
Eduardo Galeano

O Brasil, assim como outros países da América Latina possui regiões com grande abundancia mineral. Segundo o livro Recursos Minerais e Comunidade: Impactos Humanos, Socioambientais e Econômicos elaborado pelo CTEM/MCTI[19] (2014) o país possui um grande patrimônio mineral e é um dos maiores produtores e exportadores de minérios do mundo. Ao todo, são produzidas 72 substâncias minerais (23 metálicas; 45 não-metálicas e 4 energéticas), sendo o minério de ferro o mais produzido (60%) seguido do ouro (5%). O país é o principal produtor de nióbio e

[19]Disponível em: http://biblio.cetem.gov.br/bitstream/handle/cetem/1729/Livro_Recursos_Minerais_E_Comunidade_FormatoA4_em14_outubro_2014.pdf?sequence=1(Acesso em: 12/06/2017).

tântalo, o segundo maior produtor de magnesita e o terceiro na de ferro, bauxita, crisotila e grafita (CTEM/MCTI, 2014. p. 1)

Existem, no Brasil, 8.870 mineradoras registradas no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), tanto em regime de concessão de lavra quanto em regime de licenciamento (IBRAM *apud* CTEM, 2014 p.1). O setor mineral, que compreende mineração, metalurgia e transformação mineral de não metálicos, emprega ao redor de 200 mil trabalhadores e é responsável por 4% do Produto Interno Bruto (PIB), com investimentos programados de US$ 75 bilhões entre 2012 a 2016. Entre os anos de 2001 e 2011, a mineração no Brasil aumentou em 550%. O Plano Nacional de Mineração 2030 pretende aumentar ainda mais essa exploração. O Brasil é o segundo maior exportador mundial de minério de ferro e é de longe o maior exportador de minérios da América do Sul (OCMAL, 2014).

Segundo o Anuário Mineral produzido pelo DNPM (2016) em 2015, as substâncias da classe dos metálicos corresponderam por cerca de 76% do valor total da produção de minerais comercializada. Destacam-se oito destas substâncias que, correspondem a 98,5% do valor da produção comercializada dos metálicos: alumínio, cobre, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel e ouro. O valor da produção destas substâncias totalizou 67,5 bilhões de reais, sendo o ferro o mineral de produção mais expressiva e, por isso, Minas Gerais e Pará merecem destaque, uma vez que a produção de ferro está concentrada nestes dois estados.

Sobre as empresas que atuam no Brasil, é possível afirma que, destacam-se a Vale S.A. e a Votorantim Metais (ambas de capital privado brasileiro), a INB - Indústrias Nucleares do Brasil (de propriedade do Estado brasileiro), o consórcio MNR (Mineração Rio do Norte), que reúne mineradoras importantes do Brasil e do exterior e, por fim, as estrangeiras BHP Billiton (Austrália), Anglo American (Reino Unido), Anglo Gold Ashanti (África doSul) e as canadenses Kinross, Yamana Gold, Colossus, Belo Sun e Jaguar Mining (OCMAL, 2014).

É inegável a participação e a importância do setor mineiro para o crescimento econômico brasileiro, entretanto, merece atenção os impactos socioeconômicos e ambientais que afetam negativamente os territórios e grupos onde esta atividade é realizada. O Brasil possui mais de 3 mil minas, 9 mil mineradoras, e centenas de

milhares de garimpeiros em seu território que, geram impactos negativos. Outro grande problema trata-se dos passivos ambientais que ultrapassam as dezenas de milhares de minas e garimpos que se encontram abandonados e inativos. Estes passivos resultam da atividade minerária que vem sendo praticada há mais de 500 anos no país (CETEM/MCTI, 2014).

Segundo o CETEM/MCTI (2014) os impactos negativos da mineração e da lavra garimpeira estão associados às diversas fases da exploração dos minérios, desde a lavra até o transporte e beneficiamento dos mesmos. Além disso, os danos podem perdurar inclusive após o fechamento da mina, através de desmatamentos, erosões, contaminação dos corpos hídricos, aumento da dispersão de metais pesados, alterações da paisagem, do solo e comprometimento da flora e a fauna. Da mesma forma, afeta a qualidade e os modos de vida das populações estabelecidas na área minerada e em seu entorno.

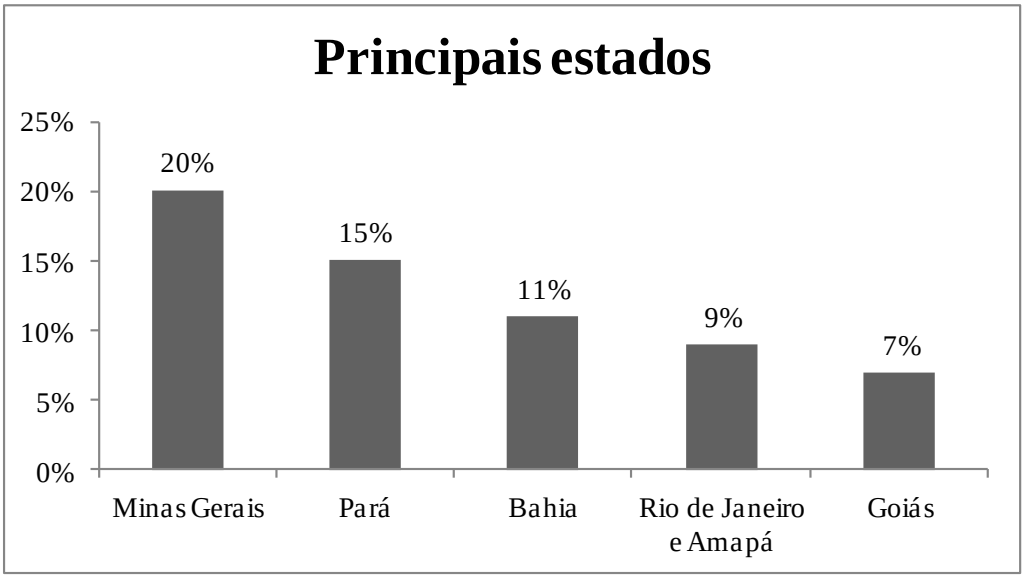
Os autores ainda reúnem uma série exemplos de passivos ambientais[20] no território brasileiro, como o caso de minas de ouro abandonadas e prejuízos oriundos da exploração de carvão em Santa Catarina. Casos de passivos ambientais também são encontrados nos municípios de Serra do Navio (AP) onde a Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) explorou manganês por 40 anos deixando pilhas de resíduos que contaminaram os rios e os lençóis freáticos. Além disso, não houve planejamento para o desenvolvimento de outras atividades econômicas após a exaustão da jazida, tendo como consequência a decadência socioeconômica do município. De maneira semelhante, nos municípios de Boquira e Santo Amaro (BA) a disposição inadequada dos rejeitos e a metalurgia de chumbo tiveram como consequência a contaminação dos solos e mananciais, acarretando em prejuízos à saúde da população. E em Caldas e Poços de Caldas (MG) a mineração de urânio afetou as bacias hidrográficas do município, resultado da extração, beneficiamento e disposição dos resíduos (CETEM/MCTI, 2014).

---

[20]Considera-se passivos ambientais: aquele que é gerado quando,, no encerramento das atividades minerárias, , não foi executada nenhuma ação ou projeto no sentido recuperação do meio ambiente, possibilitando o seu retorno às condições originais ou o reestabelecimento das condições de equilíbrio. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir934/ApresentacaoMME_PassivosAmbientais.pdf (Acesso em: 12/06/2017).

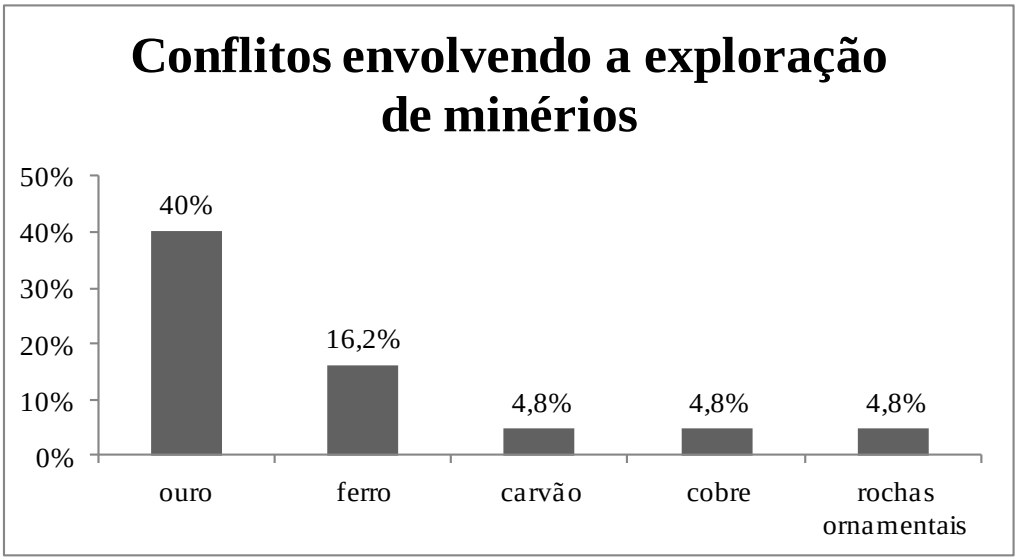
O CETEM/MCTI (2014) oferece um mapeamento de 105 conflitos envolvendo a atividade minerária distribuídos em 22 estados das 5 regiões que compõem o território nacional. A maioria dos casos localiza-se no sudeste (34 casos); seguido da região norte (29 casos); centro-oeste (11 casos) e, por fim, a região sul (10 casos). Neste sentido, destaca-se o estado de Minas Gerais, com 20% dos estudos de caso, em segundo lugar o Pará (15%), em terceiro lugar a Bahia (11%) (Gráfico 1) Com relação aos minerais, dos 105 casos estudados, 40% dos conflitos são referentes à exploração de ouro e 16,2% envolvendo a exploração de ferro, entre outros (Gráfico 2).

Gráfico 1. Principais estados brasileiros com mapeamento de conflitos envolvendo a atividade minerária.



Fonte: CTEM/MCTI (2014). Elaborado pela autora.

Gráfico 2. Principais minérios explorados no Brasil que causam conflitos.



Fonte: CTEM/MCTI (2014). Elaborado pela autora.

Os impactos humanos e socioambientais presentes nestes 105 casos,estão presentes em comunidades urbanas: população local que se caracterizam também em outros grupos populacionais, como ribeirinhos, populações tradicionais (pescadores artesanais e quilombolas) e populações indígenas. Dos casos analisados, os impactos socioambientais mais significativos referem-se a proliferação de doenças (60 casos), problemas trabalhistas envolvendo a empresa de mineração (34), problemas fundiários (29) e crescimento desordenado do município e inchaço populacional (24) e falta de infraestrutura para atender a população e outros (tabela 2) (CETEM/MCTI, 2014).

Tabela 1. Principais impactos humanos e socioambientais ocasionados pela exploração minerária no Brasil.

Impactos humanos e socioambientais	Número de casos
Proliferação de doenças	60
Problemas trabalhistas	34
Problemas fundiários	29
Crescimento desordenado	24

Inchaço populacional	24
Infraestrutura inadequada	23
Aumento da violência	13
Baixo crescimento econômico	10
Aumento da prostituição	9
Empobrecimento da população	7
Trabalho infantil	4

Fonte: CTEM/MCTI (2014). Elaborado pela autora.

No que se refere aos impactos ambientais, o mais significativo entre os casos estudados é a poluição da água, com 68 citações, o que é plausível, tendo em vista que se trata do principal insumo da mineração. Logo a seguir, aparecem os prejuízos ao ecossistema local (57), assoreamento de rios (36), poluição do ar (36) e outros (tabela 3) (CETEM/MCTI, 2014).

Tabela 2. Principais impactos ambientais ocasionados pela exploração minerária no Brasil.

Impactos Ambientais	**Número de casos**
Poluição da água	68
Prejuízos ao ecossistema	57
Assoreamento de rios	36
Poluição do ar	36
Disposição inadequada de rejeitos e escórias	35
Desmatamento	29
Poluição do solo	27

Poluição do lençol freático	26
Impactos na paisagem	25
Extinção de espécies vegetais e/ou animais	22
Área de preservação ambiental	11
Extração ilegal de madeira nativa	8
Rompimento de barragem	7

Fonte: CTEM/MCTI (2014). Elaborado pela autora.

Os conflitos que envolvem empreendimentos minerários são inefáveis no Brasil, além dos exemplos pontuais, destacados acima, destaco também o Programa Grande Carajás e o Mineroduto Minas-Rio. O Projeto Carajás da antiga Companhia Vale do Rio Doce (atualmente Vale S.A., privatizada em 1997), instalado no norte do país, comunica os estados do Pará e do Maranhão desde os anos de 1980, e caracteriza-se pela extração, beneficiamento e escoamento de minério de ferro, sendo o maior complexo de extração de minério de ferro do mundo. A maior parte do minério explorado é exportado para Ásia, especialmente para China (OCMAL, 2014).

> O minério extraído de Carajás é considerado de alta qualidade, contendo 66,7% de hematita. Atualmente, ao longo de uma ferrovia de 892 Km de extensão, cerca de 24 trens de minério a cada dia, compostos por 330 vagões e três locomotivas cada um, transportam diariamente cerca de 300.000 toneladas de minério de ferro cruzando 27 municípios e aproximadamente 100 comunidades urbanas, rurais, indígenas, ribeirinhas ou quilombolas (OCMAL, 2014. p.18).

Ainda segundo a OCMAL (2014) a atividade minerária exercida pelo Complexo Carajás envolve um conflito grave e uma grande resistência à poluição oriunda do processamento do minério de ferro, por parte da comunidade de Piquiá de Baixo (MA), por exemplo. A comunidade busca reassentamento coletivo e responsabilização do Estado aos danos à saúde causados aos mais de mil e cem moradores da localidade. Desde 2004 a empresa busca ampliar o volume de extração de ferro em Carajás. O Projeto S11D, localizado na cidade de Canaã dos Carajás, pretende aumentar de 100 milhões de toneladas de ferro por ano para 230 milhões de toneladas anuais. O projeto custa em média US$ 19,4 bilhões e necessita da abertura de uma nova mina; construção

de uma planta de beneficiamento, a duplicação de 892km da Estrada de Ferro de Carajás; a expansão do Terminal portuário na cidade de São Luís do Maranhão (OCMAL, 2014).

O caso do mineroduto Minas-Rio envolve uma extensão de 525 quilômetros, 36 municípios e cerca de 950 mil pessoas afetadas e extrações de minério de ferro que podem chegar a 90 milhões de toneladas por ano, após a expansão. O Projeto Minas-Rio se estende desde Conceição de Mato Dentro e Alvorada de Minas (MG) até São João da Barra (RJ/RJ) e afeta muitas comunidades através da contaminação da água, morte de animais, condições de trabalho semelhantes à escravidão, criminalização de lideranças, entre outros. Em 2008, a transnacional Anglo-American comprou do grupo MMX, pertencente a Eike Batista.

Ainda no contexto dos conflitos envolvendo o estado de Minas Gerais, destaca-se o ocorrido em novembro de 2015 o município de Mariana que sofreu um dos maiores crimes ambientais[21] da história do Brasil. O rompimento da barragem do Fundão da mineradora Samarco, controlada pelas empresas Vale S.A. e pela BHP Billiton acarretou em uma enxurrada de rejeitos em forma de lama que inundou o distrito de Bento Rodrigues. Os rejeitos minerais passaram pelos rios Gualaxo do Norte, Rio do Carmo e Rio Doce causando profundo impacto ambiental e social em toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Segundo o site Terra Sem Males[22] (2016), as consequências do ocorrido acarretaram em mortes de humanos e não humanos, assim como da flora. A qualidade da água é questionável, uma vez que a empresa afirma que a mesma está apta ao consumo humano e grupos independentes afirmam ao contrário. Além disso, o reassentamento das famílias de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Barra longa, que ficaram desabrigadas ainda não foi feito e as promessas são para 2019. A pesca no local, atividade de mais de sete mil famílias, tanto no oceano quanto no Rio Doce, continua impraticável, gerando impactos, inclusive culturais.

---

[21]O link a seguir mostra diferentes trechos do desastre em Mariana-MG: https://www.youtube.com/watch?v=Z4JyvQjyFY8 (Acesso em: 12/06/2017).

[22] Disponível em: http://www.terrasemmales.com.br/atingidos-e-diocese-de-governador-valadares-falam-sobre-o-crime-ambiental-da-samarco-apos-um-ano/ (Acesso em: 12/06/2017).

Já o Rio Grande do Sul registra o quarto maior PIB do país (R$ 296 bilhões em 2012), perdendo apenas para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (CETEM/MCTI,2014). O estado não possui larga tradição em exploração de minerais como Minas Gerais, Pará e Bahia, entretanto, juntamente com Santa Catarina, são os maiores produtores de carvão do Brasil. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL[23] (2009) o estado do Rio Grande do Sul detém cerca de 90% da produção de carvão, somente o município de Candiota é responsável por 38% do total produzido. A Companhia Riograndense de Mineração - CRM[24], empresa de capital misto, é detentora de um potencial de três bilhões de toneladas de carvão. Suas unidades mineiras em atividade estão situadas nos municípios de Minas do Leão e Candiota, com exploração a céu aberto (CRM, 2016).

Além disso, depois de Minas Gerais, o Rio Grande do Sul é estado que possui maior expressão em produção de pedras preciosas do Brasil. As áreas que mais produzem gemas são: o Médio Alto Uruguai, próximo à divisa com Santa Catarina, com ametista, e a região Lajeado – Soledade – Salto do Jacuí, no centro do estado, rica em ágata (BRANCO; GIL, 2002 *apud* CETEM/MCTI, 2014). Nos últimos anos existe uma tentativa de expansão do setor minerário no estado, como será discutido mais adiante, durante a apresentação do Projeto Retiro.

É possível observar que, paralelo à exploração minerária, os conflitos estão em todo o território nacional (e internacional) e, por isso, estão no centro de muitas análises, pois, seguindo a lógica neoliberação de exploração e exportação dos territórios, este quadro de conflitos e imposição de danos às populações tendem a aumentar. O inesgotável tema dos conflitos envolvendo mineração é abordado por diversos grupos, tais como: Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil – Fundação Fio Cruz[25]; Justiça nos Trilhos[26]; Plataforma Dhesca[27]; Mapa dos Conflitos

---

[23]Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_par3_cap9.pdf (Acesso em: 12/06/2017).

[24] Disponível em: http://www.crm.rs.gov.br/ (Acesso em: 12/06/2017).

[25] Disponível em: http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php (Acesso em: 12/06/2017).

[26] Disponível em: http://www.justicanostrilhos.org/ (Acesso em: 12/06/2017).

[27] Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/plataforma-dhesca_carajas.pdf (Acesso em: 12/06/2017).

Ambientais de Minas Gerais (GESTA/UFMG)[28], além do OLCA e do OCMAL, já mencionados anteriormente.

Segundo o relatório OCMAL (2014), indo ao encontro da meta de aumentar as exportações, em 2013 foi enviado ao Legislativo o Projeto de Lei 5807/2013[29],que visa simplificar o processo de licenciamento ambiental de projetos de mineração, além de que possibilitar a extração de minérios em áreas protegidas por lei. Ademais, o Projeto de Lei 1610/96 pretende regulamentar a exploração de recursos minerais em terras indígenas. Além destes projetos de lei que, por si já anunciam um grande retrocesso na política ambiental, ainda é possível mencionar o Projeto de Lei 3682/12 que, dispõe sobre mineração em unidades de conservação e visa alterar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação para permitir a exploração mineral em 10% das unidades de proteção integral.

Neste contexto que busca flexibilizar as leis e o processo de licenciamento ambiental, tomando em conta o ocorrido em Mariana- MG e os outros impactos socioambientais referidos anteriormente, é possível questionar o processo de licenciamento ambiental que considerou o projeto de mineração na região - no mínimo- aceitável. Quais os interesses são de fato considerados para a aprovação de atividades exploradoras e potencialmente poluidoras? Casos brasileiros e latino-americanos nos levam à questão das controvérsias ambientais relativa à instalação de tais empreendimentos, mas também às questões ligadas ao licenciamento ambiental[30].

1.1.1 Licenciamento Ambiental

Ainda que este estudo não verse exatamente sobre o processo de licenciamento ambiental do Projeto Retiro, mas sobre o projeto em si, acredito que seja importante apresentar, ainda que de maneira breve, alguns elementos sobre este processo para ponderar acerca do contexto em que este se apresenta, assim como, o papel das audiências públicas. O licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos

---

[28] Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/ (Acesso em: 12/06/2017).
[29]Para mais informações sobre o PL 5807/2013 acesse: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=581696 (Acesso em: 12/06/2017).

[30]Entrevista da Antropóloga Andrea Zhouri sobre o desastre em Mariana-MG: https://www.youtube.com/watch?v=Bgljz2sZXG4. (Acesso em: 12/06/2017).

efetiva ou potencialmente poluidores é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela Lei federal 6.938, artigo 10º de 1981, que determina que a "construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental". Posteriormente, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a partir da resolução 237, artigo 1º inciso I, de 1997, define o licenciamento ambiental como:

> Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (CONAMA, 1997).

Portanto, é possível dizer que o Licenciamento Ambiental é resultado de vários fatores como os supracitados e também ao que está estabelecido na Constituição Federal de 1988 no artigo 225, que se refere ao "Meio Ambiente equilibrado como bem comum de uso do povo". O caráter prévio do processo de Licenciamento Ambiental se justifica pela necessidade de se compreender os possíveis impactos causados pelos empreendimentos, bem como as medidas mitigadoras e compensatórias por parte dos empresários. Em última análise, estes dados serão avaliados pelo órgão licenciador que avaliará a relevância dos estudos e da possibilidade instalação. De acordo com a resolução CONAMA[31] 237 de 1997

> Art. 10 - O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas:
> I - Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;
> II - Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;
> III - Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA **,** dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;
> IV - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando

[31] Para mais informações acesse: http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html (Acesso em: 12/06/2017).

> couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;
> **V - Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente**;
> VI - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;
> VII - Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico;
> VIII - Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade. (Resolução CONAMA 237 de 1997. Grifo meu).

De maneira resumida, o Licenciamento Ambiental é composto, portanto, por três fases: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). A primeira licença – a LP - deverá ser avaliada na fase preliminar do empreendimento. Nessa etapa, o empreendedor apresentará os Estudos de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), dados que serão utilizados pelo órgão licenciador para avaliar a viabilidade técnica. No caso de concessão da LP, o empreendedor deverá apresentar o Plano de Controle Ambiental (PCA), documento este que subsidiará o julgamento e a concessão ou não da LI, para o início da instalação da obra. Se todas as etapas forem cumpridas com êxito para o empreendedor, por fim, será concedida a LO, autorizando o início do funcionamento do empreendimento.

Segundo Zhouri, Laschefski e Paiva (2005) a instituição do licenciamento ambiental representou um passo muito importante e significativo no que se refere à prevenção e reparo de impactos socioambientais decorrentes do desenvolvimento. Ainda que, este processo seja insatisfatório no que tange a participação das comunidades afetadas por grandes empreendimentos na tomada de decisão. Para os autores, este distanciamento se dá de diversas formas, inclusive pela burocracia e linguagem técnica, que são inerentes ao processo de Licenciamento Ambiental.

Ainda segundo os autores, no que se refere ao ponto de vista dos empreendedores, o processo de Licenciamento Ambiental é considerado como um “entrave” ao desenvolvimento.

> [...] é importante salientar que, apesar de todas essas falhas no que tange a sua função de averiguar e avaliar a viabilidade ambiental e social de empreendimentos causadores de irreversíveis impactos socioambientais, o licenciamento ambiental ainda é combatido, pois a ele tem sido atribuído o caráter de “entrave” ao desenvolvimento econômico do País. Tal situação indica uma real ameaça aos tímidos passos até agora dados em direção a

> processos menos autoritários e mais abertos ao monitoramento por parte da sociedade (ZHOURI, LASCHEFSKI e PAIVA, 2005 p. 38).

Deste ponto de vista, torna-se imprescindível a avaliação do papel das audiências públicas seus limites e potencialidades, especialmente no que diz respeito à participação dos grupos envolvidos. No contexto do licenciamento ambiental, as audiências públicas são um instrumento da política de licenciamento ambiental, que de acordo com a Resolução CONAMA nº 1/86 visam garantir o cumprimento do princípio da democracia, assegurando o direito à informação, no sentido de que expõe aos presentes, o conteúdo do RIMA. O intuito deste rito, além de apresentar as intenções do projeto, é de alguma maneira propiciar um espaço de debate, onde sejam discutidas as diferentes perspectivas que se encontram envolvidas em torno de um objetivo comum.

As audiências públicas se caracterizam por serem o único, ou um dos raros, espaços onde a população que já possui vínculos com o território em disputa tem a oportunidade de se posicionar em relação ao empreendimento em questão. Diante disso, é possível considerar que as audiências públicas são um espaço onde os conflitos tomam maior visibilidade, justificando[32] a importância da elaboração de uma etnografia nestes espaços.

Tomando em conta a exposição feita acerca do contexto minerário que envolve a América Latina e, especialmente, o Brasil, é de fundamental importância que o tema seja abordado a partir da Educação Ambiental, uma vez que do modo como a compreendo e busco significá-la, esta necessita refletir o contexto histórico e socioambiental em que a conduzo e por ela sou conduzida. Dito isso, o presente estudo se apoia nas bases teóricas da antropologia, em especial na etnografia, em conjunto com a síntese construcionista de controvérsias ambientais de John Hannigan (2009) e, também, da teoria do conflito.

1.2 Pensando a Educação Ambiental a Partir da Teoria dos Conflitos

A ideia de desenvolvimento - que se apresenta como crescimento econômico via industrialização direcionada à exportação de mercadorias (ZHOURI, 2008) - revela uma

---

[32] Outros trabalhos que envolvem etnografia de Audiências Públicas já foram publicados e servem de inspiração para este: "Pescadores do Petróleo: Políticas ambientais e conflitos territoriais na Bacia do Campos-RJ (DEBORAH BRONZ, 2009); CAMPOS, Isabel. Os Prazeres do Balneário, sob as bênçãos de Yemanjá: Religiões Afro-brasileiras e Espaço Público em Pelotas (RS) (dissertação de mestrado, 2015).

lógica onde o meio ambiente, ou seja, os solos, as águas, as matas e os minérios passam a ser vistos como *recursos* naturais, através dos quais, torna-se possível alimentar as indústrias e gerar riquezas aos países.

A recuperação do crescimento econômico na década de 1990 e as novas oportunidades oferecidas à economia capitalista permitiram a imposição ideológica do liberalismo econômico, que incentivava o investimento privado, contenção de despesas públicas e o livre comércio. No que se refere aos países que eram considerados "em desenvolvimento", se estimulavam a reformulação de suas legislações eliminando políticas protecionistas e fornecendo infraestrutura para as empresas; se estimulava também a atrair investimentos e estimular a produção nacional tornando-se, assim, um país competitivo internacionalmente (LISBOA, 2014).

Segundo Zhouri e Laschefski (2010) a relação antagônica entre o meio ambiente e o desenvolvimento deixou marcas no debate ambiental que, nas décadas de 1970 e 1980, questionava o modelo de desenvolvimento que se apresentava em quase todos os países do mundo. No Brasil, imagens da Amazônia em chamas fez emergir inúmeros grupos ambientalistas que questionavam o papel dos governos e instituições financeiras internacionais.

Sobre a instalação de grandes empreendimentos – principalmente os geradores de poluição e/ou odores -, depósitos de lixo e falta de infraestrutura de saneamento para moradias, é possível afirmar que ocorrem em locais de maior privação socioeconômica. A esta imposição desproporcional de riscos ambientais às populações com menores recursos financeiros, políticos e informacionais tem se designado o termo "injustiça ambiental" em contraposição à noção de justiça ambiental, que implica o direito a um ambiente, seguro e produtivo para todos, onde o "meio ambiente" inclui dimensões ecológicas, físicas, sociais, políticas, estéticas e econômicas (ACSELRAD *et al.*, 2009).

Em estudos realizados na América do Sul, Javier Taks (2013) afirma que existe uma diminuição dos bens naturais comuns que é anterior às décadas de 1980 e 1990, entretanto nos últimos trinta anos há um processo de aceleramento da separação das comunidades (indígenas, campesinos, trabalhadores) da possessão e controle dos ambientes onde vivem. O autor afirma que estes ambientes passam a ser gerenciados

por corporações motivadas pelo lucro e poder político, causando concentração de riqueza, deslocamento da população e degradação ambiental.

As disputas travadas entre os diferentes atores sociais e suas formas de se relacionar e significar o território explicitam os conflitos socioambientais. Para Taks (2013) os conflitos socioambientais não podem ser definidos de maneira unânime, mas refletem posturas políticas epistemológicas e até mesmo ontológicas por quem às propõem.

> O conflito [ambiental] é um tipo particular de conflito social onde o tema em disputa se refere a aspectos ambientais. [...] O conflito resulta de diferentes valores, percepções e significados que os atores conferem às ações ou circunstâncias que afetam, ou podem afetar, o meio ambiente (SANTANDREU e GUDYNAS, (1998) apud TAKS (2013, p.23) tradução minha).

> Conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modo diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando ao menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos decorrente do exercício das praticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p.24).

Neste sentido, entende-se que os conflitos socioambientais envolvem outros aspectos para além da disputa por um espaço físico, mas expressa uma concorrência por modos de vida que não podem coexistir. Em outras palavras, na perspectiva que traz a reflexão antropológica em torno do tema, é possível dizer que os conflitos socioambientais referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico (LITTLE, 2006). O autor ainda ressalta que, dentro de um conceito antropológico, o conflito não se restringe a embates políticos e econômicos, mas incorpora também elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais, que nem sempre são tão claros através de outras disciplinas.

Os conflitos socioambientais explicitam as relações de poder e de dominação que envolvem as disputas pelos territórios e ao que constitui os mesmos, seja no que se refere a composição do ambiente, seja pelas cosmologias ali expressas. Através dos conflitos é possível enxergar a forma como são negociadas as resoluções de problemas ambientais. Indo em consonância ao que Taks (2013) propõe - que os conflitos socioambientais não podem ser definidos de maneira unânime - é indispensável que se considere o lugar e as condições nas quais estes ocorrem. Leite Lopes (2004) em seu

livro *A ambientalização dos conflitos sociais* que remete justamente ao fato de ambientalizar as lutas sociais.

> O termo "ambientalização" é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou nas percepções de fenômenos. [...] no caso da "ambientalização" dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do "meio ambiente". [...] poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem dos conflitos sociais e na sua institucionalização parcial (LEITE LOPES, 2004 p. 17).

Leite Lopes (2004) afirma que a ambientalização dos conflitos sociais está relacionada à "construção de uma nova questão social, uma nova questão pública" (p.18). No processo de transformação no Estado e no comportamento das pessoas, o autor relata a influência de cinco fatores: crescimento da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 70 e o final do século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; a questão da "participação"; e, a questão ambiental como fonte de legitimidade e de argumentação dos conflitos.

Para além do papel da Educação Ambiental como descrita por Leite Lopes (2004), onde a mesma é comparada a um manual de etiquetas, que busca oferecer códigos de comportamento individuais e coletivos sobre o uso da água, por exemplo. Busco pensar a EA neste estudo a partir dos conflitos socioambientais e da perspectiva da (in) justiça ambiental. Esta leitura ao qual me proponho sobre a Educação Ambiental já foi descrita e problematizada por autores como Reigota (2001), Loureiro e Layrargues (2013) e outros.

Nesta perspectiva, Layrargues (2009) explica que não é possível falar de Educação Ambiental de modo genérico, pois desta forma corremos o risco de nos limitar ao caráter moralista que se ocupa mais dos modos de fazê-la. Em 2012 em seu artigo intitulado *"Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica*" o mesmo autor fala da "crise de identidade" que a Educação Ambiental brasileira passa, que do seu ponto de vista são decorrentes de dois processos: em primeiro lugar, pela contradição entre teoria e prática que se verifica onde se verifica um afastamento da crítica anticapitalista. Em segundo lugar, a dificuldade de se superar o pensamento e ação pragmática atualmente hegemônica na Educação Ambiental, em

especial na sua dimensão informal, vivenciada nos meios de comunicação midiáticos em geral (LAYRARGUES, 2012).

Desta forma, neste trabalho apresento os conflitos socioambientais como centro da discussão, mas não necessariamente filio-me ao que se concebe como Educação Ambiental Crítica, ou outra macrotendência (LAYRARGUES, 2012), pois, acredito que posicionar esta reflexão dentro de uma corrente de pensamento ou outra, apresentaria mais limitações do que potencialidades. Meu anseio é considerar diferentes olhares sobre as questões socioambientais, especialmente em situações de conflito e, para tanto, trago os olhares antropológicos e sociológicos ao que tem sido feito e discutido sobre Educação Ambiental. Com isto, estabeleço meu lugar de fala, mas não encerro por aqui a compreensão ou o papel da Educação Ambiental, ao contrário, deixo em aberto a reflexão sobre o quê tem sido proposto e quais são as possíveis contribuições para o campo que este trabalho pode gerar.

Dando continuidade a esse processo, procuro pensar a Educação Ambiental neste cenário onde se chocam diferentes interesses, os quais geram (ou podem gerar) prejuízos às comunidades e ao meio ambiente. Portanto, torna-se necessário problematizar o papel da Educação Ambiental, como sugere Reigota (2001), pensá-la como educação política, de modo que esta deva orientar-se para a comunidade, incentivando o indivíduo (e os grupos) a participar ativamente da resolução dos problemas no seu contexto e realidades específicas. Mas não no sentido unilateral e impositivo “daqueles que sabem para os que não sabem”, ao contrário disso, que seja um reflexo do próprio processo de construção coletiva, englobando inclusive os conflitos que permeiam os grupos.

Uma Educação Ambiental comprometida com a luta contra o modelo desenvolvimentista vigente, não pode ser tratada de modo superficial analisando as consequências das problemáticas ambientais e deve, sobretudo, estar atenta aos diferentes atores e as causas dos conflitos ambientais, alinhando-se com o movimento que promove justiça ambiental. “Neste sentido, aos olhos do educador ambiental crítico, as vítimas da injustiça ambiental são o testemunho vivo que dão a prova definitiva da insustentabilidade desse modelo de desenvolvimento” (LOUREIRO e LAYRARGUES, 2013 p.218).

No que tange ao processo de instalação de grandes empreendimentos e os conflitos socioambientais inerentes aos mesmos, parece necessário problematizar as vias pelas quais os mesmos se tornam aceitáveis, e por vezes, até bem vistos. O campo da Educação Ambiental que, este se afirma distante da neutralidade, necessita considerar que os conflitos socioambientais expõem as disputas e os choques de interesses dentro do campo. Além disso, cabe também, avaliar quais são os argumentos utilizados para a defesa dos diferentes pontos de vista, a fim de compreender quais são as relações de poder/dominação que estão imbricadas no processo de instalação de grandes empreendimentos e as consequências geradas às populações.

1.3 A questão ambiental vista a partir de uma análise socioantropológica

Conforme Charles Wright Mills (2009) propõe em *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios* o ofício do sociólogo (e entendo que não apenas do sociólogo, mas, para qualquer pesquisador que busque um diálogo com seu cotidiano), possui íntima relação com a sua vida. Ou seja, a vida e o trabalho são indissociáveis. Para o autor, o ofício está associado à ideia de *artesanato* e *oficina*, contrapondo-se à visão do sociólogo como alguém que testa hipóteses que partem de leis gerais que são submetidas a métodos controláveis. O que existiria, portanto, seria um *méthodos* (do grego), que é um caminho que se percorre para chegar a um determinado destino.

Estas palavras me são muito caras, pois, me permitem a sensação de ser a artesã que caminha tecendo as tramas que formarão esta dissertação. Ao longo deste percurso algumas leituras e compreensões de mundo e como nos movemos nele me foram necessárias, como um combustível para seguir adiante, como respostas (sempre provisórias) para as inquietações que me surgiam nesta estrada nova, que busca um diálogo entre a sociologia, a antropologia e a Educação Ambiental, sendo que, os caminhos que me trouxeram até aqui eram fundamentados nas ciências naturais.

Esse pensamento, que me acompanhou durante muito tempo, me fazia acreditar na (im)possibilidade de realizar esta dissertação, em caminhos tão, aparentemente, desconhecidos por mim. Foi quando li as palavras de Mills (2009) e de José de Souza Martins (2014), onde ambos enfatizavam a importância da vida cotidiana nas nossas leituras (e escritas). E, afinal, eu tinha uma vida cotidiana, de onde surgem as motivações para estar buscando esta aproximação com as ciências sociais. Dizer isto

não significa, de nenhuma forma, afirmar que "tudo é válido" que poderia escrever aqui qualquer coisa. Significa, apenas, reconhecer que, neste percurso, buscarei aprender com os erros e com os acertos, com aquilo que é ingênuo e com o que está amadurecendo. "O trabalho intelectual nutre-se de uma dimensão ambivalente (ambivalência não é sinônimo de ambigüidade): o rigor e o controle científico e uma vinculação visceral às coisas do mundo (ORTIZ, 2002 *apud* FERREIRA, 2001)".

Como dito anteriormente sobre ser a artesã deste trabalho, destaco a importância do teórico social Pierre Bourdieu (1930-2002), o qual foi fundamental para compreensões, ainda que transitórias, sobre o modo como se configura o *campo* que se acredita balizar este estudo, bem como as estruturas que compõem o mesmo. Ao reconhecer a relevância da obra deste autor - que o coloca junto aos clássicos da sociologia – cabe destacar que, o que se apresenta aqui são aproximações, de forma alguma representando a grandeza de seus estudos. Iniciando por uma ideia genérica de campo, o autor aponta que

> [...] os campos são resultados de processos de diferenciação social, da forma de ser e do conhecimento do mundo e o que dá suporte são as relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia, isto é, o monopólio da autoridade, que concede o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo (BOURDIEU, 1984 *apud* ARAÚJO, ALVES e CRUZ, 2009 p. 36)

No livro *"os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico"* Bourdieu (2004) descreve que a noção de campo designa um espaço relativamente autônomo, sendo um microcosmo dotado de leis próprias e, assim como o macrocosmo, é submetido a leis sociais, embora não sejam as mesmas. O microcosmo não escapa às imposições do macrocosmo, mas possui – com relação a este – autonomia parcial.

Assim, é possível considerar que um campo é um espaço circunscrito por diferentes formas de capital, os quais são estruturados e estruturam este campo. Em outras palavras, os campos (social; econômico; político; intelectual; religioso) são expressões dos capitais que o constituem. Por sua vez, a dinâmica social de um campo é marcada pelas lutas através das quais os agentes mantêm ou alteram as relações de força e a distribuição das formas de capital específico.

> Toda diferença, aceita como legítima, funciona por isso mesmo como um capital simbólico que obtém um lucro de distinção. O capital simbólico, com as formas de lucro e de poder que assegura, só existe na relação entre as

> propriedades distintas e distintivas como corpo correto, língua, roupa, mobília (cada uma delas obtendo seu valor a partir de sua posição no sistema das propriedades correspondentes, ele mesmo objetivamente referido ao sistema das posições nas distribuições) e indivíduos ou grupos dotados de esquemas de percepção e de apreciação que os predispõem a reconhecer (no duplo sentido do termo) essas propriedades, ou seja, a instituí-los como estilos expressivos, formas transformadas e irreconhecíveis das posições nas relações de força (BOURDIEU, 2013. p.111).

A estrutura do campo é dada pelas relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia no interior do campo, isto é, o monopólio da autoridade que outorga o poder de ditar as regras, de repartir o capital específico de cada campo. “A forma como o capital é repartido dispõe as relações internas ao campo, isto é, dá a sua estrutura” (BOURDIEU, 1984 *apud* THIRY-CHERQUES, 2006. p.37). Há, portanto, estruturas objetivas e, além disso, há lutas em torno das estruturas que, assim como as práticas, constituem e são constituídas continuamente. Os agentes sociais, evidentemente, não são partículas passivamente conduzidas pelas forças do campo (BOURDIEU, 2004 p. 28).

> É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem ou não fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam na estrutura que determina, pelo menos negativamente, suas tomadas de decisão (BOURDIEU, 2004 p. 23).

Segundo Bourdieu (2001), são os agentes sociais que constroem a realidade social, ainda que o princípio desta constituição seja de ordem estrutural (Bourdieu, 2001, *apud* THIRY-CHERQUES, 2006. p.29) retomando a ideia de que somos protagonistas de nossas histórias, entretanto, esse protagonismo é contingenciado as estruturas que compõem o campo, ou a realidade em questão. Ao considerar que todo campo desenvolve uma *doxa*, um senso comum, e circunscreve um *habitus* específico, é possível dizer que este *habitus* pode, em particular, levar seus agentes a resistir, a oporem-se às forças do campo, em especial se este for o caso de alguém que o adquiriu em outro campo distante do qual se encontra (BOURDIEU, 2004, p.28-29). O *habitus* constitui a nossa maneira de perceber, julgar e valorizar o mundo e conforma a nossa forma de agir, corporal e materialmente.

> [...] é composto: pelo ethos, os valores em estado prático, não-consciente, que regem a moral cotidiana (diferente da ética, a forma teórica, argumentada, explicitada e codificada da moral, o ethos é um conjunto sistemático de disposições morais, de princípios práticos); pelo héxis, os princípios interiorizados pelo corpo: posturas, expressões corporais, uma aptidão corporal que não é dada pela natureza, mas adquirida (Aristóteles) (BOURDIEU, 1984 *apud* THIRY-CHERQUES, 2006. p.33).

As considerações sobre a constituição dos campos, das estruturas, dos capitais e, especialmente do habitus, são muito importantes não só do ponto de vista sociológico, mas também do antropológico, pois oferecem significativos aportes para a artesã durante o processo de tessitura que, é bem mais que o processo de escrita, é a atribuição de significado, é a corporeificação da experiência, da leitura e da reflexão, sempre inacabadas, dispostas ao revisitar, ao repensar.

Através destas breves noções sobre como um campo se constitui, Isabel Carvalho (2001) aponta que o *campo ambiental* fornece noções para que se circunscreva certo conjunto de relações sociais, sentidos e experiências que configuram um universo social particular. Para a autora o campo ambiental é compreendido como um espaço estruturante e estruturado que, inclui práticas políticas, pedagógicas, religiosas e culturais, que se organizam de forma mais ou menos instituídas, tanto pelo poder público quanto por organização coletiva de grupos. Assim, reúne e forma um corpo de militantes, profissionais e especialistas; formula conceitos e adquire visibilidade através de eventos, publicações e posições sobre temas ambientais.

Por mais que um determinado ator insista em estabelecer a conexão direta entre problemática ambiental e sua condição objetiva, no decorrer do seu discurso, aqui e ali, em suas definições e argumentações, vislumbra-se a faceta subjetiva. Entretanto torna-se explícito que, agregada a tal percepção objetivista, “se tem, sempre, uma construção social específica, que no decorrer, materializar-se-á em distintas problemáticas ambientais” (COELHO,2002 *apud* GERHARDT e ALMEIDA, 2005 p.11)

Com isto, não é possível atribuir a um fator a responsabilidade pela problemática ambiental - ou homogeneizá-la, tornando-a única - isto seria descartar toda a sorte de subjetividades nas quais os indivíduos e grupos estão envolvidos. Porém, é de se considerar que as subjetividades e objetividades não são construídas no vácuo, ou em um espaço vazio, elas estão sendo permeadas por diversos fatores, que são, também, alimentados por tais subjetividades. Ou seja, como propõe Gerhardt e Almeida (2005) mais do que uma relação de causa e efeito os aspectos que constituem a problemática ambiental, fazem parte de um processo que se retroalimenta e que incluem sincrônica e diacronicamente a geração de novas subjetividades produtoras de significados que interferem na vida das pessoas.

A “questão ambiental” em suas mais diversas formas de se expressar vem tomando o centro das mais importantes discussões feitas pela sociedade nos últimos 30, 40 anos. Diversos autores (ACSELRAD, 2004; FERREIRA, 2001; HANNIGAN, 2009; LEITE LOPES, 2006; ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010) apontam nuances importantes sobre como este debate vem se desdobrando nacional e internacionalmente. A questão ambiental é um “guarda-chuva” que abriga em si, uma série de outras questões. Como sendo um tema complexo, parece necessitar de uma série de diferentes olhares para que se possa ter uma mínima compreensão do que se trata. Não é o objetivo deste estudo, debruçar-se sobre as infinitas possibilidades de olhares para a questão ambiental. Como dito anteriormente, o que se pretende é trazer uma contribuição a partir de referências da antropologia, e da síntese construcionista de problemas ambientais de John Hannigan (2009) – para a questão dos conflitos socioambientais em áreas (possivelmente) exploradas por grandes empreendimentos e a pertinência desta discussão para o campo da Educação Ambiental.

1.4 Sociologia Ambiental e a Construção de Controvérsias ambientais

A sociologia ambiental é um campo de estudos relativamente recente, data dos anos de 1970, e de acordo com Leila da Costa Ferreira (2001) surge dentro de um contexto de mudança do objeto de pesquisa dentro das ciências sociais, caracterizando-se pela sua perspectiva relacional. Em consonância com a autora, John Hannigan (2009) afirma que o surgimento deste novo campo pode aparecer de um “fermento intelectual e político gerado por movimentos para a reforma e mudança social” (p. 27).

Ainda no contexto da emergência da sociologia ambiental, Selene Herculano (2000), que tem como base o pensamento de Buttel (1996) a sociologia ambiental surge de uma amálgama entre diferentes campos e áreas de estudo, tais como a sociologia rural, a ecologia humana e a sociologia dos recursos naturais. Herculano (2000) ainda inclui a psicologia social, a antropologia cultural, a sociologia dos movimentos sociais, sociologia do desenvolvimento e sociologia urbana como temas que foram unidos de forma relacional ao campo de estudos da sociologia ambiental.

Para Ferreira (2001) a sociologia ambiental emerge como um reboque dos movimentos sociais dos anos 1960 e surpreende os sociólogos que, naquele momento, não possuíam corpo teórico ou uma tradição que possibilitasse compreender a relação

entre sociedade e natureza. A sociologia ambiental se dispõe a estudar as divergências e os conflitos sobre a natureza e seus usos, e as causas e a extensão dos problemas ambientais e os atores envolvidos. Hannigan (2009) afirma que a marginalização da questão ambiental por parte dos sociólogos tem relação com as falhas nos determinismos geográfico e biológico, e ao fato de que alguns sociólogos se tornaram "propagandistas" do desenvolvimento e do progresso.

Hannigan (2009) e Ferreira (2001) destacam a influência dos três fundadores da sociologia, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber no campo da sociologia ambiental. E, posteriormente, as influências dos três autores sobre a obra de Bourdieu e seus desdobramentos nas importantes reflexões sobre campo e habitus que se apresentam em duas diferentes vertentes.

> Neste sentido poderíamos estabelecer aqui as maneiras pelas quais Max Weber (1979) se faz presente nas formulações teóricas propostas por Bourdieu (1980). Como em Weber, a questão dos sentidos, que os homens atribuem as suas condutas é central em Bourdieu. Ao pensar a cultura, ou os sistemas simbólicos, Bourdieu procura sintetizar elementos de diversas orientações teóricas, reconhecendo que estas se repartem em duas vertentes principais: a primeira matriz Kantiana (DURKHEIM, 1995, por exemplo) onde os sistemas sociais são pensados ao mesmo tempo como meios de comunicação (**estruturas estruturadas**) e como instrumentos de conhecimento e da construção do mundo objetivo (**estruturas estruturantes**). A primeira tradição caracteriza-se por tentar compreender como se articulam a partir da elaboração simbólica as formas de consenso. A segunda vertente teria em Marx (1980) e Weber (1979) seus principais expoentes e se caracteriza pelo entendimento dos sistemas simbólicos como instrumentos de dominação (FERREIRA, 2001 p.78).

Compreender sobre o funcionamento das estruturas pode contribuir para que se entenda os mecanismos e os instrumentos de dominação dentro de um campo específico, como o ambiental, por exemplo. Indo adiante, há várias razões para a emergência de um novo campo no horizonte acadêmico. O interesse em problemas ambientais aumenta em razão da popularidade do movimento ambientalista, onde, o livro "Primavera silenciosa" (CARSON, 1962) é considerado um dos grandes catalisadores do debate sobre a questão ambiental; o relatório Os limites do crescimento (MEADOWS, 1972) e o Movimento pela Justiça Ambiental (TAYLOR, 2000) também exerceram importante influência a esta emergência da sociologia ambiental no período 1970-2005 (HANNIGAN, 2009).

Neste sentido, dois importantes pesquisadores, considerados fundadores do campo Willian Catton e Riley Dunlap, marcam a trajetória do campo da sociologia ambiental através de suas obras que oferecem importantes contribuições ao campo, são elas: *"Enviromental Sociology"*[33] e *"Enviromental Sociology: a new paradigm"*[34].Nessa perspectiva, Herculano (2000) apoiada nas considerações de Buttel, aponta quatro principais aspectos metodológicos ou ontológicos da sociologia ambiental: enfoque materialista durkheimiano; enfoque materialista marxista; enfoque pós-materialista e enfoque construtivista ou construcionista.

Sobre este último enfoque é dado maior ênfase neste trabalho, pois trata-se da perspectiva com a qual o mesmo é desenvolvido. Hannigan (2009) aponta que para alguns analistas, o construcionismo social é considerado como a *primazia paradigmática*, ocupando o centro da teoria ambiental. A ideia de que o meio ambiente é *socialmente construído* é um dos conceitos fundamentais da sociologia ambiental. Por outro lado, alguns pesquisadores, como Buttel *et al.*, (2002) rejeitam este argumento, considerando que este enfoque deveria ser visto de forma mais modesta, como "uma série de conceitos e convenções metodológicas" (HANNIGAN, 2009 p. 52). Ainda segundo Hannigan (2009) outras disciplinas têm retratado o construtivismo social como um tipo de Darth Vader, *pervertendo a força da compreensão sociológica e ignorando a realidade da crise ambiental.*

> O que os construcionistas estão realmente dizendo é que nós precisamos olhar mais de perto os processos sociais, políticos e culturais nos quais certas condições ambientais são definidas como inaceitavelmente arriscadas e por isso contribuem para a criação de um perceptível "estado de crise". Como Thompson (1991) observou, os debates ambientais refletem a existência não somente de uma ausência de certeza, mas, ao invés disso, de *certezas contraditórias:* diversas séries de convicções divergentes e mutuamente inconciliáveis sobre as dificuldades que nós enfrentamos e as soluções disponíveis (HANNIGAN, 2009 p. 52).

Para Gerhardt e Almeida (2005) sobre as subjetividades que compõe a questão ambiental, é imprescindível reiterar que, no que tange à construção social das questões e problemas ambientais, estes não estão pautados em critérios fixos e evidentes. Ao

---

[33]DUNLAP, R.E. e CATTON, W.R.Jr. (1979) Enviromental Sociology. *Annual Revew of Sociology*, 5: 243-273

[34]CATTON, W.R. Jr. e DUNLAP, R.E. (1978) Enviromental Sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*, 13: 41-49.

contrário, dependem dos atores sociais envolvidos, sejam estes cientistas, industriais, políticos, jornalistas e/ou ativistas ambientais (HANNIGAN, 2009) Ao considerar que as questões e problemas ambientais não estão dadas, mas encontram-se em permanente processo de construção, cabe considerar o papel da *argumentação.* Com base em Best, 1989 *apud* Hannigan, (2009), são sugeridos três pontos primários para estudar este processo: **Os próprios argumentos**, **os argumentadores** e o **processo de argumentação**.

No que se refere à natureza dos argumentos os autores fazem considerações ao modo como se analisa um argumento: O que tem sido dito sobre o problema? Como o problema está sendo tipificado? Qual a retórica das argumentações? Como os argumentos vêm sendo apresentados para persuadir seu público? Dentre estas, a terceira é considerada a mais importante. Segundo os autores "a retórica envolve o uso deliberado da linguagem de persuasão e se afirmam em três categorias: bases, garantias e conclusões" (HANNIGAN, 2009 p. 101): As bases moldam o resultado do discurso da formulação política (há três tipos principais: definição, exemplos e estimativas numéricas); as garantias são justificativas para demandar que uma ação seja tomada e as conclusões explicam a ação que é necessária para aliviar ou erradicar um problema social.

Hannigan (2009) apoiado em Best (1989) levanta algumas questões sobre a identidade dos argumentadores: São estes afiliados a organizações específicas, movimentos sociais, profissões e grupos de interesse? Representam seus próprios interesses ou de terceiros? São experientes ou noviços? A promoção de um problema pode ser feita um grupo muito diverso de argumentadores. Além disso, alguns argumentos podem ser promovidos por um grupo muito seleto de argumentadores: Cientistas, Médicos e outros, que são diretamente financiados por corporações que têm interesses bem definidos quanto ao tema em questão.

Amparado por Wiener (1981), Hannigan (2009) descreve que o processo de argumentação é composto por três subprocessos que interagem entre si: *animando* o problema (estabelecimento de áreas de direito, desenvolvimento de constituintes, Aconselhamento e repasse de capacidades e informação) *legitimando* o problema (procura de expertise e prestígio, redefinição do escopo, construção de respeitabilidade

e manutenção de uma identidade separada) *demonstrando* o problema (competição por atenção, construção de alianças com outros argumentadores, seleção de informação de apoio, convencimento de ideólogos de oposição e aumento dos limites de responsabilidade). Tais processos, que ocorrem de forma alternada, são responsáveis pela construção de uma arena pública em torno de um problema social.

Na esteira da construção dos problemas ambientais, observou-se a importância do processo **de argumentação**, **dos argumentadores** e **dos argumentos em si**. Ainda neste contexto, três tarefas são importantes, de acordo com Hannigan (2009): Juntar, Apresentar e Contestar tais argumentos.

A tarefa de **juntar** argumentos geralmente ocorre no contexto científico, pois, fora dele geralmente não há recursos para tal atividade, a exemplo disto pode-se falar da camada de ozônio, que só pode ser estudada através de alta tecnologia. Por outro lado, problemas ambientais que se relacionam com experiências cotidianas, como por exemplo, a questão de resíduos tóxicos e a implicância dos mesmos para a saúde, são melhor compreendidos através do conhecimento prático sobre o meio ambiente que se origina da experiência diária dos atores sociais. Assim, ao pesquisar a origem dos argumentos, o pesquisador deve se questionar quanto à procedência do argumento (de onde e de quem vem) e quem os administra, que interesses políticos e econômicos representam, bem como o tipo de recursos que trazem ao processo de argumentação (HANNIGAN, 2009).

A **apresentação** dos argumentos é também o momento em que torna-se necessário atrair a atenção e legitimar tal argumento (SOLESBURY, 1976 *apud* HANNIGAN, 2009). Neste momento, utiliza-se do evocativo imaginário verbal e visual dos argumentadores. As questões ambientais podem ser forçadas em proeminência quando exemplificadas em casos particulares como o acidente nuclear de Chernobyl. Além disso, os argumentos podem ganhar legitimidade quando seus patrocinadores são legitimados e fonte de autoridade de informação.

Contestar um argumento ambiental requer uma contestação em curso dos argumentadores, procurando o efeito legal e a mudança política. O apoio científico e a mídia são parte importante do processo de argumentação, portanto, os problemas ambientais são principalmente contestados na arena política. O sucesso da

argumentação, neste contexto, requer que conhecimento, sorte e tempo estejam aliados. Um acidente nuclear, por exemplo, potencializa a abertura de janelas políticas que, de outra forma poderiam continuar fechadas (HANNIGAN, 2009).

Apoiada em Hannigan (2009) que coloca centralidade no argumento, seja pelos seus argumentadores, pelo argumento em si, ou pelo processo de argumentação, busco elementos para analisar como se constrói a controvérsia ambiental acerca da tentativa de instalação do Projeto Retiro, no município de São José do Norte. O ato de juntar, apresentar e contestar os argumentos se dá em grande medida a partir dos aportes oferecidos pela antropologia, em especial pela etnografia.

1.5 Antropologia, Etnografia e seus pressupostos teórico-metodológicos

O ato de definir é frequentemente limitante, portanto, parece importante destacar que as significações atribuídas a determinado assunto são sempre recortes, e estes são como janelas através das quais se pode enxergar o mundo. Assim, o recorte que utilizo nesta pesquisa acerca da antropologia a reconhece enquanto uma ciência que se ocupa de trazer diferentes miradas para a compreensão da espécie humana em seus contextos. Mariza Peirano (1995) em seu livro "A favor da Etnografia", apoiada em Evans-Pritchard e Clifford Geertz defende que a antropologia estuda problemas e não povos, assim como antropólogos não estudam aldeias, mas em aldeias.

> Notoriamente preocupada com a peculiaridade do objeto de pesquisa, a antropologia talvez seja, entre as ciências sociais, paradoxalmente, a mais artesanal e a mais ambiciosa: ao submeter conceitos preestabelecidos à experiência de contextos diferentes e particulares, ela procura dissecar e examinar, para então analisar, a adequação de tais conceitos (PEIRANO, 1995 p.15).

Desta forma, segundo Hélio Silva (2009), andar, ver e escrever, são três características da etnografia que se encontram em sincronia, ao mesmo tempo exercendo e recebendo influências uma das outras de maneira recíproca. Neste sentido, é possível dizer que o observador e o observado não podem ser percebidos de maneira separada, senão como unidade, tornando a etnografia o relato de um percurso. Ao tomar de empréstimo algumas considerações de Clifford Geertz (2008) presentes em seu livro "a interpretação das culturas" acerca do fazer etnográfico e suas possíveis interpretações, é possível dizer que

> Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia. E é justamente ao compreender o que é a etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Devemos frisar, no entanto, que essa não é uma questão de métodos. Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma "descrição densa" (GEERTZ, 2008, p. 4).

Seguindo as pistas deste autor é possível compreender que alcançar a densidade necessária para a realização de uma etnografia requer do pesquisador a capacidade de distinguir entre um cacoete (movimento involuntário) e uma piscadela. Para tanto, ao pesquisador é necessário exercitar as faculdades de *andar, ver e escrever* ou ainda, como propõe Roberto Cardoso de Oliveira (2000) *olhar, ouvir e escrever.* Tal exercício só se torna possível através do disciplinar (da antropologia), ou ainda da domesticação teórica de tais faculdades.

Em consonância com este autor, Peirano (1995) aponta para importância das monografias em estudos que se proponham a dialogar com a antropologia. As monografias contribuem para uma melhor compreensão acerca do distanciamento, ou o *estranhamento* necessário para realização do estudo, pois, ao deparar-se com os conceitos dos nativos o pesquisador necessitará de uma base teórica que fundamente suas interpretações.

> À parte o fato de que a distância necessária para produzir o estranhamento pode ser geográfica, de classe, de etnia ou outra, mas será sempre psíquica, os conceitos nativos requerem, necessariamente, a outra ponta da corrente, aquela que liga o antropólogo aos próprios conceitos da disciplina e à tradição teórico-etnográfica acumulada (PEIRANO, 1995, p.19).

A observação direta e participante é imprescindível para realização de uma etnografia, e caracteriza-se pela união do *olhar domesticado,* e dos ouvidos atentos. Oliveira (2006) sinaliza que ouvir não é apenas escutar, senão o estabelecimento de um diálogo, ou o *encontro etnográfico.* O olhar e o ouvir são atos cognitivos através dos quais o pesquisador ora pesquisa a comunidade, ora é pesquisado por ela. Assim, a etnografia requer uma relação de confiança, construção que demanda tempo.

Ao considerar estas variáveis que compõe a descrição densa, ou a interpretação do pesquisador, ainda é necessário lembrar que tal descrição é apenas um recorte, e este

não é fixo. Assim, uma etnografia não guarda em si uma verdade absoluta e inquestionável, ao contrário, está sempre aberta a novas resignificações, até mesmo pelo próprio pesquisador, em diferentes momentos de sua vida. Partindo do ponto que uma descrição etnográfica manifesta as subjetividades e as *lentes* com as quais o pesquisador enxerga determinada realidade, é quase certo que ao longo de sua vida, este teria diferentes interpretações de uma mesma realidade. Em outras palavras, Clifford Geertz (2008) aponta que

> Os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um "nativo" faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura.) Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são "algo construído", "algo modelado" — o sentido original de *fictio* — não que sejam falsas, não-fatuais ou apenas experimentos de pensamento (GEERTZ, 2008 p. 11).

Estas interpretações são elas mesmas o resultado de um encontro de "dois mundos" o do pesquisador, e o do pesquisado. É o resultado de uma partilha. Assim, Magnani (2009) observando as experiências descritas por outros antropólogos descreve de maneira simples a etnografia, como

> uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (MAGNANI, 2009 p.135).

No que tange à questão ambiental, Javier Taks (2013) argumenta que é possível identificar dois grandes conjuntos de antropologia. A primeira seria uma antropologia que focaliza uma crítica mais profunda sobre as categorias que a ciência normal tem desenvolvido e promovido como empregada do estado e do poder corporativo. A segunda versão não necessariamente exclui a primeira, porém, dá ênfase aos métodos de investigação antropológicos, tais como a observação participante e a etnografia. É neste sentido que a antropologia pode concorrer para uma revalorização do conhecimento tradicional, contra uma visão cientificista definitivamente aliada aos grupos mais poderosos da sociedade contemporânea (FOLADORI e TAKS, 2004).

> Essa crítica, contudo, não pode degenerar em um ataque infantil à "razão" e à "ciência", mas deve reconhecer formas distintas de se fazer ciência, e suas múltiplas relações com os interesses econômicos e políticos dos grupos envolvidos na problemática ambiental (ELLEN e HARRIS *apud* FOLADORI e TAKS, 2004, p.332).

Nesta busca pelo rompimento com a ideia de que a “ciência verdadeira” se faz por “cientistas” dentro de um laboratório e/ou academia, este trabalho se inspira, em partes, na etnografia multissituada (MARCUS, 1995) e na etnografia multiator (LITTLE, 2006). Ao considerar que estas duas perspectivas abordadas pelos autores não se sobrepõem, parece relevante utilizar aportes ofertados por ambos, na busca por construir uma narrativa composta por diferentes “cientistas”. A etnografia multissituada se caracteriza como um modo que investiga e etnograficamente constrói os modos de vida dos sujeitos diversamente situados. Assim, também constrói etnograficamente os aspectos do próprio sistema através das associações e conexões que os próprios *sites* -ou locais- oferecem. Desta forma, etnografia multissituada contribui para que se construa uma narrativa que demonstre os locais de fala e quem os ocupa (MARCUS, 1995).

Ao considerar que este estudo se desenvolve em espaços formais (audiências públicas, eventos organizados pela prefeitura de São José do Norte e programas de rádio e etc.) e informais (visitas aos moradores, aos feirantes, mapeamento de redes sociais e etc.) é possível afirmar que, esta ocorre em diferentes *sites.* Além disso, esses locais são ocupados por diferentes atores sociais que se encontram localizados de forma assimétrica e desigual nesta controvérsia que envolve o Projeto Retiro em São José do Norte.

No que se refere à observação participante inerente a etnografia multissituada, Loïc Wacquant (2006) amparado em Pierre Bourdieu, oferece um importante aporte ao que esta pode significar. Em sua descrição *“da observação participante à objetivação participante”* que se dedica a discutir dois trabalhos etnográficos de Bourdieu, algo muito importante é dito sobre a validade desta observação

> Bourdieu derruba a presunção indiscutida, congênita ao ofício, de que seria necessário ser socialmente distante e culturalmente diferente daqueles que se estuda para se chegar a uma observação participante válida [...] ele recusa a concepção dominante de Etnografia como uma “viagem heróica na Alteridade” (WACQUANT, 2006 p.20).

Ainda segundo Wacquant (2006), foi utilizando os mesmos instrumentos de observação e perseguindo questões da mesma natureza em duas comunidades distintas que Pierre Bourdieu pode ser encarado como um precursor da etnografia multissituada, antes mesmo desta ser compreendida como um método distinto. Para o autor, Bourdieu empreende um método multissituado com trabalhos de campo em ambos os locais em

que estudava e alimentava através da transferência metódica de esquemas conceituais e resultados empíricos de um local para outro.

> Para muitos dos seus praticantes e defensores contemporâneos, o trabalho de campo multissituado é um meio de colocar o etnógrafo em sintonia com o espírito do tempo, e em melhor posição para registrar (e, frequentemente, celebrar) a fluidez, o hibridismo e a multiplicidade – de lugar, escala, cultura e pontos de vista. Para Bourdieu, é um dispositivo experimental para implementar em termos práticos os princípios do racionalismo aplicado: um instrumento de "vigilância epistemológica", [...] que examina "não apenas a aplicação do método, mas o próprio método" (WACQUANT, 2006 p. 22).

Entretanto, considerando o que já foi dito anteriormente a respeito de uma ciência que se distancia da neutralidade, evidentemente não se poderá dar os mesmos espaços e pesos de fala para os diferentes atores envolvidos. É de se considerar que parte dos envolvidos já possuem privilégios no que tange à legitimidade e credibilidade de suas posições. Como exemplo disso é possível destacar a posição dos empreendedores, consultores, órgão responsável pelo licenciamento e etc. O conhecimento técnico e científico se apresenta como um capital simbólico- que obtém lucro por distinção- (BOURDIEU, 2013).

Desta forma, ainda que se parta de uma etnografia multissituada, serão enfocadas as posições daqueles que são considerados *marginalizados* ou *invisibilizados*. Neste sentido, muito contribui as considerações de Little (2006) acerca da etnografia multiator. Em concordância com o autor, se pode afirmar que esta não é uma etnografia de um grupo específico, senão uma etnografia que tem como tema central o conflito.

> Ao colocar o conflito em si como o foco central da etnografia, e não um grupo social em particular, o antropólogo é obrigado a identificar os distintos atores sociais e recursos ambientais envolvidos no conflito, analisar esses atores em interação entre si, com seu meio biofísico e com seu meio social e levantar as reivindicações de cada grupo e suas respectivas cotas de poder formal e informal (LITTLE, 2006 p. 92).

> Um olhar antropológico pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado. O autor ainda acrescenta que a etnografia dos conflitos socioambientais explicita as bases latentes e dá visibilidade a esses grupos marginalizados (LITTLE, 2006, p. 92).

Importa, ainda, destacar que, no contexto em que se encontra esta pesquisa, os conflitos emergem de uma disputa pelo uso e significação do território por atores/grupos sociais que possuem posições desiguais de defesa pelos seus direitos e/ou

interesses. Trata-se de, por um lado, de grupos sociais que constituem o município de São José do Norte e, de outro lado, um empreendimento minerário que busca se instalar na localidade e, para tanto, utiliza-se de argumentos em torno do *progresso* e do *desenvolvimento.* Neste sentido, ainda é possível buscar apoio para reflexões na *Antropologia do Desenvolvimento* (QUINTERO, 2015) que compreende os/as antropólogos/as "profundamente comprometidos com as comunidades locais receptoras de projetos de desenvolvimento [...] longe de representar interesses acadêmicos, procuram desprender-se das heranças coloniais tanto do desenvolvimento como da própria antropologia" (p.20).

Quintero (2015) ainda argumenta que, não é por acaso que as populações que são alvos da dominação e da exploração de intervenções de desenvolvimento são as mesmas que historicamente formam parte dos estudos antropológicos. A antropologia do desenvolvimento busca, de certa maneira, colocar os "esforços antropológicos" em favor dos grupos estudados. Ou, ainda, ao invés de considerar tais grupos como objeto de estudo, redirecionar as reflexões para as relações de poder e seus elementos constitutivos. O autor compreende o desenvolvimento como uma ideia/força que motiva e impulsiona mudanças na sociedade.

Dito isso, esta pesquisa não busca se filiar a nenhuma perspectiva de pensamento dentro do campo da Antropologia, ao contrário, procura subsídios nas mais diversas possibilidades que o campo ofereça para elaborar esta dissertação. Parto da compreensão de que, como já discutido anteriormente, nos casos em que os territórios são alvos de grandes projetos de desenvolvimento, como ocorre em relação aos empreendimentos minerários, a antropologia, assim como a sociologia podem oferecer aportes significativos para que se possam compreender outras questões que não estejam apenas vinculadas aos aspectos econômicos destas atividades.

1.5.1 Procedimentos Metodológicos

A metodologia deste trabalho está intrinsecamente relacionada com suas opções teóricas e, portanto, são indissociáveis. Nessa perspectiva, este estudo se caracteriza por uma análise socioantropológica que visa à construção de uma controvérsia ambiental. A escolha por unir estas duas abordagens reflete o meu entendimento sobre a necessidade do próprio campo de pesquisa, mas principalmente as condições que envolvem a

pesquisadora. O universo desta pesquisa é formado por diferentes grupos que ocupam posições distintas, em que o conflito se encontra como o centro, unindo os envolvidos na disputa.

Esta pesquisa utiliza como pano de fundo as contribuições da síntese construcionista de John Hannigan (2009) e, por um tempo, cogitou a possibilidade de desenvolvê-la a partir de uma perspectiva etnográfica. Entretanto, esta alternativa mostrou-se demasiadamente perigosa, pois, considerando o período de 24 meses para a realização de um mestrado e, todos os atravessamentos que o compõem, havia grandes chances de não ter tempo suficiente para a imersão neste universo de pesquisa que é permeado por grupos tão distintos entre si. Além disso, seria indesejável que esta pesquisa caracterizasse dois grupos de envolvidos: “os favoráveis” e “os contrários” ao empreendimento, homogeneizando as posições e os interesses, abafando os conflitos. Tomando isso em consideração, a opção escolhida foi associar, sempre que possível, as reflexões antropológicas com os dados sociológicos, a fim de buscar responder as necessidades do campo de estudos.

A antropologia, em especial a etnografia, vinculada à síntese construcionista de John Hannigan (2009) pode oferecer importantes contribuições para o mapeamento dos argumentadores e argumentos envolvidos em torno da temática deste estudo desenvolvido com as comunidades locais de São José do Norte, tornando possível levar a cabo isto que aqui me refiro como uma análise socioantropológica. Desta forma, são utilizadas ferramentas audiovisuais, como gravações de áudio, vídeo e fotos. Além disso, são apresentados documentos veiculados na mídia e Processos Administrativos os quais foram acessados através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente- SMMA de São José do Norte. Esta pesquisa foi realizada através dos seguintes espaços:

a) Mapeamento e análise das audiências públicas:

Esta pesquisa teve seu início através da participação e do mapeamento das audiências públicas referentes ao processo de licenciamento ambiental do Projeto Retiro. Realizadas nos dias 3 e 4 de dezembro de 2014, nas cidades de Rio Grande e São José do Norte, respectivamente, as audiências foram coordenadas pelo órgão responsável pelo licenciamento ambiental do empreendimento, o IBAMA. Na ocasião, minha participação foi acompanhada por amigos que fazem parte, assim

como eu, do Observatório de Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil, os quais me auxiliaram com os registros fotográficos e também com a gravação de áudio, nos dois dias de audiências.

b) Participação em espaços de debate acerca do Projeto Retiro:

Na sequência da minha participação nas audiências públicas, fui convidada a participar de outros espaços de debates acerca do empreendimento minerário. Fui convidada a participar de duas edições do programa Paralelo 30, da Rádio FURG, sendo a primeira vez acompanhada de meu orientador Prof. Gianpaolo Adomilli e, a segunda edição acompanhada de Cleberson Milao, morador de São José do Norte. Posteriormente, participei do evento "Depoimentos e rodada de debates: Comunidades Tradicionais de Agricultura Familiar e Pesca Artesanal", organizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São José do Norte. Mais adiante, com a ajuda dos moradores do Retiro, organizei uma reunião na localidade para debater a temática da mineração com os moradores da área diretamente impactada. Ainda no contexto dos eventos, participei juntamente com alguns moradores de São José do Norte de eventos sediados pela Universidade Federal do Rio Grande.

c) Análise documental:

Além da participação nas audiências públicas e em diferentes espaços de críticas ao Projeto Retiro, esta pesquisa envolveu a análise dos Processos Administrativos que compõem o processo de licenciamento ambiental do empreendimento minerário da empresa Rio Grande Mineração S.A. – RGM. Os documentos analisados foram elaborados por diferentes atores sociais e organizações, tanto favoráveis quanto contrárias ao Projeto. Dentre os atores envolvidos se encontram os sindicatos de pescadores e o sindicato dos agricultores, o grupo de agroecologia Econorte, e empreendimentos como a FLOPAL e o Ventos do Atlântico S.A..

d) Mapeamento de Redes Sociais e outros *sites:*

Paralelo as minhas participações em diferentes eventos e espaços, realizei um mapeamento de grupos que se posicionavam em relação ao Projeto Retiro via *facebook*, através do grupo "#acordaSJN", além disso, utilizamos informações

veiculadas pelo site da empresa RGM e de blogs que debatem questões relacionadas ao município de São José do Norte, dentre os quais, encontra-se o tema da mineração.

Segue abaixo a tabela 1 com as atividades que subsidiaram a análise.

Tabela 3. Principais atividades que formam parte das análises que compõem esta pesquisa.

Atividade	Local	Data
Audiência Pública	Câmara do Comércio – Rio Grande	3 de dezembro de 2014
Audiência Pública	Clube Sócrates – São José do Norte	4 de dezembro de 2014
Programa de Rádio	Rio Grande	23 de janeiro de 2015
Programa de Rádio	Rio Grande	27 de janeiro de 2015
Fórum das comunidades tradicionais	Ministério Público Estadual– São José do Norte	19 de junho de 2015
Reunião no Retiro	São José do Norte	17 de fevereiro de 2016
Ocupa Tudo: E a universidade	Rio Grande – FURG	15 de junho de 2016
Mesa Redonda: Ação Popular, um diálogo com os movimentos sociais	Rio Grande – FURG	24 de outubro de 2016

Fonte: Elaborado pela autora.

/

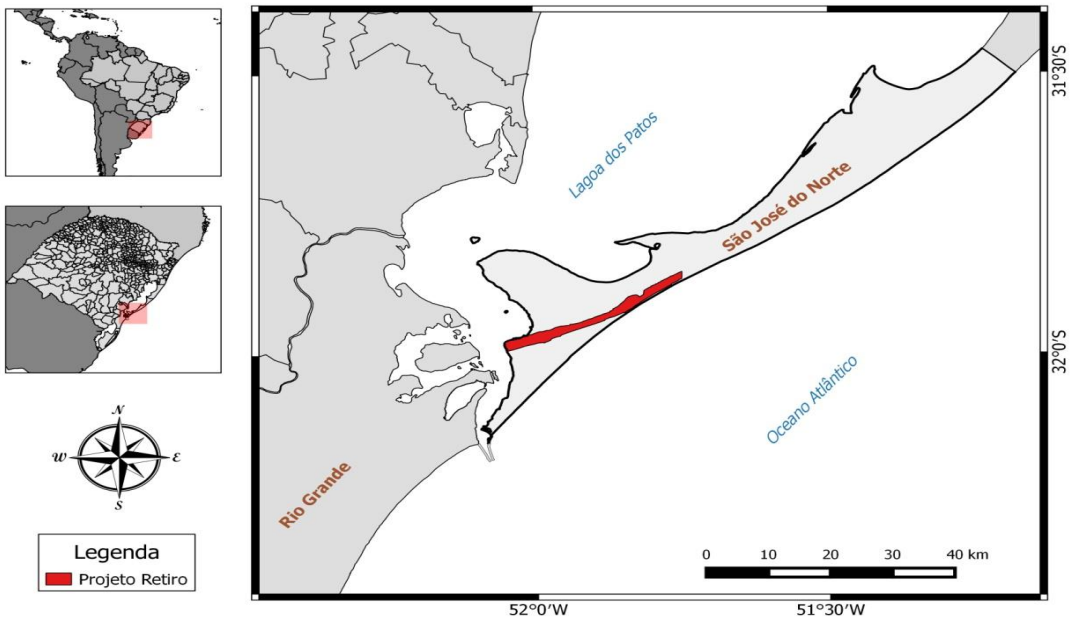
CAPÍTULO 2 - O MUNICÍPIO, A MINERAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS AMBIENTAIS EM TORNO PROJETO RETIRO

Este capítulo apresenta o município de São José do Norte e o Projeto Retiro, o qual visa à exploração de minérios na localidade. Mais adiante, apresento um mapeamento das Audiências Públicas que formam parte do processo de licenciamento ambiental do referido projeto com vistas para o apontamento dos principais argumentos e argumentadores presentes nestes espaços.

2.1 O Município de São José do Norte

O município está localizado a aproximadamente 372 quilômetros da capital do Rio Grande do Sul e, segundo Tagliani (2002) ocupa uma restinga[35] estreita e alongada entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, com uma área total de 1.135, 30 km^2 (figura 2), dividida em três distritos: 1º Sede São José do Norte; 2° Sede Estreito; 3° Sede Bojurú.

Figura 2. Mapa da área de estudo.



Elaborado por: Marcela de Avellar Mascarello

---

[35] Segundo a resolução Conama nº 261/1999 entende-se por restinga um conjunto de ecossistemas que compreende comunidades vegetais florísticas e fisionomicamente distintas, situadas em terrenos predominantemente arenosos, de origens marinha, fluvial, lagunar, eólica ou combinações destas, de idade quaternária, em geral com solos pouco desenvolvidos. Estas comunidades vegetais formam um complexo vegetacional edáfico e pioneiro, que depende mais da natureza do solo que do clima, encontrando-se em praias, cordões arenosos, dunas e depressões associadas, planícies e terraços.

Os limites territoriais extremos de São José do Norte são todos aquáticos com exceção do limite Norte, onde faz divisa terrestre com o município de Tavares. A oeste limita-se com a Lagoa dos Patos e a Leste com o Oceano Atlântico. A principal via de acesso terrestre ao município é a BR 101, através da qual há ligação com os municípios de Tavares e Mostardas ao Norte. Por água, há vias navegáveis que dão acesso pela Laguna dos Patos e por via marítima através do Canal de Rio Grande. Muitos moradores de São José do Norte deslocam-se diariamente até a cidade de Rio Grande, para fins de trabalho, estudos, comércio, saúde e outros tipos de serviços. O transporte é via fluvial, feito por lanchas e balsas que ligam estes dois municípios através do Estuário da Lagoa dos Patos.

A população do município estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no censo realizado em 2015, é de aproximadamente 27 mil habitantes. Historicamente, São José do Norte é conhecida por ter suas práticas e economia apoiadas na agricultura e pesca, ambas artesanais (IBGE, 2015). A cebola e o arroz são os principais recursos agrícolas, e o camarão e a tainha, os principais recursos pesqueiros. Destaca-se o fato dos monocultivos de cebola terem levado o município a receber o título de Capital Nacional da Cebola, em razão de ser o maior produtor deste bulbo no país.

No que se refere à pesca artesanal na Lagoa dos Patos e na zona costeira adjacente, torna-se necessário lembrar que segundo Kjerfve (1986 *apud* MÖLLER E FERNANDES, 2010 p.17) a Lagoa dos Patos é a maior laguna costeira do tipo estrangulada do mundo, com cerca de 10.000 km². A laguna recebe aporte de água doce dos rios da parte norte da planície costeira do Rio Grande do Sul e dos rios afluentes da Lagoa Mirim caracterizando-se, portanto, como um escoadouro natural da bacia hidrográfica para o oceano. A entrada de água marinha do Oceano Atlântico para o interior da lagoa é o que permite a formação do Estuário[36] da Lagoa dos Patos.

Além da agricultura e da pesca artesanal[37] e industrial[38] na região, se tem registros[39] de que a partir dos anos de 1970 a cidade passou a ser alvo de atividades

---

[36] Os estuários são zonas de transição entre ambientes límnicos e marinhos.

[37] Registros arqueológicos atestam que peixes como a corvina, o bagre-marinho e a miragaia eram consumidos por povos indígenas das culturas Chaná, Umbu, Vieira e Tupiguarani (VON IHERING, 1885

relacionadas ao plantio de pinus (*Pinus elliottii*) e a partir de 1997, São José do Norte passa a ser a sede da maior empresa de extração de óleoresina[40] de pinus do estado e uma das maiores do país. Segundo o site oficial[41] da prefeitura local, o plantio, a extração de resina, o corte e o beneficiamento do pinus, potencializam o mercado de trabalho e a economia local. Em contrapartida não são considerados os impactos sociais e ambientais dos monocultivos de plantas exóticas, como é o caso do pinus, impactos estes que conferem a tais plantações o título de "desertos verdes[42]".

Nos últimos anos a cidade é alvo da indústria naval, que teve sua expansão retomada na região a partir de Rio Grande e se estendeu até São José do Norte[43]. Compartilhando o estuário da Lagoa dos Patos e próximo do polo naval, mais

---

apud VIEIRA, GARCIA e MORAES, 2010). Posteriormente, no final do século XIX, pescadores portugueses passaram a pescar as mesmas espécies de peixes que os nativos. Por mais de um século o ELP e a zona costeira adjacente se constituiu na base socioeconômica da região, até a década de 1940 o modo de pesca era essencialmente artesanal (HAIMOVICI *et al.* 1997).

[38] Após os anos de 1970, a pesca industrial tornou-se mais intensa na região do ELP, muitos autores, tais como Reis e Rodrigues (2003) e Vasconcellos *et al.* (2005), atribuem tal intensificação ao fim dos acordos de pesca com a Argentina e o Uruguai, limitando as áreas de pesca à costa brasileira, e também ao aumento de incentivos fiscais. Segundo Reis e D'incao (2000) e Haimovici *et al.* (2006) nas últimas décadas os estoques de espécies alvo da pesca artesanal colapsaram ou estão sobrepescados, sendo que apenas a tainha e o camarão-rosa ainda apresentam viabilidade econômica. Embora não seja evidenciado pelos autores, é de considerar que as mesmas espécies são alvo da pesca industrial também, sendo, então, de se considerar que a sobrepesca pode ser associada à pesca industrial também.

[39]Para Informações sobre as empresas ligadas ao setor do pinus em São José do Norte acesse: http://www.ambarflorestal.com.br (Acesso em: 16 de fevereiro de 2016).

[40] Óléo resina é o produto extraído das árvores de pinus.

[41] Disponível em: http://www.saojosedonorte.rs.gov.br (Acesso em: 16 de fevereiro de 2016).

[42]Sobre os impactos causados pelo plantio de pinus e eucalipto no Brasil, acesse: http://www.escravonempensar.org.br/wpcontent/uploads/2013/07/upfilesfolder_materiais_arquivos_cartilha_deserto-verde.pdf (Acesso em: 16 de fevereiro de 2016).

[43]A expansão da indústria naval e o incentivo aos grandes empreendimentos, de forma geral, são um reflexo das políticas que marcaram os governos presidenciais de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016) no Brasil. Um exemplo destas políticas é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Criado em 2007 o Programa promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. Pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais. Em 2011, o PAC se destacou como um programa consolidado, com uma carteira de cerca de 37 mil empreendimentos e volume de investimentos expressivo (disponível em: http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac) (Acesso em: 16 de fevereiro de 2016). A geração de empregos através de um modelo de desenvolvimentismo acarretou em diversos impactos negativos associados à instalação de grandes empreendimentos, como é possível observar através de exemplos ocorridos nas cidades de Rio Grande e São José do Norte em Santos (2016) e Lopo (2016).

recentemente a cidade abriga o Estaleiro do Brasil, SA (EBR), que constrói plataformas e produz óleo e gás. A expansão da indústria naval nesta região gerou inúmeros conflitos socioambientais que foram severamente sentidos pelos riograndinos[44], retratam um cenário de apologia ao dito "desenvolvimento" e que abafa os impactos negativos gerados por empreendimentos que exploram e poluem os locais nos quais se instalam, conforme afirmam Machado *et al.*(2013; 2015).

2.2 O Projeto Retiro: a proposta atual e seus antecedentes

Para além destas atividades que já se encontram em andamento, São José do Norte ainda é alvo de outros grandes empreendimentos, tais como energia eólica, proposta da empresa Ventos do Atlântico- S.A. que o projeto ainda está em fase de licenciamento ambiental. E, o empreendimento sobre o qual se debruça esta pesquisa de mestrado - Projeto Retiro - que é a retomada de um antigo projeto minerário que prevê a exploração de minérios do solo local, com a finalidade de abastecer diversos setores da indústria.

A região de São José do Norte possui um histórico de tentativas de mineração em seu solo. A cidade vem sendo alvo de trabalhos exploratórios no setor de mineração desde os anos de 1970. Em 1988 a empresa Rio Tinto[45] apresentou resultados positivos quanto à condição de minérios no local. No início da década de 1990 a empresa Paranapanema[46] S.A apresentava um projeto de mineração nesta região, semelhante ao Projeto Retiro, porém mais ao norte da cidade, que posteriormente ficou conhecido como Projeto Bujuru.

Na ocasião em que estes projetos estavam em pauta, acabaram sendo negados. Uma das razões pelas quais a atividade minerária foi recusada se justificou pelo fato de que o projeto em questão incluía a implantação de uma indústria de pigmentos, o que necessitaria de processos químicos causadores de impactos ambientais ainda mais

---

[44] Disponível em: Conflitos Ambientais e Urbanos Casos do Extremo Sul do Brasil (Machado *et al.*,2013; 2015).

[45]Sobre a Rio Tinto acesse: http://publicacoes.findthecompany.com.br/l/154057835/Rio-Tinto-Mineracao-Do-Brasil-Ltda-em-RJ (Acesso em: 16 de fevereiro de 2016).

[46] Sobre a Paranapanema acesse: http://www.paranapanema.com.br/ (Acesso em: 16 de fevereiro de 2016).

severos. Em síntese, o que se pretendia era que os minerais fossem extraídos do solo de SJN e posteriormente beneficiados na cidade de Rio Grande.

O atual Projeto Retiro comprou os direitos minerários, bem como as amostras e dados de pesquisa da Rio Tinto (2007) e da Paranapanema (2010). Em 2011 a Rio Grande Mineração – RGM S.A. através de consultorias realizadas pela HAR e CPEA[47] retomou os estudos em São José do Norte e em 2014 o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA[48] foi aceito pelo IBAMA e ao final do mesmo ano, nos dias 3 e 4 de dezembro as audiências públicas foram realizadas nas cidades de Rio Grande e São José do Norte, respectivamente. A partir de tais estudos e de acordo com o RIMA, é possível afirmar que na região ocorrem minerais pesados[49] que possuem grande importância econômica, uma vez que são utilizados em diversos setores da indústria.

O Projeto Retiro tem como seus principais alvos de exploração quatro tipos de minerais pesados que formam parte da composição do solo local: Ilmenita, Zirconita, Titaniomagnetita e Rutilo. No que se refere aos usos aos quais se destinam estes minérios, o RIMA diz que a Ilmenita é utilizada na fabricação de pigmentos para tintas que podem ser aplicadas em plásticos, papéis, alimentos e outros. A Zirconita é também chamada de Zircão e é utilizada amplamente na indústria, em setores de fundição de aço, fabricação de cerâmicas, refratários e outros. O Titaniomagnetita tem muitas utilizações em metalurgia, altos fornos e separação do carvão mineral. Por último, o Rutilo é também utilizado na fabricação de pigmentos, e na produção de eletrodos para a solda.

As justificativas apresentadas no RIMA do Projeto Retiro para a instalação do empreendimento, são de que a mina do Guajú, localizada na Paraíba, é a única no Brasil que explora os minerais citados acima e sua atividade já se encontra em declínio. Através do Projeto Retiro, seria possível suprir a demanda destes minérios no Brasil, além de que, seria possível exportar o excedente.

---

[47]Para maiores informações sobre os consultores acesse: HAR Engenharia Ambiental http://www.har.com.br/ e CPEA http://www.cpeanet.com.br/ (Acesso em: 16 de fevereiro de 2016).

[48]É possível acessar o RIMA do Projeto Retiro através do endereço http://www.rgminer.com.br/wp-content/uploads/2014/09/rgm-2014-07-03-BAIXA.pdf(Acesso em: 16 de fevereiro de 2016).

[49]Segundo o RIMA, minerais “pesados” são aqueles que possuem alta densidade ou elevado peso específico.

2.3 As Audiências públicas

Não sou poeta, mas resolvi prosia em melodia, que é pros ouvido do povo se alarga, num momento tão especial quanto esse dia. Eu Amo o Norte. Amo por que é lá que minha família se cria, uma vida muito difícil é verdade, assim como a de muitos dessa cidade, construída sobre as dunas. É lá que aprendi a pescar, comer arroz com siri, sopa de cabeça de camarão. Foi lá que aprendi o valor dos homens do mar e das mulheres que ficam por espera-los, jogando sabão pra cima dos telhado, rezando, pedindo pra acalmar a viração. Aprendi o valor da natureza, foi lá que descobri que existe o mar, lagoas entre dunas, agricultura familiar. Muitos já se aproveitaram da riqueza desta terra, e dela tiraram proveito, sem cerimônia, negando comer o pão repartido daqueles que foram feridos por lutar por libertação. Em pról do que? De dinheiro, porque pra gente do norte não sobra é nada, e esta feito. Nos resta a vida em comunhão, repartindo as dores e feridas, resgatando a história já vivida pra não esquecer os nossos maridos, mulheres, filhos, netos que dela fizeram parte, que ajudaram a construí-la. Não é fácil lembrar nossa história, que é muito doída. Aqui o povo morre é fome, é de falta de estudo e buscando aliviar essa dor, sarar essa ferida. Esquecer o que passou, não se quer mais lembrar desta vida. Nessa cidade, em que uma nota de cem é Deus, os homens de muito dinheiro, demonstrando o seu desprezo, fazem o que for para acumular. O dinheiro que dá é tanto, que nem sei quantas vidas vão levar pra gastar.O povo já sofreu muito. Primeiro com a plantação da cebola, uma monocultura com agrotóxicos que faziam as crianças nascerem acéfalas. Depois disso veio as grandes plantações de pinos, sugando toda água do solo, um minério já escasso nesse nosso planeta, destruindo áreas de banhados, acabando com a fertilidade dessa terra. Agora, com as obras do estaleiro, aterrando a lagoa como se fosse um canteiro. A Lagoa dos Patos ainda fértil, mas já tão judiada, recebe mais essa carga de areia descarregada. Também veio mais gente pra cá, que sempre cabe mais um no coração desse povo, mas falta posto de saúde, escola e agora casa também. Ta tudo mais caro, escasso, amargo. Mas agente vai se virando, os homem do dinheiro vem, diz que vai melhorar. Agente espera, tem gente que diz que é mais um pra nos explorar. Sei não, diz que vai tem emprego pra meus filhos, que já tenho é 14 e precisam trabalha. Diz que vai ter até pros neto e bisneto, que já nem posso mais conta quantos que dá. Vem chegando o desenvolvimento, dizem, e por isso também não podemos mais pescar. Agora diz que tem é outra coisa de baixo dessa terra, que há de me devorar, é o

minério, preto, pesado. Diz que é muito valioso e que tem gente lá do estrangeiro querendo comprar. Mas eu não posso acreditar que essa areia tão fininha, que há de me carregar, vale tanto... tanto ... mais tanto que tudo que tem em cima: mato, bicho, flor, arroio, tudo vale a pena tirar, depenar. Como que pode isso? Acho é que tão enganando esse povo do estrangero. Comprar terra preta? Isso eu nunca vi, é novidade pra mim, coisa da modernidade, que aqui não há chegar. Mas agente vai levando, vai batalhando, o que não falta é vontade de trabalho. Força tem nos braços dessas meninas, que já cedo tem que lavar chão e cuida das criança delas e dos patrão. Os meninos, Ah... os meninos, esses já tem muita força nas perna, nos braço, que herdaram dos antepassados pescadores, agricultores e agora servem para os homem do dinheiro. Aqueles lá que ficam sentado, que não tem calo nas mão, que não sabem capinar. Pra passar por mais essa, pra aguentar a exploração, convoco Iemanjá, Nossa Senhora dos Navegantes, Iara! Que essas sempre tiveram do nosso lado, servindo de muleta pro povo e que um dia vão nos levar num destes nordestão. Sou feiticeira, macumbeira e não abro mão de guerriar pelo nosso povo, pelo meu chão. Tamo luta, na batalha, relembrando a história dos guerreiros, pescadores, agricultores e senão ganhamo nosso próprio lugar por meio da legislação eu chamo é as forças da natureza, que não me viram as costas e hão de vingar meu povo de tanta traição. A terra gira com o seu grande poder!

(Carolina Bittencourt).

Inicio este capítulo com a transcrição de uma prosa que foi declamada nas audiências públicas. Os subitens seguir trata do mapeamento realizado nas audiências públicas referentes ao Projeto Retiro que, fazem parte do processo de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos, como já mencionado anteriormente. No total, ocorreram duas audiências até o momento. Estas foram realizadas nas cidades de Rio Grande e São José do Norte nos dias 3 e 4 de dezembro de 2014, respectivamente.

2.3.1 Audiência Pública em Rio Grande

Na primeira audiência compareceram cerca de 150[50] pessoas (figura 3). Em sua menor parcela estavam os moradores de São José do Norte. A plenária estava composta por membros do processo de licenciamento ambiental, trabalhadores vinculados à RGM, representantes do Ministério Público Federal - MPF, autoridades locais[51], estudantes e professores da universidade local – FURG. Além destes, estavam presentes também, representantes de entidades ambientalistas, e representantes de outros grandes empreendimentos[52] que avistam a possibilidade de serem negativamente impactados pelo Projeto Retiro, o qual os caracterizou como Projetos Colocalizados[53], especialmente da FLOPAL e do Ventos do Atlântico S.A. (Projeto de energia eólica que encontra-se em processo de licenciamento ambiental).

---

[50]Este número que apresento foi ao que eu e outros participantes acreditamos ter, uma estimativa exata foi solicitada ao IBAMA.

[51] O atual prefeito de Rio Grande Alexandre Lindenmeyer, e o Vice-prefeito de São José do Norte Francisco Elifalete Xavier e vereadores de ambos os municípios.

[52]Compareceram ao evento agricultores plantadores de Pinus ligados à FLOPAL (Florestadora Palmares https://www.infoplex.com.br/perfil/92980333000495), representante do projeto de Parque EólicoVentos do Atlântico (https://www.infoplex.com.br/perfil/15203303000189). É possível acessar mais informações sobre os empreendimentos em São José do Norte pelo site: http://www.portalabeeolica.org.br/index.php/noticias/1587s%C3%A3ojos%C3%A9donorteaguardanovos-empreendimentos.html

[53]Link do RIMA do Projeto Retiro (http://www.rgminer.com.br/wp-content/uploads/2014/09/rgm-2014-07-03-BAIXA.pdf) onde é possível encontrar na página 17 os projetos que se encontram em curso.

Figura 3. Plenária na Audiência Pública na Câmara do Comércio de Rio Grande.

Fonte: Elaborado por Marcela de A. Mascarello/Observatório de conflitos do extremo sul do Brasil.

Minhas primeiras impressões sobre o início da Audiência se deram quando, com o auxilio de alguns trabalhadores da RGM fomos conduzidos ao salão da câmara do comércio, onde na entrada havia algumas recepcionistas que nos convidavam a registrar nossos nomes, números de identidade, e-mail, telefone e um espaço para que falássemos quem e o que representávamos (universidades, comunidade, ONGs...). Ao entrar no espaço reservado para a audiência observei os cartazes referentes ao Projeto, e bancadas onde se podia adquirir exemplares do RIMA, e consultar o Estudo de Impacto Ambiental. Em cima do palco estava montada a mesa diretora. Separadas por um corredor no centro, encontravam-se as fileiras de cadeiras que compunham a plenária e dois telões, um para cara cada lado.

Seguindo os ritos previstos no regulamento, Jônatas Trindade- coordenador do IBAMA e presidente da mesa chamou os demais componentes, dentre eles estava Luiz Bizzi – Presidente da RGM, Roberto Takashi – Coordenador geral do Projeto e Anelise Becker- Procuradora da República, representante do MPF. Após a composição da mesa, a palavra foi passada a Procuradora da República (figura 4) que, trazia em mãos um documento que recebeu de alguns representantes da Ordem dos Advogados do Brasil –

OAB de São José do Norte. Tratava-se de uma compilação das preocupações dos munícipes com relação ao Projeto Retiro.

A primeira preocupação se referia a possível incompatibilidade entre os projetos de mineração e do parque eólico. Posteriormente, relatou que outra dúvida se dava com relação às indenizações para os arrendatários da área de impacto do projeto, que não estava nada claro. Em seguida, sua fala passava a representar as preocupações do MPF sobre a efetividade do EIA/RIMA, assim, relembrou aos presentes e advertiu aos empreendedores que o antigo Projeto Bujuru da Paranapanema tinha sido ineficaz, por isso, não houve mineração na região. Dentre os outros pontos levantados, Anelise questionou quanto à *sinergia*[54]entre o estaleiro-EBR, Projeto Retiro e Projeto do Parque Eólico. Três grandes empreendimentos em uma pequena cidade que apresenta diversas fragilidades e, segundo ela, vão além das ambientais. Já finalizando sua fala, questionou quais seriam as medidas mitigatórias antecipatórias que seriam propostas pela RGM para prevenir o nascedouro de certos impactos.

Figura 4. Exposição feita pela Procuradora da República Anelise Becker.

Fonte: Elaborado por Marcela de A. Mascarello/Observatório de conflitos do extremo sul do Brasil.

[54]No pronunciamento do Vice-prefeiro de São José do Norte ele utilizou o mesmo termo, demonstrando um tom favorável ao empreendimento.

Após a solenidade de abertura, a mesa de autoridades (figura 5) se desfez, contou apenas com os presidentes e representantes do IBAMA e da RGM. Aqueles que compunham a mesa foram para plenária, ocupando as cadeiras mais da frente, com exceção da procuradora da República que preferiu sentar-se no meio dos demais. As primeiras cadeiras foram ocupadas pelos responsáveis pelo Projeto, logo atrás foram se colocando os demais participantes da audiência. Era possível perceber que alguns grupos se formavam, de um lado estudantes e também professores, de outro, empreendedores do ramo do Pinus e da energia eólica. Evidentemente que não eram apenas esses grupos que se encontravam reunidos, mas estes ficaram bem perceptíveis, até mesmo pelas perguntas feitas, como serão mostradas a seguir.

Figura 5. Mesa composta pelas autoridades que compuseram a audiência pública em Rio Grande.

Fonte: Elaborado por Marcela de A. Mascarello/Observatório de conflitos do extremo sul do Brasil.

As exposições oficiais começaram pelo Presidente da mesa, que leu para todos os presentes o regulamento da audiência pública, justificando que tal momento é muito importante para que se possa discutir o EIA/RIMA e escutar a população, principalmente os mais afetados pelo empreendimento. Seguiu explicando que ele, enquanto representante do IBAMA, teria 15 minutos de apresentação, posteriormente

Luiz Bizzi teria 20 minutos para apresentar a RGM e a proposta do Projeto Retiro, e por último o coordenador geral do Projeto, Roberto Takahashi teria 40 minutos para apresentar o RIMA e os programas contidos no mesmo. Terminadas as exposições, seria feito um intervalo de 15 minutos para um "Coffee-break" e também para que os interessados fizessem suas inscrições[55], que podiam ser feitas de maneira escrita ou oral.

Jônatas Trindade iniciou as apresentações utilizando *PowerPoint* para falar sobre as competências do IBAMA e explicou do que se tratava o licenciamento ambiental e quais as etapas envolvidas no processo. Em seguida o Presidente da RGM deu continuidade as apresentações utilizando um vídeo[56] que tratava sobre o Projeto Retiro, e explicava os mecanismos de lavra, recuperação do solo e a importância da atividade para o abastecimento do mercado interno e externo de minérios, justificando a importância econômica do empreendimento. Além disso, o vídeo narrava fatos históricos de São José do Norte, utilizando cenas e linguagens que mexiam com as emoções dos presentes relembrando a expulsão dos espanhóis (1767) e também a resistência aos farroupilhas. Em ambos os casos, tanto para exposição do projeto quanto para a história, não foram observados os impactos negativos.

Ao falar em "homenagem e amor" pela *Muy heróica vila*[57] os empreendedores suavizam os ânimos daqueles que se encontravam mais exaltados, e com isso acrescentaram que "novidades" estariam vindo para a cidade. Se antes se vivia de pecuária e da plantação de cebola, os novos tempos trazem o estaleiro, a mineração e o parque eólico. A exposição privilegiou os possíveis benefícios da instalação do empreendimento, sem deixar espaço para falar sobre os possíveis impactos gerados pela "chegada do progresso".

Em seguida a palavra foi dada ao coordenador geral do empreendimento, que durante aproximadamente 40 minutos expôs o conteúdo do EIA/RIMA. Roberto Takahashi fez sua exposição através do uso de linguagem técnica, o que tornou grande

---

[55] Termo utilizado para designar o pedido de manifestação, seja de maneira oral ou escrita.

[56]Link de acesso ao vídeo utilizado na apresentação: http://www.rgminer.com.br/videos/ (Acesso em: 16 de fevereiro de 2016).

[57]Maneira como é chamado o município de São José do Norte por ter sido palco de grandes batalhas, que remete a um passado glorioso, onde a imagem de heroísmo é enaltecida, enquanto os impactos negativos são abafados.

parte da apresentação ininteligível àqueles que não compreendiam os termos utilizados. De maneira geral, foram apresentados os aspectos biofísicos do empreendimento e uma listagem dos programas de atividades que deverão ser executadas pelo empreendimento. A exposição feita não prezou pelo tratamento objetivo das situações que poderão ser enfrentadas caso o projeto seja efetivado.

Ao fim das exposições oficiais garçons de gravata borboleta, vestidos de preto e branco serviam as mesas. Para beber foram disponibilizadas garrafas de água e café, enquanto que, para comer eram servidas bandejas de biscoitos. Em volta da mesa circulavam estudantes, professores, representantes de ONGs, empreendedores do ramo do pinus, energia eólica e outros.

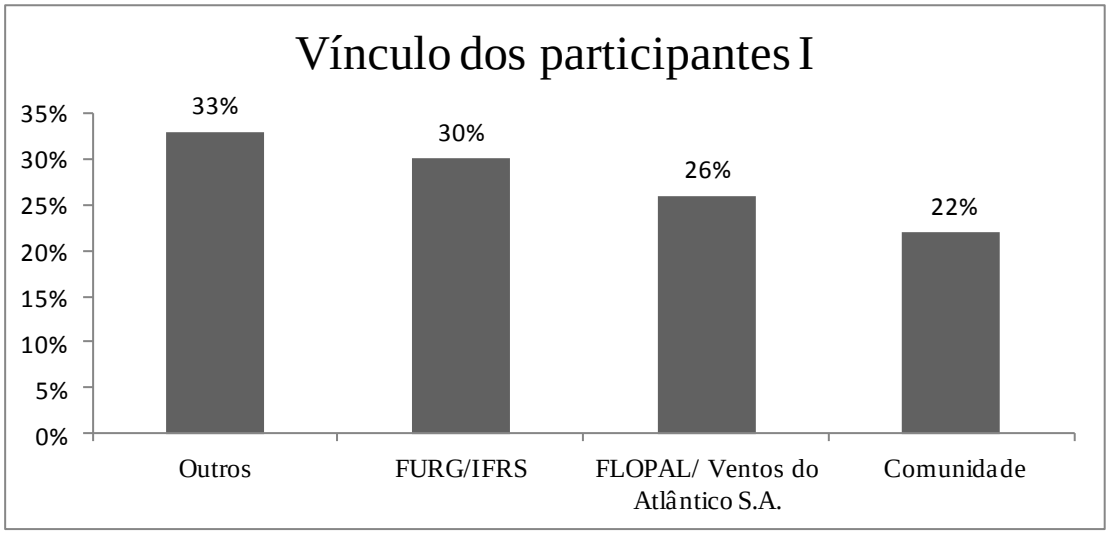
Durante a "pausa para o cafezinho" as pessoas se comunicavam e trocavam ideias sobre o conteúdo de suas inscrições, foi um dos momentos em que melhor pude observar os grupos se articulando para garantir que o maior número de dúvidas fosse respondido. Após o curto período dedicado ao café e as inscrições, Jônatas Trindade convidou aos presentes para que tomassem seus assentos novamente, a fim de dar início à segunda parte da Audiência Pública, onde as perguntas feitas pelos participantes seriam ouvidas e respondidas pelos responsáveis pelo Projeto Retiro. Chegava a vez de a plenária participar.

O formulário de perguntas continha espaço para que os participantes se identificassem, através do nome e instituição (ou outro vínculo) a qual representavam, além disso, deveria ser especificado se a pergunta seria feita de forma oral ou escrita, e quem deveria responder (Empreendedor, IBAMA, Ministério Público). Os questionamentos foram sendo feitos por ordem de chegada, quem escolheu a forma escrita teve suas perguntas lidas pelo presidente da mesa, que a dirigia para quem deveria responder.

Registrei 27 questionamentos no total, sendo que, houve casos de uma mesma pessoa estar inscrita mais de uma vez e outras que, quando chamadas, já não se encontrarem mais no local. Com relação a identificação sobre o vínculo daqueles que se manifestaram através de perguntas, nem sempre ficou evidente. Em outros casos, as

perguntas eram feitas por pessoas que manifestavam mais de um vínculo. A menor parcela de pessoas representava a comunidade[58] (22%) (Gráfico 3).

Gráfico 3. Vínculo dos participantes que se manifestaram através de perguntas na audiência pública realizada em Rio Grande.



Fonte: Elaborado pela autora.

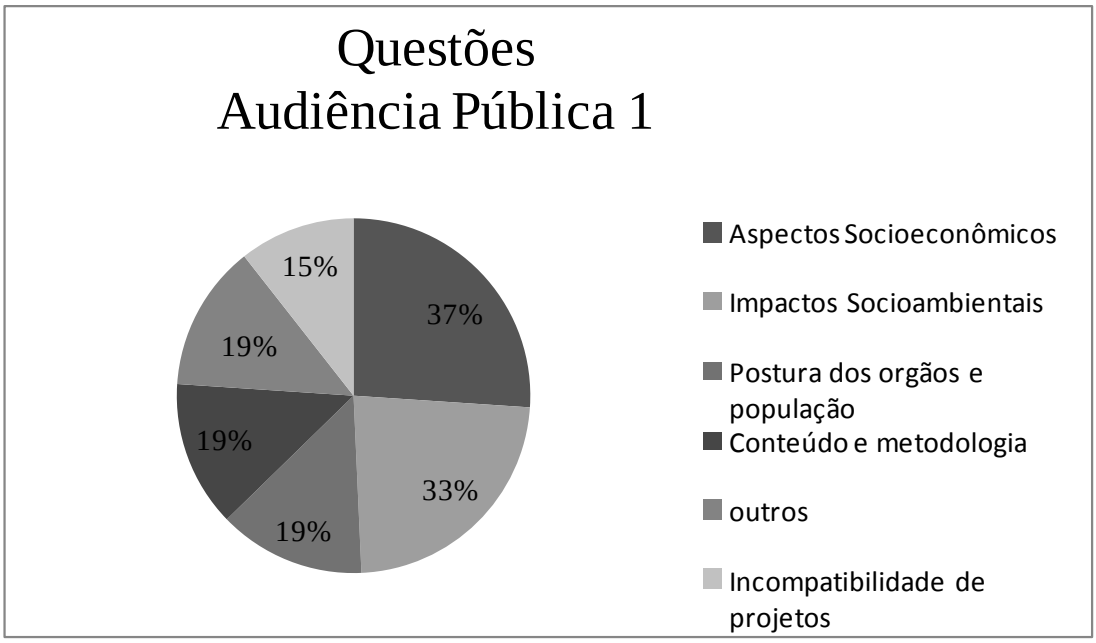
Além dos dados refletirem uma baixa participação da "comunidade", é possível avaliar que houve uma expressiva participação de representantes da FLOPAL e do Ventos do Atlântico, bem como de estudantes e professores da FURG e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Na categoria "outros" foram incluídos aqueles que não manifestaram qualquer tipo de vínculo e também representantes do SEBRAE, Instituto Cavaleiros Farroupilhas, Fórum da Lagoa dos Patos e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Grande. Tomando em consideração os participantes desta primeira audiência pública, fica evidente que o Projeto Retiro não foi discutido com a população de São José do Norte, mas, com outros empreendedores e a universidade de modo geral.

As questões elaboradas pela plenária tratavam de assuntos variados e, nem sempre tratavam de dúvidas, em alguns casos tratava-se da exposição de posições daqueles que se manifestavam. De maneira geral, as questões feitas foram categorizadas da seguinte forma: (a) Aspectos Socioeconômicos; (b) Impactos Socioambientais; (c) Postura dos

[58] A utilização do termo "comunidade" neste capítulo referente as audiências públicas não é uma escolha da autora. Dentre as opções de representatividade oferecidas pelos organizadores das audiências estava o termo comunidade, para designar aqueles que não representam um empreendimento, ou qualquer outra função. Desta forma, destaca-se que, embora se saiba que o termo "comunidade" possui muitas ressalvas e por vezes pode soar etnocêntrico, optou-se por mantê-lo sob a justificativa de não alterar as terminologias utilizadas durante o evento.

órgãos competentes/população; (d) Conteúdo/metodologia do EIA/RIMA; (e) Incompatibilidade entre Projetos; (f) outros (gráfico 4).

Gráfico 4. Categorização dos questionamentos elaborados pela plenária na audiência pública em Rio Grande.



Fonte: Elaborado pela autora.

Os aspectos socioeconômicos mais observados tratavam sobre mão de obra; critérios de indenização; investimentos em saúde, educação, infraestrutura e segurança; políticas públicas. Sobre a mão de obra, uma das preocupações se referia ao número de pessoas de fora da cidade que seriam chamadas para trabalhar no empreendimento minerário, pois, há uma grande preocupação que ocorra uma situação semelhante ao que foi vivido em Rio Grande com relação aos empregos gerados pelo Polo Naval que trouxe muitos trabalhadores de fora da cidade e, como consequência houve inchaço populacional, aumento no valor dos aluguéis, aumento da violência e trabalhadores vivendo em condições insalubres.

> [...]Senhores, bem objetivamente, o que será feito com a demanda da mão de obra, que não é só demanda por mão de obra, é demanda de saúde, de educação e de infraestrutura que, São José do Norte já sofre [...] Algo muito parecido eu vi em Rio Grande com o Polo Naval, que muitas coisas os riograndinos iam ganhar. E ganharam. Ganharam mais violência, mais pobreza, o aumento dos produtos de subsistência, a maior falta de mobilidade. A única coisa que diminuiu foi o direito a moradia. Para que não se repita isso em São José do Norte, o que será feito? (Diário de campo, 2014).

As manifestações que envolviam os investimentos em saúde, educação, infraestrutura e segurança são, em parte, reflexos das experiências vividas em Rio Grande que, não obteve muitos ganhos com os empreendimentos que sediou. Especialmente sobre a temática da Educação, um dos participantes mencionou o IFRS, como uma instituição que oferece diversos cursos técnicos e o objetivo é justamente o de preparar para o mercado de trabalho. Durante a exposição do Projeto, estes temas foram pouco explorados e foi alvo de questionamentos por parte da plenária.

> [...] Esta minha pergunta vai direto ao senhor Roberto, que na sua exposição falou muito dos aspectos biofísicos e com uma linguagem até bem técnica, mas como estamos em uma audiência pública, e os aspectos socioeconômicos foram passados muito rapidamente, sugiro como tema de casa, que amanhã [na AP que ocorreria em SJN] se dê uma atenção maior para os aspectos socioeconômicos. Por que se continuar tendo 37 minutos sobre as dimensões biofísicas e 3 minutos sobre os aspectos socioeconômicos, eu posso supor que, ou a equipe não domina o assunto, ou tem algo que se aparecer não vai ficar bem visto (Diário de campo, 2014).

Outra pergunta feita referia-se a demanda local por minérios, os lucros gerados ao empreendimento e buscava refletir se não seria mais importante para o município o investimento em políticas públicas ao invés de sediar o empreendimento minerário. Esta questão não foi muito bem aceita e foi respondida de forma indelicada pelo representante do empreendimento que parecia querer desqualificar o questionamento.

> O Brasil hoje importa titânio, talvez tu não saiba, mas toda pintura que tem aqui ela vem de titânio importado. Então isso tem impacto direto na comunidade brasileira, na balança de pagamentos, tem uma série de aspectos econômicos aqui que não vale a pena discutir neste ambiente, mas que eles justificam uma atividade econômica deste tipo. Se tu tivesses prestado atenção em tudo o que foi apresentado aqui, tu verias que não existe uma degradação ambiental. Ta certo? Se tu quiseres ver com uma suficiente atenção e boa vontade o que os especialistas estão falando aqui em termo de reequilíbrio de massa, reequilíbrio de macro e micro nutrientes, reequilíbrio em termos de porosidade, que é o que está escrito dentro do EIA, se tu olhar isso com seriedade e boa vontade tu vai ver que foi feito um trabalho bastante consistente pela integridade e que permite um trabalho descente nessa área, com um aproveitamento econômico que se tu não tiver, a população não tem de onde tirar esse desenvolvimento sustentável (Diário de campo, 2014).

> Eu quis perguntar na verdade é que a partir do modo de vida daquela comunidade de SJN, qual a real demanda? Por que o impacto vai ser ali né? Qual a real demanda daquela comunidade por essa exploração? Será que eles precisam disso mesmo para continuar a vida deles? [...] não tem outro modo de se melhorar a vida do que explorar minério pesado para importar para suprir a demanda do país e não a da cidade? (Diário de campo, 2014).

O debate acalorado por parte dos representantes do empreendimento foi alvo de críticas por parte da plenária. A resposta ao questionamento usou como alegoria uma

chaminé que, segundo o empreendedor, é necessária que esteja instalada em algum local para que se tenha desenvolvimento e melhores condições de vida para as comunidades.

No que se refere aos critérios de indenização, um dos pontos mais abordados se referia aos valores que serão pagos aos proprietários de terras onde o empreendimento minerário pretende se instalar e explorar. Outro ponto importante sobre esta questão é o fato de que o município enfrenta problemas com relação a regularização fundiária e muitos dos moradores do local não possuem documentação sobre suas propriedades. Sobre este assunto, não houveram muitas respostas objetivas por parte dos empreendedores, pois, segundo eles, é necessário saber os valores de mercado dos minérios e os usos dados pelos proprietários das terras, ou seja, se as terras são ou não produtivas e os valores de mercado daquilo que é produzido, como por exemplo, a cebola.

As questões que envolviam os impactos socioambientais tratavam principalmente sobre: impactos sobre a água (preservação do Banhado do Estreito); impactos sobre o solo; e conhecimentos tradicionais. As perguntas referentes aos impactos sobre a água tinham como base a estrutura do município que, como dito anteriormente, é uma estreita faixa de terra entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos.

Além disso, o lençol freático é muito próximo à superfície do solo e, com isto, mais suscetível à contaminação e consequentemente gera riscos a saúde humana e não-humana, como é o caso dos banhados, lagoas e a fauna e flora que compõem a região. Os impactos sobre a água têm reflexos diretos sobre a pesca artesanal e a agricultura, consideradas atividades fundamentais, pois não são apenas profissões, mas um modo de vida. Neste sentido, o empreendimento minerário é visto como uma ameaça à continuidade das atividades previamente estabelecidas na região. Do mesmo modo, as manifestações que se referiam aos impactos sobre o solo também demonstram preocupações com relação a manutenção das atividades agrícolas. Ademais, esta questão toma maiores proporções por se apresentar como uma ameaça ao principal empreendimento em atividade na região: a reflorestadora de pinus – FLOPAL.

Outro aspecto que se destacou, com relação aos impactos sobre solo e água, foi a preocupação com a preservação do Banhado do Estreito que, é fundamental para a manutenção do equilíbrio ecológico do município, pois, abriga diversas espécies de

peixes e aves. Segundo o relatório "Áreas importantes para conservação na Planície Costeira do Rio Grande do Sul[59]" o sistema de banhados, lagoas e dunas do Estreito, localizados ao norte da cidade de São José do Norte, entre a Laguna dos Patos e o oceano, está ameaçado pela descoberta de jazidas de titânio.

> Os banhados são formados por longas depressões do terreno, com água e uma vegetação composta de junco esparso e outras plantas aquáticas. Nestes ambientes as saracuras, garças, socós, biguás, marrecas, cisnes e capororocas são habitantes freqüentes. [...] As dunas lacustres de São José do Norte estão entre os últimos remanescentes em bom estado de conservação na região. Mais próximos ao sistema estuarino da Laguna dos Patos localizam-se o banhado da Várzea e a lagoa do Moinho. O banhado é uma depressão no meio das dunas com água permanente. Neste ambiente se reúne grande quantidade de aves da família Rallidae, galinholas (Gallinula chloropus) e carquejas (Fulica sp.). A lagoa tem água transparente, de uma tonalidade verde esmeralda que abriga garças e biguás, cuja presença indica a existência de peixes. Todo este sistema está ameaçado pela descoberta de jazidas de titânio e a pavimentação da estrada que liga Mostardas a São José do Norte (J. C. Dotto, com. pessoal) (BURGER e RAMOS, sem data, p.52).

Algumas perguntas se ocupavam de buscar compreender os mecanismos de lavra e a possibilidade da draga servir como veículo de contaminação da água. Outras questões buscavam explicações para os mecanismos de recuperação e recomposição da vegetação e do solo, uma vez que, as regiões de dunas são compostas por gramíneas e não existem informações em abundância sobre o tema. As respostas da empresa não forneciam explicações pontuais sobre os mecanismos utilizados para mitigar tais impactos. O que era dito, de forma geral, é que a empresa utilizará as melhores práticas internacionais e critérios do Banco Mundial. Outro exemplo muito citado pelos empreendedores para recuperação e reparação dos impactos se refere a Mina do Guajú, em Mataraca- PB.

Os conhecimentos tradicionais foram alvo de indagações feitas pela plenária, que buscavam saber se o empreendimento respeitaria os conhecimentos e as práticas da dos grupos. As respostas, de maneira geral, sustentavam a ideia de que o projeto minerário não interferirá nos modos de vida dos grupos e que, com relação a agricultura, por exemplo, os proprietários de terra que forem afetados pela extração de minérios serão indenizados.

---

[59] Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/cap_4_lagoa_casamento.pdf (Acesso em: 16 de fevereiro de 2016).

A postura dos órgãos competentes (IBAMA e Ministério Público Federal), assim como da população nortense, também foi questionada. Os participantes da audiência pública perguntavam ao IBAMA e ao MPF se, caso os nortenses se colocassem contra o empreendimento, qual seria a decisão tomada. Se eles defenderiam os direitos da população ou se colocariam ao lado do empreendimento. Ainda neste contexto, foram relembradas algumas das razões pelas quais o Projeto Bujuru havia sido negado e se o órgão responsável pelo licenciamento ambiental levaria isto em consideração. As respostas por parte do IBAMA buscavam se posicionar de maneira neutra, dizendo que o órgão emitiria pareceres técnicos com relação ao empreendimento, não assumindo nenhum lado, nem da população, nem do empreendimento.

As manifestações foram tomando maiores proporções e argumentavam no sentido de que, se o IBAMA é pago pela população, como poderá se posicionar de maneira contrária aos seus interesses? E foi assim que o argumento da "democracia representativa" foi utilizado por Jônatas Trindade, relembrando que o órgão emite juízos técnicos sobre os empreendimentos. A procuradora da República contestou dizendo que, as exposições feitas pelos empreendedores não tinha sido suficientemente capazes de demonstrar a viabilidade do projeto, a apresentação de inúmeros programas para mitigação de impactos esquivava o tratamento objetivo de questões fundamentais, de maneira tal que, a seu ver, as dúvidas da plenária não haviam sido respondidas e, desta forma, sugeriu que na audiência pública do dia seguinte, os temas fossem tratados de forma mais clara.

Neste sentido, a representatividade da audiência pública foi um dos temas discutidos, afinal, que condições teriam para se discutir a viabilidade de um empreendimento onde os maiores impactados pelos mesmos não estavam presentes? As inscrições demonstravam isso, uma vez que, a maioria das falas partiam de membros da FURG ou de representantes de outros empreendimentos. A participação da população nortense, especialmente agricultores e pescadores foi ínfima ou inexistente.

Os empreendedores também foram interrogados com relação ao empreendimento, especialmente sobre o conteúdo e metodologia do EIA/RIMA que, apresentavam equívocos e demonstravam fragilidades nos estudos realizados pelo empreendimento. Uma das perguntas feitas pela plenária corrobora este fato e suscita a dúvida sobre o

quão confiáveis são os estudos feitos pelas empresas de consultoria ambiental. É importante salientar que esta questão partiu de um dos empreendedores do ramo do pinus, que durante a sua fala e em outros momentos, deixou clara sua preocupação com a possibilidade do projeto minerário prejudicar seu empreendimento.

> [...] Na página 45, quando afirma que a cultura perene em São José do Norte é a banana. A cultura perene em Rio Grande é a uva. Corrija-me se estiver errado. No aspecto econômico a silvicultura começou a fazer efeito há aproximadamente 10 anos, quando não é verdade, a silvicultura é empregada há mais de 40 anos em São José do Norte. [...] Portanto a pergunta: Qual a metodologia utilizada para chegar nesses resultados e se eu devo dar credibilidade a este estudo? (diário de campo, dezembro de 2014).

A justificativa apresentada pelos consultores do Projeto para tais erros foram frutos da utilização de dados secundários, como o IBGE, por exemplo. Esta situação deixa evidente que parte dos estudos não são realizados no local em que o empreedimento pretende se instalar. Outras questões tratavam de entrevistas realizadas com as comunidades impactadas. Tratou-se, também, das metodologias que serão empregadas para a recuperação do solo, preservação das dunas e das águas, observando as características locais, uma vez que, os exemplos de recuperação de solo em Mataraca não podem ser replicados em São José do Norte, dadas as suas diferenças ecossistêmicas. As respostas dadas, como dito anteriormente para outros casos, não foram pontuais, frequentemente utilizando argumentos de que a mitigação de impactos seguiria as melhores práticas internacionais.

Outro aspecto observado nesta audiência pública e que merece destaque, refere-se aos posicionamentos que demonstravam a incompatibilidade entre o Projeto Retiro e o projeto eólico da Ventos do Atlântico S.A. e, também, da reflorestadora de pinus que, atua no município há aproximadamente 4 décadas. Cerca de 26% das questões foram feitas por pessoas que declararam vínculo com a FLOPAL e/ou a Ventos do Atlântico S.A.. Ademais, cerca de 15% das perguntas declaravam explicitamente a incompatibilidade entre os projetos e, outras tantas se ocuparam de enfatizar os impactos causados por empreendimentos minerários ao solo e também aos corpos d'água.

A empresa também argumentou que os estudos foram realizados por um corpo de profissionais PhDs na temática da mineração. Ademais, destacou a parceria e o apoio

aos estudos oferecidos pelas Universidades (FURG, UFPEL) e também pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na realização dos estudos que, contaram com profissionais capacitados da região. Este fato colaborou para que alguns membros da plenária exigissem uma posição formal quanto ao Projeto Retiro.

Outras manifestações por parte da plenária foram agrupadas na categoria "outros" totalizando cerca de 19%. Tratavam-se de outras instituições ou empreendimentos, em sua maior parte, como o SEBRAE, por exemplo, que questionou o apoio aos pequenos negócios da região. Houve questões que buscavam apoiar o Projeto Minerário baseado no argumento do progresso e do desenvolvimento sustentável, como foi o caso do Instituto Cavaleiros Farroupilhas e do Instituto de Preservação Ambienta e Cultural (IPAC).

Após mais de 4 horas de duração, a primeira audiência foi chegando ao final com sons e batucadas de parte da plenária que cantava *Não me engana, não! A mineração vai destruir a região!* O salão da Câmara do Comércio já quase vazio, dada a hora de término, próximo da 01hr da madrugada. Depois do último questionamento da plenária, Jônatas Trindade fez o encerramento das atividades, considerando a primeira audiência pública, referente ao processo de licenciamento ambiental do Projeto Retiro, válida.

A realização da primeira audiência pública na cidade de Rio Grande evidencia a relação de dependência en

2.3.2 A Audiência Pública em São José do Norte

A segunda audiência pública referente ao processo de licenciamento ambiental do Projeto Retiro foi realizada no município de São José do Norte, às 19h:30min do dia 4 de dezembro de 2014. O cenário foi bem diferente ao do dia anterior, houve maior participação de moradores locais e grupos organizados, formados majoritariamente por pessoas da região. Logo na entrada já haviam grupos visivelmente mobilizados, utilizando cartazes e camisetas expondo suas posições com relação ao projeto (figura 6). O clube estava lotado, as cadeiras estavam todas ocupadas e haviam pessoas sentadas nas laterais (figura 7), desta vez foram fretados ônibus para trazer os moradores vindos do Retiro. Os cartazes contra o empreendimento minerário podiam ser vistos deste a

entrada do Clube (figura 8). Ao total, estima-se que cerca de 500 pessoas participaram desta Audiência Pública.

Figura 6. Entrada do Clube Sócrates, onde foi realizada a Audiência Pública do dia 4 de dezembro de 2014.

Fonte: Elaborado por Marcela de A. Mascarello/Observatório de conflitos do extremo sul do Brasil.

Figura 7. A plenária no interior do Clube Sócrates.

Fonte: Elaborado por Marcela de A. Mascarello/Observatório de conflitos do extremo sul do Brasil.

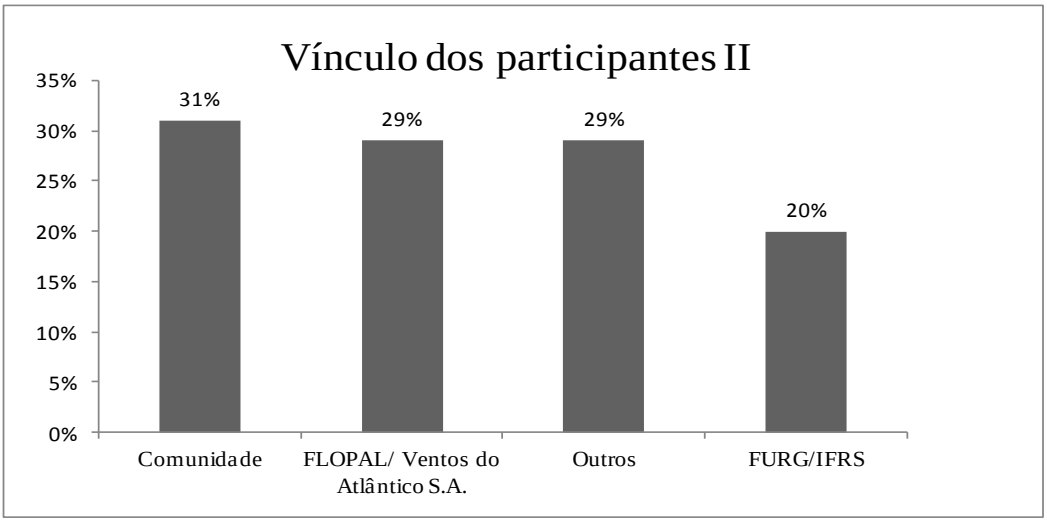
Figura 8. Cartazes segurados por manifestantes contra o empreendimento minerário.

Fonte: Elaborado por Marcela de A. Mascarello/Observatório de conflitos do extremo sul do Brasil.

Em relação aos ritos da audiência pública, foram os mesmos adotados no primeiro dia, configurando os mesmos tempos de exposição para os empreendedores e

representantes do IBAMA. As diferenças mais significativas que pude notar, além do número participantes, foram o número de inscrições feitas (35) e o vínculo dos inscritos, que eram em sua maior parte da comunidade (gráfico 5).

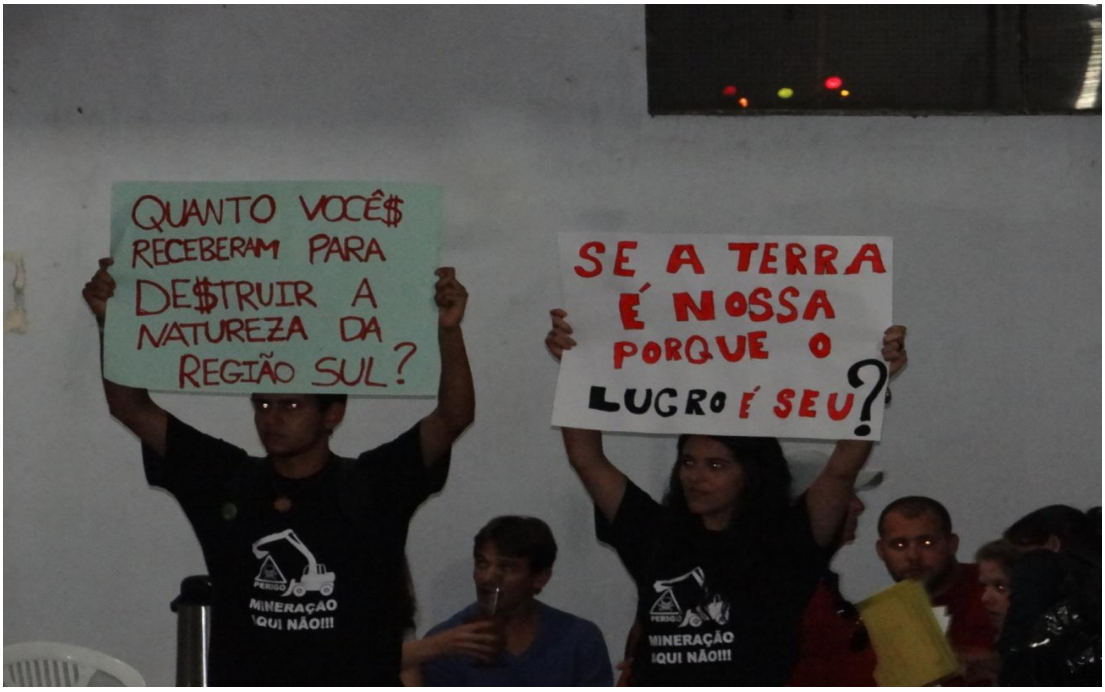
Gráfico 5. Vínculo dos participantes que se manifestaram através de perguntas na audiência pública realizada em São José do Norte.



Fonte: Elaborado pela autora.

Diferentemente da primeira audiência, no segundo dia as manifestações começaram desde antes do espaço dedicado aos questionamentos da plenária, estavam presentes em cartazes e alguns grupos utilizavam camisetas que traziam dizeres contra a mineração (figura 9), comunidades como a do Retiro levaram documentos redigidos anteriormente demonstrando a não aceitação do projeto minerário. Um dos moradores do Retiro -região mais fortemente impactada no caso do empreendimento ocorrer- com quem tive oportunidade de conversar levou consigo um abaixo assinado dos moradores da região, que se mostravam contrários ao empreendimento.

Figura 9. Manifestantes contrários ao empreendimento minerário.



Fonte: Elaborado por Marcela de A. Mascarello/Observatório de conflitos do extremo sul do Brasil.

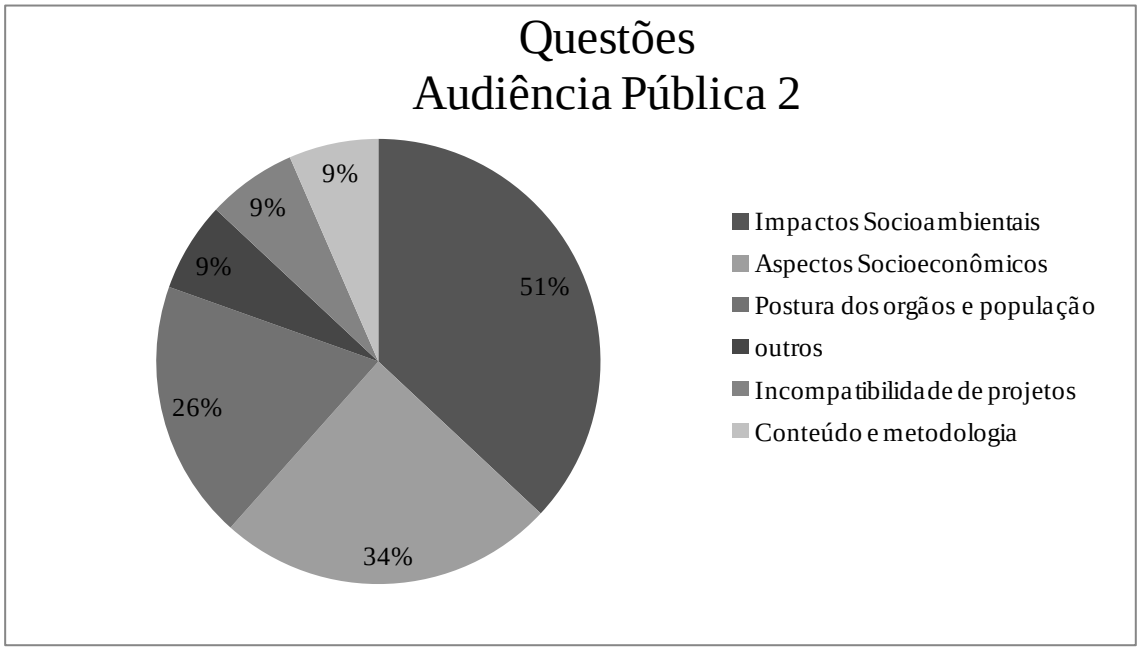
Após as exposições oficiais uma questão de ordem precedeu as questões elaboradas pela plenária. Tratava-se de um dos advogados e consultores da FLOPAL, que havia feito algumas manifestações na audiência passada e os empreendedores do Projeto Retiro afirmaram que o mesmo não havia lido o RIMA. Deste modo, ele pedia ao representante do IBAMA para que, nesta audiência, não fossem tolerados atos indelicados da parte do Presidente da RGM, Luiz Bizzi.

A promotora da República também pediu para que seus questionamentos fossem feitos antes dos demais e, com o consentimento da plenária, o pedido foi aceito. Anelise Becker indagou sobre a comprovação da eficácia local dos programas propostos para a reparação e mitigação dos impactos socioambientais. *O que é efetivamente possível recuperar? Esta é uma pergunta que me parece decisiva para avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento-* perguntou. Além disso, destacou que, suas preocupações eram especialmente com relação aos aspectos socioeconômicos. A promotora ainda questionou a municipalidade se esta se encontrava satisfeita com as medidas apresentadas pelo empreendimento que já se encontra em curso na cidade, o Estaleiro – EBR. Segundo ela, a discussão sobre a socioeconomia e as medidas

mitigadoras e compensatórias são questões chaves para a avaliação da viabilidade do empreendimento.

Como dito anteriormente, mapeei 35 questionamentos feitos pela plenária, os quais busquei categorizar da mesma forma que expus os dados da primeira audiência. Em relação aos temas abordados nos questionamentos, o que ocorreu com mais frequência se referia aos impactos socioambientais (gráfico 6).

Gráfico 6. **Categorização dos questionamentos elaborados pela plenária na audiência pública em São José do Norte.**



Fonte: Elaborado pela autora

As questões que envolviam os impactos socioambientais tratavam de temas como: Impactos sobre a água; impactos sobre o solo; formação de um grande lago. De maneira geral, as perguntas se referiam aos mesmos temas já referidos na primeira audiência, buscando avaliar os impactos sobre a pesca artesanal e a agricultura. O diferencial me pareceu ser os exemplos utilizados pelos membros da comunidade. Um morador do Retiro explicou que sua preocupação com a contaminação do solo e a da água tem relação com o fato de que a localidade já havia sediado o aterro sanitário do município e, por isso, considera perigosa a passagem da draga no local, pois, possivelmente haverá contaminação da água com o chorume. Outra apreensão se referia a possibilidade dos ambientes límnicos serem salinizados pela atividade de extração de minérios.

A formação de um lago, resultado das piscinas de dragagem também foi alvo de perguntas e, segundo o vídeo apresentado pelos empreendedores acerca do Projeto Retiro, o mesmo serviria como uma área de preservação, especialmente para as aves. Entretanto, um dos cálculos apresentados por um membro da plenária mostrou que, de acordo com o RIMA, serão 19 caminhões de minérios devem sair diariamente da região, totalizando 6935 caminhões/ano e 138700 caminhões em 20 anos, o equivalente para construir 3 Estádios do Maracanã e meio e, segundo os empreendedores isto geraria um lago de cerca de 35 hectares.

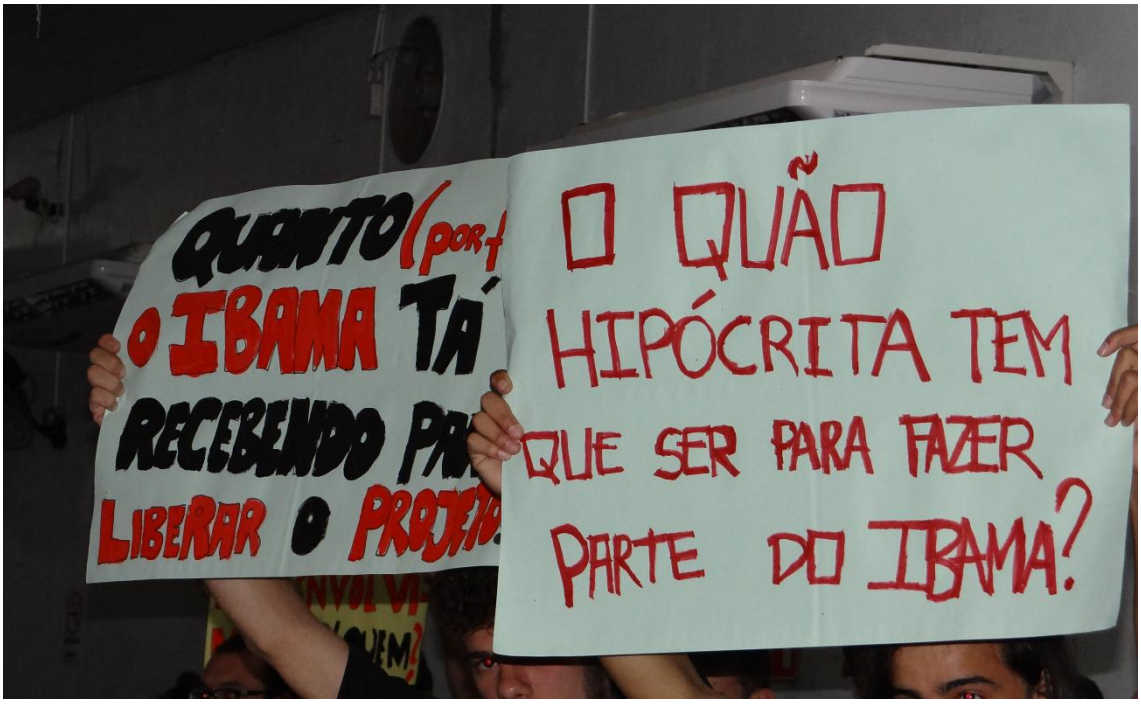
No que tange aos impactos sobre o solo muitas das manifestações se referiam a recomposição do cordão de dunas e também com a vegetação, como o caso das árvores, especialmente as figueiras que não são e simples recuperação e plantio. Além disso, o uso da bentonita para impermeabilização na planta de concentração primária e da cava seca, podendo contaminar o lençol freático.

Os aspectos socioeconômicos foram abordados por questões que envolviam a falta de incentivo aos pescadores artesanais e agricultores. A reinserção dos agricultores na cadeia produtiva após o término da atividade minerária também foi mencionada. Outro aspecto se referia aos investimentos em saúde e educação, bem como os valores que serão arrecadados em forma de “royalts” ao município.

Entretanto, o fato que mais chamou a atenção foram as perguntas referentes a postura da população; do IBAMA e da Prefeitura em relação ao licenciamento ambiental do empreendimento minerário. Houve, inclusive a entrega de um abaixo-assinado dos moradores do Retiro que se colocaram contra o Projeto Retiro dizendo que, por dinheiro algum, por indenização alguma querem o empreendimento na localidade. Segundo o pescador que se pronunciou, a comunidade do Retiro quer continuar com seus modos de vida. Além disso, uma agricultora apresentou uma nota escrita pelo Grupo de Agroecologia Econorte, onde, os mesmos se posicionam contra o empreendimento minerário, argumentando que os danos que serão sofridos não serão tanto socioambientais quanto psicológicos. Neste sentido, uma das inscrições dizia que não entendia a razão do processo de licenciamento ambiental em uma zona que é prioritária para a conservação.

Outra questão abordada com relação ao caráter da audiência pública é de que este é um espaço que precisa ser discutido, inclusive, a inviabilidade do Projeto, ao invés de se ocupar apenas dos modos de praticá-lo. Desta forma, perguntava ao IBAMA se o projeto seria aprovado ainda que a posição da população fosse contrária e, assim como na audiência do dia anterior, o representante do IBAMA afirmava que não se posicionaria ao lado do empreendedor ou da população, que emitiria apenas pareceres técnicos (figura 10).

Figura 10. Cartazes questionando a posição do IBAMA com relação ao empreendimento minerário.



Fonte: Elaborado por Marcela de A. Mascarello/Observatório de conflitos do extremo sul do Brasil.

Os questionamentos com relação a incompatibilidade dos projetos minerário, eólico e o empreendimento referente a FLOPAL foram muito semelhantes aos que foram levantados na primeira audiência pública. Da mesma forma, as perguntas referentes ao conteúdo e incompatibilidades do EIA/RIMA, isto porque grande parte das manifestações foram orquestradas por membros responsáveis pelos empreendimentos eólico e da silvicultura.

3.4 O jogo de poder e a representatividade: algumas questões sobre as audiências públicas

As audiências públicas são uma das etapas da avaliação do impacto ambiental de grandes empreendimentos e o principal canal de participação da população local. Esse

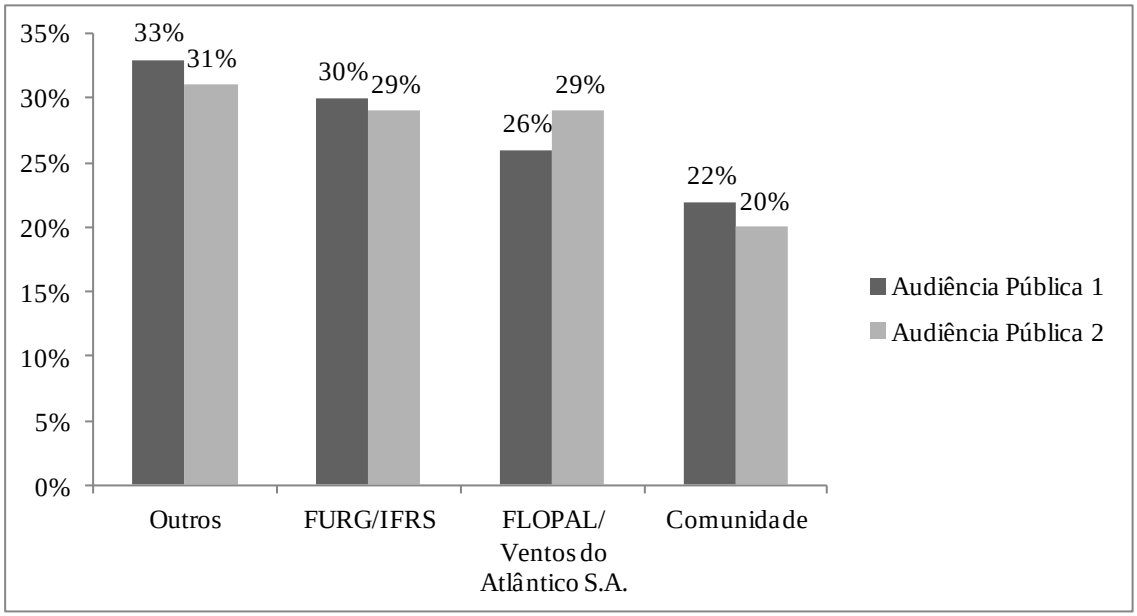
procedimento consiste em apresentar os conteúdos do estudo e do relatório ambiental, esclarecendo dúvidas e recolhendo as críticas e sugestões sobre o empreendimento e as áreas a serem atingidas. Segundo Zhouri, Lasckefski e Paiva (2005) há um processo de marginalização das audiências públicas, já que, não existem garantias quanto à participação da população, tampouco incorporações de suas críticas e sugestões acerca do empreendimento. Na prática, o procedimento perde o caráter de espaço para debates e configura-se como um modo de cumprimento de normas legais.

Existem diversas razões para que este espaço se configure de tal forma. Primeiramente, a linguagem técnica utilizada pelos empreendedores não permite que a população, de maneira geral, compreenda o que está sendo apresentado. Além disso, as perguntas frequentemente são escamoteadas ou respondidas de modo genérico, enfatizando os aspectos positivos e negligenciando os impactos negativos. Outro ponto importante a ser analisado é que existe uma grande limitação com relação ao tempo utilizado para a elaboração dos questionamentos e a resposta dos mesmos, fato que colabora com a diluição do debate.

A partir da experiência vivida nestas duas audiências públicas, é possível observar que, a representação da população nestes espaços se mostrou insuficiente, pois, na primeira não houve participação expressiva da população atingida e, na segunda, embora tenha aumentado significativamente esta expressão, parece não ter havido grandes reflexos nos vínculos daqueles que faziam a elaboração dos questionamentos (gráfico 5). Além da categoria “comunidade” ser a de menor expressão, a mesma ainda é ocupada por alguns empreendedores do da FLOPAL e do Ventos do Atlântico S.A., pois, frequentemente manifestavam ambos os vínculos[60].

[60]A escolha por manter o número de inscrições por categoria, tal qual os participantes se anunciavam é uma forma de demonstrar respeito pelo modo como se auto-reconhecem ou se auto-reivindicam, embora, durante algumas falas ficasse evidente que algumas inscrições possuíam vínculos com a FLOPAL/Ventos do Atlântico S.A.. Além disso, não houve provas concretas destes vínculos, portanto, optei por sinalizar para esta questão mantendo os dados originais.

Gráfico 7. Comparação entre os vínculos apresentados pelos participantes que elaboraram questionamentos nas audiências públicas referentes ao Projeto Retiro.



Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange a viabilidade do empreendimento, os estudos se mostram de modo mais questionável ainda, pois, frequentemente, não há participação da população na elaboração dos estudos, de forma que, a mesma não exerce influência sobre os aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos contemplados nos estudos. Estes ficam a cargo da consultoria ambiental, financiada pelo empreendedor. Dito isto, é possível afirmar que existe uma relação de dependência entre os consultores e os empreendedores que, tornam os EIA/RIMA's um mercado, como afirmam Zhouri, Laschefski e Paiva (2005).

Os argumentos utilizados para justificar o empreendimento, frequentemente, versam sobre o desenvolvimento sustentável e progresso de modo genérico, sem apresentar os destinatários das benesses, homogeneizando o processo. Desconsidera-se, portanto, todo e qualquer aspecto que constitua os grupos, suas crenças, suas práticas, seus direitos de escolha, buscando convencer a aceitação dos empreendimentos sob a lógica do mercado. A tentativa de adequar as sociedades e o meio ambiente aos interesses econômicos, sob a lógica acumulativa, exerce forte influência ao processo de licenciamento ambiental, dentre os quais é possível destacar o caráter tendencioso dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental.

Por outro lado, é importante mencionar que, ao observar tais fragilidades no processo de licenciamento ambiental, o mesmo ainda é visto como um entrave ao desenvolvimento econômico do país e, cada vez mais, vem sendo ferido, sendo alvo de projetos de lei (3729/2004) e campanhas que visam o seu desmantelamento[61]. A defesa feita aqui é pelo fortalecimento do mesmo, de modo que possa refletir os interesses das populações e não do mercado. Ao observar as limitações presentes neste processo, argumento que, as audiências públicas referentes ao Projeto de Retiro, não refletiram muito mais do que uma disputa entre diferentes interesses de empreendimentos, caracterizando uma "briga de cachorros grandes".

A busca pela tentativa de construir uma controvérsia que seja protagonizada pela população que possivelmente será impactada pelo Projeto Retiro, caso o mesmo se instale, terá seus desdobramentos no próximo capítulo, onde apresentarei outros espaços em que a participação dos grupos foi mais efetiva, como no caso do Fórum das Comunidades Tradicionais e na Reunião realizada com os moradores da localidade do Retiro, além de outros espaços que serão apresentados mais tarde.

---

[61] Mais informações acesse: https://redesustentabilidade.org.br/2016/12/14/votacao-de-proposta-que-desmantela-licenciamento-ambiental-e-adiada-na-comissao-da-camara/ (Acesso em: 16 de fevereiro de 2016).

CAPÍTULO 3 - ENTRE A "*BRIGA DE CACHORROS GRANDES*[62]" E OS GRUPOS LOCAIS: OS PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO E A CRITICA À MINERADORA

Este capítulo dedica-se a abordar o processo de construção da controvérsia envolvendo o Projeto Retiro a partir de desdobramentos das audiências públicas, os quais configuraram um processo de mobilização em relação ao empreendimento minerário. Esta análise está subdividida em 7 partes que, envolvem desde a participação em diferentes espaços de crítica, como programas de rádio e reuniões, até análise documental e mapeamento de redes sociais.

O primeiro subitem trata do meu processo de inserção no campo de pesquisa, a partir das audiências públicas, através do convite para participação de programas de rádio que tinham como temática a discussão do Projeto minerário Retiro. O segundo subitem versa sobre o evento "Depoimentos e rodada de debates: Comunidades Tradicionais de Agricultura Familiar e Pesca Artesanal", organizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São José do Norte, com o intuito de debater a relação entre a população e as questões ambientais no município. O terceiro momento trata da apresentação e análise de processos administrativos que tive acesso através da SMMA e apresentam as diversas posições defendidas pelos atores sociais quanto à instalação do empreendimento minerário.

O quarto subitem é referente à reunião realizada na localidade do Retiro, apresentando as considerações da população que vive na localidade onde o empreendimento pretende se instalar. O quinto subitem refere-se aos eventos "ocupa tudo: e a universidade?" e "VIII Encontros e Diálogos com a Educação Ambiental" onde foram criados espaços na FURG com a participação de pesquisadores envolvidos com estudos referentes a mineração e, também, alguns moradores de São José do Norte, para falar sobre o Projeto Retiro a partir de suas óticas. A penúltima parte deste capítulo aborda mapeamentos realizados em veículos informativos, que tratam da possibilidade

---

[62] "Briga de cachorros grandes" foi uma analogia utilizada pela então entrevistadora do programa Paralelo 30 da Rádio FURG e que passei a utilizar.

de instalação do Projeto Retiro. O último subitem deste capítulo busca trazer uma análise sobre o que foi apresentado ao longo deste capítulo.

3.1 Os Desdobramentos das Audiências Públicas: Iniciando Pelos Programas de Rádio

As participações no programa "Paralelo 30" que faz parte da programação da rádio FURG, marcaram o início de uma nova etapa de minha pesquisa, abordando os desdobramentos das audiências públicas referentes ao Projeto Retiro. No dia 23 de janeiro de 2015, eu e meu orientador professor Gianpaolo Adomilli, fomos convidados a falar sobre a mineração em São José do Norte, através da temática "Mineração em São José do Norte e Seus Impactos Ambientais e Sobre as Populações[63]". Na ocasião debatemos sobre questões que envolvem populações costeiras, mineração e também as audiências públicas realizadas em dezembro, referentes ao Projeto Retiro. Foi falado sobre processos de desterritorialização e mudança na paisagem ocasionada pela influência da extração mineral. Outros temas que permearam a discussão se referiam ao interesse da população nortense pelo empreendimento e os saberes acadêmicos e tradicionais.

Pouco mais de um mês após este encontro, no dia 27 de fevereiro de 2015, fui convidada a retornar ao programa sob a segunda edição da temática "Mineração em São José do Norte e Seus Impactos Ambientais e Sobre as Populações" [64] acompanhada por Cleberson Milao para falarmos sobre nossas percepções acerca das audiências públicas e do Projeto Retiro, desta vez trazendo a perspectiva de um morador de São José do Norte. A apresentadora do programa iniciou a discussão referindo-se ao caso como uma "briga de cachorros grandes" pelo fato do território estar no centro da disputa entre dois grandes empreendimentos (minerário e eólico). Em seguida, Cleberson falou acerca das atividades que já estão em andamento no município e são causadoras de danos, a saber, o cultivo de pinus realizado pela FLOPAL.

---

[63]Link através do qual se pode acessar a discussão: https://www.youtube.com/watch?v=q_3hPvZOB9Q&list=PLVVvQpUGMOk8XJ_AkdhUmCZ_xplXRMZYM&index=15 (Acesso em: 12/06/2017).

[64]Link através do qual se pode acessar a discussão: https://www.youtube.com/watch?v=6sSlAdzODCQ (Acesso em: 12/06/2017).

Cleberson argumenta que: "*Eles dizem que a mineração ocorrerá em área já degradada"* e, diante desta afirmativa questiona se o caminho será aumentar, ainda mais, a degradação do solo ao invés de tentar recuperá-lo. Além disso, menciona que o projeto minerário pretende deixar "*um talho que vai dar para ver da lua"* referindo-se sobre a piscina que restará ao final da exploração mineral no município que, segundo ele não tem nada a ver com a região que é formada, predominantemente, por banhados que não costumam ultrapassar 2 metros de profundidade.

Além do debate importante que foi realizado, recebi de Cleberson a Nota do Grupo de Agroecologia Econorte, que se posiciona de forma contrária ao empreendimento minerário e será oportunamente apresentada mais adiante. Quando neste programa eu falei sobre os grupos organizados que observei na AP em São José do Norte, e mencionei um em especial, que utilizava camisetas com dizeres contra a atividade minerária (figura 11), Cleberson falou sobre algo muito importante, lembrou que as camisetas foram financiadas pelo setor do pinus no município. Ao fazer questão de mostrar que fazia parte de um movimento independente, me ajudou a compreender que estes grupos podem até ter um objetivo em comum - ser contra a mineração no município - mas isto não os coloca em uma mesma posição. Eu começava a compreender a importância de perceber quais são as alianças que se encontram estabelecidas neste campo em disputa.

Figura 11. Camisetas utilizadas por um grupo de manifestantes contra o empreendimento minerário**.**

As participações que tive nos programas de rádio foram fundamentais para que eu pudesse compreender algumas questões que envolviam os diferentes grupos contrários ao Projeto Retiro e as intencionalidades que fundamentavam suas posições. Além disso, contribuíram para que houvesse uma maior divulgação sobre o meu estudo que refletiu em outras oportunidades de participação em espaços que buscavam debater o assunto, como foi o caso do evento intitulado "Depoimentos e rodada de debates: Comunidades Tradicionais de Agricultura Familiar e Pesca Artesanal".

3.2 Depoimentos e rodada de debates: Comunidades Tradicionais de Agricultura Familiar e Pesca Artesanal

Organizado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São José do Norte, o evento "Depoimentos e rodada de debates: Comunidades Tradicionais de Agricultura Familiar e Pesca Artesanal" (figura 12) fez parte do chamado *Junho Ambiental* que foi uma série de atividades que ocorreram no mês de junho de 2015 para discutir a temática do meio ambiente. Falaram neste evento, representantes do grupo de agroecologia da região, presidentes de associações, tais como a de pescadores e agricultores, além de pesquisadores da FURG, e autoridades locais como o vice-prefeito.

Figura 12. exposição da proposta de atividade feita pelos organizadores do evento.

Fonte: Elaborado pela autora.

Segue abaixo a tabela 4 com nomes fictícios[65] de alguns dos participantes do evento e os vínculos que possuem.

Tabela 4. Participantes do evento "Depoimentos e rodada de debates: Comunidades Tradicionais de Agricultura Familiar e Pesca Artesanal" caracterizados a partir de nome fictício e vínculo.

Nomes	Vínculo
Claudio	Associação do Gravatá
João	Econorte
Daniel	Pescador - Morador do Retiro
José	Associação Raízes da Terra
Renata	Agricuturora – Econorte
Marcelo	Vereador
Bruno	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Renato	Morador Retiro
Laura	Associação do Tesoureiro
Ricardo	INCRA
Felipe	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Pedro	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Henrique	Agricultor- Econorte

Fonte: Elaborado pela autora.

Fui convidada, juntamente com meu orientador prof. Gianpaolo, a participar deste evento por Felipe da SMMA, que ficou sabendo da temática da minha dissertação

[65] Optei por não identificar os participantes do evento para garantir sua segurança, pois, o processo de licenciamento ambiental do empreendimento ainda encontra-se em andamento e, acredito ser uma forma de evitar qualquer tipo de prejuízo as pessoas que contribuíram com esta pesquisa.

envolvendo a possibilidade de mineração em São José do Norte. Ao que fui informada, o objetivo do evento era discutir diversos temas que estão relacionados com os usos do território nortense, inclusive o projeto minerário e, por isso haviam me convidado para participar da atividade. Convém destacar que, tanto a minha participação quanto de meu orientador, foram pontuais, tratando apenas de uma apresentação e breve fala sobre o trabalho em desenvolvimento. O evento configurou um importante espaço para a escuta das narrativas apresentadas pelos demais participantes.

Para a minha surpresa, praticamente nenhum outro tema além da mineração foi discutido durante a rodada de debates (figura 13), a sensação que eu tinha era de que as pessoas, ali presentes, haviam se organizado entre si para debater unicamente este assunto, como forma de reafirmar suas ressalvas em relação ao Projeto Retiro.

Figura 13. Participantes da rodada de debates.

Fonte: Elaborado pela autora.

Felipe fez uma apresentação de cerca de 20 minutos que tratava das culturas tradicionais, agricultura familiar e da pesca artesanal das comunidades locais. Em sua fala relatava que em um passado próximo a cidade vivia basicamente da agricultura familiar, pesca artesanal, pecuária e silvicultura de pinus, mais recentemente houve a chegada do polo naval.

O servidor público argumentava sobre uma decadência do setor primário e uma baixa auto-estima por parte das comunidades tradicionais, explicando que a mão de obra utilizada pelo polo naval é um agravante ao êxodo rural e a desarticulação das cadeias primárias do município. Segundo ele, é necessário o auto-reconhecimento por parte das comunidades, ou seja, uma busca de legitimidade dos povos para que estes sejam responsáveis pelas decisões sobre seu futuro, sendo protagonistas de suas histórias. Dizia ainda que, as decisões sobre os territórios e comunidades não podem ficar nas mãos dos governantes e empresas, reforçando seu ponto de vista acerca da importância dos grupos se auto-organizarem.

Mais adiante Renata, do grupo de agroecologia Econorte, falou da tentativa de retornar a um tipo de agricultura mais natural (livre de agrotóxicos). Renata alerta que a principal preocupação do grupo de agroecologia, no momento, é a proposta apresentada pela RGM mineração S.A., por isso o grupo escreveu uma nota de repúdio (anexo 1) ao projeto onde argumentam que a exploração de recursos naturais não-renováveis geram danos ao meio ambiente e as comunidades. Os argumentos utilizados para justificar a contrariedade ao Projeto vão desde a ideia que defendem sobre um processo de desaculturação causado pelos monocultivos de pinus, os baixos investimentos no modelo de agricultura familiar e o êxodo rural. Além disso, acreditam na necessidade de recuperação do território, ao invés de degradá-lo ainda mais e, neste sentido, acreditam que os impactos causados pela mineração foram pouco avaliados. "*[...] não devemos permitir que sejam feitos rasgos no sentido geográfico, biológico e cultural no nosso município [...] Não acreditamos neste tipo de "progresso"*". Por fim, destacam que o progresso no qual acreditam só pode se dar com saúde nas mesmas e nos campos, que são a principal fonte de desenvolvimento social, segundo o grupo.

A associação feita entre as palavras *desaculturação, agricultura* e *cultural* expõem um modo de relação e compreensão para/com a vida que, demonstra, a partir da relação com a terra, uma busca por diversidade nos campos que se reflita nas plantações e também na constituição dos grupos. As palavras transmitem a ideia de partilha, de construção a partir de relações estabelecidas com o território e de respeito ao tempo necessário para o *cultivar*. Por outro lado, os monocultivos e a exploração de recursos naturais não-renováveis expressam o tolhimento das culturas, em seu sentido mais amplo, enquanto processo autônomo e, demonstram a tentativa de imposição de uma

"cultura universal" baseada na mercantilização dos territórios, aonde o *progresso* representa o caminho (ou a escada) percorrido para chegar num ideal, arbitrário de *desenvolvimento*, ou seja, o ponto mais alto de uma escala evolutiva.

Este jogo de palavras dançavam frente aos meus olhos como uma releitura dos escritos de Roque de Barros Laraia (2001) que versam sobre as reflexões sobre cultura amparadas em Edward Tyler (1832 - 1917) que a compreendia como uma escala evolutiva, onde a diversidade dos grupos representariam os "estágios" em que os mesmos se encontram, estando os europeus ou, a cultura europeia, no ápice desta escala. O etnocentrismo que outrora privilegiava os europeus, parece se renovar através dos ideais de *progresso* e *desenvolvimento* que assolam São José do Norte, bem como os demais territórios e populações latino-americanas, com o perdão da generalização aqui feita.

Retomando as falas proferidas durante o evento, Laura, do Tesoureiro falou sobre os impactos gerados pela atividade minerária. Conta que quando era estudante, seus professores explicavam que SJN é uma área de restinga, onde no passado *"era tudo água".* Neste sentido, a representante do Tesoureiro questiona a profundidade alcançada pelo uso das dragas de minério e teme que os prejuízos causados pelas mesmas sejam sentidos mais fortemente por seus netos e bisnetos.

> Eu sei que tem gente aqui, principalmente os mais jovens que vão achar que é uma *caduqueza* minha, por que eu tenho 82 anos, mas não é, gente. Quem viver verá o prejuízo que essa mineração vai dar a essa restinga de terra. Lá na Olaria [eu moro no Tesoureiro] e tem só um banhado que separa a Olaria, [me desculpa se tem alguém da mineradora, mas é verdade] foram lá e deram uns pequenos "troquinhos" pro pessoal lá e todo mundo assinou, então pode cavar a vontade (diário de campo, junho de 2015) (anexo 2).

Continuando as exposições, José, da associação Raízes da Terra, se apresenta dizendo que *"é um pouco difícil falar na frente de intelectuais, mas a gente na simplicidade de homem do campo pode expressar o nosso pensamento".* José falou que tomou posição contra a mineração depois que assistiu na televisão uma notícia que contava que em algum lugar do Brasil (Mato Dentro, ele acredita ser o nome), uma área de mineração afetou o município vizinho que possuía plantações de abacaxis e teve suas terras salinizadas tornando-se improdutiva. Termina sua fala dizendo que a mineração pode até ser boa financeiramente, por algum pouco tempo, mas o futuro é desastroso.

Henrique, da região do Divisa, relata que mora na "costa do oceano" e que quando tinha 10 anos de idade tinha que engatinhar para chegar até o Oceano, por que atolava na areia "*remodiça*". Hoje se chega lá e tem plantações de cebola, milho e outras variedades. O morador e os demais membros da comunidade são contra a mineração por entenderem que é uma área que qualquer "*represa*" que tiver a água invade as terras. Daniel, da região do Retiro – local onde pretende ser instalada a mineradora- diz que veio "*afiado*" trazendo o livrinho (RIMA) do projeto.

> "A gente vive numa península, tem um lixo [antigo aterro sanitário] ali que foi botado há muitos anos, e faz uns 6 ou 7 anos que vem sendo retirado dali [...]. Nós temos esse problema, só que aí essa draga que está nesse livro aqui é uma bomba, ela funciona da seguinte maneira, eles vão fazer um buraco de 200 metros de largura por 500 de comprimento, e a profundidade é para essas duas dragas poderem nadar. Nós corremos o sério risco de contaminar o lençol freático que tem lá embaixo , vai vir alguma coisa que está quieto, que é o lixo, no caso, e mais a Lagoa dos Patos. Aí como é que vai ficar a nossa água se nós moramos na beira da praia? Quando chover demais que esse enorme buraco vai descer em direção à praia, como que uma descida de água que hoje desce pouca água vai agüentar uma descida d'água de um troço desses aqui? Aí eles dizem para nós que isso não vai acontecer. A doutora Anelise Becker levou um antropólogo de Brasília lá no meu galpão que contou que tinha uma cidade que era do tamanho de uma moeda de 5 centavos, a mata na volta, onde tinha o minério era do tamanho de um prato. Ai eles foram lá e conseguiram essa mata para minerar e disseram que depois iam replantar a mata, só que só pode plantar grama até hoje, pois eles usaram tanto produto químico para tirar o minério dali, que se plantar alguma árvore ali, ela vai sugar o veneno que eles usaram ali e vai largar no oxigênio, então ficou um deserto, está assim até o dia de hoje. Então nós do Retiro somos totalmente contra essa mineradora, não adianta vir progresso para dez e destruir mil. E pedimos para o pessoal da FURG e para doutora Anelise para não deixar eles cavar ali, mas se for o caso da gente perder, conseguir que a gente tenha algum suporte de alguém que entenda e diga que tem quer ser "assim e assim" (Seu Daniel, junho de 2015).

A fala seguinte foi de um senhor da comunidade do Capão do Meio. O morador falou que de sua preocupação em relação a improdutividade dos solos e da pesca, assim como o outro , pediu ajuda "da FURG" e de outros que pudessem barrar a mineradora. Uma possível interpretação para tais pedidos talvez seja a de que não se sentem respeitados para reivindicar seus direitos de uso do território, ao pedirem ajuda para os pesquisadores, explicitam as relações de poder, mostrando quem tem direito de fala e poder de decisão.

Em seguida ouvimos Ricardo, que trabalha com populações tradicionais, principalmente com indígenas e, morou durante dois anos em São José do Norte.

Ricardo contou diversas passagens pelas comunidades do município dando destaque para as manifestações culturais que observava. Lembrou da influência açoriana, em especial do terno de reis[66], e da importância do auto-reconhecimento, por parte dos nortenses, como população tradicional. Além disso, destacou que a riqueza mineral presente no solo pretende ser explorada por empresas espanholas que buscam tirar seu país da falência utilizando recursos brasileiros, neste caso, nortenses.

Mais adiante, Claudio da associação Novo Amanhecer do Gravatá, conta que da localidade a qual representa, até a praia do Mar Grosso, levava mais de uma hora à cavalo desviando os atoleiros, atualmente está tudo gramado e de moto se chega em cinco minutos. Desta forma, Claudio questiona as condições em que este lugar ficará após ser minerado e, por isso, "*o Gravatá em peso"* é contra a mineração. Além disso, acrescenta que pode até ter benefícios, mas questiona as consequências que tais atividades podem gerar

> Em uma reunião lá no Estreito estava passando em um telão que eles [a empresa] pagam pelo aluguel da terra o mesmo valor que a gente paga para poder plantar cebola, não mais do que mil reais o hectare, mas o que acontecerá com esse hectare depois? Eu, como presidente, já me pediram várias vezes para chamar uma reunião para trazer eles aqui, mas eu não tenho coragem. Pode acontecer uma baita duma "vaia" como se diz lá, então vamos esperar, [...] Esperamos que alguém tome alguma providência (Diário de campo, junho de 2015).

Renata retorna a falar que o solo está em construção, é oceânico. "Se esta mineração salinizar essa terra, todos nós vamos ficar sem nosso chão, não tem como sobreviver num lugar salgado".

> [...] Outra coisa, o polo naval indenizou as pessoas e atiraram o povo mais para lá, ai o pinus tomou conta de grande parte da agricultura, aí o povo vai mais para lá, ai vão amontoando, né? Geralmente na cidade, pois quando não tem mais para onde ir, vai para a cidade. Aí, agora eles vão tirar as mesmas pessoas que foram retiradas pelo polo para minerar? Gente, nós somos o quê para ser jogados daqui para lá e de lá para cá? Nós somos seres humanos, temos a nossa cultura, a nossa tradição, a nossa agricultura [...]. A gente tem que ter claro [falando sobre o território], ou é deles [empresa] ou é nossa, e se é deles a gente vai para onde? Para que município nós vamos, aqui não vai mais dar para ficar, vocês podem ter certeza. (Diário de campo, junho de 2015).

---

[66] O Terno de Reis, também conhecido por Folia de Reis é uma festividade de cunho religioso, mais especificamente católico, que é de origem portuguesa. Algumas regiões do Brasil ainda mantém esta manifestação folclórica que está relacionada com a passagem no Natal.

Ao pedir novamente o espaço de fala, Seu Daniel fala que em relação a agricultura na região, os responsáveis pelo empreendimento minerário, mandarão um agrônomo fazer uma análise da terra para ver o quanto produz.

> [...] Nós temos que sempre procurar aprender com pessoas que entendam mais do que nós, para nós termos a nossa posição, foi o que eu fiz e é o que está todo mundo aqui contra. Aonde o homem botou no livro [RIMA] que a principal cultura de São José do Norte é banana, cebola é "experiência" e pesca nem existe. [...] Vem uns rapaz lá da Quinta e Povo Novo dar discurso em favor da mineradora, aí eles estavam do lado do seu Luiz Bizzi, que eu nem ia falar de banana. Aqui do meu lado já estou vendo um monte de banana, tirando o senhor do IBAMA, é tudo um monte de banana. Se eu faço uma pergunta pro senhor [Luiz Bizzi] e o senhor consulta quatro computador para me dar uma resposta. Cadê a sua inteligência, ficou lá na cidade onde o senhor mora? Pois se ele é o chefe (Diário de campo junho de 2015).

Ainda na sua fala sobre os usos da terra, Seu Daniel demonstra preocupação com contratos (anexo 3) que a RGM mineração S.A. vem fazendo com os moradores da região do Retiro.

> [...] Agora eles fizeram um contrato com um pessoal aí, [...] existe uma cláusula naquele contrato ali que diz que o proprietário do campo não pode vender os direitos para outra mineradora, mas a mineradora se quiser vender os direitos daquele poço e do que estiverem tirando dali para outra mineradora, pode. Agora tu analisa, que nem o Luciano falou, que vale dólares e mais dólares o quilo desse minério. Agora a mineradora, se der algum problema com ela, ela vai lá e troca de nome e volta com outro nome, é a mesma mineradora. Que nem quando eu era guri pequeno que tinha uma mineradora lá no Retiro fazendo análise do minério, era uma outra firma, ai depois veio outra, e agora vem a Rio Grande Mineradora. É tudo a mesma coisa, é tudo farinha do mesmo saco. Então não adianta nós dizer assim, está direitinho, eles só estão querendo nos enganar, eles estão pensando no deles, não estão pensando em nós [...](Diário d campo, junho de 2015).

Além das falas destacadas acima, que foram proferidas por membros e representantes de comunidades de São José do Norte, foram ouvidas também, as falas de um dos representantes dos quilombolas, dos representantes da EMATER, de um representante do CEA (Centro de Estudos Ambientais), e o então secretário do meio ambiente Pedro. O representante do CEA sugeriu que para próximos encontros, como este, seja feito um documento coletivo onde conste o posicionamento dos moradores locais com a subscrição da prefeitura, onde esta se comprometa em defender os posicionamentos dos nortenses. Além disso, o representante do CEA diz que o papel dos governantes deve ser o de defender os anseios da comunidade, e não os interesses dos grandes empreendimentos, sugerindo que exista uma propaganda a favor do empreendimento minerário, por parte dos governantes locais.

Em resposta as sugestões feitas por parte do CEA, o secretário Pedro diz que o posicionamento do governo municipal é o mesmo das comunidades locais, que não existe uma defesa ao projeto de mineração na região. O secretário acrescenta que o município carece de políticas públicas federais, estaduais e municipais que atendam as necessidades dos moradores locais. A partir deste estranhamento que houve entre o representante do CEA e o secretário Pedro, José pediu para se manifestar novamente e falou sobre alguns documentos que foram redigidos pelos agricultores locais.

> Era só para falar assim, já que ele [representante do CEA] falou do envio de documentos, foram enviados três ofícios aqui. Este aqui está para ilustríssimo senhor Luiz Roberto Louzada Jr. Chefe do escritório do IBAMA em Rio Grande: [...] vimos por meio deste, manifestar que nossos associados, após realização de assembleia, ainda possuem muitas dúvidas e incertezas em relação quanto aos impactos, tanto ambientais quanto sociais, que o licenciamento e a execução do Projeto Retiro da empresa RGM mineração S.A. podem provocar ao nosso município. Em vista disso, nossa posição é contrária em relação ao documento comprobatório e laudos técnicos atestando que após a extração do minério a terra continuará a ser produtiva. Além disso, ainda não foram apresentadas informações satisfatórias e consistentes acerca das indenizações e procedimentos de regularização fundiária. Cabe salientar que muitos moradores das áreas a serem afetadas não tiveram conhecimento da data da Audiência Pública, por isso, não tiveram oportunidade de participar para dirimir suas dúvidas e manifestar sua posição com relação a exploração do minério do solo nortense. Frente a este fato, não nos resta outra alternativa, senão solicitar que o IBAMA realize nova audiência. Ademais, acreditamos que a exploração de recursos naturais não-renováveis prejudicará tanto a natureza quanto a dinâmica econômica e social das comunidades afetadas e fragilizará ainda mais a produção agrícola, essencialmente familiar, contribuindo para acentuar ainda mais o êxodo rural. Nos preocupa a pouca avaliação e as tentativas de demarcar os impactos, sabendo que a inobservância das medidas compensatórias é comum aos grandes empreendimentos. Como somos diretamente ligados ao campo e a pesca artesanal, defendemos o progresso sustentável, que mantém o homem no meio rural, ao invés de esvaziá-lo, pois, a produção de alimentos é essencial à existência humana. Então, concordar com este tipo de projeto, seria para nós, decretar o fim da atividade agrícola em São José do Norte. Aproveitamos o ensejo para encaminhar o documento assinado pelos associados a fim de comprovar que nos manifestamos de forma contrária a exploração de minério em solo nortense. [...] (Diário de campo, junho de 2015).

Mais ao fim do evento o Professor Gianpaolo falou um pouco sobre o papel da academia e fez algumas reflexões sobre as diferentes formas de conhecimento e de saberes, enfatizando a importância do conhecimento construído na prática, como é caso dos pescadores, por exemplo. Por fim, falou sobre os saberes de dentro da universidade, destacando que alguns pesquisadores se posicionam contra, outros a favor do projeto minerário, inclusive participando das pesquisas que compõe o EIA/RIMA deste empreendimento.

Após, foi minha vez de me manifestar, então expliquei sobre a pesquisa de mestrado que pretendia desenvolver e do quão importante era para mim, escutar cada um deles que estavam ali presentes. Expliquei que já havia participado das Audiências Públicas referentes ao Projeto Retiro e que minha intenção era de desenvolver uma narrativa que contasse os posicionamentos da população acerca da possibilidade do empreendimento. Expliquei o que eu entendia por Etnografia e as razões pelas quais havia escolhido esta abordagem para desenvolver minha pesquisa. O evento foi finalizado com os agradecimentos do Secretário do Meio Ambiente.

A participação nestes eventos de caráter mais formal, quais sejam as audiências públicas, os programas de rádio e o Depoimentos e rodada de debates: Comunidades Tradicionais de Agricultura Familiar e Pesca Artesanal, me tornei um pouco mais conhecida pelos moradores de São José do Norte que, sabiam que eu era a "estudante da FURG" e este fato permitiu que eu me aproximasse mais fortemente de algumas das pessoas que conheci, tornando-se meus amigos, inclusive.

Nestes espaços era recorrente a leitura de notas e de alguns outros documentos que me pareciam muito interessantes para seguir a construção da controvérsia que envolvia a tentativa de instalação do Projeto Retiro. Foi então que resolvi entrar com um pedido formal para acessar os documentos que faziam parte dos Processos Administrativos que se encontravam na Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São José do Norte e, é sobre a contribuição que estes trazem ao estudo que trata o subitem a seguir.

3.3 Os Processos Administrativos: as palavras e as entrelinhas

Tudo acaba, mas o que te escrevo continua.
O melhor está nas entrelinhas.

(Clarice Lispector)

As audiências públicas geraram ecos que podem ser evidenciado de diversas formas, como através do evento recém mencionado, e especialmente nos documentos

que fazem parte dos Processos Administrativos[67] referentes a Rio Grande Mineração S.A. que, encontram-se protocolados na SMMA de São José do Norte. Como dito anteriormente, acessei este material através de solicitação formal com fins de pesquisa acadêmica. Nestes arquivos estão contidos alguns documentos que datam da abertura do processo de licenciamento ambiental do Projeto Retiro, porém, para esta análise, elegi os materiais que são referentes a manifestações de grupos diversos, sejam eles favoráveis ou contrários ao empreendimento minerário.

O primeiro deles foi elaborado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São José do Norte emitiu um parecer técnico (008/2015) (anexo 4) onde elenca preocupações e questionamentos referentes ao Projeto Retiro, abordando 6 aspectos: 1- comprovação no EIA/RIMA sobre os minerais a serem extraídos e a possibilidade de radioatividade; 2- recomposição e manejo do solo, duração do monitoramento, uso de fertilizantes e contaminação dos corpos hídricos; 3- monitoramento dos recursos hídricos, gestão adequada das águas residuais, alteração nos corpos hídricos doces e salgados, piscina de cerca de oito metros de profundidade e a relação com o Banhado do Estreito; 4- Vegetação nativa e o tratamento com espécies imunes ao corte, reconstituição da fisionomia da vegetação suprimida, procedimentos com a fauna silvestre e a preocupação com os ambientes prioritários a conservação; 5- recursos e investimentos em pesquisas, monitoramento, recuperação, preservação e controle ambiental por parte dos empreendedores, manutenção de estradas vicinais; 6- compensação e mitigação de impactos, bem como a destinação de verbas para projetos ambientais devem ser tomadas junto ao município.

Outra manifestação trata da resposta ao Conselho Municipal de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (COMADES), elaborada pelos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que emitiram uma nota (anexo 5) onde manifestam que, não possuem informações suficientes para posicionarem-se com relação aos impactos da mineração sobre a agropecuária no município. Ademais, destacam que consideram a atividade de grande impacto ambiental, social e outros. Por outro lado, o IPAC reafirmou sua posição desde as

---

[67] Os Processos Administrativos foram solicitados para fins de pesquisa acadêmica. Acessei: Processo Administrativo Nº 101/204 aberto na data de 20 de agosto de 2014 e Processo Administrativo 014/2015 aberto na data de 03 de março de 2015.

audiências públicas, manifestando-se favorável ao empreendimento minerário (anexo 6): "*Por unanimidade os membros do IPAC aprovaram moção a favor da sustentabilidade do empreendimento, ou seja, a favor da instalação da mineradora*".

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Norte (STTRSJN) também se manifestou ao IBAMA afirmando que foram protocolados questionamentos a serem respondidos durante a audiência pública em SJN o que, segundo eles não ocorreu. Desta forma, submetem suas perguntas ao IBAMA (anexo 7) que tratam sobre: 1- dimensões da área de lavra, considerando a área titulada pela empresa FINESA; 2- Processamento do pedido de licença ambiental por parte do IBAMA, uma vez que, os empreendedores não possuem titularidade da área em questão; 3- manutenção das laterais da caba de mineração, tomando em conta a constituição do solo que é arenoso; 4- recomposição do solo e seu relevo; 5- não identificação de ensaios de solo que possibilitem compreender a relação entre a intervenção da mineração e a reconstituição das condições pré-intervenções. 6- explicações sobre a atividade minerária que será dividida em duas frentes; 7- explicações sobre o tempo de lavra diário e o avanço da mesma, a relação entre os ruídos e a produção animal; 8- critérios para indenização e arrendamento pelo uso das terras por parte do empreendimento minerário; 9- proteção ambiental e a atividade agrícola e pastoril; 10- impactos ambientais pela exploração de recursos naturais não renováveis e a recomposição do solo.

O Grupo de Agroecologia ECONORTE também encaminhou sua nota de repúdio a empreendimento, já mencionada anteriormente no anexo 5, como um documento a ser avaliado enquanto processo administrativo. A colônia de pescadores Z-2, Almirante Tamandaré, também submeteu um documento ao IBAMA (anexo 8) onde afirmam que durante a audiência pública realizada em São José do Norte, participaram vários pescadores que, inclusive elaboraram questionamentos e saíram de lá com várias preocupações e dúvidas quanto ao Projeto. A classe dos pescadores se reivindica enquanto comunidade tradicional e afirmam não terem sido consultados em relação ao interesse pelo projeto minerário. Argumentam que a pesca é sazonal e influenciada por condições climáticas e salinidade da água. Além disso, o documento diz que no EIA não há espaço que trate especificamente da comunidade pesqueira, que será atingida pelo empreendimento.

Os pescadores destacam ainda, os impactos no solo, especialmente a área de dunas. Causa preocupação, também, os descartes de água da lagoa onde ficará a draga, bem como os combustíveis e sistema de lubrificação da mesma que, poderá ocasionar contaminação da água. A Associação entende que a comunidade pesqueira é a mais vulnerável do município, tanto que, são remunerados por programa social durante o período de defeso das espécies alvo da pesca na região. Por fim, acrescentam que os bens socioambientais estão para além daqueles que promovem a manutenção da vida em todas as formas, se revelando através da biodiversidade e da sociodiversidade.

A disputa pelo território que envolve o Projeto Retiro e os grupos FLOPAL e Ventos do Atlântico chamou a atenção durante as audiências públicas, sendo boa parte das questões elaboradas por seus parceiros, como dito no capítulo anterior. Entretanto, as manifestações destes grupos, que se opõem ao empreendimento minerário não se limitaram ao espaço das audiências. Foram elaborados dois documentos diferentes, sendo um em nome da Ventos do Atlântico S.A. (anexo 9) e outro em nome da FLOPAL (anexo 10) que, foram destinados ao IBAMA e continham questões também aos empreendedores do Projeto Retiro.

A Ventos do Atlântico submeteu cerca de 9 questionamentos ao IBAMA e 6 questionamentos a Rio Grande Mineração. Em ambos os casos as perguntas não se distanciaram muito daquilo que havia sido mencionado pelos mesmos durante as audiências. Ao IBAMA foram direcionadas as dúvidas referentes ao princípio da ampla publicidade das audiências públicas; análise do projeto eólico e minerário pelo mesmo órgão e simultaneamente; falta de comprovação sobre os direitos minerários; similaridades entre o Projeto Bojuru e o Projeto Retiro, o papel do IBAMA; erros contidos no estudo de impacto ambiental e o aceite do IBAMA; referências de programas genéricos apresentados pela RGM mineração S.A. para mitigação de impactos, a possibilidade de afirmar que a comunidade nortense está bem informada; garantias do IBAMA para o cumprimento de reparações, indenizações e royalties feitas pela RGM mineração S.A.; número de entrevistas realizadas com as famílias nortenses e a efetividade das análises, uma vez que o estudo não considerou a instalação do Estaleiros do Brasil; solicitação de cópias das gravações das audiências públicas.

Ao longo de 10 extensas páginas, a FLOPAL manifestou-se ao IBAMA com relação ao Projeto Retiro, assim como a Ventos do Atlântico S.A., reiterou várias questões que já haviam abordado durante as audiências públicas. Escrito de forma diferente, este documento apresenta, em sua centralidade, os mesmos argumentos desenvolvidos pelo projeto de energia eólica, como é possível observar através do anexo 9.

A única resposta por parte da RGM mineração S.A a qual tive acesso (anexo 11), atinente aos documentos que compõem o Processo Administrativo 014/2015, refere-se ao parecer técnico elaborado pela SMMA de São José do Norte. Os empreendedores responderam aos questionamentos utilizando como base o EIA/RIMA. Afirmam que o minério não é radioativo; as medidas para reestabelecimento do solo fazem parte do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD serão utilizados fertilizantes e plantas que auxiliem no reestabelecimento do solo; o controle de erosão será feito através de inspeções sistemáticas com a finalidade de evitar e combater processos erosivos; sobre os recursos hídricos não há grandes explicações, apenas referências de páginas e itens no EIA onde estas questões são abordadas; a respeito da flora, apenas mencionam que existe uma lista de espécies endêmicas da flora do RS ameaçadas de extinção; quanto a fauna, destacam que existe um Programa de Monitoramento de Fauna Terrestre e Aquática, previsto no EIA, ademais, indicam que profissionais capacitados atuarão com as armadilhas apropriadas aos ambientes, estando estas ações previstas no Programa de Educação Ambiental aos Trabalhadores; a RGM mineração S.A. se responsabiliza pelo planejamento, monitoramento, gestão e ações de preservação e controle ambiental em todas as etapas do projeto.

Os processos administrativos oferecem um olhar diferenciado às discussões que fizeram parte das Audiências Públicas referentes ao processo de licenciamento ambiental do Projeto Retiro, uma vez que, apresentam de modo escrito algumas questões que por ventura não tenham sido plenamente compreendidas durante os ritos que constituem as audiências públicas. Evidencia-se de modo formal que, tanto a classe dos pescadores, quanto de agricultores, organizadas em sindicatos, manifestaram diversas inseguranças com relação ao empreendimento minerário por diversas razões que, de maneira geral estão expressas no anseio de manter suas atividades e a dependência intrínseca destas, com a qualidade da água e do solo. Neste sentido, o

Grupo de agroecologia, Econorte, compartilha de muitas das inseguranças em relação aos impactos sobre o solo e a água, manifestando-se contrário ao empreendimento minerário.

Da mesma forma, fica ainda mais evidente a disputa travada pelos grandes empreendimentos envolvidos nesta controvérsia, quais sejam a FLOPAL; Ventos do Atlântico S.A. e a RGM mineração S.A.. Fica a sensação de que os dois primeiros empreendimentos se consideram mais relevantes do que o projeto de mineração. Uma das razões se refere ao tempo de atividade da reflorestadora de pinus em SJN de aproximadamente 4 décadas que a faz sentir-se mais familiar e contribuinte com o processo de desenvolvimento do município, como dito várias vezes durante as audiências públicas. Em nenhum momento observei qualquer menção aos prejuízos que são comuns as plantações de pinus, como a desertificação de áreas, menos ainda, sobre denúncias da relação desta prática associado a trabalho análogo ao escravo, como é possível analisar através de algumas denúncias[68].

A Ventos do Atlântico S.A., de responsabilidade dos mesmos empreendedores da FLOPAL, se reivindicou durante as audiências públicas como uma alternativa mais "sustentável" do que o Projeto Retiro, pois, além de não prever o deslocamento ou a remoção da população local, ainda é considerada como "energia limpa" enquanto que a atividade minerária envolve, inclusive, o esgotamento de recursos naturais não renováveis. Existe uma série de controvérsias com relação as vantagens e desvantagens do uso da mesma, o que se pode afirmar, com vídeo denúncia "Energia Eólica - Injustiças Ambientais nos Territórios de Pesca Artesanal"[69] que retrata uma experiência vivida na zona costeira do Ceará. O próprio título do vídeo sugere que a população pesqueira enfrenta sérios problemas com tal atividade. Segundo alguns participantes do

---

[68]Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/2010/03/contratadas-da-irani-se-envolvem-em-casos-de-trabalho-escravo/

http://reporterbrasil.org.br/2009/08/trabalho-escravo-no-corte-de-pinus-mais-14-libertacoes/(acesso em: 05/01/2017).

http://reporterbrasil.org.br/listasuja/resultado.php?busca=pinus (acesso em: 05/01/2017).

[69] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PRdfdTzsBFs&feature=youtu.be (acesso em: 05/01/2017).

documentário, a energia eólica não gera benefícios para a população local, e a consideram “suja”, pois os tira o direito sobre o território que ocupam.

Posto isso, uma diferenciação é necessária ser feita: a argumentação exposta nas notas acima, por parte dos sindicatos de pescadores e trabalhadores rurais, bem como da agroecologia, expressam uma disputa pelo território que visa a manutenção dos seus direitos de reprodução de suas práticas, que está para além da compreensão da agricultura e da pesca como mera fonte de renda, mas é, sobretudo, um modo de ser e de se constituir no local onde vivem, como se verifica na nota redigida pelo grupo ECONORTE. Outra situação é a que envolve a disputa pelo território entre os empreendimentos supracitados (FLOPAL, RGM mineração S.A., Ventos do Atlântico) que chocam seus interesses, pois, parece que não existem condições para que todos estes explorem o mesmo território simultaneamente e, por isso, o embate para ver quem consegue se estabelecer primeiro. Esta diferença entre direitos e interesses é melhor compreendida nos termos de Zhouri e Oliveira (2010)

> Na sociedade, os sujeitos sociais apresentam-se como portadores de relações e interações diferenciadas com o meio ambiente, considerando como uma construção ao mesmo tempo simbólica, social e material. Além de diversos, os sujeitos se localizam desigualmente na sociedade. São, então, portadores de visões concorrenciais sobre o meio ambiente e a natureza, fato que chama a atenção para as desigualdades na distribuição de recursos naturais e dos riscos do desenvolvimento. Essas assimetrias revelam a hegemonia de determinadas categorias do pensamento que pretendem construir o debate ambiental como global, universal e consensual, obscurecendo as relações de poder que, de fato, existem e promovem o deslocamento da política para a economia, do debate sobre direitos para o debate sobre interesses (p.444).

As assimetrias observadas entre os diferentes argumentadores, na situação que envolve o processo de tentativa de instalação do Projeto Retiro, tornam perceptível a ideia de “quando o lugar resiste ao espaço” Zhouri e Oliveira (2010) na figura dos pescadores e agricultores. Neste sentido, o lugar é visto como a possibilidade das pessoas optarem por permanecerem no local, ressignificando-o e transformando-o continuamente e, por isso se configura como um ato de resistência. A defesa do lugar envolve o enraizamento da memória e a busca por autodeterminação e a reapropriação da capacidade de decidir seus próprios destinos, negando, portanto, a sujeição à hegemonia do capital, representada nas roupagens de grandes empreendimentos. O espaço, nesta análise, pode ser compreendido como as demandas globais, externas ao

local que, em última instância, são as demandas de uma visão desenvolvimentista que mercantiliza os territórios (ZHOURI e OLIVEIRA, 2010).

A intenção, com isto, não é tecer críticas ao projeto da Ventos do Atlântico S.A., posto que, a análise do mesmo não faz parte deste estudo. O que importa, neste momento, é a compreensão de que, nem todos que são contrários ao Projeto Retiro, possuem as mesmas razões para tal postura, uns estão defendendo seus interesses e a ideia do desenvolvimento (sempre sustentável) e do progresso, enquanto outros defendem seus direitos e, ao considerar estas assimetrias, direciono meu olhar para os grupos que estão em condição de desigualdade e possuem parcos espaços de manifestação, tais como as audiências públicas, para defesa de suas posições. Dito isto, os subitens a seguir buscam mapear, sempre que possível, outros espaços e argumentos tecidos pela população de São José do Norte, organizados em grupos ou não, para contribuir com esta controvérsia.

3.4 Os Encontros no Retiro

Há um vilarejo ali
Onde Areja um vento bom
Na varanda, quem descansa
Vê o horizonte deitar no chão.

(Marisa Monte)

Neste momento da escrita, as palavras de Clifford Geertz (2008) se renovam em meu pensamento, quando o autor argumenta acerca do esforço intelectual necessário para que se tenha uma “descrição densa”. Assim, retomo o caminho percorrido para que, finalmente, possa ter chegado ao Retiro, com a maior diligência possível, através de uma abordagem de caráter etnográfico, estabelecendo uma relação dialógica com os moradores da localidade.

Após a participação nos eventos supracitados, pedi licença para visitar uma das moradoras de São José do Norte que havia participado do evento organizado pela SMMA. Fui recebida pela Dona Laura e seu marido, que me convidaram para ir até sua casa, onde nos conhecemos um pouco melhor e tive a oportunidade de falar um pouco mais sobre a minha pesquisa e, após algumas horas de conversa resolvemos ir até a feira agroecológica que ocorre às sextas-feiras no centro do município. Já na feira, fui

novamente apresentada aos feirantes que também haviam participado da programação do junho ambiental.

Nas conversas com Renata e Seu Henrique, ficou evidente a convicção enquanto indivíduos, mas também como grupo, de seus posicionamentos sobre o empreendimento minerário. Renata mostrou certa preocupação com relação à FLOPAL, pois a seu ver, pelo fato de ser outro grande empreendimento e que também gera prejuízos, cedo ou tarde se unirão na busca por lucros. Assim como disse o Cleberson na rádio, eles se afirmam como um grupo independente, referindo-se ao fato de não estarem unidos aos empreendedores do ramo do pinus no movimento contra a mineradora.

Durante estas conversas na feira, falamos sobre o Projeto Retiro e brevemente sobre a questão do projeto de implantação do parque eólico, e foi quando Renata disse que preferia que este segundo empreendimento se instalasse. Mais tarde, em outras visitas ao município, conversei com o Felipe que, também não demonstrava se opor ao projeto energia eólica, segundo ele, este empreendimento é dos mesmos empreendedores do pinus, que ao seu ver, caracteriza-se como uma empresa "mais familiar" e possui em torno de quarenta anos de atividade.

Estes encontros se repetiram por algumas sextas-feiras, dia escolhido por mim para me deslocar até São José do Norte, pois, assim conseguia conversar com os feirantes, grupo que particularmente me interessava saber suas posições em relação ao empreendimento. Além deles, podia também conversar com o Felipe, que para além de seu vínculo como servidor público, acabou tornando-se um importante amigo e ajudante na minha pesquisa, servindo como um elo entre mim, os feirantes, e também com os pescadores.

Passados cerca de um ano da realização das audiências públicas e seis meses da rodada de debates, já em dezembro de 2015, passei a ir com mais frequência ao prédio da SMMA, juntamente com o Felipe, pensava em formas de me deslocar para as comunidades de pescadores e agricultores, que estavam distantes do centro da cidade. Após passar os recessos de final e início de ano, consegui com a ajuda de alguns dos amigos de São José do Norte, marcar uma reunião na localidade do Retiro.

No dia 17 de fevereiro de 2016, mais de um ano após as audiências públicas, Seu Daniel mobilizou seus vizinhos e amigos que compõe a localidade do Retiro para uma reunião no galpão de sua casa. Finalmente eu conseguia me apresentar para os moradores e moradoras da região, dando mais um passo em direção a uma pesquisa que não se apoiasse apenas em documentos, ou representantes, sejam eles de instituições ou mesmo da comunidade. Este foi o momento em que consegui falar sobre minha pesquisa e escutar vozes daqueles que representavam a si mesmos.

Como já podia esperar, a reunião não foi composta apenas por pescadores, pescadoras, agricultores e agricultoras. Ainda que o Felipe tenha se posicionado desde o início como apenas moradores do local, sem vínculos com a SMMA naquele momento, da mesma forma ocorreu com o vereador Marcelo – Partido Progressista, que parece ter sido convidado pelo Seu Daniel, sob justificativa de ser morador da localidade e casado com uma parente deles.

Convidada pelo Felipe, eu fui a primeira a me apresentar durante a reunião, falei meu nome, que estudava na FURG, e que minha pesquisa buscava a construção de uma possível leitura sobre o Projeto Retiro, que privilegiasse as posições das pessoas que possuem vínculos com o local, como era o caso daqueles ali presentes, que desde os seus antepassados ocupam e significam aquele território, através de suas histórias, constituições familiares e suas atividades, como a pesca e a agricultura. Imediatamente após minha apresentação, o vereador questionou se eu estava ali só por causa da minha pesquisa ou se eu tinha outros interesses. Respondi que não possuía vínculos com nenhum grupo ou empresa e que, minhas ações se restringiriam a atividade acadêmica.

Logo em seguida, pedi permissão para deixar uma câmera ligada, para registrar algumas falas (figura 14), expliquei que aquele material serviria para me ajudar a escrever meu trabalho e que, eu poderia disponibilizar as gravações para os membros da comunidade, caso tivessem interesse. Aparentemente tranquilos com a presença da câmera, contaram que sabiam que era importante o registro, que em outro momento a Dra. Anelise Becker já tinha ido lá e também tinha gravado a reunião.

Figura 14. Participantes da reunião realizada na localidade do Retiro.

Fonte: Elaborado pela autora.

Indo mais adiante neste encontro, ocorreram algumas conversas paralelas (figura 15) onde um dos presentes falava que quando alguns representantes da RGM mineração S.A. estiveram por lá, afirmaram que em dois anos após as atividades de extração do minério, a vegetação estaria recomposta. Além disso, lembrou que, depois de tantos anos que levaram para deixar o Retiro como está hoje, vem a mineradora e quer mexer com tudo, daí vem uma chuva e leva eles todos. *"Vou morrer um dia, mas não embaixo da mineradora, vou morrer ao natural".* Seu Daniel continua a falar sobre a questão do lixo enterrado na região, que o preocupa muito, assim como a qualidade da água, que será afetada, e segundo o antropólogo que acompanhava a Dra. Anelise, eles terão que utilizar água encanada.

Figura 15. Conversa com alguns dos participantes da reunião realizada no galpão do Seu Daniel.

Fonte: Elaborado pela autora.

Outro morador da região fala que há 17 anos não havia caminhos e acessos até esta localidade, que até mesmo para vender o peixe tinha que ir pelo meio dos combros de areia e as dificuldades que a comunidade enfrentou para que hoje se tenha os acessos que se tem e a mineradora quer mexer neste espaço.

> "[...] Quando a gente chegou aqui, que a Dra. Anelise Becker chamou a gente, [...] a mineradora invadiu as nossas terras, mediu e *desmediu* sem a autorização de ninguém, fez mapa de morador sem perguntar nada para ninguém, simplesmente foi andando pela noite, botando redes, pegando pasto, sem a gente saber de nada. O que a gente viu foi um monte de mentira, [...] a casa do meu cunhado que está há 5 metros da praia vai ser atingida, a do meu vizinho que está a 10 metros da praia vai ser atingida, a minha que está do lado não vai ser atingida. Uma coisa que não tem lógica nenhuma, pois o *troço* vai ser feito em linha reta. [...] vocês tão vendo que aqui tem 15, 20, talvez 40 famílias reunidas, no mapa que eles apresentaram iam ser atingidas só 8 famílias, então uma coisa que não tem *nexo* nenhum, quando a gente viu aquilo, a gente ficou abismado do que viria pela frente, se aquilo ali era um projeto, que foi entregue, feito um estudo contratado uma empresa pela mineradora, para apresentar como defesa deles para ter o projeto, e era totalmente mentiroso [...] era uma coisa totalmente enganosa, se o começo já é mentiroso, o final então nem se fala. [...] Depois que a Dra. Anelise veio aqui e mostrou o que eles apresentaram para o Ministério Público e para o IBAMA, a preocupação da comunidade ficou muito maior ainda. Então a gente de lá para cá, a gente fez aquele vídeo, a gente todo mundo falou, explicou para ela, mostrou os pontos que ela mostrou no documento, que não era nada verdade, e foi aí que ela apresentou para o IBAMA. [...] O pessoal do IBAMA voltou aqui, tiveram aqui olhando, e a gente espera que agora comece a aparecer a verdade e que respeitem a comunidade que está aqui (Diário de campo fevereiro de 2016)"

Seu Daniel dá segmento ao que seu vizinho vinha falando, através do uso do RIMA que, mostra para os presentes como será usada a draga e as possíveis problemáticas causadas por esta. Mais adiante, Ricardo fala sobre sua posição contra o empreendimento minerário e relembra que desde 2014, juntamente com a comunidade do Retiro, eles vem se organizando através de assinaturas e documentos que foram entregues a Dra. Anelise Becker.

> "[...] Logo de primeira mão eu já vou apresentar minha ideia contra a mineradora, por que eu entendo que, se nessa terra onde vocês construíram a história de vocês, as vidas de vocês, tem alguma riqueza, ela deveria ser de vocês. [...] Vocês aqui são uma comunidade tradicional de pescador e agricultor, que construíram suas histórias de vida nesse lugar, seus filhos, seus netos, vocês tem o direito de viver aqui da forma tradicional como vocês vivem. Isso é legal, é direito escrito, tem documentação. [...] O problema que tem é um problema legal, de auto-reconhecimento. Essa comunidade é tradicional, mas legalmente ela não tem registro, não existe reconhecimento por parte das leis do sistema jurídico, que diga que lá no Retiro é uma comunidade tradicional [...]. O que eu vejo como uma estratégia importante para que vocês garantam a vida de vocês aqui nesse lugar, vivendo como vocês vivem e mantendo a cultura que vocês tem, é buscar o reconhecimento desta comunidade como uma comunidade tradicional. [...] (Diário de campo, fevereiro de 2016)"

Do que foi dito sobre a questão das comunidades tradicionais, e a vinda da mineradora, um dos participantes complementou dizendo que a mineradora não pode vir não é só para o Retiro, mas para toda a cidade, pois todos serão atingidos. Outro morador contribuiu dizendo que é necessária uma posição mais clara do poder executivo de abraçar um posicionamento contra a mineração. Dois dos moradores disseram que acreditam que o governo municipal apoia a vinda da mineradora, pois durante a AP o vice-prefeito, ao ser interpelado quanto à possibilidade de mais adiante estar pedindo votos, demonstrou descaso, dizendo que pretende cuidar dos netos no futuro.

Felipe falou sobre o fato dos vereadores não terem se manifestado nas audiências públicas, foi quando Marcelo disse ter se manifestado na AP em Rio Grande e ter sofrido represália por parte da RGM mineração S.A., precisando ter saído escoltado pela polícia. Desta forma, optou por assessorar o Seu Daniel para que ele falasse durante a AP em São José do Norte. Dando sequência ao debate, Marcelo falou sobre as contribuições que o empreendimento pode gerar ao município, e que isso é sempre visto por qualquer um que esteja no governo.

O EBR foi citado como um exemplo de empreendimento que foi anunciado para a cidade como algo que traria muitos benefícios e, no entanto, o dinheiro foi depositado no "Rio de Janeiro". Um dos participantes argumentou que, reuniões como esta que estava ocorrendo eram importantes para debater sobre os prejuízos, pois, quando foi o caso do EBR, muitos saíram empolgados com o projeto apresentado pela empresa.

3.5 Do Retiro para a universidade: percorrendo outros espaços

O ano de 2016 foi especialmente marcante para os brasileiros e brasileiras. Se precisasse defini-lo em uma palavra, esta seria: Retrocesso! Os acontecimentos que o caracterizaram como tal são inefáveis e, talvez, o mais marcante de todos seja o impeachment da então Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff. No mesmo ano, o Brasil assistiu a um trágico cenário, arquitetado pelo atual Presidente da República, Michel Temer e seus aliados, que envolve a Proposta de Emenda à Constituição, como a 241/55[70] que prevê o congelamento de gastos públicos com saúde, educação e programas sociais, impactando severamente a classe trabalhadora do país. A situação degradante vivida nos hospitais superlotados e a falta de tratamentos enfrentados pelos trabalhadores tende a piorar ainda mais. Além disso, a população que já sofre com a baixa qualidade na educação, falta de escolas e os baixos incentivos aos professores, vivencia a retomada do projeto "escola sem partido[71]" que, desde 2004 vem como uma tentativa de construir um projeto de escola e de educação que não envolva o pensamento crítico[72].

No estado do Rio Grande do Sul, atualmente governado por José Ivo Sartori (PMDB), o sucateamento destes setores, especialmente a educação, é a marca de seu (des) governo que demonstra sua total afinidade ao atual governo federal, no que tange ao encurtamento dos direitos dos trabalhadores que, em diversos setores, vivenciam o parcelamento ou o não recebimento de seus salários, entre outros desmazelos. Um dos movimentos de resistência que mais ganhou força nas lutas contra as imposições dos

---

[70] Para mais informações acesse: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337 (acesso em: 10/01/2017).

[71] Para mais informações acesse: http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf; https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666 (acesso em: 10/01/2017).

[72] Para mais informações acesse: http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-esta-por-tras-do-Escola-Sem-Partido-/4/36486 (acesso em: 10/01/2017).

governos federal e estadual foi o dos estudantes secundaristas[73] que no ano de 2016 somaram mais de mil escolas ocupadas em todo o Brasil que se espalharam também pelos institutos técnicos e universidades federais, como foi o caso da FURG.

Longe de conseguir apresentar a real dimensão dos problemas enfrentados a nível estadual e nacional, comento estas breves linhas para contextualizar a participação dos moradores de São José do Norte na Universidade. Dentre os programas elaborados na ocupação realizada pelos estudantes da FURG estava o evento "Ocupa tudo: e a universidade?" em que foram discutidos vários temas, sendo a mineração e os conflitos socioambientais a temática de um desses dias (figura 16).

Figura 16. Cartaz do evento sobre mineração na América Latina realizado na FURG.

Fonte: Elaborado por Caio dos Santos.

O evento contou com a participação de pesquisadores na temática de mineração e os processos de resistência ocasionados por estes empreendimentos, limitando suas falas aos países aos quais estudam e também são de origem. Adriana Peñafiel natural do Peru concluiu sua tese de doutorado abordando os conflitos enfrentados pela população da região da Cajamarca. Víctor Bacchetta, natural de Montevidéu, é jornalista e, como dito anteriormente, autor do livro "Aratirí y otras aventuras, las soberanias cuestionadas" que, relata seu envolvimento com diversos grupos de oposição

[73] Para saber mais acesse: https://ubes.org.br/2016/juntos-somos-fortes/ (acesso em: 10/01/2017).

ao projeto minerário no Uruguai. A minha contribuição ao evento seria referente ao caso envolvendo o Projeto Retiro, tema de minha dissertação, até que me surgiu a ideia de chamar os próprios moradores de São José do Norte para falar sobre o tema.

Com a ajuda de colegas, consegui trazer quatro moradores do município que assistiram a apresentação dos pesquisadores supracitados e, posteriormente, fizeram suas exposições sobre a tentativa de instalação do projeto minerário em solo nortense. Com falas muito próximas ao que foi relatado nos subitens anteriores, os convidados também manifestaram suas posições contrárias ao empreendimento, pois, assim como outros agricultores e pescadores, temem os prejuízos que poderão ser causados as atividades que exercem. Entretanto, algumas de suas falas trouxeram uma visão ainda não conhecida por mim e pouco discutida nos espaços onde havia estado que, referia-se a diferença de posição entre a zona urbana e a zonal rural do município.

Segundo os participantes, o Projeto Retiro só pode interessar a quem mora "na cidade[74]" e possuem negócios que possam lucrar com o estabelecimento de um novo empreendimento, pois, ao aumentar o número de trabalhadores e, especialmente de fora da cidade, aumenta também a procura por aluguéis e por bens de consumo. Embora esta pesquisa privilegie os argumentos que servem de base para os grupos que, frequentemente, não possuem muitos espaços de fala e manifestação, neste caso, caracterizados pelos agricultores/as e pescadores/as que compõem a zona rural de São José do Norte e, não tenha como objetivo se dedicar a quantificação da população que é favorável ou contrária ao empreendimento, mas sim de contribuir para a construção de uma controvérsia em torno do Projeto Retiro, esta informação pareceu relevante. Além disso, a universidade ainda se constituiu como um ambiente privilegiado para este debate envolvendo moradores de São José do Norte, pois o acesso para aqueles que não estudam e/ou trabalham na instituição ainda é bem restrito.

Mais adiante, em outubro de 2016, realizamos o VIII Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental - EDEA[75] foi realizada uma mesa-redonda intitulada "Ação Popular: um diálogo com os movimentos sociais sobre os limites no atual projeto de

---

[74] Número de habitantes zona rural e urbana acesse: http://noticias.uol.com.br/censo-2010/populacao-urbana-e-rural/rs (acesso em: 10/01/2017).

[75] Para saber mais acesse: http://edeafurg2016.wixsite.com/2016 (Acesso em 10/01/2017).

desenvolvimento societário e o antagonismo com as grandes corporações" em que participaram indígenas, integrantes do Movimento Sem Terra, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, e um integrante do grupo de agroecologia Econorte, de São José do Norte (figura 17).

Figura 17. Participantes da mesa-redonda do VIII EDEA.

Fonte: Elaborado pela autora.

Indo ao encontro da proposta do evento, foram debatidos muitos temas que tem como centralidade os direitos de escolha de grupos humanos que, são atropelados por interesses econômicos de grandes empreendimentos. Uma característica comum a todas as falas tem relação com desapropriação dos territórios por parte das populações que o ocupavam e passam a servir a outros interesses. A fala do participante de São José do Norte evidenciava esta situação em seu município, primeiro pelos prejuízos causados pelas plantações de pinus e, segundo pelos outros empreendimentos recém instalados ou que pretendem se instalar, como é o caso do Estaleiros do Brasil S.A. e do Projeto Retiro, respectivamente.

Além dos espaços criados para a participação da população, os meios de comunicação também se mostraram como um importante aporte para o conhecimento de determinados argumentos utilizados por parte de alguns atores sociais na construção da controvérsia que envolve o Projeto Retiro, como mostra o subitem a seguir.

3.6 Mapeando Outros Espaços: As redes sociais como fonte de informação

As redes sociais se constituíram como um espaço para a manifestação dos opositores ao Projeto Retiro, mesmo antes das audiências públicas, entretanto, após a realização das mesmas, outros argumentos foram incorporados às críticas. O primeiro espaço ao qual fui apresentada tratava de um grupo no *Facebook*, intitulado "#Acorda SJN" que reunia diversas pessoas, especialmente munícipes e, tratava de assuntos variados, que diziam respeito à cidade, dentre os quais estava o empreendimento minerário (figura 18). O grupo foi criado em 2013, mais ou menos na mesma época que ocorriam manifestações em nível nacional e tratava de assuntos como o êxodo rural e os impactos na saúde (figura 19).

Figura 18. Artefatos de identificação do grupo #ACORDASJN.

Fonte: Facebook. Elaborado pela autora.

Figura 19. Manifestação em rede social sobre o antigo posto de saúde da localidade de São Caetano.

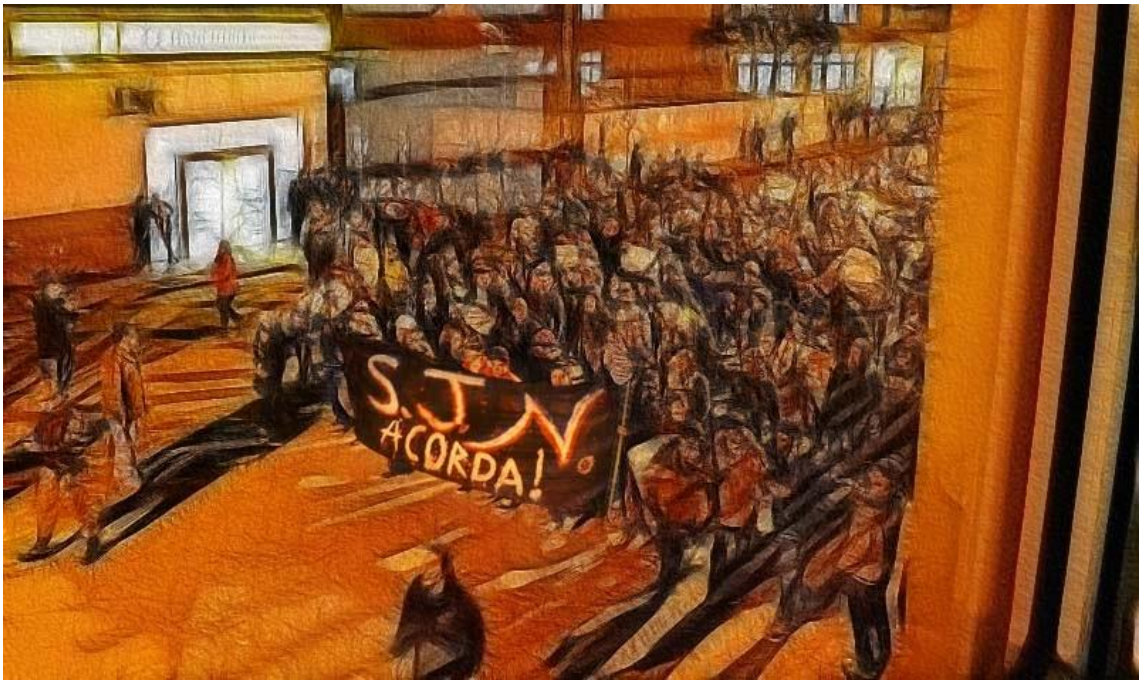
Fonte: Facebook. Elaborado pela autora.

Posteriormente, conheci o blog[76] do coletivo "#ACORDASJN" que continha diversas fotos de manifestações municipais (figura 20) e, abordavam a temática da mineração também (figura 21). Através do contato com este grupo, fui informada sobre as audiências públicas (figura 22) e outras formas de atuação, como a realização de petição pública contra o empreendimento minerário (figura 23). Uma das últimas leituras que tive acesso pelo *Facebook* questionava a ideia de progresso que estava contida nos anúncios por parte de grandes empreendimentos (figura 24).

---

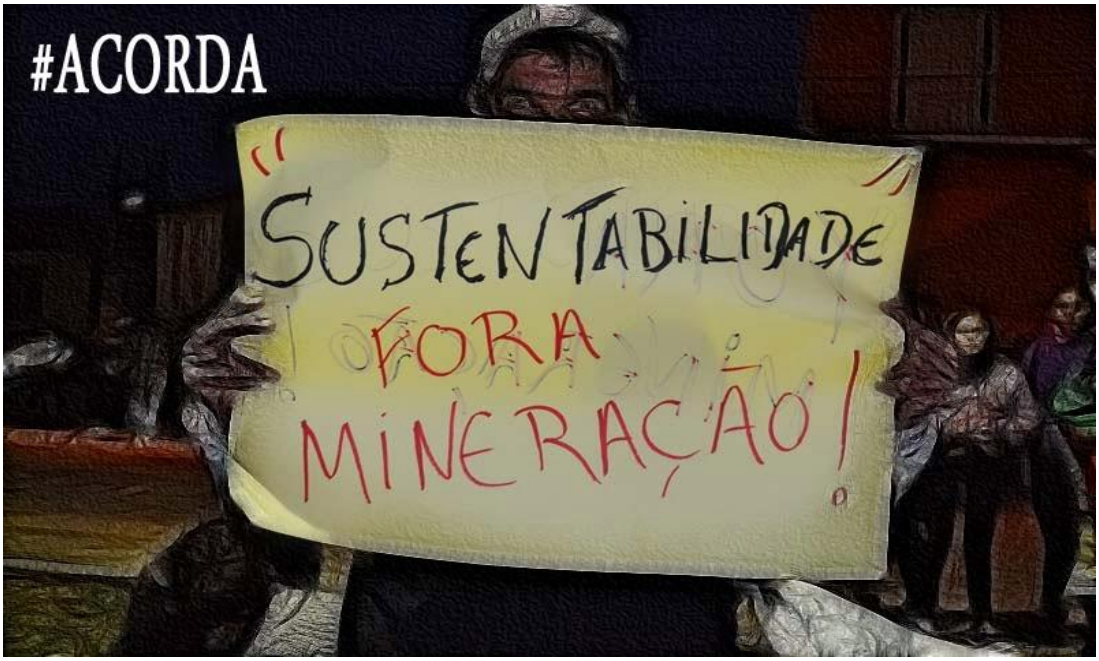
[76] Para saber mais acesse: http://acordasjn.blogspot.com.br/2013_11_01_archive.html <acesso em: 10/01/2017>

Figura 20 Manifestação nas ruas de São José do Norte.



Fonte: Facebook. Elaborado pela autora.

Figura 21. Manifestantes se posicionam contrários ao empreendimento minerário em São José do Norte.



Fonte: Facebook. Elaborado pela autora.

Figura 22. Chamada para audiência pública em São José do Norte compartilhado via *facebook.*

Fonte: Facebook. Elaborado pela autora.

Figura 23. Página da internet da petição pública contra o empreendimento minerário em São José do Norte.

Fonte: Facebook. Elaborado pela autora.

Figura 24. Texto compartilhado via facebook sobre grandes empreendimentos em São José do Norte.

Nota de repúdio ao "Progresso" explorador:

A grande maioria saúda a chegada de grandes empreendimentos à São José do Norte como uma chance do município crescer. Ou melhor, 'progredir'. Mas que progresso é esse que não pensa no futuro? Como ficaremos depois que a mineradora explorar toda nossa riqueza mineral? Como ficaremos depois que o EBR parar de construir plataformas e remendos em navios? Hoje, a cidade passa por uma caótica transformação, sendo atropelada pelos interesses econômicos de grandes empresas que não se preocupam além do fator monetário. Boom imobiliário, supervalorização de terrenos, enquanto isso, nós nativos continuamos ganhando os mesmos salários. Quem tem grana pra comprar uma casa em sjn? Quem pode pagar por esses aluguéis absurdos? Quem vem de fora e fica sempre com os melhores empregos e os melhores cargos dentro das empresas.

"Vocês esperam uma intervenção divina, mas não sabem que o tempo agora está contra vocês...."

Enquanto isso, a omissão do corpo político dessa cidade[que tem feito o escroto papel de "entregar" nosso território aos estrangeiros] é gritante e revoltante. O sinal de desamparo é geral, justamente no momento em que deveríamos ter pessoas a frente que lutassem pelo que é nosso. Mas é muito mais fácil deixar que os outros resolvam tudo pra gente. Ao invés de fomentar a agricultura familiar, que é uma cultura tradicional e que está se esvaindo por conta dos consecutivos baques nos produtores locais, equipar e amparar a pesca artesanal[Todas práticas sustentáveis e com danos mínimos ao nosso ecossistema], incentivar o turismo, a cultura local, se jogou todo nosso futuro nas mãos de grandes empreendimentos que estão aqui por uma única razão: Dinheiro.

Não me iludo com promessas e discurso de progresso e desenvolvimento. Quem ficará com a grande fatia serão os grandes e nós com uma cidade devastada. O que queremos pros nossos filhos, netos, bisnetos, afinal? Uma cidade que se sustente ou empregos temporários[que pagam razoavelmente bem], explorando nossas reservas naturais?

Um viva à agricultura familiar, à pesca artesanal, e à cultura[ainda...] viva de SJN!

Curtir Comentar Compartilhar

Fonte: Facebook. Elaborado pela autora.

Mais recentemente, já no de 2016, tive acesso a outro blog[77] intitulado "futuro no ralo" em que muitas das manifestações são assinadas por um grupo chamado "Zeladores e Protetoras ambientais nortenses". As publicações apresentadas no mesmo, não são muito distantes daquelas já mencionadas neste capítulo. O blog denuncia os impactos causados pelas plantações de pinus, como o êxodo rural. Além disso, algumas postagens questionam a administração municipal com relação à implantação de

[77] Para mais informações acesse: http://futuronoralo.blogspot.com.br/ (acesso em: 10/01/2017).

indústrias na localidade, por exemplo. O grupo que alimenta o blog elaborou um esquema onde apresenta sua compreensão sobre a economia nortense e suas concepções de desenvolvimento sustentável (figura 25)

Figura 25 Síntese sobre a economia nortense elaborada pelos Zeladores e Protetoras Ambiental Nortense.

Fonte: blog futuro no ralo.

Além de manifestações referentes aos danos causados pelos cultivos de pinus e a atuação da administração do município de São José do Norte, os zeladores e protetoras ambiental nortense elaboraram um material opondo-se ao empreendimento minerário (figura 26). Além disso, publicizaram as recomendações elaboradas pelo Ministério Público Federal referente ao Projeto Retiro que, contém 30 considerandos acerca do Estudo de Impacto Ambiental submetido e das audiências públicas.

Figura 26. Material divulgado pelos protetores e zeladoras ambiental nortenses acerca do Projeto Retiro.

Fonte: Blog Futuro no Ralo.

O Ministério Público Federal também emitiu publicações sobre o documento supracitado[78]. O MPF em Rio Grande recomenda ao IBAMA que exija da RGM mineração S.A. S.A. o suprimento, de modo cientificamente aferível das deficiências do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental e também do Plano de Recuperação de áreas degradas - PRAD, submetendo tais informações a novas audiências públicas. Além disso, foi sugerido que a população tradicional que poderá ser afetada pelo empreendimento seja consultada em relação ao mesmo.

Ainda segundo o mesmo site, a procuradora da República Anelise Becker, considera que, tanto o EIA/RIMA quanto o PRAD possuem graves deficiências e as exigências do IBAMA não são suficientes para supri-las, fato que, além de torná-los nulos, ainda viola o direito à informação e à participação da população no processo de licenciamento ambiental, razão que anula, também, as audiências públicas já realizadas.

---

[78] Para mais informações acesse: http://www.mpf.mp.br/rs/sala-de-imprensa/noticias-rs/projeto-retiro-mpf-rs-recomenda-ao-ibama-que-exija-complementacoes-dos-estudos-novas-audiencias-publicas-e-consulta-previa-informada-as-comunidades-tradicionais

No que se refere aos estudos envolvendo a flora e a fauna, composta por espécies ameaçadas de extinção, espécies endêmicas e migratórias, a Fepam também os considera insuficientes. A recuperação dos ambientes não foi devidamente atestada pelos estudos apresentados que, do modo como idealizado pelo empreendimento, acarretarão na descaracterização dos mesmos. Ademais, o ICMBio receia que, devido à complexidade do ambiente e à falta de conhecimento científico, não seja possível a recuperação, pois, as propostas apresentadas pelos empreendedores são superficiais e protelatórias, sem garantias de sucesso com o manejo das espécies e manutenção de populações viáveis na região.

Por fim, ainda segundo a nota divulgada pelo MPF, as comunidades locais também possuem incertezas que, são referentes à qualidade do solo após a escavação e ao tempo necessário para que a região seja novamente agricultável. As inseguranças da população também são referentes ao valor indenizatório dos superficiários, dentre outras questões[79].

Estas descrições feitas acima reforçam a importância dos espaços informais para o debate. Neste sentido, poderia cometer um grande equívoco ao utilizar somente espaços formais para projetar leituras sobre a controvérsia em questão, então, dentro das medidas possíveis, busquei outras formas de imersão no cotidiano destes interlocutores: participação de eventos formais, informais e análise documental.

3.7 As tessituras de uma compreensão acerca do Projeto Retiro: costurando os retalhos (argumentos)

Este capítulo abordou os desdobramentos das audiências públicas que, culminaram em diferentes formas de manifestações, como reuniões; elaboração de alguns documentos e criação de páginas na internet. A busca por diferentes argumentos tanto em espaços formais quanto informais reafirmou alguns dos aspectos já mencionados anteriormente, a saber, a disputa pelo território que envolve três grandes empreendimentos: FLOPAL/Ventos do Atlântico S.A. e RGM mineração S.A., que caracterizam uma “briga de cachorros grandes” que é, também, uma disputa pelo

[79] O IBAMA recebeu o prazo de dez dias úteis para manifestação após o recebimento do documento elaborado pelo MPF, sendo que não tive acesso as respostas.

senhorio[80] do município. E, para tanto, os empreendimentos em questão se apoiam sobre argumentos que giram em torno de noções de desenvolvimento e sustentabilidade que, em última instância refletem as necessidades de um modelo econômico que é baseado na exploração e exportação de territórios.

Outro aspecto importante que pôde ser observado possui relação com as manifestações de alguns setores organizados de São Jose do Norte, como os movimentos e sindicatos dos agricultores e dos pescadores, e também o grupo de agroecologia ECONORTE que, além de posicionarem-se durante o evento organizado pelo junho ambiental, emitiram documentos que se tornaram de conhecimento da administração municipal, do Ministério Público Federal e também do IBAMA. Isto é, as populações que ainda desenvolvem a agricultura e a pesca artesanal, atividades consideradas tradicionais no município, apresentaram suas inseguranças e questionamentos com relação ao empreendimento minerário.

A reunião realizada na localidade do Retiro, contou com a presença de um número considerável de moradores que não demonstraram interesse pelo empreendimento. A posição contrária, manifesta pelos moradores do Retiro, assim como a postura dos sindicatos e grupo Econorte, expressa uma forma de defesa por seus direitos que, envolve os usos e significações dos territórios. Da mesma forma, as atividades desenvolvidas pelo grupo "#Acorda SJN", assim como dos Zeladores e Protetoras Ambiental Nortense, demonstram a compreensão de outra parcela da população, além dos pescadores e agricultores que, se sentem ameaçados pela atividade minerária na região.

A partir do exposto acima, é possível afirmar que este estudo não se dedicou profundamente a análise das posições de um grupo específico, ao contrário, trouxe argumentos tecidos por diferentes atores envolvidos no processo que envolve a tentativa de instalação do Projeto Retiro no município de São José do Norte. Embora o estudo não dê conta da totalidade dos fatos, mesmo porque o processo ainda está em andamento, apresenta a potencialidade para a discussão da temática que envolve o

---

[80] Segundo o dicionário, Senhorio significa: Direito de um senhor sobre alguma coisa; mando, autoridade, senhoria. Posse, propriedade, domínio.Terras ou quaisquer outros bens sob a jurisdição do senhor; possessão, domínio. Disponível em: https://www.dicio.com.br/

território, seus usos e significados, e os atravessamentos que frequentemente são impostos por um modelo de desenvolvimento que o mercantiliza.

Entretanto, os argumentos utilizados por parte dos empreendedores nem sempre deixam perceber a imposição que está por de trás, pois, frequentemente estão apoiados no ideal do progresso e da sustentabilidade que universaliza as necessidades e os anseios das populações, distanciando-as dos vínculos estabelecidos com o local e aproximando-as de uma compreensão que beneficia os interesses do mercado.

CAPÍTULO 4 - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DAS DISPUTAS TERRITORIAIS E DO PROCESSO DE (IN) JUSTIÇA AMBIENTAL

O desenvolvimento é uma viagem com mais náufragos do que navegantes

Eduardo Galeano

A partir das exposições feitas, acerca da controvérsia que envolve a tentativa de instalação do Projeto Retiro em São José do Norte, este capítulo está subdividido em duas partes que se dedicam a tecer considerações que sirvam como aportes para reflexões pertinentes ao campo da Educação Ambiental. Na primeira parte são retomadas algumas das argumentações expostas no *capítulo 1,2* e *3* especialmente sobre a ideia de desenvolvimento e sustentabilidade como justificativa para a mercantilização dos territórios e seus efeitos, através de uma lógica neoliberal. No segundo momento deste capítulo, são analisados alguns conceitos que foram discutidos ao longo do estudo e que apresentam potencialidades para pensar a Educação Ambiental.

São José do Norte passa por diversas mudanças na sua matriz econômica que são impulsionadas pela instalação de grandes empreendimentos, especialmente pela modernização portuária e atividades da indústria naval (SANTOS e MACHADO, 2013). Os autores ainda argumentam que, para além das atividades portuárias e navais, o município possivelmente abrigará outros empreendimentos como a mineração e a energia eólica que, compartilharão o território com a reflorestadora de pinus, FLOPAL, já instalada há cerca de 40 anos na localidade. Santos *et al.* (2016) observam que, estes empreendimentos visam atender uma demanda nacional e internacional (não do lugar) e contam com o apoio do governo local que, coloca o "território como 'refém' de um 'futuro melhor' que é baseado e justificado pela geração de emprego e renda" (p.83). Neste sentido, é possível destacar que, a controvérsia que envolve a possibilidade de instalação do Projeto Retiro, conta com diversos atores sociais que, por sua vez, possuem interesses diferentes e até antagônicos (tabela 5).

Tabela 5. Atores e conflitos envolvidos na controvérsia que envolve o Projeto Retiro.

Atores envolvidos	Conflitos de interesses observados	Descrição
FLOPAL/Parque	Disputa pelo território para	Plantio de pinus no município há

Eólico	manutenção do empreendimento do pinus e por espaço para a instalação do parque eólico.	cerca de 40 anos. Projeto de energia eólica de grande porte que encontra-se em fase de licenciamento ambiental. Ambos os projetos são do Grupo FLOPAL
Estaleiro – EBR	Deslocamento de famílias, em função da instalação da empresa. Impactos na pesca.	Unidade de construção de Plataformas e outros equipamentos marítimos para produção de Óleo e Gás.
Projeto Retiro – Mineração	Possibilidade de impactos sobre o solo e a água. Deslocamento de famílias.	Exploração de minerais pesados como o titaniomagnetita, rutilo, ilmenita e zirconita, para fins de abastecimento da indústria.
Agricultura	Monocultivo de cebola. Uso de agrotóxicos. Impactos do plantio de pinus. Ameaças de impactos causados pela instalação de empresas, como a RGM, por exemplo.	A agricultura é uma das principais atividades desenvolvidas no município e o cultivo mais expressivo é o de cebola.
Pesca Artesanal	Conflitos causados pela pesca industrial. Períodos de defeso. Poluição da Lagoa dos Patos pelo uso de agrotóxicos. Indústria Naval.	Assim como a agricultura, é uma das principais atividades desenvolvidas no município, sendo o camarão-rosa e a tainha, as principais espécies alvo da pesca.
Prefeitura Municipal	Atração/aceitação de empresas que geram impactos nas atividades locais.	Gestão municipal.

Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela acima possibilita a compreensão de que a controvérsia que envolve o Projeto Retiro possui diversos atores sociais, muitos dos quais nem estão representados nesta sistematização, como o IBAMA, o Ministério Público Federal e outros grupos locais. Contudo, estes que foram evocados, tem como ponto em comum o território, seja pelas atividades já desenvolvidas ou que ainda estão em projeto, ou até mesmo pela gestão do mesmo, como é o caso da prefeitura do município.

No que tange a relação estabelecida entre FLOPAL/Ventos do Atlântico S.A. é possível compreender que a situação é um tanto mais delicada, pois, como dito anteriormente, este grupo está instalado no município há cerca de 40 anos através do cultivo de pinus. Mais recentemente, os empreendedores lançaram o projeto eólico para a cidade, duplicando a resistência ao Projeto Retiro que, além de disputar espaço para a lavra com os plantios de pinus, também ameaça o espaço que serviria para a instalação dos aerogeradores e do parque eólico de maneira geral.

A disputa travada entre os projetos acima citados criou um cenário que chamei de *briga de cachorros grandes,* situação que foi mais fortemente observada em dois momentos desta pesquisa: as audiências públicas e, posteriormente, na análise dos processos administrativos referentes ao Projeto Retiro, situados na Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São José do Norte.

As audiências públicas referentes ao Projeto Retiro corroboraram algumas experiências já relatadas por Baraúna e Marin (2011) e Zhouri (2008) no que se refere ao "participativismo" que compõe o rito através do qual os interessados e possivelmente mais atingidos não exercem grande influência no processo, sobretudo pela falta de acesso prévio às informações com relação ao Projeto e que, durante a realização das audiências não foram suficientemente abordadas. O uso de linguagem técnica, associado a apresentação genérica dos impactos e mitigação e recuperação dos mesmos, faz com que as audiências percam a sua função, como um espaço para debates e acolhimento de críticas e sugestões da população, e torne-se apenas mais uma etapa do processo de licenciamento ambiental.

Além destas fragilidades que ocorreram durante as audiências públicas e que não são um caso exclusivo do Projeto Retiro, mas que, mesmo assim merecem ser observadas, é necessário enfatizar o papel assumido pelo grupo FLOPAL/Ventos do

Atlântico S.A. que, de certa maneira "roubou a cena" através de diversos ataques, promovidos por seus advogados e consultores, em forma de perguntas. As críticas ao Projeto, algumas vezes serviu como um comparativo entre a sustentabilidade do projeto eólico e o minerário. Este fato se intensificou na redação de documentos que foram encaminhados ao IBAMA e que fazem parte dos processos administrativos já mencionados. A briga de cachorros grandes é uma disputa explícita pelo *senhorio*, do município.

Neste contexto que busca justificar a necessidade de instalação de grandes empreendimentos, Santos *et al.*, (2016) observam quatro estratégias utilizadas pelos empreendedores/empresa responsável pelos estudos que compõem o processo de licenciamento ambiental: exaltação ao território; oportunidade de emprego como argumento irrefutável; projetos de "responsabilidade social" e "educação ambiental"; total preservação ambiental. A propaganda veiculada através de um vídeo[81] pela RGM expressa muitas destas características abordadas pelos autores.

A transcrição do vídeo abaixo tem como finalidade apresentar uma síntese dos argumentos utilizados pela empresa RGM mineração e, a partir disso, servir como guia para as reflexões que seguem.

> São José do Norte foi palco de momentos importantes na história do Rio Grande do Sul, como na expulsão dos espanhóis em 1767, na resistência aos farroupilhas do General Bento Gonçalves, e do italiano Giuseppe Garibaldi. Boa parte da história de nosso estado está escrita neste lugar, são 300 anos que merecem a homenagem dos gaúchos, o amor dos nortenses e o singelo e verdadeiro lema: Muy Heroica Vila. Hoje, **São José do Norte está construindo uma nova história para seu futuro, com a chegada de novos empreendimentos**. Como em boa parte do Rio Grande, durante anos a principal atividade econômica da região foi a pecuária. Já no século 20 a cebola foi tomando lugar cada vez mais relevante na agricultura local. Hoje, de cada 10 toneladas de cebola produzidas no Rio Grande do Sul, 4 vêm de São José do Norte**. Mas tem uma riqueza em nosso município que durante anos ficou escondida**, os minérios que se encontram nas areias da região. **Nossa areia é rica em minerais muito valorizados**. Esses minerais contêm titânio e zircônio, substâncias indispensáveis para atividades tão diversas, como a fabricação de tintas, plásticos, papel, siderurgia e cerâmica. É muito importante observar que o minério não é radioativo. Com a implantação da mina em São José do Norte, o Brasil poderá se tornar auto-suficiente em zircônio. A produção de titânio será muito maior do que o Brasil precisa, com isso, vamos poder exportar titânio e **São José do Norte vai ajudar a balança comercial do Brasil a subir**. Nessa fase do Projeto, a lavra vai progredir de Sul para Norte até a localidade do Estreito. Na extração dos minérios não

[81] Disponível em: http://rgminer.com.br/videos/

> serão utilizados produtos químicos, desde a lavra até a obtenção dos produtos finais. A cada fase do processo de extração, a área já lavrada será reconstituída, retornando ao seu relevo original. Depois de terminada a operação, praticamente nenhum vestígio de mineração será deixado para trás. Para extrair o minério da areia, o processo escolhido foi o de lavra por dragas móveis. Esta é a forma que permite a lavra com menor impacto ambiental e a restauração do terreno minerado com maior qualidade ambiental e no menor tempo. É feito um lago artificial e a partir dele, uma draga móvel remove a areia do fundo do lago. Ali mesmo, numa unidade flutuante, se faz uma primeira seleção do material a ser aproveitado. Em seguida, 95% da areia já é devolvida para ser usada na recuperação ambiental. Completada a extração em uma área, o lago vai se movendo com o avanço da lavra, e a área que fica para trás é rapidamente reconstituída e recoberta com a vegetação que existia anteriormente. Em um certo momento a lavra atravessará a BR-101. Para que o uso da estrada não seja afetado por um dia sequer, será construído um desvio da largura da estrada original. Esta será retomada e sua área recuperada, depois que a lavra passar. Uma usina de beneficiamento fixa, formada uma planta de separação mineral, instalada longe da cidade, próximo à BR-101, terminará o processo de concentração e separação dos minerais pesados. Tudo sem substâncias químicas, só com processos mecânicos. Suas instalações terão áreas de apoio como unidades administrativas, ambulatório e centro de treinamento. Será instalado um conjunto para mudas de plantas nativas, composto de quatro estufas e uma área ao ar livre. **Terminada a lavra, a paisagem e as características ambientais anteriores à mineração estarão recompostas**. As atividades anteriores serão retomadas. Mas fica a pergunta: o que o empreendimento vai deixar para a população de São José do Norte? A empresa está desenvolvendo estudos com a universidade e pesquisadores da região. **Está prevista a manutenção do último lago de lavra, que estará em equilíbrio com a paisagem local e vai formar uma área de repouso preservada, que abrigará diversas espécies animais, especialmente aves migratórias e fauna aquática**. O agricultor que tiver sua área afetada pela lavra e optar por manter a sua propriedade, receberá pagamento pelo uso da terra durante esse período, na forma de arrendamento. Também receberá uma compensação pelo que deixar de produzir, seguindo os preços de mercado**. O produtor poderá ter, também, orientação técnica de equipes das universidades de Rio Grande e Pelotas** e de órgãos governamentais, como a Embrapa e a Emater, para melhorar suas técnicas produtivas. O empreendimento vai priorizar a contratação de empresas locais para a prestação de serviços e aquisição de produtos, com geração de emprego e renda para nossa população. Isso vai trazer um ciclo de estabilidade de pelo menos duas décadas, que vai ter impacto decisivo no nosso **desenvolvimento**. Os jovens da região e as próximas gerações nortenses terão novas oportunidades, o que vai favorecer sua fixação no município. **Haverá casos em que o empreendimento passará em áreas onde há casas construídas e habitadas. Quando for assim, todo o apoio será dado às famílias, nenhuma ficará sem opção ou sem compensação**. O aproveitamento da mais importante riqueza mineral de São José do Norte vai trazer um **novo ciclo de riquezas e prosperidade**. São José do Norte terá suas paisagens e sua cultura preservadas, e os eventuais impactos compensados. A riqueza dessas areias vai trazer prosperidade agora e um futuro de **desenvolvimento sustentável** e duradouro. A cidade e o povo nortense merecem (grifos meus).

Chama atenção a forma como a linguagem, utilizando conjugações na primeira pessoa do plural, faz com que a narrativa pareça partir de um morador da região alguém intimamente envolvido na situação, expressando uma ideia de “partilha”, especialmente

das consequências positivas (nenhum aspecto negativo foi abordado) da exploração minerária no local. Ademais, fica clara a influência da exploração dos recursos minerais na economia nacional que é apresentada como uma das benesses ocasionadas pelo Projeto Retiro, quase um gesto de altruísmo, evidentemente expressos na frase "São José do Norte vai ajudar a balança comercial do Brasil a subir". Nas palavras de Santos *et al*., (2016, p.90) isto significa "convencer a oferenda (a população, os atingidos e seu território) a se tornar sacrifício em prol do bem comum (neste caso, o desenvolvimento econômico)"

No que tange as afirmativas sobre recuperação ambiental, ainda que o projeto afirme a recomposição das características ambientais logo após o término da exploração, torna-se difícil a compreensão do modo como esta ocorrerá, uma vez que não são apresentados de forma concreta os métodos de recuperação, especialmente para casos em que exigem mais tempo, como ocorre em relação às figueiras que atravessam os séculos e, possuem valor ancestral para os moradores que as cultivam como um legado de suas famílias. Esta situação que envolve uma linguagem imprecisa com relação ao EIA/RIMA são abordados por Zhouri (2008) ao afirmar que "erros grosseiros e linguagem imprecisa tendem a desqualificar os impactos para favorecer, assim, o projeto técnico" (p.102).

Ainda neste contexto, a proposta de manter um lago ao final da lavra como área de repouso preservada, parece soar, na melhor das hipóteses, como uma incoerência, tomando em consideração a exploração do solo que antecede a formação do lago. Afinal, de quem ficará preservada esta área? Supõe-se que dos moradores do local, dado que os grandes empreendimentos já extraíram o que lhes interessava. Puccinelli (2016) ao argumentar sobre unidades de conservação e políticas de preservação, afirma que estas se materializam de forma desigual, pois, as empresas se utilizam de justificativas de cunho ecológico para garantir sua produção e sua "preocupação ambiental" e "sustentabilidade".

Outro aspecto importante tem a ver com o papel desempenhado por pesquisadores ligados a universidades que, ao trabalhar na realização de estudos para os empreendedores, servem para legitimar a viabilidade do projeto sob a justificativa do conhecimento científico, um poder simbólico (BOURDIEU, 1989) que, distingue os

especialistas no assunto, daqueles que não possuem o mesmo grau de estudos sobre o tema. E, como explica Bourdieu (1989) “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (p. 7)”, papel que, neste contexto, parece ser perfeitamente desempenhado pela universidade, dado que, muitos dos pesquisadores que formam parte equipe que desenvolveu o EIA/RIMA compõem o quadro de professores/pesquisadores da FURG, por exemplo.

A mesma universidade, representada na figura dos biólogos, foi alvo de súplicas durante as audiências públicas e em outros espaços, quando alguns dos munícipes pediam para que os mesmos ficassem ao lado da população. Ainda neste sentido, durante o evento organizado pela SMMA, houve uma das falas de um morador do local, já descritas anteriormente que dizia *“e pedimos para o pessoal da FURG e para doutora Anelise para não deixar eles cavar ali, mas se for o caso da gente perder, conseguir que a gente tenha algum suporte de alguém que entenda e diga que tem quer ser “assim e assim”* e, mais adiante, outro participante do evento finalizou sua fala dizendo *“Eu, como presidente, já me pediram várias vezes para chamar uma reunião para trazer eles aqui, mas eu não tenho coragem. [...] esperamos que alguém tome alguma providência”*.

Esta diferença entre “os que podem ou não podem tomar providências” ou que decide quem pode ou não pode “cavar ali” funciona como um capital simbólico que pode ser compreendido como “toda diferença, aceita como legítima, funciona por isso mesmo como um capital simbólico que obtém um lucro de distinção” (BOURDIEU, 2013 p.111), onde o saber científico, ou acadêmico, se torna um divisor entre aqueles “que sabem” e os “que não sabem” e, por isso, é possível considerá-lo como um sistema simbólico que, pode ser utilizado como instrumento de dominação de um grupo sobre o outro.

> É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os <<sistemas simbólicos>> cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a <<domesticação dos dominados>> (BOURDIEU, 1989 p.11).

Neste sentido, ainda cabe ressaltar que, a FURG enquanto instituição, não assumiu, em nenhum momento uma postura contrária ou favorável ao empreendimento minerário, mas acaba sendo, através de seus membros, utilizada pelos empreendedores para legitimar a viabilidade ou a qualidade, de seu projeto. Por outro lado, a instituição também abriga membros contrários ao empreendimento e que questionam este tipo de atividade, como pôde ser observado durante o evento "Ocupa tudo: e a universidade?" já mencionado anteriormente. Desta forma, é possível considerar que, ainda que a instituição possua posições diversas e até mesmo antagônicas, por parte de seus membros, acaba sendo usada pelo grupo dominante como um símbolo que legitima sua dominação sobre os demais grupos. O reconhecimento da academia, ou do saber acadêmico como um símbolo que busca legitimar sua dominação sobre os demais grupos pode ser observado, também, através do site da empresa que, noticia uma parceria acadêmica (figura 27) com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) com a seguinte descrição:

> No último sábado (17) os alunos da disciplina de Exploração e Avaliação de Depósitos Minerais (Projeto III), da UNISINOS (São Leopoldo), tiveram a oportunidade de conhecer o potencial mineral de São José do Norte sob a orientação da Professora Lucy Takehara Chemale e acompanhamento do Geólogo Aureliano Nóbrega. Na ocasião os alunos puderam visitar as dependências do escritório da empresa e seu arquivo de amostras, onde são preparadas as amostras de minério para análise laboratorial e, posteriormente, arquivadas. Foi também possível visualizar o minério que está naturalmente disposto na praia em Bujuru. Lembramos que nosso time local está à disposição para a realização de palestras em instituições de ensino de qualquer grau de escolaridade (RGM, 2016).

Figura 27. Parceria entre a RGM mineração S.A. e a UNISINOS.

Parceria com a Comunidade Acadêmica

22 DE SETEMBRO DE 2016 / ADMIN / 0 COMENTÁRIO

A RGM tem orgulho de trabalhar em conjunto com o meio acadêmico, proporcionando um crescimento mútuo que apenas pode ser adquirido em uma sólida relação empresa/universidade

Fonte: http://rgminer.com.br/

Outro aspecto utilizado pelos empreendedores como estratégia de convencimento quanto a relevância do Projeto Retiro, está ancorado na ideia de *desenvolvimento* que, promete um ciclo de estabilidade econômica ao município de vinte anos, argumento que se apoia na geração de empregos locais, mas não considera outros aspectos se não esse. Esta seria, portanto, uma "noção hegemônica de desenvolvimento [que] supõe a imposição de uma trajetória suposta única e inelutável" (ACSELRAD e LEROY, 1999. p. 137). Fato que se evidencia na afirmativa que diz *"Haverá casos em que o empreendimento passará em áreas onde há casas construídas e habitadas. Quando for assim, todo o apoio será dado às famílias, nenhuma ficará sem opção ou sem compensação"* seria "casas construídas e habitadas" um eufemismo para a desapropriação ou deslocamento de famílias que têm suas vidas significadas a partir

da moradia e do lugar onde vivem? Para Zhouri (2008) as casas afetadas por grandes empreendimentos são consideradas a partir de

> uma visão patrimonialista, cartorial e mercantil, [que] contabiliza propriedades atingidas, ou seja, objetos passíveis de indenização, ao contrário de sujeitos atingidos, com suas intricadas formas de apropriação e uso do território, além dos diversificados laços societários e culturais (ZHOURI, 2008 p.103).

Alguns relatos já descritos no *capítulo 3* parecem evidenciar a lógica que compreende a instalação de grandes empreendimentos e as consequências para a população local, experiência que se mostra muito viva na memória de uma das agricultoras de São José do Norte

> [...] Outra coisa, o polo naval indenizou as pessoas e atiraram o povo mais para lá, ai o pinus tomou conta de grande parte da agricultura, aí o povo vai mais para lá, ai vão amontoando, né? Geralmente na cidade, pois quando não tem mais para onde ir, vai para a cidade. Aí, agora eles vão tirar as mesmas pessoas que foram retiradas pelo polo para minerar? Gente, nós somos o quê para ser jogados daqui para lá e de lá para cá? Nós somos seres humanos, temos a nossa cultura, a nossa tradição, a nossa agricultura [...]. A gente tem que ter claro [falando sobre o território], ou é deles [empresa] ou é nossa, e se é deles a gente vai para onde? Para que município nós vamos, aqui não vai mais dar para ficar, vocês podem ter certeza. (Diário de campo, junho de 2015).

Evidencia-se, portanto, que uma visão mercadológica do território não atribui ao lugar qualquer valor que não seja o financeiro e da geração de lucro, fato que colide diretamente com as compreensões dos grupos previamente estabelecidos que, possuem vínculos que foram estabelecidos através do tempo e guardam o sentido das suas existências no território. O território, ou o lugar, é o abrigo onde estão guardadas as relações de pertencimento que, segundo Sá (2005) envolve enraizamento físico e biológico, a "auto-compreensão humana co-existentes em um *cosmos* e em um *oikos* (p.3).

Neste sentido, Lívia de Oliveira (2014) argumenta que "o sentido de lugar implica o sentido da vida e, por sua vez, o sentido do tempo" (p.3), ou ainda, lugar é *tempo lugarizado*, pois entre espaço e tempo se dá o lugar, o movimento, a matéria (p.5). A autora ainda diz que, a experiência do lugar é pessoal, envolve os sentidos e os sentimentos e, por essas e outras razões é questionável uma concepção de desenvolvimento que não toma em consideração os vínculos entre a população e o território, ou o lugar, neste caso. Não é por acaso que, uma das imagens que registrava o crime ambiental ocorrido em Mariana – MG é o retrato de uma parede com um quadro

de casamento (figura 28), pois, o lugar tem sentidos e valores inalienáveis, que não podem ser mitigados ou compensados.

Figura 28. Registro dos danos causados pelo crime ambiental em Mariana - MG.

Fonte: Google. Disponível em: http://tragedianunciada.mabnacional.org.br/2016/02/03/entidades-lancam-manifesto-em-solidariedade-as-vitimas-da-tragedia-de-mariana-mg/

Ainda sobre o apoio que a empresa pretende oferecer as famílias, onde afirmam que nenhuma ficará sem opção ou compensação, é possível perguntar: se as famílias se manifestarem contrárias ao empreendimento, como muitas fizeram, os empreendedores abrem mão do projeto? Ou as opções estão alienadas às prioridades do empreendimento? Estas questões, para as quais não possuo respostas, são consequências dos relatos das dificuldades enfrentadas pelos moradores de Bento Rodrigues – MG que, além de terem perdido seus bens, como casas e carros, perderam familiares e suas memórias guardadas em objetos e artefatos e, ainda sofrem com o fornecimento de suportes básicos para sua manutenção, como é o caso do abastecimento de água potável, como dito anteriormente, no *capítulo 1*.

A controvérsia que envolve o Projeto Retiro expõe uma realidade permeada de desigualdades e assimetrias que envolvem as populações e os grandes empreendimentos. Primeiramente pela ideia de desenvolvimento que atua como um

poder simbólico que busca transformar a visão de mundo da população local para que esta se convença de que o melhor para suas vidas é o que vem sendo oferecido pelos projetos que chegam até a sua localidade. O vídeo/propaganda do Projeto Retiro, através da exaltação ao território, das promessas de estabilidade econômica e de desenvolvimento para o município apresenta uma síntese do poder simbólico dos grandes empreendimentos.

> O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que obtido pela força (física ou econômica) (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Este estudo buscou demonstrar até aqui duas forças potentes que envolvem o Projeto Retiro: a disputa entre grandes empreendedores, figurada pela RGM mineração e pela FLOPAL/Ventos do Atlântico S.A., pela condução das atividades econômicas e de exploração do município de São José do Norte; e o segundo aspecto que refere-se ao ideário do desenvolvimento que atua como uma forma de poder simbólico na busca pelo convencimento sobre a necessidade do município, através dos munícipes, aceitarem a instalação do empreendimento minerário.

Em outras palavras, através deste poder simbólico, ocorre um processo educativo que está fundamentado nas bases neoliberais de compreensão/transformação do mundo. É um modo de instruir a caminhar no mundo, tendo como horizonte a geração de empregos, uma possível salvação ou melhoria dos modos de vida que está necessariamente atrelada ao progresso, através instalação de grandes empreendimentos. É pela via do "ver e fazer crer" (BOURDIEU, 1989) que exerce uma espécie de colonização do imaginário ou das subjetividades, modo pelo qual ganha força e "licença" para atuar conforme seus interesses.

Diante disso, torna-se relevante refletir que, embora haja esse "processo educativo dominante" existem outros espaços e possibilidades de se educar e de se compreender no mundo, como pode ser observado em uma das falas apresentadas neste trabalho que dizia *"[...] não acreditamos neste tipo de progresso. Nós da Agroecologia acreditamos que Progresso Sustentável somente pode se dar com saúde na mesa e nos campos, principal fonte de desenvolvimento social"*. E, ao compreender a controvérsia em torno do Projeto Retiro, também como um processo educativo, a análise a seguir se

dedica a sistematização de algumas reflexões ancoradas em categorias já trabalhadas ao longo deste estudo, para pensar possíveis contribuições aos Fundamentos da Educação Ambiental.

4.1 Reflexões de/para uma Educação Ambiental desde baixo: As controvérsias do Projeto Retiro como Processo Educativo

> Como alguém pode se sentir irmanado com a energia das estrelas, e ser indiferente às famílias que debaixo delas caminham em busca do destino dentro de noites de fome e de desamparo?
>
> Carlos Rodrigues Brandão

A trajetória da Educação Ambiental que é relativamente recente é marcada por uma série de eventos que ocorreram principalmente na Europa e buscavam encontrar uma conciliação entre os modos de produção/consumo e as questões ambientais (REIGOTA, 2004). Destacam-se os eventos como Clube de Roma (1968), a Conferências de Estocolmo (1972), de Belgrado (1975) e de Tibilissi (1977), que já sinalizavam para as problemáticas relacionadas ao aquecimento global, poluição, dentre outros que indicavam a necessidade de debater temas como a conservação dos *recursos* naturais e a relação sociedade-natureza.

Após a reunião do Clube de Roma e da Conferência de Estocolmo, as problemáticas ambientais passaram a ser consideradas a partir da dimensão planetária e, é neste contexto que a Educação Ambiental passou a ser considerada necessária, especialmente no que se referia a participação dos cidadãos para a solução dos problemas apontados (REIGOTA, 1997). A emergência da Educação Ambiental carrega em si influência de pesquisadores e membros de grandes corporações, como da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a elaboração de relatórios como Brundtland ou "Nosso futuro comum", assim como a Agenda 21, e a ECO-92, são as marcas mais profundas e reconhecidas, tanto nacional quanto internacionalmente. De forma que, a tônica da questão estava (ou está) na educação das pessoas, ainda que se reconheça o papel representado pelas grandes empresas/indústrias na construção de um cenário catastrófico de exploração de bens naturais.

Uma resolução importante da conferência de Estocolmo referia-se a necessidade de "educar o cidadão para a solução de problemas ambientais" (REIGOTA, 2004, p.15). Isabel Carvalho (2012) acrescenta que a Educação Ambiental surgiu de uma tradição naturalista, nutrida em grande parte pela "ecologia dos biólogos". Porém, posteriormente, o campo também incorporou o movimento ecológico, dando outro sentido para a "ecologia" e buscando formar uma ponte entre o conhecimento científico e as lutas sociais.

Neste sentido, retomando algumas palavras apresentadas no *capítulo 1*, Layrargues (2009) explica que não é possível falar de Educação Ambiental de modo genérico, pois desta forma corremos o risco de nos limitar ao caráter moralista que se ocupa mais dos modos de fazê-la. Todavia, em (2012) o mesmo autor fala da *crise de identidade* que a Educação Ambiental brasileira passa, que do seu ponto de vista são decorrentes de dois processos:

> Primeiro, na contradição entre teoria e prática que se verifica em diversas expressões concretas da vivência pedagógica da Educação Ambiental, contradição essa que separa os princípios e diretrizes internacionalmente consolidadas como corpo teórico conceitual e metodológico definidor do pensar e fazer a Educação Ambiental (Loureiro, 2004; Lima 2011) daquilo que realmente vem sendo experimentada nas ações pedagógicas concretas, contradição essa que continuamente afasta sua práxis da radicalidade da crítica anticapitalista; segundo, na dificuldade de se superar o pensamento e ação pragmática atualmente hegemônica na Educação Ambiental, em especial na sua dimensão Informal, vivenciada nos meios de comunicação midiáticos em geral (LAYRARGUES, 2012 p. 398).

Deste modo, é possível compreender que, assim como outros campos, a Educação Ambiental possui diferentes compreensões e sentidos, algumas que depositam no indivíduo a solução de problemas globais, através do gerenciamento e preservação dos recursos. Outras enfatizam a necessidade de se debater o sistema de produção/consumo capitalista. A intenção, com isto, não é encaixar esta pesquisa em uma linha pragmática, conservadora, crítica ou qualquer outra. Busco apenas mostrar as "lentes" (CARVALHO, 2012) com as quais venho me constituindo enquanto educadora ambiental e, por consequência, busco teorizar/praticar a Educação Ambiental.

Da forma como compreendo a Educação Ambiental, é necessário debater a relação sociedade-natureza que está inexoravelmente ligada ao modelo econômico que tem como base a mercantilização dos territórios, envolvendo um quadro de desigualdades e injustiças socioambientais. Acselrad (2013) relembra que, em 2011

completou-se 20 anos do Memorando Summers, no qual o economista-chefe questiona: “Cá entre nós, não deveria o Banco Mundial estar incentivando mais a migração de indústrias poluentes para os países menos desenvolvidos?” (p.63). Tal pergunta se justificava por 3 argumentos:

> 1) porque o meio ambiente seria uma preocupação “estética” típica apenas dos bem de vida; 2) porque os mais pobres, em sua maioria, não vivem mesmo o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental; 3) Porque na “lógica” econômica, poder-se-ía considerar que as mortes em países pobres têm custo mais baixo do que nos ricos, dado que os habitantes dos países mais pobres recebem salários relativamente mais baixos (p.63).

Estas palavras são importantes para situar a discussão dentro do período caracterizado pelo neoliberalismo, o qual Svampa (2013) compreende através da intensificação da exploração e exportação de bens naturais que pode ser denominado como neoextrativismo, processo que tem como característica a desestruturação dos territórios através da perda da biodiversidade, desestruturação da economia regional e deslocamento de grupos pelo acúmulo de terras nas mãos de poucos. Este fenômeno que beneficia uma pequena parcela de indivíduos em detrimento de grandes grupos de seres humanos é compreendido como injustiça ambiental.

> Para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, político e informacionais, tem sido consagrado o termo *injustiça ambiental* (ACSELRAD, 2009 p.9).

Na esteira de argumentos em favor de uma forma de desenvolvimento que homogeneíza modos de vida, uso e significação dos territórios, é indispensável que a Educação Ambiental compreenda que

> Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 2005, p.255).

Nesta perspectiva, conforme Milton Santos (2005) aponta, o território guarda em si o sentido da existência do indivíduo e também dos coletivos e, por isso, sua análise é tão cara, pois, seus usos são produtores e produtos de significados, que se retroalimentam de forma dinâmica na sociedade, como diz Glória Maria Vargas.

> O território é, dessa forma, o resultado de um processo social de apropriação e transformação do espaço que, já como território, se converte no sustento material das práticas sociais. Esta materialidade é o que proporciona concretude à sociedade. Quando as práticas sociais mudam, muda também o território. Isto indica que o território está em constante transformação e que a sociedade está num processo contínuo de territorialização, isto é, de construção de território (VARGAS, 2014, p. 307).

Embora, a partir do exposto, se possa considerar que o processo de territorialização é contínuo, ainda cabe analisar o modo como o mesmo ocorre, ou seja, a participação dos envolvidos na construção do território, buscando compreender as escolhas e as imposições que são postas e, além disso, sob quais justificativas. Ou seja, é importante compreender se o processo de construção do território obedece unicamente à necessidade de abastecimento do Mercado, ou se manifesta as lutas, as crenças, as utopias e a vida em toda a sua complexidade, especialmente através das subjetividades.

> Parece-nos mais produtivo pensar o fenômeno humano como desde sempre localizado no mundo, num ambiente cultural e histórico. Assim, quando se torna possível ver o mundo abandonando as dicotomias, vislumbra-se o sujeito humano e os fatos sociais como um fenômeno simultaneamente social e individual, subjetivo e objetivo, psíquico e biológico, cultural e natural. Neste sentido, tomando o humano como um ser no mundo, a vida pessoal não pode mais ser tomada apenas como um acontecimento particular, mas é, desde sempre, constituída pelos elementos culturais e pela historicidade (CARVALHO, 2014 p. 302).

Cabe salientar que, ao compreender as subjetividades a partir da relação dos sujeitos com o ambiente, a cultura e o mundo, é possível afirmar que a lógica do Mercado e as noções desenvolvimento e sustentabilidade também compõem este horizonte subjetivo em que se constituem os atores sociais e os grupos. Segundo Quintero (2015), “os processos de subjetivação contribuem para a constituição de modos de existência social, sempre em relação direta com o poder e suas estruturas (p.17)”.

Ainda, Quintero (2015) pondera sobre as *piscadelas* de Clifford Geertz, argumentando que, estas podem ser frutos de um cacoete, assim como podem representar certa cumplicidade na troca de olhares. Existe uma subjetividade que precisa ser compreendida no ato de piscar, entretanto, não se pode negar a objetividade presente na ação. Independentemente do significado, a contração dos olhos ocorre e, sinaliza uma ação no mundo da vida que não pode ser suprimida.

> A produção de subjetividades não é, claramente, o único fator construtor da realidade, muito menos da vontade dos atores envolvidos nessas tramas

> discursivas. Indubitavelmente, a linguagem é um elemento constitutivo da prática social (Williams, 1977), porém, de maneira nenhuma representa o elemento exclusivo que constitui a esta última. O que chamamos "realidade" é a soma de todas as vontades e discursividades operacionalizadas dentro de um campo de materialidades e condições histórico-estruturais específicas, associadas através do poder e de suas relações (QUINTERO, 2015. p.167).

A relação entre as subjetividades e as estruturas de poder podem explicar, em certa medida, a obsessão do pensamento latino-americano contemporâneo pela ideia/força do desenvolvimento. Muitas gerações de intelectuais têm concentrado seus esforços na busca por caminhos que levem os países desta região a alcançar o desenvolvimento. Além disso, esta ideia/força é (re)produtora de dinâmicas de dominação, exploração e conflitos que envolvem relações de poder mais amplas (QUINTERO, 2015) que se expressam na constituição dos territórios.

Ao conceber o território como um "lugar feito por histórias" e que as histórias estão condicionadas ao lugar, é indispensável que a Educação Ambiental analise estas formas de se expressar no mundo e que espelhe esta diversidade através de suas ações, sejam estas teóricas e/ou práticas, trazendo para o centro do debate as dimensões concorrenciais. Ou seja, acolher os conflitos a partir da Educação Ambiental, configurando processos educativos que buscam promover uma ruptura com a hegemonia (MACHADO *et al.*, 2016) que busca impor o único, o universal, o inquestionável.

A sociologia, assim como a antropologia oferecem uma possibilidade de análise de compreensões, conhecimentos e aprendizagens distintas dos atores sociais em relação à natureza que, se manifestam na especificidade dos modos de pensar e se relacionar com o ambiente/território em contextos de conflito (MACHADO *et al.*, 2016). Neste sentido, ainda segundo os autores, a antropologia possibilita a discussão sobre territorialidades e processos de gentrificação, especialmente pelo entendimento de que a relação entre natureza e cultura promove uma abertura para a compreensão da tensão que envolve o universal e o particular, onde a questão ambiental se faz presente em ambas as dimensões

> Configurando um campo que se abre à reflexão sobre os deslocamentos entre o que consiste essa dimensão universal do conceito de natureza e a dimensão do humano. Isso provocaria, então, certo contraponto no sentido das diversas apropriações em torno da noção de ambiente pelos grupos humanos, sobretudo, em contextos de conflitos ambientais. [...] Por outro lado, as diversas apropriações acerca da noção de ambiente por parte dos atores

> sociais ocorrem em embates entre os movimentos por direitos sociais/humanos e o viés de privatização do ambiente, na negação destes direitos (diretamente ou, de forma disfarçada, na perspectiva do "capitalismo verde"). (MACHADO *et al*,.2016 p.13)

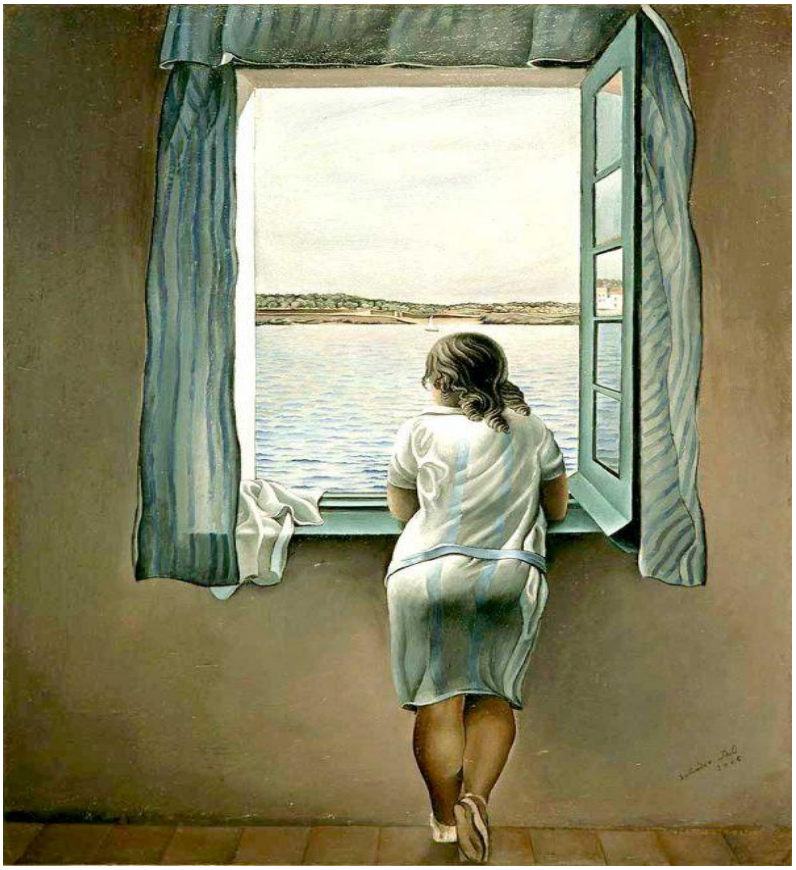
Nessa perspectiva que busca contestar as compreensões de natureza e meio ambiente e as roupagens do "capitalismo verde", é fundamental que se possa redirigir os esforços reflexivos para os interesses dos grupos latino-americanos e, para isso, é preciso considerar aquilo que emerge do território. A Antropologia, especialmente a *Antropología del desarrollo,* sugere um empenho para deslocar os grupos classicamente estudados, trazendo para o centro do debate o poder, através das relações, mecanismos e/ou elementos que o constituem (QUINTERO, 2015). E, dessa forma, tomar os reposicionamentos dessas reflexões como parte de um processo educativo que contesta as noções de desenvolvimento e de território que subalternizam as populações latino-americanas.

As vias pelas quais é possível pensar neste processo educativo são tão diversas quanto os grupos e os territórios. Neste estudo, adota-se uma perspectiva socioantropológica em diálogo com a Educação Ambiental para tecer algumas considerações, assumindo a incompletude e o "inacabado que historicamente e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado" (FREIRE, 1996 p.53). A socioantropologia, neste estudo, oferece uma lente ou, uma janela[82] (figura 29), através da qual busco compreender e agir no mundo do modo como o concebo.

---

[82] A obra de arte de Salvador Dali intitulada "Girl at the Window" expressa com sentimento e profundidade a compreensão que tenho sobre a socioantropologia como esse modo de compreender o mundo.

Figura 29. Girl at the window de Salvador Dali.



Fonte: Google.

A antropologia oferece, portanto, a possibilidade de pensar no processo educativo a partir do processo de relativismo e crítica ao colonialismo, ao Estado, e as formas de compreensão da natureza e do meio ambiente como fonte de recursos que buscam atender as demandas do Mercado e dos modos de produção essencialmente capitalistas. E, desta forma, convida a Educação e ao Educador/Educadora Ambiental a expandir os limites técnicos de suas ações (MACHADO *et al*, 2016). De certa maneira, a antropologia visa contribuir para a compreensão das subjetividades presentes no cotidiano que, se expressam na constituição dos grupos e territórios, com o propósito de explicitar os valores intrínsecos a esta tríade grupos/subjetividades/território por vias alternativas à visão hegemônica dos mesmos. Em *Uma sociologia da vida cotidiana* José de Souza Martins (2014) argumenta sobre o olhar que busca compreender o Outro no seu contexto

> [...] Vira o que os engenheiros e mestres não puderam ver, pois bloqueados por uma visão seletiva, técnica e científica, que descarta as irracionalidades e irrelevâncias cotidianas. [...] Pela "via torta" de sua consciência simples e de

> sua religiosidade extremada, as operárias interpretavam, a seu modo, o que estavam vendo e sentindo e assim trouxeram a luta de classes para o âmbito de sua cultura supostamente alienada, popular e mística, e nessa perspectiva a compreenderam (MARTINS, 2014, p.27).

Isto significa dizer que é necessário compreender o Outro dentro da sua própria compreensão de mundo e, não ao contrário, isolando-o de todos os atributos que o constituem. Isto é, a reflexão precisa partir do ponto em que se situam os atores sociais e o território, impregnados de todas as suas subjetividades manifestas através da sua cultura, crenças e o que mais seja. Evidentemente que estas considerações não posicionam o/a pesquisador/a (sociólogo/a, antropólogo/a, educador/a ambiental) como detentores da verdade, ou da compreensão mais autêntica desse Outro. Apenas demonstram um esforço descritivo e analítico, na tentativa de colocar outros olhares, sobretudo na relação entre o trabalho de campo e os pressupostos da pesquisa, recusando assim uma mera aplicação forçada de conceitos que tenderiam a "formatar" o Outro para compreendê-lo. Ou seja, uma busca genuína por uma "descrição densa" (GEERTZ, 2008).

Assim, no que se referem aos estudos que são ponto de partida/chegada para a Educação Ambiental, estas considerações estão na contramão das perspectivas que colocam a natureza/território como um ente que necessita ser cuidado, preservado e protegido da ação humana, desconsiderando toda a sorte de fatores econômicos, sociais e culturais que estão imbricados. Em concordância com Leite Lopes (2004) sustento o imperativo de "ambientalizar os conflitos sociais". Não se trata, portanto, de pensar possibilidades de salvar o meio ambiente ou a natureza, pois, talvez, esta nem exista (Swyngedouw, 2011).

> [...] Não há nenhuma natureza aí fora que precise ou requeira a salvação em nome da própria natureza ou de uma humanidade genérica. Não há nada fundante na natureza que requeira, exija, ou precise ser sustentado. O debate e as controvérsias sobre a natureza e sobre o que fazer com ela indicam pelo contrário nossa incapacidade política para embarcarmos em uma discussão diretamente política e social que permita adotar estratégias de repensar as coordenadas socioecológicas da vida cotidiana, a produção de novas configurações socionaturais e o questionamento à organização sócio-metabólica que habitamos – algo habitualmente chamado capitalismo (p. 49).

As palavras de Swyngedouw (2011) são um convite para uma reflexão que complexifique a compreensão de natureza para além de um "Deus invisível" que merece ser reverenciado e protegido sobre todas as coisas. Da mesma forma, é imprescindível

que se consiga demonstrar os “poderes” do segundo “Deus invisível”, o capitalismo. Compreendo que, estes dois “Deuses invisíveis” são frequentemente apresentados nas discussões que envolvem Educação Ambiental de uma forma genérica e diluída. Entretanto, esta afirmativa não deve ser compreendida a partir da necessidade de se conceituar a natureza ou o capitalismo como “isto ou aquilo”, impondo limites para a discussão, ao contrário, é uma possibilidade para que se possa expor o modo como estes Deuses expressam seus poderes em uma determinada realidade concreta.

Da forma como compreendo a natureza, a partir deste estudo, esta é permeada por relações sociais conflitivas e injustas. Por sua vez, os conflitos e as injustiças que permeiam esta realidade são, em grande parte, influenciados por uma lógica neoliberal que, como já discutida, mercantiliza os territórios e retira os direitos dos grupos sociais de decidirem sobre seu presente e futuro. Por esta razão defendo que a Educação Ambiental, enquanto processo educativo, precisa ter como horizonte os conflitos que, expressam as injustiças que compõem os territórios e a vida de forma ampla.

Isto é, acredito que, antes mesmo da elaboração de propostas que visem “educar o cidadão” é preciso partir de um lugar que entenda que as relações sociais são conflitivas e, os conflitos explicitam as desigualdades e injustiças que se materializam na apropriação material e simbólica dos territórios e na imposição de danos ocasionadas por estas práticas que se revelam assimétricas e, como dito anteriormente por Zhouri (2010) as

> assimetrias revelam a hegemonia de determinadas categorias do pensamento que pretendem construir o debate ambiental como global, universal e consensual, obscurecendo as relações de poder que, de fato, existem e promovem o deslocamento da política para a economia, do debate sobre os direitos para o debate sobre interesses (ZHOURI, 2010, p.444).

Neste sentido, Roberto Leher (2014) pondera que, “um desafio da educação ambiental no Brasil de hoje é criar espaços e estratégias capazes de enfrentar a hegemonia da narrativa neodesenvolvimentista” (p.228). Em concordância com o autor, não acredito em formas de luta ou mitigação de problemas socioambientais que não emirjam de casos particulares e locais articulados com a análise dos padrões de acumulação. Este é um desafio para o qual se criam pistas e possibilidades de atuação e reflexão.

Esta pesquisa busca encontrar pistas que advenham da Sociologia Ambiental e da Antropologia em diálogo com a Educação Ambiental. A Sociologia Ambiental, a partir da perspectiva da construção de controvérsias ambientais apresenta grande potencialidade na confrontação destes atores sociais que estão desigualmente posicionados. Por sua vez, a antropologia possibilita o enfrentamento às visões cientificistas aliadas aos grupos poderosos da sociedade (FOLADORI e TAKS, 2004). Ainda segundo os atores, a antropologia guarda em si a possibilidade de contribuir com o debate de questões ambientais por um viés que não seja nem o do ambientalismo romantizado e, tampouco numa apologia capitalista baseada na aplicação da ciência e tecnologia.

Em outras palavras, a antropologia, especialmente através da etnografia oferece a possibilidade de compartilhar um horizonte (MAGNANI, 2009) através do qual se possa conhecer e, descobrir, outras possibilidades de ser e estar no mundo, rompendo, assim, com as dicotomias que separam o social, o natural e o cultural, por exemplo. Este seria, portanto, um caminho rumo as "epistemologias ecológicas" (STEIL e CARVALHO, 2014).

> As *epistemologias ecológicas* contrapõem-se à perspectiva representacional. Partem de uma premissa compartilhada de que os significados, os conceitos e as abstrações que resultam do processo do conhecimento não constituem um mundo à parte em relação à matéria e às coisas. Conhecer é fundamentalmente uma habilidade que adquirimos na relação com outros organismos e seres que habitam o mesmo mundo, e não uma prerrogativa humana que se processaria no espaço restrito da mente como uma operação racional. Torna-se, assim, impossível dissociar a mente do corpo, a cultura da natureza, o conhecimento da experiência. Para conhecer, a partir da perspectiva ecológica, é necessário estar imerso na matéria e no mundo através do engajamento contínuo no ambiente (p.164).

A partir desta imersão no ambiente e, na partilha do horizonte, a pesquisadora é também um resultado (sempre inacabado) de sua pesquisa, especialmente se, como argumenta Oliveira (2006), pesquisador e pesquisado alternam posições, então o conhecimento que parte da pesquisa é exatamente a fusão desta experiência vivida e compartilhada no território. É uma captura, tal qual uma fotografia, de um processo que está convidado a ser constantemente (re) visitado, (re) elaborado e (re) significado. E, neste sentido, a amálgama da experiência da pesquisadora e de outros pesquisadores que servem como referenciais gera uma nova compreensão sobre o mundo que, pode até não

se afastar do que já foi vivido e exposto em outras situações por outros atores sociais, mas é a expressão viva do seu pertencer ao universo da pesquisa.

Nessa perspectiva, a controvérsia que envolve a instalação do Projeto Retiro permite que, a pesquisadora exponha as suas compreensões, momentâneas, sobre noções de *território; desenvolvimento* e *progresso* a partir de elementos fornecidos por diferentes grupos locais de São José do Norte e da lógica neoliberal (tabela 6).

Tabela 6. Concepções de Território, Desenvolvimento e Progresso segundo os grupos locais e a lógica neoliberal.

Concepções	Grupos Locais	Lógica Neoliberal
Território	Possui valor intrínseco. É a expressão da vida em um tempo histórico e compartilhado que, carrega a força e conhecimento ancestral reelaborado e praticado na atualidade.	Espaço destinado à exploração de recursos naturais destinados ao abastecimento de diferentes ramos da indústria, a fim de satisfazer as demandas do Mercado.
Desenvolvimento	Prática de diversas atividades e modos de vida sob condições dignas de acesso a serviços de primeira necessidade (alimentação, educação e saúde).	Sediar empreendimentos que visam a mercantilização dos territórios e mão de obra barata. Geração de lucro aos empreendedores. Imposição dos danos aos trabalhadores.
Progresso	Valorização das relações sociais e culturais refletido em incentivos para atividades como a agricultura e a pesca artesanal.	Balança econômica financeira em equilíbrio. Desestruturação das economias locais. Incentivo aos monocultivos e exportação de *commodities.*

Fonte: Elaborado pela autora.

Importa, ainda, dizer que estas compreensões apresentadas na tabela acima não pretendem, tampouco desejaria, encerrar as possibilidades de entendimentos nelas mesmas. Ao contrário, buscam apenas demonstrar que, durante o processo educativo que configurou esta *viagem pelas águas da Educação Ambiental* encontrei e construí visões diferenciadas a partir das experiências vividas. E, passo a entender que existe um poder simbólico (BOURDIEU, 1989) exercido pela forma de produção de uma sociedade injusta e desigual que, constrói noções de território, desenvolvimento e progresso que são arbitrárias e buscam atender aos interesses das classes dominantes. Posto isso, a Educação Ambiental precisa questionar o modo como se constrói as compreensões de território, progresso e desenvolvimento, trazendo para o debate a intencionalidade que está por de trás desta construção que, frequentemente, expressa uma perspectiva colonizadora.

> A oposição colonizador/colonizado, entre nações ou povos, é substituída pelo binômio desenvolvido/subdesenvolvido; à diferença radical, ao abismo instransponível, sucede uma unidade, um contínuo, pois se poderia, então, passar de um estado ao outro (ACSELRAD e LEROY, 1999, p. 15).

Neste sentido, a Educação Ambiental pode oferecer um contraponto a estas noções recém descritas que, por sua vez, estejam ancoradas nas noções de justiça ambiental. "O desenvolvimento com justiça ambiental requer a combinação de atividades no espaço de modo a que a prosperidade de uns não provenha da expropriação dos demais" (ACSELRAD *et al.*, 2009 p.77) e, além disso "não há, por certo, como chamar de progresso e desenvolvimento esse processo de empobrecimento dos que já são pobres (p.77). Ou então, será imperativo apoiar-se no que Porto-Gonçalves (1996) compreende como desenvolvimento, ou seja, como um ato de des-envolver

> (...) tirar o envolvimento (autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens entre si e destes com a natureza; não só separar os homens da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os (PORTO-GONÇALVES, 2006, *apud* GIANELLA, 2007 s/p)

E por isso, argumento sobre a necessidade de se pensar sobre noções de Educação Ambiental que se contraponham à "única, universal e genérica" que, certamente possui seu valor e possibilidades de reflexão, mas se mostra insuficiente, pois, não emerge do território e, portanto, não está impregnada de pertencimento e não

reflete o cotidiano e as subjetividades dos atores sociais envolvidos. Ao acordar com o que propõe Loureiro (2009), que a Educação Ambiental não é neutra, então preciso assumir minha posição ao lado daqueles que sentem a imposição de danos e as injustiças deste modelo de desenvolvimento que se sustenta a partir da pobreza e da exploração da vida em seu sentido mais amplo. É preciso assumir que, para formar parte deste *oikos* não basta apenas compartilhar o mesmo céu, ser iluminado pelas mesmas estrelas, é necessário compartilhar as lutas ao lado daqueles que historicamente são injustiçados de diversas formas.

Portanto, acredito que uma das possibilidades de se refletir sobre o papel da Educação Ambiental enquanto um processo educativo pode estar na compreensão da relação sociedade-natureza, onde, os conflitos envolvendo o uso e significação dos territórios oferecem subsídios para compreender as relações de poder e os mecanismos de injustiça que envolve a instalação de grandes empreendimentos. Uma discussão que envolva a Educação Ambiental e a instalação de grandes empreendimentos que não problematize as noções de desenvolvimento e progresso e que não emirja do território (por isso, desde baixo) assume o risco de se constituir arbitrária e em favor das classes dominantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal, se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e a sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos.

[...]

Para os que concebem a história como uma contenda, o atraso e a miséria da América Latina não são outra coisa senão o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já foi dito a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beleguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno.

[...]

Cada vez resta mais gente à beira do caminho, sem trabalho no campo, onde o latifúndio reina com suas gigantescas terras improdutivas, e sem trabalho na cidade, onde reinam as máquinas: o sistema vomita homens. As missões norte-americanas esterilizam as mulheres e semeiam pílulas, diafragmas, DIUS, preservativos e calendários marcados, mas colhem crianças. Teimosamente, as crianças latino-americanas continuam nascendo, reivindicando seu direito natural de ter um lugar ao sol nessas terras esplêndidas, que poderiam dar a todos o que a quase todos negam.

Eduardo Galeano

Esta dissertação teve como foco a construção da controvérsia ambiental que envolve a possibilidade de instalação do Projeto Retiro, abordando especialmente a dimensão conflitiva deste processo, ocasionada pelas assimetrias e condições desiguais de apropriação material e simbólica por parte dos atores sociais envolvidos. O empreendimento minerário prevê a exploração de minerais pesados no município de São José do Norte por um período de cerca de vinte anos.

A partir das referências que serviram de base para este estudo, argumento que, este projeto minerário se insere em um contexto que envolve diversos países da América Latina que, após os anos 1990 consolidam sua adesão ao neoliberalismo enquanto doutrina econômica. A instalação de grandes empreendimentos em territórios já ocupados tem como característica o atendimento das necessidades do Mercado, concentração de riquezas para seus empreendedores e a imputação dos danos às populações que vivem no local explorado. Por isso, a imposição desigual dos prejuízos

causados pela mineração gera uma forte resistência por parte de diversos grupos contrários a esta lógica que explora os territórios.

Nesta busca pelo convencimento das populações sobre a necessidade e os benefícios da instalação de grandes empreendimentos, tais como os minerários, se encontram a ideia do desenvolvimento e do progresso que, inclusive, distinguem os países em categorias, tais como: desenvolvidos; em desenvolvimento e subdesenvolvidos. A promessa do desenvolvimento é um dos argumentos que busca persuadir a população sobre as benfeitorias ocasionadas pela atividade minerária, por exemplo. Por outro lado, os impactos e os impactados negativamente são invisibilizados de diversas formas, inclusive nos espaços que, por lei, são destinados para a participação cidadã como é o caso das audiências públicas referentes ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente impactantes.

A construção da controvérsia ambiental em torno do Projeto Retiro expôs as fragilidades das audiências públicas no que tange a participação da população possivelmente mais atingida pelo empreendimento que, não tiveram suas preocupações e posições devidamente consideradas. Por outro lado, evidenciaram as disputas travadas com o projeto eólico e a silvicultura, fato que tomou proporções capazes de secundarizar as contestações da população local, especialmente aos agricultores e pescadores. Além disso, o modo como se configuraram as audiências públicas demonstrou que as mesmas têm por objetivo, apenas o cumprimento das exigências do processo de licenciamento ambiental.

Todavia, os desdobramentos das audiências públicas em outros eventos e espaços de crítica explicitaram um cenário conflitivo que envolve os usos e significação do território por parte dos diferentes atores sociais envolvidos. Primeiramente pela ameaça que o projeto minerário representa aos direitos dos grupos darem continuidade aos seus modos de vida através das atividades já exercidas. E, também, pela disputa de interesses com os empreendimentos supracitados. Nesse sentido, importa salientar que, as estratégias de convencimento utilizadas pela RGM S.A. para afirmar a viabilidade e a idoneidade do empreendimento, utilizam argumentos que se referem à responsabilidade social, ambiental, geração de empregos e de respeito ao local.

Neste contexto em que as críticas e os impactos negativos são diluídos através do uso de argumentos baseados em ideias genéricas sobre preservação e responsabilidade socioambiental, de desenvolvimento e de progresso, torna-se necessário refletir sobre as dificuldades existentes na discussão das questões sociais como questões políticas que, dão lugar aos discursos de proteção da natureza e do meio ambiente, invisibilizando toda a trama de relações históricas, sociais, culturais e econômicas que envolvem os grupos humanos.

A Educação Ambiental não escapa das armadilhas criadas pela lógica neoliberal e, com frequência, se ocupa mais de servir como um manual de etiquetas, ou, como um código de condutas individuais, do que de problematizar as causas dos conflitos socioambientais e das assimetrias que envolvem os benefícios e os danos ocasionados por esta lógica que envolve a exploração da vida humana e não humana. Este trabalho assume seu inacabamento no que tange a exposição e problematização das estruturas que sustentam a lógica neoliberal e as dificuldades de tomar esta discussão a partir da Educação Ambiental, ao mesmo tempo em que, busca unir esforços às reflexões que já compõem o campo e que sinalizam para a insustentabilidade deste modo de produção da sociedade que está ancorado no empobrecimento e na subalternização dos grupos humanos que, são tolhidos de tomar o rumo de suas próprias vidas para atender aos interesses desta lógica de acumulação de riquezas e de imposição de prejuízos.

Os prejuízos são tantos e tão diversos que não se restringem ao acesso limitado a condições mínimas de manutenção da vida tais como: alimento e água (contaminados); saúde; educação e moradia. Trata-se da homogeneização dos grupos e de como estes devem ser (desenvolvidos). Nesse sentido, a análise sócio-antropológica que configurou este estudo, buscou, sempre que possível, evidenciar as diferenças que constituem os grupos e suas possibilidades de ser e se manifestar no mundo.

Na medida em que a análise sócio-antropológica sinaliza para a diversidade e a assimetria dos grupos envolvidos nesta controvérsia, contribui para a explicitação das relações de poder que a estruturam. E, nesse contexto destaca-se o poder (e violência) simbólico exercido através de determinadas estruturas como a linguagem; a burocracia e a tecnocracia que envolve o processo de licenciamento ambiental; o papel da

universidade e do saber acadêmico que, frequentemente, buscaram legitimar a viabilidade do Projeto Retiro.

Essas considerações tomam um significado especial, pois, abordam a dimensão conflitiva de um processo que não se materializou. Trata-se de um conflito latente que, aborda questões que antecedem a instalação do empreendimento e permitem a observação das dúvidas e dos anseios que envolvem a população local. Permite, também, a análise dos argumentos defendidos pelos empreendedores para a sua aceitação.

Através do exercício da escuta e da visão atenta para aquilo que emerge do território e dos grupos que o constituem, busquei elementos para pensar na Educação Ambiental enquanto um processo educativo, onde concorrem duas perspectivas diferentes e antagônicas: 1) o processo educativo hegemônico desenvolvido pela lógica neoliberal que, neste estudo, se configurou nas estratégias utilizadas pela RGM S.A. para afirmar sua viabilidade e, também, nos embates estabelecidos com a FLOPAL/ Ventos do Atlântico S.A.. 2) o processo educativo alternativo ao hegemônico que, se constitui através da relação estabelecida pelos grupos e pelo território.

Vale destacar que, esses processos educativos, embora antagônicos, não ocorrem de forma isolada um do outro, mas, ao contrário, estabelecem uma relação entre si e guardam características um do outro. São as “duas faces de uma mesma moeda”. Essa questão merece ser abordada, pois, seria um equívoco pensar que os grupos e os territórios não se nutrem através da lógica neoliberal, da mesma forma que, esta lógica se apropria de diversas particularidades expressas no local. Além disso, é importante lembrar que, eu, dentro da minha condição de existência e de pesquisadora, não estou apartada desse processo educativo.

Possivelmente, esta dissertação fale mais sobre mim do que a respeito das populações latino-americanas, ou, dos pescadoras/es e agricultoras/es do município de São José do Norte. Dentro desse processo educativo do qual faço parte, compreendo que, trazer a perspectiva de grupos marginalizados e/ou invisibilizados em contextos de tomada de decisão é, também, falar sobre mim que, nasci e cresci em um bairro portuário (Getúlio Vargas) na cidade de Rio Grande. Nesse bairro, assim como em tantos outros localizados nas periferias, se concentra a maior parte da classe

trabalhadora que, através de seu suor e de sua vitalidade, sustentam essa lógica exploradora e violenta.

Para os trabalhadores e trabalhadoras, assim como para seus filhos e filhas, são oferecidos empregos em forma de mão de obra barata. São escassos os acessos à educação, à saúde, ao saneamento básico e ao respeito por quem gostaríamos de ser. Abundância nas periferias é sinônimo de violência, de desmazelos e de imposição de danos. E, esta é uma consideração importante de se fazer especialmente pelo fato de que são estes lugares que, com frequência, são alvos de projetos de Educação Ambiental para a resolução negociada de conflitos (SANTOS, 2016). E dessa forma, argumento sobre a urgência e a relevância da problematização das ideias de desenvolvimento e de progresso, bem como, da lógica neoliberal que, enxergam os territórios como recursos e as populações como mão de obra.

Por fim, ou melhor, por ora, é possível afirmar que, esta dissertação manifesta o meu pertencer ao território e ao mundo onde me constituo. Esse é um grito de uma criança latino-americana e teimosa, mas tão teimosa que, ousa adentrar os espaços da pós-graduação buscando ser ouvida, argumentando que sejam considerados os diretos de decisão dos grupos de São José do Norte sobre seu presente e futuro. Essa dissertação é uma forma de dizer que eu existo e o Bairro Getúlio Vargas existe, assim como os nortenses e os demais latino-americanos existem e resistem.

6. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumara : Fundação Henrich Böll, 2004.

_____. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados** 24 (68), p. 103-119. 2010.

_____. Liberalização da economia e flexibilização das leis - o meio ambiente entre mercado e a justiça. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, Duque de Caxias, 2013.

_____; MELLO, C.; BEZERRA, G**. O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, H; LEROY, J. **Novas premissas de sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático. FASE, 1999.

ARAÚJO, F.M de B.; ALVES, E.M.; CRUZ, M.P. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. **Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia** v.1, n.1, 2009.

BACCHETA, V.L.; SEGURA. A.M. Resistencia Social al modelo extractivista en Uruguay. In: **Conflitos Ambientais e Urbanos: Debates, Lutas e Desafios**. Porto Alegre: Evangraf. p. 205-216. 2013.

BACCHETA, V.L. **Aratirí y otras aventuras: Las soberanías cuestionadas.** Uruguai: Doble Clic, 286p. 2015.

BARAÚNA, G.M.Q.; MARIN, R.E.A. O "fator participativo" nas audiências públicas das hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. In: **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental.** p. 93-126. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A. 1989.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: UNESP, 86p. 2004.

_____. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos.** p. 105-115. 2013.

BURGER, M.I.; RAMOS, R.A. **Áreas importantes para conservação na Planície Costeira do Rio Grande do Sul**. Sem data. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/cap_4_lagoa_casamento.pdf Acesso em: 23 de fev. de 2017.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

_____. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Subjetividades. FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.) **Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores** – Volume 3 Brasília: MMA/DEA, 2014.

FERREIRA, L.C. Sociologia ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil. **Revista Idéias**, Campinas, ano 8, n.2, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOLADORI, G.; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **MANA** v.10, n.2, p.323-348, 2004.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro : LTC, 323p. 2008.

GERHARDT, C. H.; ALMEIDA, J. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente e Sociedade,** v.3, n.2. 2° semestre. p.53-83. 2005.

GIANNELLA, Letícia. O Discurso Da Sustentabilidade: Contradições E Intencionalidades. **Para Onde!?**, [S.l.], v. 3, n. 1, ago. 2011. ISSN 1982-0003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/22089/12846>. Acesso em: 23 fev. 2017.

HAIMOVICI, M., CASTELLO, J.P. e VOOREN, C.M. Fisheries. Seeliger, U.; Oderbretch, C. and Castello, J.P. (Orgs.) In: **Subtropical Convergence Environments: the Coastal and Sea in the Southwestern Atlantic**. 183-196p. 1997.

HAIMOVICI, M.; VASCONCELLOS, M.; KALIKOSKI, D.C.; ABDALAH, P.; CASTELLO, J.P. HELLEMBRANDT, D. Diagnóstico da pesca no litoral do Rio Grande do Sul. In: Isaac, V.J.; Martins, A.S.; Andriguetto, J.M. (Orgs.) **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologías, aspectos socioeconômicos e institucionais.** Belém, p.157-180. 2006.

HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social.** Petrópolis, Rj: Vozes, 2009.

HERCULANO, S. Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos. **Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais**, ano I, nº 1, UFF/PGCA-Riocor, 2000.

LAYRARGUES, P.P. Para que a Educação Ambiental encontre a educação. In: LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental.** São Paulo: Cortez, p. 11-18, 2009.

LAYRARGUES, P.P. para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica.**revista contemporânea de educação**, 2012.

LEHER, R. Hegemonia e Contra-Hegemonia e a Problemática Socioambiental. *In:* FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.) **Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores** – Volume 3 Brasília: MMA/DEA, 2014.

LEITE LOPES, J.S. **A ambientalição dos conflitos sociais: Participação e controle público da poluição industrial.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LISBOA, M. Em nome do desenvolvimento: Um fundamento pouco sólido para a resolução dos conflitos. In: **Formas de matar, morrer e resistir: limites da resolução negociada de conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 395p. 2014.

LITTLE, P.E. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103. 2006.

LOPES, R.C.; PINHEIRO, S.L.; ADOMILLI, G.K. Aratiri y otras aventuras: las soberanias cuestionadas. Resenha **Ambiente e Educação:** p.123-127. 2015.

LOPO, R. Trabalhadores da indústria Naval: etnografia sobre conflito, ambientalização, e desenvolvimento. Tese de doutorado. 309p. 2016.

LOUREIRO, C.F. **Trajetórias e fundamentos da Educação ambiental.** 3ª edição. 150p. 2009.

LOUREIRO, C. F. LAYRARGUES, P. P. Educação Ambiental Crítica e Movimento De Justiça Ambiental: Perspectivas De Aliança Contra-Hegemônica Na Construção De Uma Alternativa Societária. In: **Conflitos Ambientais e Urbanos Debates, Lutas e Desafios**. Rio Grande, p.217-244. 2013.

MACHADO, C. R.S.; SANTOS, C.F.; ARAÚJO, C.F.; PASSOS, W.V.**. Conflitos ambientais e urbanos: debates, lutas e desafios.** Rio Grande, 280p. 2013.

MACHADO, C. R.S.; SANTOS, C.F.; MASCARELLO, M. A. **Conflitos ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil.** Porto Alegre, 216p. 2015.

MACHADO, C.R.S.; CALLONI, H. ADOMILLI, G.K. Olhares, Pensares e Fazeres Sobre e na Educação Ambiental: Reflexões Sobre/Desde os Fundamentos ao Campo Atual Brasileiro. **Ambiente e Educação.** p. 3-25, 2016.

MAGNANI, J. G. C. A etnografia como prática e experiência. In: **Revista Horizontes Antropológicos**, ano 15, n. 32. Porto Alegre, p.129-156. 2009.

MANSUR, M.S. Peru: agricultura x mineração. In: Julianna Malerba (org.) **Diferentes formas de dizer não:** Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. Rio de Janeiro: FASE, p.65-92. 2014.

MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. In: Annual Review of Anthropology, Palo Alto, California, v. 24, p. 95-117. 1995.

MARTINS, J.S. **Uma Sociologia Da Vida Cotidiana.** São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MILLS, W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MÖLLER, O; FERNANDES, E. Hidrologia e hidrodinâmica. In: Seeliger& Odebrecht. (Orgs.). **O Estuário da Lagoa dos Patos: Um século de transformações.** Rio Grande: FURG, p.17-30. 2010.

OCMAL. **Conflictos Mineros en América Latina: Extracción, Saqueo y Agresión: Estado de situación en 2014**. 2014. Disponível em: http://www.conflictosmineros.net/agregar-documento/publicaciones-ocmal/conflictos-mineros-en-america-latina-extraccion-saqueo-y-agresion-estado-de-situacion-en-2014/detail Acesso em: 23 de fev. de 2017.

OLIVEIRA, L. O sentido do lugar. In: Marandola Jr. E.; Holzer, W. Oliveira l. **Qual o espaço do lugar?:** geografia, epistemologia, fenomenologia. p. 13-16. São Paulo: perspectiva, 2014.

OLIVEIRA, R.C. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo:UNESP, 220p. 2000.

PEIRANO, E. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 180p. 1995.

PEÑAFIEL, A.P.P. **Desenhos, Relações e Desenvolvimento: Conflitos em Torno da Mineração na Região Andina de Cajamarca, Peru.** Tese de doutorado, 231p. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/149329 Acesso em: 23 de fev. de 2017.

PUCCINELI, V. Educação Ambiental e o Participativismo Autoritário da Preservação: o Caso da Estação Ecológica do Taim e a Ecologização dos Moradores da Vila da Capilha. Dissertação de mestrado. 133p.

QUINTERO, P. **Antropología Del Desarrollo:** perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Kula Ediciones, 2015.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social.** São Paulo: Cortez, 1997.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

REIS, E.G. e D'INCAO, F. The present status of artisanal fisheries of extreme Southern Brazil: an effort towards community-based management. **Ocean Coastal Management**. 43: p. 585-595. 2000.

REIS, E.G.; RODRIGUES, H. **Role of the Forum of Patos Lagoon in the Management of Artisanal Fisheries in the Extreme South of Brazil**. American Fisheries Society Symposium 38:695–701, 2003.

SÁ, L.M. PERTENCIMENTO. **Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores** – Volume 3 Brasília: MMA/DEA, 2005.

SÁNCHEZ-ALBAVERA, F; LARDÉ, J. Minería y competitividad Internacional en América Latina. In: **Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL (División de Recursos Naturales e Infraestructura).** ISantiago de Chile,

2006. Disponível em: <http://www.cimu.org.uy/wp-content/uploads/3-lcl2532e.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2016

SANTOS, C.F.; MACHADO, C.R.S. Extremo Sul do Brasil - uma grande "zona de sacrifício" ou "paraíso de poluição". In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano; ARAÚJO, Claudionor F.; PASSOS, Wagner V. (Orgs). **Conflitos Ambientais e Urbanos: debates, lutas e desafios**. p. 181-204. Porto Alegre: Evangraf, 2013..

SANTOS, C.F. **O porto e a desigualdade ambiental em Rio Grande (RS/Brasil): a educação ambiental na gestão "empresarial dos riscos sociais" e "social do território".** Tese de doutorado. 257p. 2016. Disponível em: https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000011302.pdf. Acesso em: 23 de fev. de 2017.

SANTOS, C.F. *et al.* São José do Norte (RS/Brasil): Meio Ambiente como Mercadoria**. Geografares.** p. 82-94. 2016.

SANTOS, M. O retorno do territorio. in: OSAL **: Observatorio Social de América Latina**. Buenos Aires : CLACSO, 2005.

SILVA, H. R. S. **A situação etnográfica: andar e ver**. In: Revista Horizontes Antropológicos, ano 15, n. 32. Porto Alegre, p.171-188. 2009.

SCHMIDT, E. B. *et al.* **Projeto Pedagógico do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental.** Rio Grande, FURG, 2010.

SCOTTO, G. La Montaña sigue em pie gracias a su gente. In: Julianna Malerba (org.) **Diferentes formas de dizer não:** Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. Rio de Janeiro: FASE, p.29-52. 2014.

STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. M. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. **Mana**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 1, p. 163-183, 2014.

SWYNGEDOUW, E. ¡La naturaleza no existe! La sostenibilidad como síntoma de una planificación despolitizada. **Urban**, v. 1, p. 41-66, 2011.

SVAMPA, M. **Pensar el desarrollo desde América Latina.** 2011. Disponível em: **http://www.maristellasvampa.net/archivos/ensayo56.pdf**

SVAMPA, M. «Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina**. Nueva Sociedad** Nº 244, 2013.

TAGLIANI, C.R. **A mineração na porção média da Planície costeira do Rio Grande do Sul: estratégia para a gestão sob um enfoque de gerenciamento costeiro.** Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

TAKS, J. Los desafios de La antropología para la comprensión de los conflictos sócio-ambientales en sudamérica. In: **Conflitos Ambientais e Urbanos Debates, Lutas e Desafios**. Rio Grande, p. 21-40. 2013.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP,** Rio de Janeiro, 2006.

VARGAS, G. M. Território. *In:* FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.) **Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores** – Volume 3 Brasília: MMA/DEA, 2014.

VASCONCELLOS, M; KALIKOSKI, D.C; HAIMOVICI, M; ABDALLAH, P. Capacidad excesiva Del esfuerzo pesquero en el sistema estuarino-costeiro del sur del Brazil: efectos y perspectivas para su gestion. In: Aguero (org.) **Capacidad de pesca y manejo pesquero en America Latina y el Caribe.** Roma: FAO, v. 461. P. 275-308. 2005.

VÉLEZ- TORRES, I. Dimensiones del extractivismo minero en Colombia: Análisis de las racionalidades de gobierno durante la última década. Bogotá. **Análisis Político**, v. 82, n. 27, 2014, p.305-314. Disponível em: <http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/49283/50327>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

VIEIRA, J.P.; GARCIA, A.M.; MORAES, L.A assembléia de peixes. In: Seeliger e Odebrecht. (Orgs.). **O Estuário da Lagoa dos Patos: Um século de transformações.** Rio Grande:FURG, p. 79-90. 2010.

WACQUANT, L. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 26, p. 13-29. 2006.

ZHOURI, A. Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e *Accountability*: Desafios para a governança ambiental. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 23 nº 68. 2008.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais in Andréa Zhouri, Klemens Laschefski e Doralice Pereira (orgs.), **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**, Belo Horizonte:Autêntica, 2005.

ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: Zhouri e Laschefski (orgs). **Desenvolvimento e Conflito Ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG. p.11-31. 2010.

ZHOURI, A. OLIVEIRA, R Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. .Zhouri e Laschefski (orgs). **Desenvolvimento e Conflito Ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG. p.439-462. 2010.

ZHOURI, A. e VALENCIO, N. **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

7. ANEXOS

Anexo 1. nota de repúdio do grupo de Agroecologia ECONORTE em relação ao Projeto Retiro.

Nota do Grupo de Agroecologia ECONORTE em relação ao projeto de mineração para são José do Norte.

Nós do Grupo de Agroecologia ECONORTE viemos através deste manifestar nossa posição contraria ao projeto de mineração denominado Projeto Retiro por entendermos que qualquer projeto de exploração de recursos não renováveis é prejudicial não só a Natureza como também as comunidades, frágeis a qualquer interferência que resulte em impactos negativos.

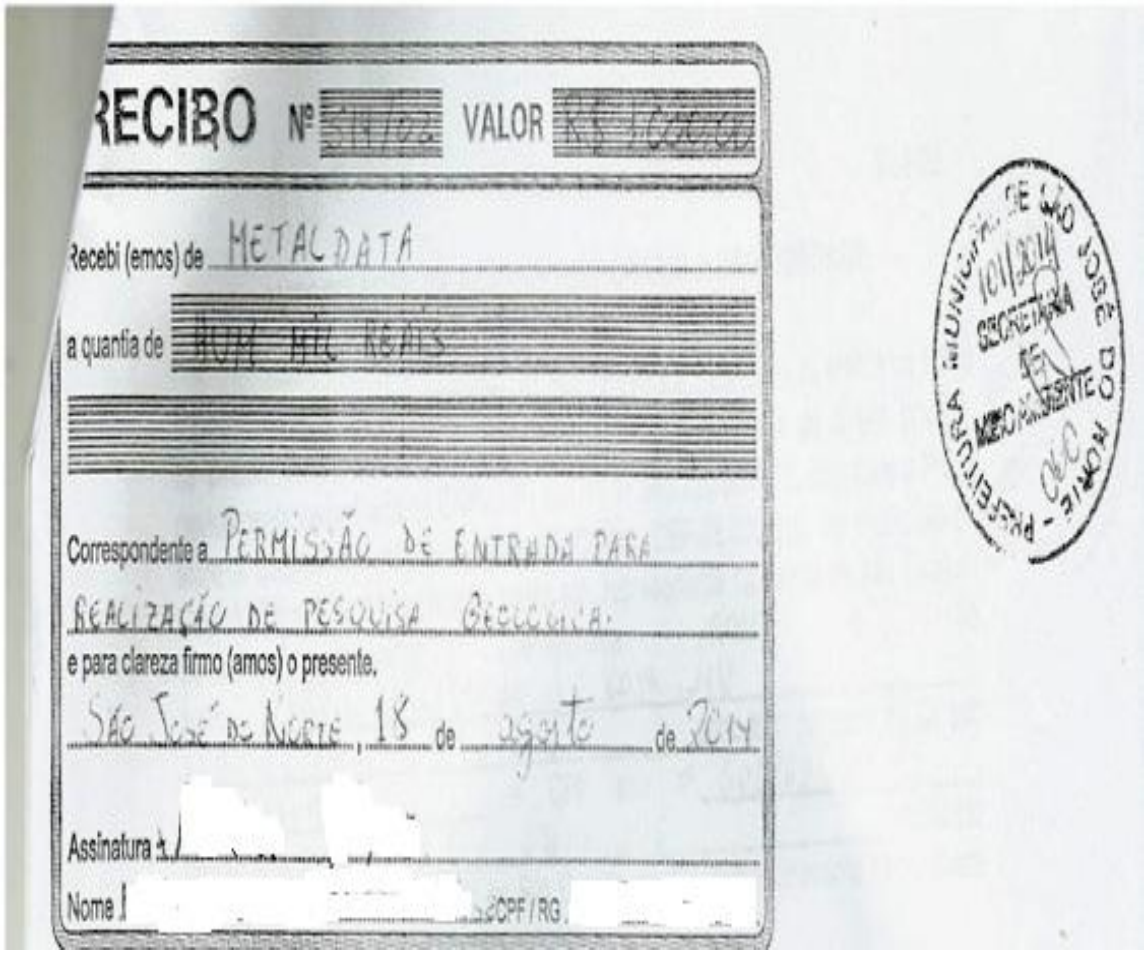
Já sofremos processo de desaculturação consequente aos impactos das monoculturas de pinus assim como poucos estímulos, investimentos e valorização as culturas diversificadas e orgânicas, auto-sustentáveis por excelência, peculiar ao modelo de agricultura familiar, resultando assim um franco processo êxodo rural nas últimas décadas. **Precisamos recuperar nosso território e não degradá-lo ainda mais.** Pois primeiro permite-se a degradação do território para depois entrega-lo para empreendimentos de procedência escusa.

Apesar dos impactos pouco avaliados e escamoteados por seus conhecedores, acreditamos que tais empreendimentos potencializam o esvaziamento dos campos, e por assim dizer, defendemos a ideia de que não devemos permitir que sejam feitos rasgos no sentido geográfico, biológico e cultural no nosso município haja visto que em crises mundiais os municípios que produzem alimentos são os que menos sentem. Aceitar tais empreendimentos seria, para nós, decretar a nossa extinção. **Não acreditamos neste tipo de "progresso".**

Nós da Agroecologia acreditamos que **Progresso Sustentável** somente pode se dar com saúde nas mesas e nos campos principal fonte de desenvolvimento social.

Márcia Helena Silveira da Silveira
Nerima Santos da Silveira
Ana Maria Bulle Liperte
Cléberson Milcos
Elisete dos Santos Amorim
Samuel Scott Hood dos Santos
Amorim

Anexo 2. Recibo de pagamento da empresa RGM mineração S.A. para moradores da localidade do Retiro.



RECIBO Nº [illegible] VALOR R$ [illegible]

Recebi (emos) de METALDATA

a quantia de HUM MIL REAIS

Correspondente a PERMISSÃO DE ENTRADA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA GEOLOGICA.

e para clareza firmo (amos) o presente.

SÃO JOSÉ DO NORTE, 18 de agosto de 2014

Assinatura: [illegible]

Nome: [illegible] CPF / RG. [illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE - RS
10/08/14
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Anexo 3. Contrato de autorização para acesso à propriedades particulares pela RGM S.A.

AUT 64

S14/02

AUTORIZAÇÃO DE ACESSO TEMPORÁRIO À PROPRIEDADE.

Pelo presente instrumento particular, na melhor forma e para todos os efeitos de fato e de direito, de um lado **Rio Grande Mineração S.A.**, empresa de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ(MF) sob nº. 07.840.220/0001-72, com sede a Praça Moreira Cabral, 70 – Conj. 04, Sala 20, Centro, CEP-78.020-010, no município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, neste ato, representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada **RGM**, e, de outro, Maria Margarida da Rosa Vieira, BRASILEIRA, J. Jva, agricultor, portador do RI sob nº. 301877996 e CPF sob nº. 601263450-1, residente e domiciliado na Gen. Osório, 246, município de São José do Norte, estado do Rio Grande do Sul, parte doravante denominada **ACORDANTE**, têm entre si justo e acordado:

1. A **ACORDANTE** é superficiário do imóvel rural denominado Margaridas com aproximadamente 200 hectares, localizado no município de São José do Norte, estado do Rio Grande do Sul.

2. A **RGM** declara neste ato ser legítima detentora dos direitos minerários afeitos ao imóvel conforme ato do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia (DNPM),

3. A **RGM** declara que, de acordo com legislação vigente, não se faz necessário uso de instrumento de licenciamento ambiental para a finalidade de pesquisa mineral, desde já autorizada pelos órgãos competentes.

4. A **ACORDANTE** permite e garante livre acesso ao imóvel pelo período de 30 dias e autoriza a **RGM**, por si ou por terceiros por ela contratados, a partir desta data, a executar enquanto forem válidos os direitos minerários, os trabalhos de pesquisa e exploração mineral e outros que se façam necessários conforme Plano de Pesquisa aprovado pelo DNPM.

5. As **PARTES** pactuam o pagamento do valor de R$ 1.000,00 (mil Reais) por propriedade de sondagem a título de renda pela ocupação da área.

5.1 - O pagamento a título de renda e indenização pela ocupação da área que trata a Cláusula 5 somente será devido se efetivamente ocorrer e enquanto perdurar a ocupação do imóvel para realização dos furos de sondagem e, se for o caso, outras atividades de levantamento e mapeamento geológico previstas no Plano de Pesquisa.

6. Em contrapartida, a **RGM** assume perante a **ACORDANTE**, os compromissos seguintes:

a) De cercar as obras enquanto tiverem que permanecer abertos poços exploratórios ou trincheiras, se for o caso;

b) De não proceder à pesquisa nas imediações de casas residenciais;

c) De, ao desocupar o imóvel, colocar todo material eventualmente removido no local.

d) Plantios ativos de hortaliças danificados pelas atividades de sondagem serão ressarcidos mediante pagamento de três reais por metro quadrado de acordo com o preço sugerido pelo mercado.

e) Os pinus que venham a ser removidos para permitir as atividades de sondagem serão ressarcidos de acordo com o valor de mercado, conforme denominação abaixo:

- R$5,00 por pinus pequeno (de 1,5m até 5m);
- R$15,00 por pinus médio (de 5m ate 10m);
- R$30,00 por pinus maiores que 10m.

***Medições serão feitas após corte.**

7. Termos e condições da possível ocupação do terreno em eventual fase de lavra serão acordados por meio de outro instrumento contratual entre as partes, tão logo seja necessário e possível.

8. A RGM fica responsável, com exclusividade, por quaisquer atos que seus empregados ou prepostos venham a praticar e que causem danos a terceiros, à propriedade e ao meio ambiente, flora, fauna, etc.

9. Elegem as Partes para dirimir todas e quaisquer dúvidas e litígios oriundos do presente acordo, o Foro da Comarca de Porto Alegre.

E, por estarem certas e ajustadas, as partes firmam o presente para todos os fins e efeitos legais, em duas vias, de igual teor, em conjunto com duas testemunhas, que a tudo assistiram na forma da Lei.

São José do Norte, RS, 18 de agosto de 2014.

RGM

ACORDANTE

Anexo 4. Parecer técnico elaborado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São José do Norte.

Prefeitura Municipal de São José do Norte - RS
Secretaria Municipal do Meio Ambiente

PARECER TÉCNICO Nº 008/2015

Com base no memorando Nº. 2324/2014 de 29/12/2014 do GP e no OF 02001.012697/2014 DILIC/IBAMA, solicitando manisfestação Ténica - Projeto Retiro, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São José do Norte vem através deste elencar algumas preocupações e questionamentos referentes ao projeto de exploração de minério a ser desenvolvido pela empresa Rio Grande Mineração - RGM:

1. Não foram identificados no EIA-RIMA estudos que comprovem que os minérios a serem extraídos, bem como, os produtos gerados durante o beneficiamento não contém radioatividade e, de que modo e com que frequência será realizado o monitoramento e análise das emissões radiotivas durante todo o processo de exploração.

2. Não está claro como será realizada a recomposição e manejo da estrutura do solo, por quanto tempo esse solo será monitorado após as atividades e como será reconstituída a topografia do terreno, tendo em vista a ocorrência de dunas e áreas alagadas na área a ser lavrada. Além disso, questionamos a adição de fertilizantes para melhoria do solo, considerando que os mesmos serão depositados em larga escala, isso devido a extensão da área de exploração, os fertilizantes poderão se infiltrar no solo e alcançar o lençol freático ou serem lixiviados e atingir os corpos d'água adjacentes causando eutrofização. Também indagamos de que forma a retirada do minério irá afetar a recomposição do perfil do solo e subsolo que serão revolvidos no processo, atentando que este material é um recurso não renovável e estabilizado, salientando que um solo estável é inportante para a manutenção da qualidade dos recursos hídricos. Considerando que o solo ficará susceptível a processos erosivos, tais como assoreamento, desertificação, dispersão eólica, haverá a necessidade de manejos especiais contínuos.

3. Em relação aos recursos hídricos, como será efetuado o monitoramento da

Rua XV de Novembro, 164 - Centro - CEP 96225-000 - São José do Norte - RS
smma@saojosedonorte.rs.gov.br / www.saojosedonorte.rs.gov.br
Fone: (53) 3238.1750 | (53) 9937.6971

qualidade das águas subterrâneas e a gestão adequada das águas residuais durante o processo de mineração? Tratando-se da variabilidade do nível do lençol freático e da cunha salina, o que envolve fatores físicos e climáticos, quais garantias serão apresentadas de que não irá ocorrer alterações nessa dinâmica e nem homogenização de águas de diferentes características (doce e salgada), pois há relatos da presença de bolsões salinos em diferentes profundidades do solo. Como mencionado anteriormente, já existem riscos decorrentes da perfuração pela profundidade de lavra prevista no projeto, deste modo, há dúvidas de como mitigar os impactos e amenizar os riscos, também há incertezas de como o órgão fiscalizador irá controlar e garantir que a profundidade da perfuração não seja superior ao previsto no EIA-RIMA, e que métodos serão utilizados para garantir os procedimentos previstos. Ainda, considerando o exposto pela empresa RGM na audiência pública do dia 04.12.2014 em São José do Norte, provavelmente pelo déficit de volume extraído ao longo dos vinte anos de lavra resultará uma piscina com cerca de oito metros de profundidade interligada ao banhado do Estreito, o que não foi mencionado no EIA-RIMA. Analisando a profundidade do lençol freático, do banhado e da piscina conectada a estes, entendemos que a condição tornaria o lençol freático exposto e suceptível a contaminações, além de poder proporcionar a diminuição da matéria orgânica e o escoamento das águas do referido banhado.

4. Em relação à vegetação nativa arbórea e arbustiva presentes na área a ser minerada, é necessário o transplante e monitoramento das espécies imunes ao corte, tais como figueiras e corticeiras, o que não é mencionado no EIA-RIMA. Também não está claro se haverá reconstituição da fisionomia da vegetação nativa suprimida. Já em relação à fauna silvestre, se faz necessário a utilização de armadilhas de captura e posterior realocação de indivíduos, resgatando um número considerável de exemplares de cada espécie, tendo em vista que a técnica de afugentamento da fauna citada no EIA-RIMA não contempla os hábitos de muitas espécies existentes na área, algumas delas endêmicas, e/ou vulneráveis. Resta salientar ainda, a

preocupação desse órgão com a existência de ambientes prioritários à conservação na área adjacente ao empreendimento.

5. Cabe salientar que todo recurso investido em pesquisas, estudos de monitoramento e recuperação, e ações de preservação e controle ambiental deverão ser de responsabilidade do empreendedor, assim como, a manutenção das estradas vicinais e logradouros públicos, tendo em vista o tráfego de veículos pesados oriundos do empreendimento e inclusive qualquer dano que por ventura venha ocorrer sobre bens móveis e imóveis.

6. As decisões em relação as compensações, medidas mitigatórias e destinação de verbas para projetos ambientais, para subsidiar as unidades de conservação já existentes e implementação do Sistema Municipal de Unidades de Conservação devem ser tomadas em conjunto com o Município.

Sendo este nosso parecer,

São José do Norte, 25 de fevereiro de 2015.

Waldir Jorge da Silva Gattass
Engenheiro Civil

Rosa Maria Domingues Moraes
Engenheira Agrônoma

Caroline de Azevedo Gibbon
Bióloga

Flávia das Neves Martins
Téc. de Controle Ambiental e Urbanístico

Luiz Bravo Gautério
Téc. de Controle Ambiental e Urbanístico

João Carlos Gautério
Téc. em Controle Sanitário

De acordo

Paulo Roberto da Silva Costa
Secretário da SMMA

Anexo 5. Parecer elaborado pela EMATER referente ao Projeto Retiro.

São José do Norte, 24 de Fevereiro de 2015

Ao Senhor Presidente do Conselho:

Em resposta ao oficio do COMADES que nos solicitou um parecer técnico dos efeitos da mineração na área agrícola do município, declaramos que esta é uma atividade nova para os técnicos da Emater e estes não tem informações suficientes para emitir um parecer com segurança dos impactos da mineração nas atividades agropecuárias, embora avalie que o empreendimento é de grande impacto ambiental, social e da produção agropecuária e que requer aprofundado estudo e avaliação.

Assim que tivermos maiores informações técnicas sobre o empreendimento nos colocaremos a disposição para discutir sobre o assunto.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente

Sandra Fulber

Sandra Fulber
ERNMI – Social
Chefe de Escritório
ASCAR/EMATER-RS

Chefe do Esc. Municipal da EMATER/ASCAR

Luciano da Silva Ossanes

Engenheiro Agrônomo

Luciano da Silva Ossanes
Engº Agrônomo
CREA nº RS 087368
CPF nº 599 076 900-82

Anexo 6. Manifesto do IPAC a favor do empreendimento minerário.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Ao Ilmo. Sr. Secretario

Secretaria do Meio Ambiente de São José do Norte/RS.

Oficio Nº: 0023

Vimos por meio deste, juntar ata de aprovação e/ou de moção a favor da instalação da mineradora Rio Grande conforme documento em anexo.

São José do Norte/ RS – 25/02/2015

Secretario do I.P.A.C.

José Carlos Corrêa

Instituto Preservação I.P.A.C. Ambiental Cultural

O I.P.A.C. – INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL, Organização não governamental, sem fins lucrativos, comprometidos com a preservação ambiental, de resgate cultural e de caráter comunitário. Cof. Dec.de Utilidade Pública n. 252/01 – CNPJ N. ..04.708.536/0001-17,EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DATADA DE 20/02/2015, MEMBROS DO IPAC REUNIDOS PARA TRATAR ASSUNTO REFERENTE A INSTALAÇÃO DA MINERADORA DE SJN/RS , FOI EXPOSTO PELO SECRETÁRIO QUE A PREFEITURA DE SJN FORMULOU PEDIDO DE PARECER POSITIVO OU NEGATIVO DA PROVAVEL INSTALAÇÃO DA MINERADORA RG NAQUELE MUNICÍPIO.POR UNANIMIDADE OS MEMBROS DO IPAC ***APROVARAM MOÇÃO A FAVOR DA SUSTENTABILIDADE DO EMPREENDIMENTO***, OU SEJA, A FAVOR DA INSTALAÇÃO DA MINERADORA.O SR. PIERRE FERNANDES RESSALTOU QUE A MINERADORA VEM EM BOA HORA PARA OS MUNICIPES DE SJN. FRISANDO QUE O EMPREENDIMENTO DEVERÁ SER BEM FISCALIZADO. O SR. GLADIOMAR RESSALTOU QUE COM A OPERAÇÃO LAVA A JATO, EM TORNO DE 15 MIL HOMENS E MULHERES JÁ PERDERAM O EMPREGO NAS CIDADES DE SJN E RIO GRANDE. O SR. MARCO FALOU QUE O IARIMA TEM QUE SER BEM ACOMPANHADO E CHECADO PARA QUE TUDO QUE ESTA ALI ANUNCIADO SEJA CUMPRIDO, INCLUSIVE AS MEDIDAS MEDIGATORIAS. O SECRETÁRIO JOSÉ RESSALTOU A TODOS QUE O INSTITUTO JÁ FOI FAVORAVEL AO EMPREENDIMENTO EM AMBAS AUDIENCIAS PUBLICAS REALIZADAS. É IMPORTATE SALIENTAR QUE UMA EQUIPE DO IPAC COMPOSTA PELO SR. PEREIRA E SRA. CARLA E SR. MANOEL JÁ ESTIVERAM EM CONTATO COM MORADORES DA BARRA DO ESTREITO E QUE ESTES GOSTARIAM DE TER MAIS ESCLARECIMENTOS A RESPEITO DO EMPREENDIMENTO. O PESSOAL DESSA REGIAO SE MANIFESTOU COBRANDO CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA SEUS FILHOS, POIS OS MESMOS TEM INTERESSE EM TRABALHAR NA MINERADORA. OU SEJA, OS MORADORES QUEREM QUE SEJAM APROVEITADOS TODO O PESSOAL LOCAL. ENCERRADA A REUNIÃO VAI POR MIM SECRETÁRIO ASSINADO.

Instituto Preservação I.P.A.C. Ambiental Cultural

WWW. IPACAMB.COM.BR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE RS SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Anexo 7. Manifesto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Norte em relação ao empreendimento minerário.

Ao

Ilmo. Sr. Coordenador do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA.

Brasília – DF.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
DOCUMENTO REQ
Nº 02023.003717/2014-84
DATA 19/12/2014

SINDICATO DOS TRABALHADOERES RURAIS DE SÃO JOSÉ DO NORTE – RS. localizada na Rua Silva Jardim nº 84. Centro da cidade de São José do Norte – RS. CEP 96.225-000, pelo presidente Sr. CHARLES AMARAL DA SILVEIRA, RG CPF 960.195.220-91, RG- 9069164599 SSP/RS. vem mui respeitosamente a presença de V.Sa. expor e ao final requerer o que segue.

Foi realizada Audiência Pública em São José do Norte – RS. no dia 04.12.2014, quando foi apresentado e exposto aos interessados o conteúdo do EIA/RIMA do Projeto Retiro, de responsabilidade da empresa RGM-Rio Grande Mineração S.A.

Foram protocolados questionamentos a fim de serem respondidos na Audiência Pública, o que não aconteceu.

Ante ao exposto, requer sejam respondidos os questionamentos em anexo, por escrito e remetido para o seguinte endereço: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO JOSÉ DO NORTE – RS. A/C do presidente CHARLES AMARAL DA SILVEIRA, brasileiro, casado, agricultor, RG- 9069164599 SSP/RS, CPF- 960.195.220-91, na **RUA SILVA JARDIM nº84, centro da cidade de São José do Norte – RS. CEP 96.225-000.**

São José do Norte, 16 de dezembro de 2014.

Charles Amaral da Silveira

STTRSJN
Charles Amaral da Silveira
PRESIDENTE

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO JOSÉ DO NORTE
RUA DR. SILVA JARDIM, 84 Fone-Fax: (0 XX 53) 3238 1126
e-mail: strurais.rs@brturbo.com.br
Reconhecido pelo MTPS Sob. O n. 11571164, em 30 de novembro de 1965 – CNPJ 96.681.1.408/0001-45
Fundado em 12 de março de 1964

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
DOCUMENTO RECEBIDO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA
DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO: Projeto Retiro
LOCAL: São José do Norte
DATA: 04/12/2014
ASSINATURA:

São José do Norte, 1° dezembro de 2014

Ilmo. Sr.
Técnico Ambiental JÔNATAS TRINDADE
DD. Coordenador de Mineração e Infraestrutura
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA
Brasília - DF

Senhor Coordenador:

O **Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de São José do Norte**, por seu Presidente, vem manifestar a Vossa Senhoria algumas preocupações na Audiência Pública que acontece nesta cidade para apresentação e discussão do Projeto Retiro desenvolvido pela empresa Rio Grande Mineração - RGM, diante do escasso conhecimento sobre o tema, mas na qualidade de representante de um seguimento relevante e produtivo, dirige tais questionamentos:

- Não está claro pela apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e seu relatório, de modo bem específico, as dimensões da lavra mineira levando em conta a área titulada pela empresa FINESA;
- Não está compreendido como o IBAMA está processando o pedido de licença ambiental de alguém que se diz empreendedor, mas não é o mesmo que detém, perante o Ministério de Minas e Energia a titularidade da área como é declarado do próprio Relatório de Impacto Ambiental, constando ser da empresa FINESA;
- No projeto apresentado e com base nas imagens, não está explicado como serão mantidas as laterais da cava de mineração, diante da evidência que a área é arenosa;
- Não se percebe no projeto e apresentação como acontecerá a alegada recomposição do solo e seu relevo, porque não aparece em um projeto de execução como é feita a contenção da parte posterior da lavra já minerada, haja vista que o local de mineração é uma espécie de um lago, e se a recomposição é imediata, torna-se incompreensível como será depositado o material na própria área minerada;
- Não foram identificados ensaios de solo que permitam estabelecer a correspondência entre a intervenção da mineração na área local, em São José do Norte, sua reconstituição nas mesmas condições;

- Pela apresentação que já se assistiu do projeto, o tempo de atividade mineraria é de 20 anos, devendo ser explicado como acontecerá a mineração em duas frentes;
- As atividades de mineração deverão demandar ruídos os quais repercurtirão diretamente na produção animal, portanto deve ser esclarecido o tempo de lavra diária e o avanço da mesma lavra por dia;
- Seguem incertos os critérios para fins de indenização dos proprietários das áreas onde poderão ocorrer as atividades, e incertos critérios também quanto aos arrendatários das áreas.

O Sindicato Rural tem a preocupação que haja bastante clareza nas informações a serem prestadas, diante das dúvidas e incertezas quanto à proteção do ambiente, porque os produtores rurais retiram do solo, seja pela atividade agrícola, seja pela atividade de silvicultura e atividade de pastoril, porém estas questões ainda permanecem incertas.

Sabe-se que os impactos são irreversíveis, diante da exploração de recurso natural não renovável, e por isso, deve ser suficientemente informadas e demonstradas as medidas correspondentes à recomposição do solo, permitindo que, uma vez passada a atividade, possa ser retomada a atividade originária e vocacional das áreas.

As dúvidas, questionamentos e preocupações são pautadas diante da relevância que as atividades agrossilvipastoris constituem importantes instrumentos à fixação do homem no campo.

Limitado ao exposto, e certo de sua atenção subscrevemos.

Presidente.

STTRSJN
Charles Amaral da Silveira
PRESIDENTE

Anexo 8. Manifesto da colônia de pescadores Z-2, Almirante Tamandaré em relação ao empreendimento minerário.

Ao

Ilmo. Sr. Coordenador do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA

Brasília – D.F.

MPA/IPA/AMAISUPES/RS
DOCUMENTO: REQ
Nº 00023.003716/2014-30
DATA: 19 / 12 / 2014

COLONIA DE PESCADORES Z-2, ALMIRANTE TAMANDARÉ, localizada na Rua General Osório, centro desta cidade de São José do Norte – RS. por seu presidente Sr. IRANDI DA SILVEIRA RODRIGUES, RG- 8029197161 SSP/RS, CPF- 314.961.130-04, residente na localidade de São Caetano, 2º distrito de São José do Norte – RS. vem mui respeitosamente à presença de V.Sa. expor e ao final requerer o que segue:

Foi realizada Audiência Pública em São José do Norte- RS, no dia 04.12.2014, a partir das 19:00 horas, quando foi apresentado e exposto aos interessados o conteúdo do EIA/RIMA do PROJETO RETIRO, de responsabilidade da Empresa RGM- Rio Grande Mineração S.A.

Desta audiência participaram vários pescadores, inclusive fazendo uso da palavra para fazer questionamentos.

Ao que fui informado pelos mesmos, que saíram com várias preocupações e dúvidas quanto ao projeto.

Assim, tomamos a liberdade, em nome da classe dos pescadores, a fazer o questionamento em anexo.

Ante ao exposto requer, que seja enviado as respostas do referido questionamento por escrito para nosso endereço, assim podemos informar e tranquilizar, ou não, os pescadores de São José do Norte – RS.

N. Termos,

P. Deferimento,

São José do Norte- RS. 16 de dezembro de 2014.

Irandi da Silveira Rodrigues

Presidente

o. Sr. Coordenador do Instituo Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA

Brasileira – DF.

COLONIA DE PESCADORES Z-2, ALMIRANTE TAMANDARÉ, aqui representada pela chefe de escritório ANA CLAUDIA GAUTÉRIO COSTA, vem mui respeitosamente a presença de V.sa. para informar o endereço, onde deverão serem enviadas as respostas do questionamento anexo. **RUA GENERAL OSORIO nº 96, centro da cidade de São José do Norte – RS CEP 96.225-000.**

N. Termos,

P. Deferimento,

São José do Norte 16 de dezembro de 2014.

Ana Claudia Gauterio Costa

Chefe de Escritorio

Ana Claudia Costa
Func. Colonia Z-2

São José do Norte, 04 dezembro de 2014.

Ilmo Sr.

Representante do IBAMA na Coordenação dos Trabalhos

Audiência Pública para discussão do EIA-RIMA Projeto RETIRO

Clube Recreativo Socatres

São José do Norte-RS

Senhor Coordenador:

Na oportunidade que cumprimentamos Vossa Senhoria a Presidência da COLÔNIA DE PESCADORES Z-2, ALMIRANTE TAMANDARÉ, pelo seu presidente Sr. IRANDI DA SILVEIRA RODRIGUES, RG- 8029197161 SSP/RS, CPF- 314.961.130-04, residente na localidade de São Caetano, 2º distrito de São José do Norte – RS. , podendo participar da Audiência Pública onde foi apresentado o PROJETO DE MINERAÇÃO DO RETIRO elaborado pela RGM - Rio Grande Mineração SA, apresentamos algumas preocupações e formulados alguns questionamentos.

As preocupações decorrem da condição que os Pescadores constituem comunidade tradicional em São José do Norte e não foram consultados sobre o interesse na implantação desta atividade mineraria no município de São José do Norte.

A atividade pesqueira é sazonal e diretamente influenciada pelas condições climáticas, entrada da língua salina na Lagoa dos Patos proporcionando a captura do camarão, atividade pesqueira de interior e mesmo as atividades de pesca no mar.

Não observamos no Estudo de Impacto Ambiental apresentado espaço específico que tratasse da comunidade de pescadores que, bem ou mal, serão atingidos direta ou indiretamente pelas atividades.

Já foi dito pelo representante da mineradora que a mesma ingressou com pedido de autorização junto ao órgão competente pedindo autorização de pesquisa ou lavra da área de dunas frontais e em mar (que se diz off-shore) o que irá repercutir mais diretamente na atividade pesqueira da região.

Cabe esclarecer qual a área de dunas e em qual faixa do mar que a RGM pretende obter tais autorizações.

Como serão tratadas ambientalmente as 'barras' existente do continente para o mar na área de atividade da mineração.

Não há bem definido como serão descartadas as águas da lagoa onde ficará a draga, e nem quais são os cuidados com os combustíveis utilizados na Draga e seu sistema de lubrificação, podendo haver contaminação da água da lagoa da Draga.

A comunidade de pescadores é a mais vulnerável do Município Nortense tanto que, por imposição legal, durante o período defeso, os membros são remunerados programa social, e isto deverá ser levado em consideração pela empresa como forma de promover a inclusão social dos pescadores nortenses.

Os bens socioambientais compreendem não apenas aqueles essenciais à manutenção da vida, em todas as suas formas, como também aqueles bens que são fruto da intervenção humana. Assim, o bem socioambiental se revela justamente pela proteção de dois valores em um único bem jurídico: a biodiversidade e a sociodiversidade.

Certo de sua atenção subscrevemos.

Atenciosamente.

Irandi da Silveira Rodrigues

RG- 8029197161SSP/RS.

CPF- 314.961.130-04

Anexo 9. Manifesto do grupo Ventos do Atlântico S.A. em relação ao empreendimento minerário.

MMA/IBAMA/SUPES/RS
DOCUMENTO: SOL
Nº 02023.003719/2014-73
DATA: 19/12/2014

São José do Norte, RS, 5 de dezembro de 2014

Ao.
Ilmo. Sr. Jônatas Trindade
Coordenador de Mineração e Infraestrutura
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recuros Naturais Renováveis

Ref.: Processo de Licenciamento Ambiental do Projeto Retiro, Rio Grande Mineração S.A., São José do Norte/RS

Prezado Senhor:

Após nossa participação nas Audiências Públicas para Licenciamento Ambiental do Projeto Retiro realizadas em Rio Grande, RS, em 3 de dezembro de 2014, e em São José do Norte, RS, em 4 de dezembro de 2014, e restando a nós questionamentos não sanados, viemos a Vossa presença, mui respeitosamente, solicitar esclarecimentos por escrito a este ofício em relação as seguintes questões:

Ao IBAMA:

1. Não tendo sido respeitado o princípio da ampla publicidade das Audiências Públicas, evidenciado pela publicação do Edital de Convocação em jornal de grande circulação local tão somente no domingo, anterior a audiência; ter sido afixada faixa de aviso no Prédio da Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande a menos de uma hora do início da mesma e não havendo a mesma em São José do Norte, V.Sa. poderia considerar as Audiências Públicas como válidas e seu público suficientemente informado para delas participar? A falta deste procedimento não compromete todo o processo de Licenciamento?
2. Havendo um projeto de interesse local, estadual e nacional, Direito de Requerimento de Outorga emitido por órgão competente federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, conforme publicações no Diário Oficial da União cuja compatibilidade com o Projeto Retiro, sob nosso ponto de vista, não é possível, como este órgão julga possível licenciar um projeto, sem analisar o outro? Não seria mais correto do ponto de vista sócio-econômico e ambiental que ambos os projetos sejam analisados por este órgão simultaneamente?
3. A falta de comprovação da detenção dos direitos minerários por parte do empreendedor do Projeto Retiro, a Rio Grande Mineração S.A., não tira legitimidade deste em solicitar seu licenciamento?
4. O fato do IBAMA ter sido condenado no Processo referente ao Projeto Bojuru a não proceder análise de projeto de mineração em São José do Norte, sem que os quesitos ali levantados fossem considerados no EIA Rima. Devido a similaridade dos processos, e sob nosso ponto de vista tão somente sua alteração de nome, note-se que os direitos minerários são sobre a mesma região e, em nossa análise do EIA Rima, falta de sua consideração, o IBAMA está cumprido a decisão judicial? Pode o IBAMA afirmar que todas as considerações foram respondidas de maneira satisfatória?
5. Devido a erros grosseiros no trabalho apresentado e aceito pelo IBAMA, como afirmar que a economia de São José do Norte é baseada na cultura da banana (inexistente no município) e que a silvicultura existe tão somente há 10 anos, quando existem na região projetos florestais registrados e fiscalizados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, hoje IBAMA, registrados em 1976, há portanto mais de 38 anos, a credibilidade do estudo como um todo pode ser atestada? Qual conhecimento do corpo técnico do IBAMA da situação local para autorizar tal processo?
6. Havendo tão somente referências a programas genéricos e de boa intenção da Rio Grande Mineração, conforme inclusive manifestação do Ministério Público Federal, pode este órgão dizer que a comunidade de São José do Norte estava bem informada para a participação nas Audiências Públicas?

7. Como este órgão ambiental pode garantir que todas as promessas de reparações, indenizações e royalties feitas pela Rio Grande Mineração S.A., as quais em sua grande parte serão feitas após a lavra e não tendo havido qualquer demonstrativo por esta empresa de sua capacidade financeira, sejam efetivamente honradas?
8. O relato que somente 38 famílias foram entrevistadas quando da análise sócio-econômica do projeto e que estas entrevistas foram feitas em 2012, período anterior a instalação do Estaleiros do Brasil neste município, fato que gerou transformações na sociedade, permite afirmar que tal capítulo do EIA está completo?
9. Solicitamos cópia dos vídeos das Audiências Públicas, realizadas em 3 de dezembro de 2014 em Rio Grande, RS, e 4 de dezembro de 2014 em São José do Norte, RS.

Ao Empreendedor:

1. Devido a diversas manifestações genéricas de sua intenção de compatibilização entre o Projeto Retiro e o Projeto Eólico da Ventos do Atlântico, a qual não acreditamos sem a supressão de parte significativa do nosso Projeto, perguntamos:
    a. Qual é o seu plano de compatibilidade dos dois projetos?
    b. A Rio Grande Mineração está disposta a reduzir a área de lavra para permitir a melhor compatibilização com o Projeto Eólico?
2. Qual é a distância mínima da área de lavra que será permitida a manutenção de instalações, como aerogeradores, estradas e caminhos?
3. Quais são as datas previstas de entrada e saída da lavra das áreas do polígono outorgado para o Parque Eólico pela ANEEL?
4. A existência da mineração e por consequente inviabilidade do Parque Eólico da Ventos do Atlântico gerará prejuízos significativos a nossa Companhia, referente ao potencial de faturamento com a geração de energia e arrendamento aos proprietários de terra, como e em que valores V.Sas. estão dispostos a indenizar esta Companhia?
5. Quais são as garantias que V.Sas. oferecem que seus compromissos para conosco sejam cumpridos?
6. Em sua apresentação, V.Sas. citaram trabalhos em conjunto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Fundação Universidade do Rio Grande e Universidade Federal de Pelotas, quais departamentos, quais pesquisadores, em que datas foram e que materiais estes pesquisadores produziram?

Solicitamos que as respostas sejam feitas por escrito e enviadas ao endereço abaixo a tempo que nossa análise e manifestação seja encaminhada ao IBAMA e considerada no processo de licenciamento. Garantimos novamente todo nosso apoio a projetos que visem o desenvolvimento sustentável do ponto de vista sócio-econômico e ambiental do município de São José do Norte, e que a comunidade nortense direta e indiretamente impactas por tal processo seja ouvida de maneira apropriada.

Agradecendo sua atenção, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Ventos do Atlântico Energia Eólica S.A.
Alexandre Ponzo de Azevedo
Diretor Superintendente
Rua Ramiro Barcelos, 657
96225-000 São José do Norte/RS

Anexo 10. Manifesto do grupo FLOPAL em relação ao empreendimento minerário.

Of. nº 201 /2014

Porto Alegre, 17 de dezembro de 2014.

MMA/IBAMA/SUPES/RS
DOCUMENTO: OF
Nº 201/2014
DATA: 19 / 12 / 2014

Ref. Proc. nº 02001.004046/11-84

Empreendedor: Rio Grande Mineração S/A

Empreendimento: Projeto de Mineração Retiro

Senhor Coordenador:

FLOPAL – Florestadora Palmares Ltda., por seus Diretor Presidente, ao final firmado, vem, respeitosamente, a Vossa Senhoria, nos autos do processo de licenciamento ambiental em epígrafe, Pedido de Licença Prévia formulado pela Rio Grande Mineração S/A para o denominado Projeto Retiro cuja área de mineração situa-se no Município de São José do Norte, na Península Litorânea, Litoral Médio do Estado do Rio Grande do Sul, em cumprimento às normas regentes às audiências pública, encaminhar uma série de questionamentos e apresentar outras tantas que devem ser analisas pela Equipe do Estudo de Impacto Ambiental do citado projeto.

As audiências aconteceram no dia 03 de dezembro na Cidade do Rio Grande, e no dia 04 de dezembro na Cidade de São José do Norte.

Ilustríssimo Senhor

Jônatas Trindade

Coordenadoria de Mineração e Obras Civis

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Brasília - DF

DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

A FLOPAL participou de audiências públicas nas referidas cidade por ter áreas atingidas pelo Projeto Retiro da Rio Grande Mineração, e ao longo de vários contatos havidos com os representantes da empresa nunca foram, de todo, esclarecidas diversas questões sobre o citado projeto.

As audiências públicas aclararam alguns pontos, porém outros tantos ficaram inconclusos, incertos e de duvidosa aptidão do projeto para o cenário Costeiro do Litoral Médio do Estado do Rio Grande do Sul onde a FLOPAL possui áreas que poderão ser atingidas pela atividade mineraria.

Apresenta a seguir algumas considerações que são importantes ao processo de licenciamento.

Da audiência Pública

Percebeu-se que houve violação do Princípio da Publicidade do processo de licenciamento ante a escassa informação na Região (São José do Norte e Rio Grande) sobre tão relevante ato.

A publicidade havida foi com a publicação do édito no Diário Oficial da União apenas, isto no dia 14 de novembro de 2014, ou seja, há vinte dias da primeira audiência, e não houve publicação do edital em jornais de circulação Regional (Diário Popular –Rio Grande/Pelotas, e Jornal Agora do Rio Grande), tolhendo o conhecimento do ato relevante.

Afeiçoa-se que foram realizadas ao arrepio das exigências da Instrução Normativa nº 120 do IBAMA e Resolução CONAMA nº 001/1996 e Resolução CONAMA nº 237/1997, considerando alguns aspectos formais que as normas exigem.

Naturalmente que a desinformação (ou escassa publicidade) viola o Princípio da Publicidade do processo de Licenciamento, retirando a possibilidade de uma maior participação das comunidades (lesão ao Princípio da Participação Popular), e diante destas situações, reduz a devida informação à sociedade reduzindo o conhecimento, ou seja, prejudica que sejam tomados, apropriados conhecimentos sobre o projeto, portanto lesa o Princípio da Informação.

Destaca-se, e deverá ser do conhecimento de Vossa Senhoria que o Acórdão nº 2001.71.01.001947-1 da 2ª Turma do Tribunal Regional Federal, Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal em face do IBAMA quando da apreciação do licenciamento do denominado Projeto Bojuru do Grupo Paranapanema, que abrangia a área Costeira de São José do Norte já afirmara a necessidade de respeito aos mencionados princípios, verbis:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO EXISTENTE. DESCABIMENTO DOS EFEITOS INFRINGENTES. SENTENÇA ADEQUADA.

1. Deverá ser desentranhada dos autos e devolvida ao ilustre subscritor a peça vertida pelo douto órgão Ministerial Estadual (fls. 302-307), subscrita pelo eminente 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Dr. Voltaire de Freitas Michel.

2. Não se há de ter uma visão excessivamente burocrática do licenciamento, mas ter os olhos postos na sua nobre finalidade estabelecida constitucionalmente. Segundo Antônio Herman Benjamin (A principiologia do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e o controle da discricionariedade administrativa. In: **Estudo Prévio de Impacto Ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. p. 71, 85-86), o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) deve ser um documento científico de coleta de dados de variadas fontes preditores de resultados da introdução de novos fatos no ecossistema, avaliando projeto, construção, operação e abandono. Não é mera técnica, mas deve repercutir diretamente no conteúdo e na qualidade da decisão administrativa final. Deve possibilitar um perfeito conhecimento das condições ambientais preexistentes ao empreendimento, das reais dimensões dos impactos, eficácia das medidas preventivas e mitigadoras propostas. Assim, as informações devem ser completas e precisas, e todas as informações devem estar disponíveis antes da outorga da Licença Prévia.

3. O órgão licenciador não está vinculado às conclusões da audiência pública, na decisão, mas deve levar em consideração, na decisão, as colocações que nela são feitas, a finalidade da participação pública no procedimento apenas é atingida se as manifestações foram fundadas e efetivas. O princípio da participação pública assegura ao cidadão o direito de intervir na tomada da decisão devidamente informado, participação desinformada não é participação e o direito à informação deve ser dar no momento adequado, na profundidade necessária e com clareza suficiente.

4. Não há efeitos infringentes a agregar, apenas proclamar o parcial provimento do apelo Ministerial para desentranhar dos autos a manifestação (fls. 302-307) subscrita pelo eminente 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Dr. Voltaire de Freitas Michel, sendo a mesma devolvida ao ilustre subscritor, bem como esclarecer sobre a necessidade da reelaboração do EIAs.[1] (grifei)

Na realidade aconteceram atos viciados por lesão aos citados princípios.

A participação de alunos da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG deu-se preocupação da comunidade acadêmica da universidade, e está registrado nas gravações que foram feitas manifestações de inconformidade diante da insuficiência de publicidade do ato.

---

[1] Acórdão proferido no Julgamento da Ação Civil Pública nº 2001.71.01.0014971, Rel. Desa.Fed. MARGA INGE BARTH TESSLER, 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. J. 16.12.2009.

Forçoso reconhecer nulidade parcial do procedimento ativo de licenciamento.

Não se diga que a mobilização dos empregados de presas cujas áreas possam ser atingidas, dos proprietários rurais de São José do Norte nvalidam este vício, de modo algum.

Além disto, também é dever de Vossa Senhoria ficar imune às críticas e aleivosias lançadas por representantes da empresa que teria havido uma "orquestração" para a Audiência Pública de São José do Norte, porque a participação popular acontece da forma que a comunidade desinformada e temerosa de um projeto danoso ambiental e à própria economia rural, e contou com a participação de alunos da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG, manifestando suas inconformidades.

Há vício que invalida o processo de licenciamento.

Da vinculação do IBAMA

A Dra. Anelise Becker provocou no alvorecer da Audiência Pública o conhecimento – por entrega de documentos – de estudos realizados pelos técnicos da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal pertinentes ao anterior projeto minerário da empresa Paranapanema, denominado Projeto Bujuru, conteúdos que foram acolhidos no Julgamento da Ação Civil Pública antes referida, e a empresa FLOPAL ententeu em promover também este questionamento, por escrito, atento que o Projeto Estreito não é o mesmo na sua extensão que o Projeto Bujuru, porém atinge o mesmo cenário costeiro, e por isso emerge que as exigências que foram impostas naquela sentença devam ser atentadas pelo IBAMA neste processo, haja vista a formação de coisa julgada, instituto de Direito Processual Civil conforme ACÓRDÃO nº 2001.71.01.001947-1 do Tribunal Regional eder

Na verdade o Projeto Retiro é um desmembramento do ntigo Projeto Bujuru da Paranapanema, o que pode ser verificado no item "II.2.2. – aracterização Geral do Empreendimento e Descrição do Projeto - Caracterização geral do mpreendimento" da Informação Técnica nº 130/00, de 19.12.2000 que instruiu a mencionada ção civil pública, refere que a "Jazida de 178 milhões de m³, subdivididos em 3 blocos: **streito**, Bujuru e Bujuru Norte".

A Sentença condenatória da 1ª Vara Federal foi mantida elo citado Acórdão, impôs ao IBAMA que exigisse do empreendedor a inclusão no EIA-RIMA aquele projeto as informações estabelecidas na Informação Técnica nº 130/2000 em mento, e, percebeu-se, que o EIA/RIMA da Rio Grande Mineração não contemplou as versas exigências estabelecidas.

O ambiente minerário é o mesmo, constituído do ...te Costeiro do Litoral Médio de notória.

A título de informação é bom Vossa Senhoria, na condução do processo de licenciamento e liderando a Equipe que analisa o EIA-RIMA atentar o contido na sentença e nos estudos do Ministério Público Federal, sendo cabível referir-se ao comparativo feito que a atividade a ser desenvolvida é idêntica a outra atividade mineira de Gaju em Mataraca seria o exemplo de tentativa de recomposição do ambiente conforme consta no Capítulo III (Objetivos e Justificativas) do Estudo de Impacto Ambiental, item 3.2.1 "Frente de Lavra" e do Relatório de Impacto Ambiental, sob o título Justificativa do Empreendimento, pág. 8, porém isto já foi objeto de censura pelos técnicos do Ministério Público Federal naquele documento, a saber:

> No texto (§ 4º, p. 80, vol. I, EIA) é dito que: *No Brasil, o empreendimento que mais se assemelha à concepção de projeto prevista para a mina de Bujuru pela Paranapanema é a Mina do Guaju, localizada no extremo nordeste do município de Mataraca, no estão da Paraíba*. A afirmativa embora correta, é óbvia, considerando que a citada mina é a única que lavra minerais pesados em dunas no Brasil. Deve-se considerar porém, que a topografia é bem diferenciada e que o método de lavra também é diferente da proposta apresentada para o Projeto Bujuru. Como relatado, o exemplo é citado muito mais com o objetivo de demonstrar que já há, nos setores mineral e ambiental brasileiro, uma primeira vez em que foi permitida a mineração em área de preservação permanente, guardando as devidas especificidades, assemelhando-se a uma jurisprudência. Atualmente, porém, as alterações na legislação no que tange ao reconhecimento de utilidade pública e do interesse social, são mais limitantes.[2] (sic)

Foi apresentado por representante crítica a alegada titularidade dos direitos minerários, aliás, a Rio Grande Mineração S/A não os detêm porque não foi aprovado pelo Conselho de Defesa Nacional a substituição de titular, e somente após isto é que o Departamento Nacional da Produção Mineral poderá deferir a substituição do titular do Direito de Pesquisa e do Direito de Lavra, pois foi dito pela empresa e consta do EIA-

[2] Texto constante da Nota Técnica nº 130/2000 entregue pelo Ministério Público Federal a Vossa Senhoria na audiência pública do dia 03 de dezembro na Cidade do Rio Grande.

A que os mesmos pertencentes ao grupo FINESA, e de certo modo é admitido no A/RIMA, que está em fase de regularização.

É incompreensível que o IBAMA aceita processar pedido de licenciamento de atividade mineraria de quem não detém o direito minerário!

Reporte-se que esta situação foi objeto de crítica por técnicos do Ministério Público Federal, a saber:

> Afirma que (p.55, vol. 1, EIA): *As reservas de Bujuru estão concedidas à Mamoré Mineração e Metalurgia Ltda., empresa pertencente à Paranapanema S/A.* (grifamos). o que não é exato. O que há é uma **expectativa de direito**, do tipo Alvará de Pesquisa, juntamente com outros pretendentes nas áreas circunvizinhas. Os aludidos direitos minerários da Paranapanema, na época, somam uma área total aproximada de 20.500 ha (15.539 ha com Alvará de Pesquisa), permitindo uma certa flexibilidade na seleção do local exato das operações de lavrar (pp. 105/111, vol. 1. EIA). Na página 118, Quadro B. 57, é a apresentada a situação legal das áreas.

Esta situação terá de ser melhor observada por Vossa Senhoria e sua equipe.

Das deficiências do EIA-RIMA

De boa lembrança destaca-se a carência de clareza, transparência e deficiência de inofrmaçoes que se verifica no estudo em questão, e isto foi acolhido por Vossa Senhoria, diante dos parcos elementos esclarecedores dos impactos sociais nos municípios, bem como aconteceu reclamações por ausência de estudos identificativos da cumulação e sinergia, aliás, isto já foi apontado anteriormente:

Repita-se o contido na Nota Técnica nº 130/2000 entregue pelo Ministério Público Federal a Vossa Senhoria:

> É importante destacar que o Estudo de Impacto Ambiental não enfatizou a possibilidade de geração de impactos ambientais com elevada magnitude, devido aos efeitos da sinergia que esses empreendimentos

existentes (Parque Nacional da Lagoa do Peixe e Estação Ecológica do Taim) embora distantes mais de 3 km (três quilômetros) do empreendimento.

Destaque-se que, na apresentação, isto foi citado de passagem, e afirmado que em razão das distâncias, mais de 30 km (trinta quilômetros) não haveria qualquer interferência.

Lego e gigantesco engano. O Ambiente Costeiro não pode ser espartilhado na distância pretendida. Aquela faixa litorânea é relevante para fins de forrageio da avifauna, rotas migratórias, por isso mereceria sim uma atenção mais técnica no EIA-RIMA, sendo importante lembrar censura feita pelo Ministério Público Federal na citada nota técnica:

> Também foi afirmado pelos autores que as áreas afetadas pelo empreendimento e o Parque Nacional constituem uma unidade planejamento em termos ecológicos:
>
> Este trecho do litoral gaúcho possui grande importância em termos ecológicos, pela diversidade de ambientes que contém e pela riqueza biológica que abriga. A área a ser afetada pelo empreendimento, situado ao sul do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, representa uma parcela relativamente pequena dessa **unidade planejamento** (p.714, vol. 5, EIA) (grifamos)
>
> Dessa forma, ficou caracterizado que, embora não deva ocorrer impactos diretamente no Parque, o seu entorno, que constitui com o mesmo uma unidade ecológica, será afetado. Portanto, o órgão ambiental que administra tal unidade deverá se manifestar quanto aos impactos do empreendimento na área. (sic)

O IBAMA deverá exigir a complementação do EIA-RIMA haja vista que poderá haver efeitos sinérgicos e cumulativos da atividade em relação àquelas unidades de conservação pela relevância de ambas, embora distantes dos limites previstos na Resolução CONAMA nº 428/2010, mas sim por estar em meio às unidades de planejamento.

"PLANÍCIE COSTEIRA = ECOSSISTEMAS CONEXOS."

Dos Riscos e Deficiências Constatadas

Foi dito antes, e rechaçado pela empresa que a atividade mineira não se aproximará de áreas de banhado, e por conta da existência do Banhado do Estreito, dentre outros existentes,, chama-se a atenção:

A leitura do Estudo apresentado, na pág. 41, do Capítulo VII, "Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais", especificamente no item 7.3.3.2 "Impacto sobre o Meio Biótico", item c indicado como "Degradação de Áreas de Preservação Permanente", o mesmo apresenta que haverá uma limitação de intervenção da atividade mineraria, dizendo que a mesma se afastará 300 da costa oceânica, e distância mínima de 100 m de banhados e lagoas permanentes.

A empresa informou que não minerará em dunas frontais' o que é aceitável, logicamente, mas não esclareceu se minerará em dunas de interior!

Precisa a Equipe analisar com profundidade os dados apresentados e os riscos de redução da capacidade do Banhado do Estreito uma vez que a atividade mineraria, constando tratar-se de uma "piscina" com dimensões bem expressiva de 150 m de largura, por 400 m de extensão e com uma profundidade aproximada de 8m, irá promover a interferência direta no citado banhado.

No EIA-RIMA consta que o preenchimento de água da denominada cava de lavra dar-se-á pelo aproveitamento da água do lençol freático, portanto torna-se evidente que este tipo de interação irá determinar a redução do banhado, sem poder afirmar que haverá o esgotamento do Banhado do Estreito.

Não há dúvidas que isto implicará efeitos deletérios ao referido recurso natural.

Não há no Estudo de Impacto Ambiental a identificação perfeitas dos riscos e danos que serão protagonizados ao Banhado do Estreito haja vista o solo arenoso, poroso da região em comento, e menos ainda são apontados os efeitos sinérgicos que tal atividade provocará, bem como não foi descortinada a cumulatividade destes efeitos ao longo do tempo de atividade mineraria naquele local.

O que está sendo apresentado nesta peça é parte das deficiências identificadas com a leitura do EIA-RIMA e com a insuficiência de informações prestadas em Audiência Pública determinará que a Equipe de Análise do EIA-RIMA verifique-as, e imponha melhores estudos.

Das Dúvidas e Incertezas

Ao longo desta correspondência, renovam-se os questionamentos que não foram enfrentados devidamente pela empresa, e que trazem a certeza que a Equipe coordenado por Vossa Senhoria fará a devida filtragem, exame, incorporará as críticas para uma análise serena e técnica do EIA-RIAM em comento.

Evidente que durante as audiências não foi possível que as respostas fossem mais qualificadas, porém é necessário que haja uma plena demonstração de suficiência aos questionamentos, sob pena de manter os interessados nas mesmas condições anterior à audiência: falta de informações qualificadas.

A participação da comunidade acadêmica foi importante na medida em que sugeriram novos estudos, criticaram os apresentados, teceram discordâncias sobre metodologias o que qualifica as Audiências Pública.

A participação de Professores da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG e seus questionamentos também servirão para nortear a análise.

Evidenciado que diversas perguntas ficaram sem respostas atento à exigüidade de tempo para as formulações, prazos para respostas, réplica e tréplica, sinalizando que as Audiências Públicas atingiram seus objetivos, afora os motivos alegados acima.

Das posturas assumidas

Reitera-se a Vossa Senhoria, e como forma de aviventar a lembrança que durante as audiências havidas houve um destempero por parte do representante da Rio Grande Mineração, pautado em ironias, descontrole verbal e de comportamento refratário aos presentes o que determinou uma reação dos alunos e outros presentes às Audiências Públicas.

Esta observação é para lamentar que não houve um preparo devido da empresa para um ato de tamanha relevância, posto que é o momento de manifestação da comunidade com suas formas peculiares de ação.

A verificação nos vídeos e nos áudios elimina qualquer dúvida.

Por fim, a FLOPAL – Florestadora Palmares Ltda., quer consignar nos autos do Processo de Licenciamento, que repudia a pecha lançada pelo representante da Rio Grande Mineração S/A que tenha havido uma bagunça organizada.

O ilustre representante deve ter assim agido, e desta maneira acusado empresa FLOPAL – Florestadora Palmares Ltda. em razão do despreparo, destempero, e percepção que as comunidades não se sentiram confortáveis com as escassas, incompletas e duvidosas informações prestadas em atos de tamanha magnitude.

Portanto, caberá ao órgão ambiental federal e ao empreendedor aclarar os questionamentos em anexo.

N

Observações finais

A empresa FLOPAL – Florestadora Palmares Ltda. atua na região litorânea do Estado do Rio Grande do Sul há mais de quarenta anos através de seus projetos silviculturais, logo conhecedora profunda da Região do Litoral Médio, e não poderia ficar à margem do processo social de participação.

As dúvidas persistem; as desinformações foram perceptíveis; as fragilidades dos estudos também.

Aguardam-se esclarecimentos do IBAMA e da Rio Grande Mineração.

Limitado ao exposto, subscrevemos.

Atenciosamente.

TELMO AZEVEDO DE AZEVEDO
FLOPAL FLORESTADORA PALMARES LTDA.
CNPJ 92.980.333/0001-42
Rua Vinte e Quatro de Outubro, 1557 cj 201

Com cópia:

Ilma. Dra. Anelise Becker, Procuradora da República, MPF Rio Grande/RS
Ilmo. Dr. Fernando Gonzzales Tavares, Promotor Público Estadual, MPE São José do Norte/RS
Ilmo. Dr. Rafael Dourado, Defensor Público, São José do Norte/RS
Ilmo. Sr. Zeni Oliveira, Prefeito Municipal de São José do Norte/RS
Ilmo. Sr. Fernando Antônio Machado, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Norte/RS

Anexo 11. Resposta da RGM mineração S.A. ao parecer técnico (008/2015) elaborado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São José do Norte.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Mineração e Obras Civis
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1098
www.ibama.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE 023

CÓPIA

OF 02001.007999/2015-28 COMOC/IBAMA

Brasília, 23 de julho de 2015.

Ao Senhor
Paulo Costa
Secretário Municipal da Prefeitura Municipal de São Jose do Norte
RUA MARECHAL DEODORO 276
SAO JOSE DO NORTE - RIO GRANDE DO SUL
CEP.: 96225000

Assunto: **Encaminha resposta ao Parecer Técnico n° 008/2015 - SMMA.Processo IBAMA n° 02001.004046/2011-84.**

Senhor Secretário Municipal,

1. Em atenção ao Ofício n° 038/2015-SMMA e seu anexo (Parecer Técnico n° 008/2015), encaminho cópia do documento que o empreendedor, no caso a Rio Grande Mineração – RGM, elaborou em resposta aos supracitados expedientes acerca do empreendimento intitulado Projeto Retiro.

2. Informo, por oportuno, que maiores esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Coordenação de Mineração e Obras Civis, caso se façam necessários, por meio do telefone (61) 3316-1098.

Atenciosamente,

JONATAS SOUZA DA TRINDADE
Coordenador da COMOC/IBAMA

RECEBIDO EM:
30 / 07 / 2015
Liziane Mello Pereira
Agente Administrativo
Matrícula nº 3001-0/1
11h35

IBAMA pag. 1/1 23/07/2015 - 16:04

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE - RS
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
024

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
A/C: Sr. Jonatas Trindade
Interessada: RIO GRANDE MINERAÇÃO S.A.
Processo administrativo nº 02001.004046/2011-84
Assunto: Parecer Técnico nº 008/2015 da Secretaria da Secretaria de Município do Meio Ambiente de São José do Norte.

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.011500/2015-84
Recebido em: 19/06/2015
Assinatura

Brasilia, DF, 18 de Junho de 2015.

Prezado Senhor,

Cumprimentando Vossa Senhoria, a Rio Grande Mineração vem por meio desta apresentar seus esclarecimentos e comentários relativos aos itens apontados no Parecer Técnico acima.

No tocante aos estudos de radioatividade (item 1), reafirmamos, conforme informado no EIA e no RIMA do Projeto Retiro e durante várias apresentações à Prefeitura, que nossas análises mostram que o minério não é radioativo e que os produtos não estão na classe dos materiais radioativos, sendo isentos de controle de manuseio e transporte segundo critérios definidos pelas entidades reguladoras no Brasil e no exterior.

As evidências de que o minério não é radioativo estão apresentadas nos textos, mapas e perfis regionais que constam no subitem 6.2.7 (Radioatividade), páginas 286 a 289 do subcapítulo 6.2 (Diagnóstico do Meio Físico) e no relatório de estudo gamaespectrométrico no anexo 6.2.7-1 do EIA. É indicado no relatório que em termos absolutos toda área da ADA apresentou níveis de radiação muito baixos, com os valores de Contagem Total - DR inferiores a 25,32 nGy/h e uma média inferior a 7,33 nGy/h. Esses valores estão dentro da normalidade, definida em nível mundial como sendo da ordem de 10 a 200 nGy/h.

No que se refere a produtos, análises de atividade radioativa específica indicam valores da ordem de 19,92 Bq/g (Becquerel por grama) para a zirconita e 1,64 Bq/g para a ilmenita. Tais valores estão situados bem abaixo dos limites de 70 Bq/g definidos pela IAEA – Agência Internacional de Energia Atômica e pelo ICRP - Comissão Internacional de Proteção Radiológica. Da mesma forma, tais valores estão bem abaixo do limite de 74 Bq/g definido no Brasil pela CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear.

A respeito das medidas para restabelecer o uso do solo após a atividade de mineração (item 2), fazemos referencia aos estudos do PRAD - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, constante nos anexo 9 do EIA, onde são abordados os processos de reafeiçoamento da topografia, das características do solo, cobertura vegetal e do ambiente de fauna, visando garantir que após a passagem da lavra o uso do solo possa retomar à sua utilidade anterior.

O PRAD (Anexo 9 do EIA/RIMA), detalha ainda em seu item 4.1.3 – "Recomposição Vegetal", subtem "d" (Reestruturação do Solo e Correção de Fertilidade), as ações que serão adotadas pela RGM com o intuito de devolver as características químicas e condições de fertilidade do solo. Testes de fertilidade irão balizar a dosagem o uso responsável de fertilizantes,

principalmente em unidades cuja vocação pré-lavra seja de lavoura. Vale ressaltar que além do uso de fertilizantes será considerada a utilização plantas que auxiliam no reestabelecimento da fertilidade do solo e o impacto positivo do aumento de aeração no solo.

O item 8.1.1.4.5. do EIA aborda o Programa de Controle da Erosão e Assoreamento e reforça a importância de inspeções sistemáticas com objetivo de assegurar a prevenção e combater eventuais processos erosivos.

A respeito dos recursos hídricos (item 3), registra-se que as questões pertinentes às dinâmicas hidrológicas e hidrogeológicas estão diagnosticadas nos subitens 6.2.5 – "Recursos Hídricos", página 94, e subitem 6.2.6 – "Hidrogeologia", página 214, ambos do Capítulo 6 do EIA.

Tais estudos abrangem as águas superficiais e subterrâneas na Área Diretamente Afetada - ADA e Área de Influência Direta - AID. Os resultados das modelagens e análises podem ser observados no subitem 6.2.5.1.5 – "Possíveis interferências das Atividades propostas nesses recursos", página 110 e no subcapítulo 6.2.6.7 – "Modelo de Fluxo e Cunha Salina", mais precisamente no subitem C.3.2 (Resultado), página 282 do Capítulo 6 do EIA.

No que se refere à flora imune ao corte (item 4), a tabela 6.3.1.3.2-20 do EIA lista as espécies endêmicas da flora do Rio Grande Sul e as ameaçadas de extinção que ocorrem na Área de Influência Direta. No tocante à fauna (ainda no item 4), o Programa de Monitoramento de Fauna Terrestre e Aquática, previsto na página 39 do Capítulo 08 do EIA, elenca um conjunto de ações pré-lavra para o resgate de fauna e mitigação do impacto. O esforço para o monitoramento da fauna em locais de habitat de animais com habito fossorial, será intenso e recorrente. Além de profissionais capacitados para atuar na captura a partir da instalação de armadilhas apropriadas para cada tipo de ambiente, está prevista no Programa de Educação Ambiental aos Trabalhadores (item 8.2.6 do EIA) a disseminação da importância da fauna silvestre e a capacitação dos colaboradores para evitar acidentes com animais.

Quanto à preocupação expressa no item 5, deve-se ressaltar que a RGM será responsável pelo planejamento, monitoramento, gestão e ações de preservação e controle ambiental em todas as etapas do projeto, desde a fase de implantação, operação e futuro fechamento, segundo os programas ambientais propostos e descritos no EIA-RIMA.

Sem mais, a RGM se coloca a inteira disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que eventualmente se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Luiz Augusto Bizzi

Rio Grande Mineração